

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Giovane Pazuch

**IMIGRAÇÃO ITALIANA NA COLÔNIA DE ANTÔNIO PRADO - RS:
CATOLICISMO E SOCIABILIDADES (1885-1945)**

MESTRADO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO
2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Giovane Pazuch

**IMIGRAÇÃO ITALIANA NA COLÔNIA DE ANTÔNIO PRADO - RS:
CATOLICISMO E SOCIABILIDADES (1885-1945)**

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Yvone Dias Avelino.

SÃO PAULO
2015

Giovane Pazuch

Imigração Italiana na Colônia de Antônio Prado - RS: catolicismo e sociabilidades (1885-1945)

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Yvone Dias Avelino.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Yvone Dias Avelino (PUC-SP)

Prof.^a Dr.^a Maria Izilda Santos de Matos (PUC-SP)

Prof.^o Dr.^o Paulo César Gonçalves (UNESP)

Prof.^a Dr.^a Estefania Knotz Canguçu Fraga (PUC-SP)

Prof.^o Dr.^o João Carlos Tedesco (UPF)

AGRADECIMENTOS

Ergo um monumento de gratidão perpétua a:

– Professora Dr.^a Yvone Dias Avelino, pela orientação, sugestão de bibliografia e delimitação de meu objeto de pesquisa, a imigração italiana na Colônia Antônio Prado, que possibilitaram o desenvolvimento de minha Dissertação de Mestrado.

– Professora Dr.^a Maria Izilda Santos de Matos, pela participação na Banca Examinadora e pelas aulas ministradas na Disciplina Cultura e Trabalho e seus esclarecimentos referentes à diferença entre conceitos teóricos e categorias analíticas.

– Professor Dr.^o Paulo Cesar Gonçalves (UNESP-ASSIS), pela participação na Banca de Qualificação.

– Professor Dr.^o João Carlos Tedesco da UPF, pela revisão técnica da Dissertação.

– Professora Dr.^a Maria do Rosário da Cunha Peixoto, pelas aulas ministradas na Disciplina de História e Cultura e seus ensinamentos sobre o conceito de experiência individual e social.

– Professora Dr.^a Olga Brites, pelas aulas ministradas na Disciplina Núcleo de Pesquisa contribuiu para pensar a metodologia e as fontes referentes ao tema da imigração italiana na Colônia Antônio Prado.

– Professora Dr.^a Estefania Knotz Cangucu Fraga, pelas aulas ministradas nas Disciplinas de Pesquisa História e Cultura e Representação e pela participação na Banca de Qualificação.

– Professor Dr.^o Antonio Pedro Tota, pelas aulas ministradas no Seminário Temático: Anticomunismo e Racismo na Cultura Americana e pela Atividade de Pesquisa: Cinema e Ideologia, que forneceram uma visão mais ampla do contexto político do Brasil e dos Estados Unidos.

– Professor Dr.^o Fernando Torres Londoño, pela sugestão de temas e bibliografia.

– Dr.^o Edgar da Silva Gomes, por oportunizar a apresentação de meu trabalho “A imigração italiana na Colônia Antônio Prado” no Seminário Temático: Religião, sociedade e estado: Brasil séculos XIX e XX no XXI Encontro Estadual de História realizado na Unicamp.

– Grupo de Estudos do Núcleo de Estudos de História Social da Cidade (NEHSC), do qual fazem parte a professora Yvone e o professor Marcelo Flório, pelas discussões referentes ao conceito de poder em Michel Foucault. Agradeço a disponibilidade do professor Marcelo Flório de ser leitor de minha dissertação.

– Fernando Roveda, pela colaboração no reconhecimento e datação das fotografias da colônia de Antônio Prado.

– Colegas de classe com os quais conversei muitas vezes para partilhar ideias sobre nossas pesquisas.

– Elisabete Neves Oliveira e William Fernando Moreira da Silva, assistentes do Curso de Pós-Graduação de História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

– Pontifícia Universidade de São Paulo, CAPES E CNPq, pela Bolsa de Estudos que possibilitou o subsídio das mensalidades, à pesquisa nos arquivos, a compra de livros e o pagamento de cópias do material usado na pesquisa.

– Talita Manfrin Klein, pela correção ortográfica e gramatical da Dissertação.

“Homens livres do orbe! Eis aqui a terra de promessa.
Só com os braços conquistareis o pão e a liberdade.”*

*(Frase proferida pelo padre Alessandro Pellegrini em 30/10/1888 na primeira missa em que rezou no Barracão dos Imigrantes na Colônia de Antônio Prado, RS)

RESUMO

A pesquisa aborda a sociabilidade entre os imigrantes italianos e suas relações de poder com a Igreja Católica e o Estado Brasileiro entre os anos de 1885 e 1945 na Colônia de Antônio Prado no estado do Rio Grande do Sul. A partir de 1885 os imigrantes italianos começaram a derrubar a mata para ocupar os espaços e os lugares da Colônia, onde reproduziram as vilas de origem da Itália com uma arquitetura própria. O trabalho busca identificar os conflitos surgidos durante a formação de uma nova identidade, denominada ítalo-brasileira na Colônia, constituída através da religião católica e do *Talian* como língua de identificação cultural. Os imigrantes adaptaram as tradições e os costumes que trouxeram da Itália para o Brasil à nova realidade vivida na Colônia, onde adquiriram características próprias da sociedade rural. A catolicidade e a italianidade dos imigrantes italianos na Colônia se formaram e se desenvolveram nas Sociedades da Capela, as quais possibilitaram o surgimento de uma identidade local própria com base na tradição e nos valores familiares e comunitários.

Palavras-chave: Imigração italiana, Antônio Prado, catolicismo, poder, sociabilidade.

ABSTRACT

The research analyses the sociability among Italian immigrants and their power relations with the Catholic Church and the Brazilian State between 1885 and 1945 in the colony of Antonio Prado in the State of Rio Grande do Sul. From 1885 the Italian immigrants began to cut down the forest in view of occupy the spaces and places of the Colony, where reproduced the villages of Italian origin, with its own architecture. The work aims to identify the conflicts occurring during the formation of a new Italian-Brazilian identity, named ítalo-brasileira, constituted by Catholic religion and Talian as cultural integration language. The Immigrants adapted to the traditions and customs they brought from Italy to Brazil to the new reality lived in the Colony, where they acquired the characteristics of the rural society. The Catholicity and the Italian identity of the Italian immigrants in the Colony formed and developed in Chapel Societies, which gave rise to a society based on family and community values and traditions.

Keywords: Italian Immigration, Antônio Prado, catholicism, power, sociability.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 – Mapa do Rio Grande do Sul. Em azul, trajeto de 180 km de Porto Alegre até Antônio Prado via Caxias do Sul. Fonte: Google Maps. Acesso em: 22 de out. 2014.

IMAGEM 2 – Relevo da Colônia de Antônio Prado e das regiões limítrofes com Vacaria, Caxias do Sul, Flores da Cunha e Veranópolis no Nordeste do Rio Grande do Sul. Fonte: Google Maps.

IMAGEM 3 – Primeira fotografia da Colônia de Antônio Prado do ano de 1890, mostrando as casas de madeira da sede da Colônia e parte da floresta derrubada. Acervo: Fernando Roveda. Fonte: Projeto Memória – CIBRAP.

IMAGEM 4 – Igreja Matriz da Paróquia Sagrado Coração de Jesus e Praça Garibaldi da Colônia de Antônio Prado. Fotografia de 1930. Acervo: Fernando Roveda. Fonte: Projeto Memória – CIBRAP.

IMAGEM 5 – Mapa do território de Antônio Prado com as divisões das linhas, travessões e lotes feitos em 1885. Acervo: Fernando Roveda. Fonte: Arquivo da Prefeitura de Antônio Prado, RS.

IMAGEM 6 – Fotografia do centro da Colônia de Antônio Prado com casas construídas de madeira e a Igreja Matriz ao fundo, datada de setembro de 1896. Acervo de Fernando Roveda. Fonte: Projeto Memória – CIBRAP.

IMAGEM 7 – Mapa do relevo e da hidrografia da Colônia de Antônio Prado no Nordeste do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.serragaucha.com/upload/page_file/antoniop.jpg. Acesso em: 22 out. 2014

IMAGEM 8 – Mapa do relevo e da hidrografia do município de Nova Roma do Sul, 2º distrito de Antônio Prado criado em 19 de janeiro de 1923, situado entre os rios das Antas e da Prata. Disponível em: http://www.serragaucha.comuploadpage_filenovaroma. Acesso: 22 out. 2014.

IMAGEM 9 – Edital proibitivo do uso do italiano de 29 de janeiro de 1942 emitido pelo delegado de polícia Moacyr Valentin de Castro da delegacia de polícia de Antônio Prado, RS. Fonte: Delegacia de Polícia de Antônio Prado.

IMAGEM 10 – Certidão de reconhecimento do Talian como língua de imigração do Brasil concedida por Célia Maria Corsino, Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, lavrada a 10 de novembro de 2016 em Brasília. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Certidao_20Talian.pdf. Acesso em: 11 abr. 2015.

IMAGEM 11 – Titulação do Talian como Referência Cultural Brasileira assinada em Brasília a 10 de novembro de 2014 pela Ministra da Cultura Marta Suplicy. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/T%C3%ADtulo%20INDL%20%20Talian.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2015.

IMAGEM 12 – Fotografia da celebração em homenagem a Santo Antônio na Linha Carlos Leopoldo, situada entre Castro Alves e Nova Treviso. Fotografia de 1906. Acervo: Prefeitura Municipal de Nova Roma do Sul.

IMAGEM 13 – Ponte do Korff construída em 1904 na Estrada Rio Branco sobre o Rio das Antas no Distrito de Criúva em Caxias do Sul a 30 km de Antônio Prado, entre os municípios de Vacaria e Caxias do Sul no Nordeste do Rio Grande do Sul. Fotografia de 2010. Acervo: Fernando Roveda. Fonte: Projeto Memória – CIBRAP.

IMAGEM 14 – Fotografia da festa realizada a 13 de agosto de 1906 em Antônio Prado, em homenagem a Santo Antônio de Pádua. Acervo: Fernando Roveda. Fonte: Projeto Memória – CIBRAP.

IMAGEM 15 – Distribuição das capelas na zona rural na Colônia de Antônio Prado, RS. Fonte: Secretaria do Planejamento, Prefeitura de Antônio Prado, RS.

IMAGEM 16 – Capela São Jorge na Linha Cândida, inaugurada em 1893 a 14 km da sede da Colônia de Antônio Prado. A capela atual, construída de madeira, data de 1945. Acervo: Fernando Roveda. Projeto – CIBRAP.

IMAGEM 17 – Capitel Nossa Senhora de Lourdes construído em 1914 na Linha 10 de julho na Capela São Roque em Antônio Prado, RS. Na fachada do capitel vemos a inscrição em italiano “LA MADONA DI LOURDES” com a data “1883 a 1983” pintada com tinta branca, fazendo referência ao Centenário do Capitel. Acervo: Fernando Roveda.

IMAGEM 18 – Capitel Santo Antônio situado na Linha 2 de Julho no município de Antônio Prado. Acervo: Fernando Roveda.

IMAGEM 19 – Vista do Colégio São José da Congregação das Irmãs de São José construído de madeira com um andar. Fotografia de 1926. Acervo: Fernando Roveda. Fonte: Projeto Memória – CIBRAP.

IMAGEM 20 – Alunos trabalhando na horta em frente à Escola Irmão Irineu dos Irmãos Maristas, antigo Colégio Sagrado Coração de Jesus. Foto da década de 1960. Acervo: Museu Municipal de Antônio Prado.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AABB: Associação Atlética Banco do Brasil

ASSODITA: Associação dos Difusores do *Talian* no Brasil

CIBRAP: Círculo Cultural Ítalo-Brasileiro de Antônio Prado

CT-INDL: Comissão Técnica do Inventário Nacional da Diversidade Linguística

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

FIBRA: Federação das Associações Ítalo-Brasileiras do Rio Grande do Sul

MinC: Ministério da Cultura

PRD: Partido Republicano Democrático

PRL: Partido Republicano Liberal

PRR: Partido Republicano Rio-Grandense

UCS: Universidade de Caxias do Sul

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
-------------------------	-----------

CAPÍTULO I

A COLÔNIA ITALIANA DE ANTÔNIO PRADO	31
--	-----------

1.1 Aspectos geográficos: ocupação de espaços e lugares	31
1.2 Criação da Colônia pelo Estado Brasileiro.....	43
1.3 Talian: língua de identidade cultural	60

CAPÍTULO II

CONFLITOS ENTRE IMIGRANTES, IGREJA E ESTADO	76
--	-----------

2.1 Pioneiros da Colônia	76
2.2 A Maldição do Padre	84
2.3 A Revolta dos Colonos	98

CAPÍTULO III

RELAÇÕES POLÍTICAS, SOCIAIS E RELIGIOSAS NA COLÔNIA	118
--	------------

3.1 A religião católica como fator de identidade cultural	118
3.2 Apropriação do espaço sagrado como espaço de sociabilidade	125
3.3 Sociedades da Capela	129
3.4 A educação na Colônia: tradições e valores	146

CONCLUSÃO	158
------------------------	------------

FONTES E BIBLIOGRAFIA	162
------------------------------------	------------

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar o tema “Imigração italiana e catolicismo” surgiu a partir do contato que tive com a história da colônia¹ italiana de Antônio Prado no ano de 2004, quando estava procurando a documentação de meus trisavôs italianos para requerer o reconhecimento de minha cidadania italiana. Além disso, sempre quis conhecer mais sobre a história de meus antepassados, tanto do Brasil quanto da Itália. No início das investigações, pouco sabia sobre as origens de meus antepassados italianos, mas depois de várias buscas nos arquivos da Prefeitura e da Igreja, levantamento de documentos, bibliografia e conversas com moradores da Colônia, descobri que a grande maioria dos moradores era descendente de italianos oriundos do Vêneto, região situada no Norte da Itália, divisa com a Áustria.

Existem alguns trabalhos realizados na Colônia de Antônio Prado relacionados às disciplinas de Letras e Geografia, mas não há muitos trabalhos no campo da História. O que existe é uma vasta produção de memorialistas que procuram preservar a história da Colônia de Antônio Prado e da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, além da publicação de vários livros, artigos, revistas e jornais com as memórias das famílias de descendentes de italianos. O registro da história oficial sobre Antônio Prado e as várias histórias familiares, construídas por seus próprios moradores, tem por função, segundo os mesmos, lembrar e preservar hábitos para que a comunidade continue vivendo e falando como viviam e falavam seus antepassados quando chegaram à Colônia, numa perspectiva linear, progressiva e evolutiva. Além de contar a história do município, seus moradores também tem a preocupação de fazer propaganda de si, para que sejam vistos e reconhecidos pelas autoridades civis e religiosas, pois durante muito tempo os colonos viveram isolados do restante da região e da capital, Porto Alegre, e foram proibidos de

¹ Segundo Ianni, os imigrantes italianos que se instalaram em núcleos no interior do Brasil formaram colônias, e os que foram residir em seus próprios lotes, foram denominados de colonos: “Leoni Carpi, pioneiro dos estudos emigratórios na Itália, no seu primeiro livro publicado em 1871 empregava a palavra ‘Colônias’ para indicar ‘aglomeração de italianos no exterior’”. IANNI, Constantino. *Homens sem paz: os conflitos e os bastidores da imigração italiana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 27. Slomp Giron ressalta que “estabeleceu-se a denominação de Colônia para designar as terras destinadas ao recebimento dos imigrantes europeus, que tinham como objetivo o estabelecimento da pequena e média propriedade no Brasil. É esta a designação dada pela legislação imperial. GIRON, Loraine Slomp. *A imigração italiana no RS: fatores determinantes*. In: DACANAL, José Hildebrando; Sergius Gonzaga (Orgs.). *RS: Imigração e colonização*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado aberto, 1992, p. 64.

falar em italiano entre os anos de 1937 e 1945, durante a campanha de nacionalização do Estado Novo de Getúlio Vargas e a II Guerra Mundial.

Atualmente a Colônia possui 13 mil habitantes, mas já teve mais de 20 mil habitantes na década de 1930, quando era centro comercial da região de Vacaria, contudo, posteriormente, muitos de seus moradores migraram para outras cidades e estados do Brasil por causa da falta de estradas e pontes para fazer a ligação entre a Colônia de Antônio Prado e as cidades vizinhas. Apesar do grande êxodo ocorrido para outras cidades e regiões do país, os moradores da Colônia têm como lema: “Antônio Prado: a cidade mais italiana do Brasil”, devido ao fato de a população permanecer em sua maioria formada por descendentes de imigrantes italianos que conservaram a arquitetura original composta por 48 casas em alvenaria e madeira tombadas em 1989 pelo IPHAN².

Outra característica dos trabalhos ligados à imigração italiana e aos memorialistas de Antônio Prado, diz respeito à maneira como são construídas as histórias. As memórias coletivas falam de um passado de privações e sofrimentos devidos à fome, à mata fechada, aos animais ferozes, aos ataques dos indígenas e as doenças que foram superados pela coragem e o trabalho do imigrante. As narrativas dos imigrantes sobre suas próprias histórias admitem privações e sofrimentos, mas, num segundo momento, todos esses problemas são apresentados pelos memorialistas como definitivamente superados. O êxito da colonização é atribuído à coragem heroica do imigrante capaz de sobrepujar os obstáculos da mata e reproduzir a civilização trazida da Itália em espaços considerados vazios. Segundo o antropólogo José Souza da UFRGS,

em Antônio Prado existe um grande orgulho pela origem italiana das pessoas e a história oficial não recua muito antes de 1886, como se a região fosse um vazio populacional, até que chegassem os imigrantes que construíram a civilização sobre a natureza outrora preservada. Esta versão reforça o preconceito contra os ‘bugres’, os ‘negri’, os mestiços e os ‘brasileiros’, todos representados como pessoas mentalmente incapazes, imprevidentes e indolentes, valores que se opõem à moral de trabalho que faz parte essencial da cosmo-visão trazida pelos imigrantes da Europa Moderna.³

² “Em 1987 foi decretado o tombamento provisório, pela SPHAN, de mais 47 casas em Antônio Prado. A ação foi justificada pelo “valor de conjunto do acervo, tratando-se do maior núcleo urbano homogêneo representativo da arquitetura de imigração italiana no Brasil”. Em sua maior parte, o acervo consistia em chalés de madeira amplos e simétricos, construídos por um grupo de carpinteiros italianos - quase todos de uma mesma família - nas primeiras décadas do século XX. Casas em que se destaca a presença de lambrequins derramando-se abaixo da cumeeira dos telhados. LEWGOY, Bernardo. *Do velho ao antigo: etnografia do surgimento de um patrimônio*. Cadernos de Campo (São Paulo, 1991), Brasil, v. 5, n. 5-6, mar.1996, p. 3.

³ SOUZA, José Otávio Catafesto. *O povoamento indígena na região de Antônio Prado*. In: BACCARIN, Onira; GUZZO, Dirce Brambatti; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Orgs.). *Raízes de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST Edições, 2008, p. 46.

A partir da comemoração do Centenário da Imigração Italiana no Brasil em 1975, houve um aumento expressivo de publicações de livros e revistas sobre a história da Imigração italiana no Rio Grande do Sul. Significativa contribuição nesse processo teve a Editora EST, fundada pelo Frei Capuchinho Rovílio Costa em 1974 em Porto Alegre, que passou a publicar os registros das paróquias das colônias italianas do Rio Grande do Sul: livros tomo, registros de nascimento, casamento e óbito, crônicas e documentos oficiais da Igreja e do Estado. As publicações da editora EST são feitas em Português, Italiano e *Talian*.

Os livros, revistas e jornais publicados sobre a imigração italiana na região, com raras exceções, não narram fracassos, retrocessos ou problemas individuais e coletivos das Colônias, pois estes são vistos apenas como parte de um processo já superado, que deve ser ocultado para destacar somente os atos heroicos do imigrante pioneiro e desbravador. Mario Maestri, em seu artigo intitulado “A Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul: A Construção da Memória”, critica a posição de Olívio Manfroi⁴ defendida em sua obra *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*, a qual apresenta os imigrantes como heróis que só obtiveram sucesso:

Precisamente para sustentar o mito de uma predestinação ao sucesso econômico-social, as narrativas apologéticas da historiografia étnica expurgavam as contradições internas e externas e o insucesso de seus relatos, abordando comumente apenas a constituição e consolidação da sociedade colonial, como assinalado. Não se historiou igualmente a crise e a frustração da reprodução da comunidade camponesa diante da posse latifundiária da terra, já desde os anos 1920, que levou a milhares de colonos-camponeses a abandonarem o Rio Grande do Sul, para procurar sucesso em outras regiões, a proletarizarem-se nas cidades ou se arrancharem, sob o toldo negro dos acampamentos das beiras das estradas sulinas, na dura luta por um naco de terra para trabalhar. Sobretudo, a colonização colonial-camponesa jamais foi descrita nos seus processos e tendências essenciais, ou seja, como sociedade de pequenos produtores rurais familiares que passaram a vida trabalhando muito duro, da manhã à noite, sobretudo para alimentar-se e alimentarem suas famílias, permanentemente expropriadas do trabalho excedente que produziram em favor do capital comercial e industrial dominante.⁵

As memórias de conflitos e fracassos até são assumidas e discutidas pelos imigrantes oralmente, mas não são registradas por escrito. Os fatos históricos considerados imorais ou conflituosos, tanto pessoais quanto coletivos, na maioria das vezes, são amenizados ou ocultados, pois tanto os depoentes quanto os que escrevem sua história não se sentem à vontade

⁴ Cf. MANFROI, Olívio. *A Colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2001. 168 p.

⁵ MAESTRI, Mário. *A região colonial italiana do Rio Grande do Sul: a construção da memória*. In: TEDESCO, João Carlos; ZANINI, Maria Catarina Chitolina (Orgs.). *Migrantes ao sul do Brasil*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010, p. 107.

em expor conflitos familiares e comunitários. Na mesma perspectiva de Manfroi, Maria Petrone também esclarece que se formou uma memória de sucessos em torno da imigração italiana e um esquecimento em torno das dificuldades encontradas pelos imigrantes:

Ficou na memória a história daqueles que vieram sem nada, instalaram-se na mata virgem, construíram o rancho ou dormiram de baixo de árvores, alimentaram-se de caça, de pinhões e de frutos silvestres, mas que depois de dois, três ou mais anos puderam apresentar uma bonita casa cercada de jardim, pomar e horta, e que tiveram uma produção proveniente da roça ou da criação de animais para vender.⁶

A partir da década de 1910, nos primeiros anos da colonização italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul, foram fundados jornais católicos escritos em Italiano e em Português com o objetivo de manter a catolicidade⁷ e a italianidade⁸ dos imigrantes para que não perdessem a fé⁹. Em 13/02/1909 foi fundado o jornal *La Libertà* em Caxias do Sul pelo Pe. Carmine Fasulo¹⁰, o qual teve o nome alterado para *Il Colono* em 1910, *Stafetta Riograndense* em 1917, quando os Freis Capuchinhos assumiram a direção do Jornal, e *Correio Riograndense* em 1941, devido a II Guerra Mundial. Em 1921, esse periódico semanal passou a pertencer aos Freis Capuchinhos, sendo impresso em Caxias do Sul. Em 1925 foi publicada a obra *La cooperazione degli italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud* em italiano pela Livraria do Globo de Porto Alegre, exaltando a história da imigração italiana e sua contribuição para a educação, a indústria e o comércio do Rio Grande do Sul. Por ocasião dos 75 anos da imigração,

⁶ PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 72.

⁷ O vocábulo “catolicidade” é um termo proveniente da palavra grega *katolikos*, que significa universal, usado pela Igreja Católica para definir o conjunto de crenças e práticas adotados pela Igreja Católica: “Enviada por Deus às nações para ser o ‘sacramento universal da salvação’, a Igreja, em virtude das exigências íntimas de sua própria catolicidade e obedecendo à ordem de seu fundador, esforça-se para anunciar o Evangelho a todos os homens.” CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Edição típica Vaticana, Loyola, 2000, p. 244.

⁸ A italianidade são usos e costumes preservados por descendentes de imigrantes italianos vindos ao Brasil a partir de 1875. Tales de Azevedo entende que: “Por sua natureza intrínseca, a luta pela italianidade é um movimento de defesa e de conservação do complexo sociocultural e econômico-político da sociedade ‘colonial’, além de uma tentativa de manter os laços afetivos, políticos e econômicos com a metrópole de origem.” AZEVEDO, Tales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra/Brasília: INL, 1982, p. 244. “Para Olívio Manfroi, a italianidade restringiu-se a um pequeno grupo que participava das sociedades italianas, ao passo que a maioria esmagadora dos imigrantes buscou identificação no catolicismo.” POSSAMAI, Paulo César. *“Dall’Italia siamo partiti”: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945)*. Passo Fundo: UPF, 2005, p. 250.

⁹ “Constatando o perigo de se perder a fé, causado pela emigração ao exterior, - perigo que percebemos muito grave durante a sagrada visita pastoral, - e desejando, enquanto é possível, afastá-lo de nossos filhos, fundamos nas disposições que o Sumo Pontífice Clemente VIII publicou a esse respeito.” SCALABRINI, João Batista. *A emigração italiana na América*. Trad. Redovino Rizzardo. Porto Alegre: EST/CEPAM/UCS, 1979, p. 34.

¹⁰ “Nascido em Monte Falcione, Província de Avelino, na Itália, entrou para a Congregação dos Padres Palotinos, ordenando-se em 22.5.1890, ano em que partiu para o Brasil, passando a trabalhar como Coadjutor de Caxias até 1891, quando passou para o clero diocesano. Foi nomeado 1º cura de Caravágio em 2.5.1893, construindo a Igreja Matriz e a casa paroquial.” BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980, p. 40.

em 1950, é publicado o *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*, salientando a contribuição dos imigrantes italianos para o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul e do Brasil.

A maioria dos estudos sobre a relação entre imigrantes italianos e Igreja Católica, baseados no conceito de religião de Marx e Weber, destacam que nas colônias italianas a religião ocupava o centro da vida dos imigrantes, controlando a moral e o comportamento social da comunidade. Araldi, em sua dissertação “A dominação ideológica da Igreja Católica oficial sobre a população urbana de Flores da Cunha”, defende que a organização social dessa colônia não depende da autoridade do padre ou da vontade dos imigrantes, mas da estrutura de poder à qual os sujeitos se submetem segundo a função social que cada um desempenha:

A autoridade do padre se eleva a nível de dominação, havendo a submissão de um grupo de pessoas a outro homem (padre) e a instituição, entretanto, devemos reconhecer que os padres, na sua grande maioria, são de boa-fé, límpidos e de moralidade pessoal irrepreensível, o que cabe salientar, é que o problema de dominação situação num nível mais profundo, atingindo um dado estrutural que na sua lógica e funcionamento, independe da vontade particular do homem enquanto padre.¹¹

A leitura estrutural da organização social das colônias italianas idealizou um imigrante submisso à hierarquia da Igreja e do Estado, dominado pelas autoridades e incapaz de iniciativa própria. Também é muito defendida a tese de que as relações entre imigrantes e Igreja eram harmoniosas e pacíficas, porque a religião católica formava o comportamento submisso dos imigrantes: “Neste ponto, Weber está de acordo com Marx ao afirmar que a religião cumpre uma função de conservação da ordem social contribuindo, nos termos de sua própria linguagem, para a ‘legitimação’ do poder dos ‘dominantes’ e para a ‘domesticação dos dominados.’”¹² Existe a predominância de hierarquias, ideologias e dominações nas relações sociais, contudo, estas não são absolutas e, em alguns momentos, sofrem resistências. Por isso, o trabalho pretende desconstruir a visão homogênea de que nas colônias italianas os imigrantes se sujeitavam às lideranças religiosas e políticas sem questionar ordens, exigir participação e tentar

¹¹ A dissertação de Estela Maris Araldi Fontana intitulada “A dominação ideológica da Igreja Católica oficial sobre a população urbana de Flores da Cunha”, defendida na Universidade Federal do Paraná, ressalta a hegemonia política e moral da Igreja Católica sobre os imigrantes italianos e seus descendentes. O trabalho faz um estudo sobre a subordinação ideológica da população de Flores da Cunha à ideologia do catolicismo oficial da Igreja Católica. A Colônia italiana de Flores da Cunha, situada na Serra Gaúcha, é contígua à Colônia de Antônio Prado. FONTANA, Estela Maris Araldi. *A dominação ideológica da Igreja Católica oficial sobre a população urbana de Flores da Cunha*. 1986. Dissertação (Mestrado em História) UFPR. Curitiba, p. 85. Cf. ZAGONEL, (1975); MANFROI, (1975); DE BONI, (1980); DE BONI; COSTA (1984); BEOZZO, (1986); COSTA; BATISTEL (1982;1983); GALIOTO, (1987); MERLOTTI, (1979).

¹² BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013, p. 32.

impor sua vontade. Não se quer negar que nesse período do final do século XIX e início do século XX, a Igreja Católica exerceu grande influência sobre os imigrantes italianos, mas é necessário repensar como os imigrantes se posicionavam e resistiam a essa influência, principalmente no campo social e político.

Na Itália, durante o século XIX, os emigrantes lutavam por liberdade contra as invasões francesas, austríacas e os Estados Pontifícios situados no centro da Península Itálica. Desde 1870, ano da unificação da Itália, muitos italianos, incitados por maçons e carbonários, já expressavam descontentamento tanto em relação às políticas do Estado Italiano quanto em relação às práticas morais da Igreja. Os emigrantes, em sua maioria, eram analfabetos, mas possuíam grande experiência de vida adquirida na luta pela sobrevivência, pois “todo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas que são as condições para que se formem tanto o sujeito quanto os domínios do saber.”¹³ Desse modo, não há uma noção de sujeito dado naturalmente, pois ele é construído historicamente pelo grupo social no qual está inserido. Por isso, os sujeitos procuram o reconhecimento do grupo do qual fazem parte para legitimar seu poder.

O Alto Clero¹⁴, representado pelos bispos, se colocou contra a emigração italiana para o Brasil, pois receava perder adeptos, porque a maioria de seus fiéis era camponesa e a mesma estava emigrando em massa para a América. Contudo, muitos padres de pequenas cidades italianas, principalmente de congregações religiosas como a dos *scalabrinianos*¹⁵, percebendo as dificuldades dos camponeses em sobreviver na Itália, país com grande densidade demográfica e poucas terras férteis, apoiaram a emigração e se dispuseram a acompanhar os imigrantes nas novas colônias da América. Para o italiano do Vêneto, a emigração¹⁶ não era

¹³ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. XXI.

¹⁴ “A presença de um sacerdote entre os imigrantes dava-lhes um sentimento de segurança e de benção à emigração, aumentando a identificação entre o campesinato e o baixo clero. O mesmo sentimento não se repetia, contudo, com relação ao alto clero, que se identificava com as classes dominantes.” POSSAMAI, Paulo César. “*Dall’Italia siamo partiti*”: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005, p. 68.

¹⁵ Congregação dos Missionários de São Carlos, fundada pelo Bispo João Batista Scalabrini, nascido a 8 de julho de 1839 em Fino Mornasco, Província de Como, Itália, com a finalidade de acompanhar os imigrantes italianos em todo o mundo para manter sua italianidade e catolicidade. A ligação com a Itália serviria para manter a língua e os costumes, e estes, por sua vez, manteriam a fé. A Congregação dos Scalabrinianos foi fundada a 28 de novembro de 1887 em Piacenza, Itália, com o intuito de enviar missionários para atender aos emigrantes italianos no mundo. Os primeiros missionários scalabrinianos a chegarem no Brasil em 1888 foram os padres Natal Pigato e Francisco Brescianini, enviados para Santa Felicidade no Paraná. Também foram criadas missões em São Paulo e no Rio Grande do Sul nas Colônias de Encantado, Nova Bassano e Capoeiras, todas na diocese de Porto Alegre. SCALABRINI, João Batista. *A emigração italiana na América*. Trad. Redovino Rizzardo. Porto Alegre: EST/CEPAM/UCS, 1979, p. 186.

¹⁶ A imigração temporária, a fim de trabalhar em países vizinhos, já era tradicional entre os habitantes do Trentino e do norte da Itália, porém, com a chegada dos agentes de emigração às aldeias italianas, retratando os países americanos como um verdadeiro Éden, surgiu uma verdadeira “febre americana” entre os camponeses italianos e

uma prática desconhecida, pois todo ano milhares de pessoas emigravam para Bélgica, França e Alemanha para trabalhar nas minas e estradas de ferro, e muitos não retornavam para a Itália: “Nell’ultimo quarto del secolo scorso l’emigrazione dal Veneto assunse proporzioni eccezionale: tra 1875 ed il 1900 emigrarono stabilmente 400.000 persone mentre almeno 55.000 si recarono temporaneamente all’estero per motivi di lavoro.”¹⁷ O Vêneto foi a região que mais perdeu habitantes na Itália, somando um total de quatrocentos mil habitantes que emigraram para países da Europa e da América.

Enquanto alguns padres e bispos combatiam a emigração, outros tornavam-se subagentes em suas paróquias rurais; enquanto uns se preocupavam, acima de tudo, com a distribuição de catecismos aos que partiam, outros se lançavam no movimento para acompanhar os italianos dispersos pelo mundo. A atitude destes últimos, entre os quais se encontravam os bispos G. Scalabrini e G. Bonomelli, acabaria por triunfar no meio eclesiástico, auxiliada em parte pela política reformista do papa Leão XIII.¹⁸

A concentração das poucas terras agriculturáveis na Itália nas mãos dos latifundiários forçou muitos agricultores sem-terra na Itália a emigrar para outros países. A imigração italiana para o Sul do Brasil foi motivada pelo desejo dos imigrantes de serem donos de seu próprio lote de terra, aspiração que a situação econômica da Itália lhes dificultava realizar. Segundo Frosi e Mioranza,

a economia era dependente de poucos industriais e de muitos latifundiários ainda afetos a esquemas econômicos medievais de feudalismo e de exploração da força operária e agrícola. A unificação política não destituiu o fenômeno escravagista de uma economia tradicional e ultrapassada. A formação da nova Itália, como reino, não abria perspectivas propícias à revogação dos esquemas antiquados de grandes proprietários feudais com títulos hereditários de posse de terras e do elemento humano que as trabalhavam.¹⁹

A grande maioria dos imigrantes que veio para o Rio Grande do Sul é formada por agricultores e, segundo Trento, noventa e cinco por cento dos imigrantes foram trabalhar nos

trentinos, que foi muitas vezes alimentada pelo baixo clero. Alguns padres defendiam os camponeses das ameaças dos proprietários e das autoridades municipais, encorajando-os a emigrar. POSSAMAI, Paulo César. “*Dall’Italia siamo partiti*”: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005, p 64.

¹⁷ “No último quartel do século passado a imigração do Vêneto assumiu grandes proporções: entre 1875 e 1900, 400.000 pessoas emigraram de forma permanente e temporariamente, pelo menos, 55.000 foram para o exterior por motivos de trabalho.” PASUCH, Egidio. *Il fenomeno migratorio a Sedico*. In: ISTITUTO BELLUNESE DI RICERCHE SOCIALI E CULTURALI. *Ricordando: Storia e immagini del comune di Sedico*. Serie Quaderni n. 25, 1986, p. 146, tradução nossa.

¹⁸ DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2011, p.73.

¹⁹ FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento, 1975, p. 12.

lotes de terra coloniais: “De fato, a característica essencial da imigração no sul do Brasil foi seu destino profissional praticamente unívoco: embora não faltassem indivíduos que, não tendo direito à terra, exerciam atividades artesanais, 95% se dedicavam à agricultura.”²⁰ Os imigrantes italianos vieram com toda a família para os estados do Sul do Brasil: avós, pais, netos, tios e sobrinhos e se instalaram em pequenas propriedades rurais, onde desenvolveram uma agricultura familiar voltada para a produção de alimentos.

No Rio Grande do Sul, a instalação das colônias italianas nas regiões montanhosas do Nordeste do estado tinha por objetivo produzir alimentos para as grandes cidades, como esclarece Angelo Trento: “Os cultivos mais importantes eram representados pela videira, cuja expansão se deve aos colonos italianos, trigo, erva-mate, feijão, milho, cevada e arroz, no Rio Grande do Sul; milho, mandioca, feijão, cevada, arroz e, nas regiões mais quentes, cana-de-açúcar, café e fumo, em Santa Catarina e no Paraná.”²¹ Os colonos italianos foram direcionados para as terras montanhosas do Nordeste do Rio Grande do Sul, porque as terras mais planas já estavam ocupadas pelos fazendeiros portugueses e pelos alemães que se instalaram no município de São Leopoldo em 1824: “Os italianos tiveram de se contentar com lotes localizados no planalto, numa região coberta de mata – a encosta da serra –, sem vias de comunicação, onde, conseqüentemente, prevaleceu uma agricultura de subsistência.”²² Além disso, segundo Nogueira e Hutter, diferentemente da imigração alemã, os imigrantes italianos não puderam contar com a subvenção do transporte até as colônias e tiveram que pagar pelos seus próprios lotes: “Por sua vez, os colonos italianos chegados a partir da década de 80 não contaram mais com subvenções, pois estas haviam sido abolidas. Assim, tiveram de reembolsar todos os auxílios recebidos, inclusive o transporte até a colônia a que se destinavam e o lote que ali recebiam.”²³

Na fundação da Colônia de Antônio Prado, no final do século XIX, o contato maior dos imigrantes foi com as autoridades civis: Agências de Imigração, Companhias Marítimas e Comissão de Terras. Num segundo momento, a relação dos imigrantes com a Igreja Católica foi mais intensa, sendo que tanto os colonos italianos se beneficiaram socialmente da estrutura

²⁰ TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana*. Trad. Maria Rosária Fabris e Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988, p. 97.

²¹ *Ibidem*. p. 91.

²² *Ibidem*. p. 85.

²³ NOGUEIRA, Arlindo Rocha; HUTTER, Lucy Maffei. *A colonização em São Pedro do Rio Grande do Sul durante o império (1824-1889)*. Porto Alegre: Garatuja, 1975, p. 81.

física e administrativa da Igreja Católica, quanto esta se beneficiou dos imigrantes italianos para continuar evangelizando e ensinando a catequese.

Os imigrantes italianos que vieram para a Colônia de Antônio Prado a partir de 1886, se instalaram em seus próprios lotes e se organizaram em torno das “Sociedades da Capela”²⁴ dirigidas pelos “Padres Leigos”²⁵ e pelos “Fabriqueiros”²⁶, mas num segundo momento, com a chegada a 08/11/1897 do padre Carmine Fasulo da Congregação Palotina²⁷ e a elevação do curato²⁸ da Colônia à condição de Paróquia a 31/05/1900, iniciou-se o processo de romanização²⁹ da paróquia que transformou os padres leigos e os “fabriqueiros” em meros assistentes dos párocos e dos religiosos, provocando vários conflitos. Se por um lado, a ideologia religiosa da Igreja Católica determinou o modo como o imigrante deveria se comportar em sua vida privada e pública, o imigrante italiano, por outro lado, se sentia “sócio” da capela³⁰ da qual participava aos domingos, e, portanto, se dava o direito de opinar sobre a organização política da comunidade liderada pelo padre, transformando-a num espaço social e familiar próprio. Assim, na fase inicial da Colônia, a moral e a consciência dos imigrantes italianos foram determinadas pelo catolicismo, mas a política local, apesar de o padre ser o líder³¹ mais influente dos imigrantes, era determinada pelos imigrantes nas Sociedades da Capela, liderada pelo Padre Leigo e pelos “fabriqueiros”, que não questionavam a doutrina da

²⁴ A “Sociedades da Capela” era uma associação religiosa organizada nas igrejas do interior das colônias italianas e seus membros eram designados “sócios da capela”. Cf. DALLABRIDA, Norberto. *A sombra do Campanário: o catolicismo romanizado na área de colonização italiana do Médio Vale do Itajaí-Açu (1892-1919)*. 1993. p. 18. Dissertação. (Mestrado em História) UFSC. Florianópolis.

²⁵ Os Padres Leigos eram leigos que exerciam algumas funções do sacerdote ordenado pela Igreja Católica nas Sociedades da Capela na falta deste, como a direção do culto, os batizados, casamentos e funerais.

²⁶ “Exerciam importantes tarefas sociais e comunitárias, uma verdadeira diaconia. Se, por exemplo, em alguma família adocesse uma pessoa, com longa enfermidade, os fabriqueiros escalavam as pessoas que, principalmente durante a noite, deviam permanecer na casa do doente. [...] O mesmo era feito em relação ao trabalho. Os fabriqueiros convocavam todas as pessoas disponíveis da comunidade e, em poucos dias, era feito o plantio, ou a limpeza, ou a colheita da safra.” FOCHESSATTO, Itoni. *Descrição do culto aos mortos entre descendentes italianos no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EST, 1977, p. 29.

²⁷ A Pia Sociedade das Missões (PSM) era uma ordem religiosa ultramontana fundada por Vicente Pallotti em 1835 em Roma, Itália, para propagar a fé católica através de missões religiosas no estrangeiro. Cf. IOPP, Rafael. *Vicente Pallotti e a sua obra*. Santa Maria: Gráfica Pallotti, 1936.

²⁸ Curato vem da palavra cura que quer dizer padre, o qual é uma capela ou conjunto de capelas que têm possibilidades de se tornar sede de uma paróquia com a presença permanente de um pároco e vigários.

²⁹ A romanização é o processo de exclusão dos leigos da presidência da liturgia da Igreja e do múnus de ministrar sacramentos, com a finalidade de reforçar a submissão dos leigos ao poder do clero, impedindo-os de administrar paróquias e capelas, realizar ritos religiosos e ministrar sacramentos. Cf. AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. São Paulo: Edições paulinas, 1992, p. 116.

³⁰ O termo capela é utilizado tanto para designar a Igreja, o prédio onde são realizadas as cerimônias religiosas, quanto para se referir a todo o espaço geográfico da comunidade da capela, onde vivem as famílias que frequentam a capela.

³¹ Segundo Pesciolini, que visitou Antônio Prado em 1913, antes de procurar o prefeito, o juiz, o cônsul e o médico, os colonos se dirigiam primeiro aos padres para solucionar problemas familiares, de saúde e de negócios. Cf. PESCIOLINI, Ranieri Venerosi. *Le colonie italiane nel Brasile meridionale: estati di Rio Grande do Sul - Santa Catarina - Paraná*. Torino: Fratelli Bocca, 1914. 303 p.

Igreja e a autoridade dos padres e dos religiosos, mas, por outro lado, tinham autonomia para organizar o culto, as orações e as festas.

A língua usada para a comunicação nas Sociedades da Capela era o dialeto vênето que, com o passar do tempo, se transformou num dialeto geral denominado de *Talian*, o qual sofreu censura entre os anos de 1937, no Estado Novo de Getúlio Vargas, e 1942, durante a II Guerra Mundial. Nesse período, o Estado Brasileiro substituiu muitos nomes de cidades caracteristicamente italianos por nomes brasileiros, como é o caso de Nova Roma, antigo distrito de Antônio Prado, que teve seu nome alterado para Guararapes na tentativa de apagar a memória dos imigrantes italianos e o seu dialeto vênето. A Colônia de Antônio Prado não teve seu nome alterado, pois já tinha sido nomeada com um nome brasileiro em homenagem ao Ministro da Agricultura Antônio da Silva Prado.

Em muitas comunidades, devido à falta de sacerdotes católicos, também existia o Padre Leigo responsável pelos batizados, casamentos, funerais, bênçãos e cerimônias religiosas: reza do culto, das ladainhas e do terço. Contudo, num segundo momento, com a chegada de padres italianos e a doutrina ultramontana³², iniciou-se o processo de romanização da Igreja nas colônias italianas, proibindo aos padres leigos de atuarem como sacerdotes:

A igreja viveu – na segunda metade do século XIX – um momento de profunda transformação e, buscando readequar a instituição às mudanças pelas quais passava a sociedade, os bispos reformadores trilharam um caminho conservador, retomando o Concílio de Trento, reafirmando a universalidade da Igreja e os dogmas de fé e moral. A partir dessa opção – que segue as diretrizes do Sumo Pontífice, Pio IX – os prelados buscam reforçar no país as idéias ultramontanas, reforçando o atrelamento à hierarquia e a independência frente à ingerência do Estado, promovendo a Restauração Católica no Brasil.³³

Para entender as relações de poder no cotidiano da Colônia de Antônio Prado, nos apoiaremos nos conceitos de poder, história e verdade em Foucault, considerando o poder como relação social entre sujeitos e não como estrutura. A compreensão das relações de sociabilidade se fundamentam nos conceitos de capital social, capital cultural, *habitus* e campos de poder de Bourdieu, considerando que imigrantes, Igreja e Estado possuem seus próprios campos de atuação, pois os sujeitos históricos não são hierarquicamente justapostos, mas sim, capazes de

³² O Ultramontanismo, no século XIX, foi um movimento de defesa da Igreja Católica contra os valores da modernidade defendidos pela Revolução Francesa em 1789, visando submeter as autoridades civis à autoridade espiritual e temporal do Papa. Defendia o primado da Igreja sobre o mundo ocidental para reafirmar a autoridade do Papa sobre os povos cristãos e era contra a democracia e a independências dos poderes temporais. Cf. AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. São Paulo: Edições paulinas, 1992, p. 116.

³³ BENEDUZI, Luiz Fernando. *Imigração italiana e catolicismo: entrecruzando olhares, discutindo mitos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 47.

fazer acordos, negociações e concessões no campo político e religioso. E para entender a formação, conservação e representação da memória coletiva da Colônia, nos apoiaremos na obra *A memória coletiva* de Halbwachs e *A história cultural: entre práticas e representações* de Chartier. Halbwachs esclarece que os grupos sociais tendem a conceber e construir sua história como memória contínua, transformando o presente em passado: “A memória coletiva se distingue da história sob pelo menos dois aspectos. Ela é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém.”³⁴

Para entender as relações de força entre imigrantes, Igreja e Estado, devemos entender, não os sentidos da história, mas as relações de poder envolvidas nos conflitos, como demonstrou Foucault: “A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido. A história não tem ‘sentido’, o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas.”³⁵ Para Foucault não se trata de encontrar a origem do poder ou de explicar o que é o poder, mas sim de entender como o poder constitui a história, pois esta é o resultado da ação dos que tem mais poder sobre a ação dos que tem menos poder. Foucault entende que o poder não existe *a priori*, porque ele só se concretiza no momento da relação de poder, pois o poder é possibilidade, ou seja, para que exista de fato, precisa ser exercido pela imposição da força física ou moral, econômica ou política sobre as pessoas.

Dispomos da afirmação que o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força.³⁶

Foucault desenvolve sua genealogia da história a partir da concepção de história de Nietzsche, o qual defende que a história não é o fato acontecido, mas sim, o fato interpretado. O registro do acontecimento histórico não é a realidade, mas somente a produção de uma interpretação da realidade. Logo, a crença na verdade surge quando se acredita que a interpretação do fato é a própria realidade e não sua interpretação:

³⁴ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003. p. 102.

³⁵ FOUCAULT, op. cit., p. 5

³⁶ Ibidem. p. 175.

Há um combate ‘pela verdade’ ou, ao menos, ‘em torno da verdade’ – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer ‘o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder’; entendendo-se também que não se trata de um combate ‘em favor’ da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha.³⁷

Partindo da genealogia da história de Nietzsche, Foucault entende que tanto a realidade humana quanto a interpretação histórica da realidade são fabricadas pelo poder, porque o real não é acessível de modo direto, pois o historiador não lida com a concretude do real, mas com uma realidade historicamente fabricada. Em outras palavras, tanto a realidade histórica quanto a interpretação da realidade são criadas pelo ser humano, enquanto faz sua própria história na relação com os espaços e os lugares sociais. Foucault também entende que o trabalho de construção do passado histórico não é o desenvolvimento de acontecimentos situados no tempo e no espaço dispostos segundo causas e efeitos:

Certamente a história há muito tempo não procura mais compreender os acontecimentos por um jogo de causas e efeitos na unidade informe de um grande devir, vagamente homogêneo ou rigidamente hierarquizado: mas não é para reencontrar estruturas anteriores, estranhas, hostis ao acontecimento.³⁸

O fato de a história ser dispersiva, para Foucault, não significa que ela não tenha sentidos e permanências, mas sim, que eles são de outra ordem, ou seja, são particulares e de curta duração. Em outras palavras, a história é feita de continuidades e rupturas, contudo, muito mais de rupturas do que de continuidades. É possível que hajam continuidades e rupturas em alguns aspectos da história, mas isso precisa ser identificado na própria história singularizada e concreta e não numa pretensa história universal e abstrata. Desse modo, a história tem sentidos construídos e não somente um único sentido, assim como tem verdades construídas, e não somente uma única verdade.

Bourdieu se baseia nos conceitos de sociedade de Durkheim e de indivíduo de Weber para discutir a autoridade imposta pelas classes dominantes às classes dominadas da sociedade e aos indivíduos através do poder simbólico³⁹. Evidencia que os códigos morais assumidos

³⁷ FOUCAULT, op. cit., p. 13.

³⁸ Idem. *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 56.

³⁹ “É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os «sistemas simbólicos» cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para

pelos indivíduos e por parte da sociedade como naturais, nada mais são do que imperativos morais culturalmente fabricados. “Este acto de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um acto de conhecimento, o qual, por estar firmado, como todo o poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia.”⁴⁰ Durkheim defende que não é o indivíduo que domina a sociedade, mas é a sociedade que impõe regras de condutas para os indivíduos. A prática social dos costumes desenvolvidos ao longo do tempo, naturaliza verdades fabricadas que passam a ser assumidas pelos indivíduos e pela sociedade como normais e necessárias à sobrevivência. Weber, ao contrário, defende que são os indivíduos, agindo socialmente, que direcionam as atitudes e o comportamento do grupo. Entende que o sujeito é influenciado pela sociedade, mas não determinado.

O Exercício da função do padre não se exercia somente por seu carisma e missão, mas também pelo cargo simbólico⁴¹ que ocupava e pelo discurso oficial que proferia em nome da Igreja, para tentar impor e defender suas prerrogativas diante dos imigrantes e do Estado.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário.⁴²

Para Bourdieu, existe tanto a coerção do grupo sobre o indivíduo, na mesma perspectiva durkheimiana, quanto de alguns indivíduos sobre o grupo, conforme a análise weberiana, que definem as posições de poder dentro dos campos segundo a atuação de cada indivíduo. O poder é o resultado do que cada membro do grupo consegue fazer e não somente do que representa dentro do grupo. Os comportamentos sociais são diversificados: a maioria das pessoas se submete ao poder hegemônico de pessoas e instituições, outros tentam adaptá-las às suas necessidades através de negociações e acomodações e, ainda, uma parcela menor da sociedade,

a «domesticação dos dominados».” BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 11.

⁴⁰ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 114.

⁴¹ Berger, historiador das religiões, também entende a religião como um poder simbólico que reforça a obediência ao poder instituído, seja ele religioso ou civil: “A religião legitima as instituições infundindo-lhes um status ontológico de validade suprema, isto é, situando-as num quadro de referência sagrado e cósmico.” BERGER, Peter L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 1985, p. 46. Desse modo, naturaliza um processo cultural fabricado tornando-o ontológico e, portanto, considerado real. Ainda, “a religião é por excelência legitimadora da sociedade, porque oculta a fabricação humana e histórica dos arranjos sociais.” OTTO, Clarícia. *Catolicidades e italianidades: tramas e poder em Santa Catarina (1875-1930)*. Florianópolis: Insular, 2006, p. 15. Por isso, o poder religioso é um poder simbólico capaz de legitimar as relações de poder, apresentando-as como verdadeiras, justas e necessárias.

⁴² BOURDIEU, op. cit., p. 14.

considerada marginal, não se submete às regras, além de atacar as pessoas e as instituições que as representam.

O estudo das fontes relativas à colônia italiana de Antônio Prado para o desenvolvimento da pesquisa não visa extrair a verdade dos documentos, mas entender os sentidos dos documentos e o que eles significam para a comunidade na perspectiva foucaultiana: “... a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações.”⁴³ Daí a importância de se compreender quem ou qual grupo construiu a fonte, com que objetivos e para quem.

Na *episteme* foucaultiana da história, o trabalho do historiador se voltou das grandes unidades para as rupturas e os acontecimentos, delimitados no tempo e no espaço como experiência particularizada, única e irrepetível com sentido próprio. “A história contínua estava ligada à posição fundadora do ‘sujeito’ – a garantia de que teria de volta o que lhe escapa, de que o tempo não dispersaria e de que, pela consciência de si, ele poderia unificar e dominar toda dispersão.”⁴⁴ Agora, a história é consequência de sua dispersão, pois é a dispersão que aponta os vários sentidos dos acontecimentos. Logo, os acontecimentos são “redistribuições recorrentes que fazem aparecer vários passados, várias formas de encadeamento, várias hierarquias de importância, várias redes de determinações, várias teleologias...”⁴⁵

O contato com as fontes escritas sobre a Colônia possibilitou perceber que os descendentes dos imigrantes italianos transformaram os documentos em monumentos que precisam ser enaltecidos, na mesma perspectiva demonstrada por Foucault em *A arqueologia do saber*: “Em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinha sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos.”⁴⁶ A arqueologia tenta entender como ocorrem as mudanças e não porquê ocorrem. Foucault esclarece que a análise arqueológica da história não quer simplesmente negar as permanências, e sim, mostrar o que é uma permanência e quando ocorre uma ruptura.

⁴³ FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 7.

⁴⁴ REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 125.

⁴⁵ FOUCAULT, op. cit., p. 5.

⁴⁶ *Ibidem*. p. 8.

Nos depoimentos estudados sobre a Colônia, podemos perceber que as atas, cartas, estatutos, leis, objetos e fotografias são tratados pelos memorialistas como se fossem o próprio passado e não a sua representação no presente. Para os moradores da Colônia, os documentos e objetos produzidos por seus antepassados são relíquias que “resgatam” o passado através da memória para que ele não seja perdido. Contudo, como aponta Nora, é preciso diferenciar a memória da história para não considerar a memória do presente como se fosse o próprio passado:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a toma sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.⁴⁷

Foucault alerta para o fato de que não existe somente conhecimento linear e cumulativo, mas também descontínuo e fragmentado: “... pois o historiador se dispõe a descobrir os limites de um processo, o ponto de inflexão de uma curva, a inversão de um movimento regulador, os limites de uma oscilação, o limiar de um funcionamento, o instante de funcionamento irregular de uma causalidade circular.”⁴⁸ Neste ponto, Certeau também concorda com Foucault quando afirma que a pesquisa histórica não trabalha mais só com as histórias exitosas, mas também com os esquecimentos, as derrotas e os fatos dispersos: “A pesquisa não se põe mais, apenas, em busca das compreensões que tiveram êxito. Retorna aos objetos que não compreende mais. Procura medir aquilo que perde, fortalecendo suas exigências e seus métodos.”⁴⁹ Certeau também aponta para o fato de que “é necessário lembrar que uma leitura do passado, por mais

⁴⁷ NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: Projeto História. São Paulo, n.10, dez., 1993. p. 9.

⁴⁸ FOUCAULT, op. cit., p. 10.

⁴⁹ CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 32.

controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente.”⁵⁰

A análise do protagonismo dos imigrantes italianos na Colônia será feita a partir do conceito de sujeito histórico de Foucault segundo sua própria definição: “Seria interessante tentar ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história.”⁵¹ O sujeito não é só o que ele foi, mas é também o que ele consegue ser no presente enquanto faz sua própria história através das relações de poder com os outros, quando é capaz de impor a vontade e a verdade do “eu” sobre a vontade e a verdade do “outro”, pois a verdade que prevalece é a de quem tem mais poder, mesmo que não seja justo, conforme explica Foucault:

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder (não é – não obstante um mito, de que seria necessário esclarecer a história e as funções – a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.⁵²

Para Foucault, a institucionalização do poder através do Estado tem por função impor a vontade dos que detêm poder sobre os que não exercem cargos de poder, ou pelo menos, sobre os que tem menos poder: “Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção.”⁵³ Assim, na sociedade institucionalizada, o poder é a coerção da força jurídica ou física imposta através de leis e punições pelos que tem mais poder aos que tem menos poder.

A dissertação tem como título *Imigração italiana na Colônia de Antônio Prado - RS: catolicismo e sociabilidades (1885-1945)* e aborda as relações de poder e seus conflitos através das sociabilidades ocorridas na Colônia de Antônio Prado entre os anos de 1885, data da

⁵⁰ CERTEAU, op. cit., p. 8.

⁵¹ FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2003, p. 10.

⁵² Idem. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 12.

⁵³ Idem. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2012, p. 17.

fundação da Colônia, e 1945, final da II Guerra Mundial, para apreender as convergências e as divergências que os imigrantes italianos tiveram com a Igreja Católica através das Sociedades da Capela. Para entender como se davam essas relações também é preciso estudar as expressões religiosas que determinaram significativamente o modo de pensar e agir do imigrante italiano.

O objetivo da pesquisa é o de investigar como aconteciam as relações de poder e de sociabilidade entre os imigrantes italianos e os representantes da Igreja e do Estado na Colônia de Antônio Prado. Quando os sacerdotes ou religiosos não faziam o que os imigrantes queriam, eles pressionavam as autoridades eclesiais e civis para que o religioso fosse transferido, ou usavam da influência política da Igreja e do padre para pressionar o Estado a atender suas necessidades. Com essa abordagem, pretendemos compreender a constituição da identidade dos imigrantes italianos e a manutenção de sua tradição, valores e língua na Colônia de Antônio Prado, que num primeiro momento foi acolhida pelo Governo Brasileiro, mas que num segundo momento, devido ao Estado Novo de Getúlio Vargas e a Segunda Guerra Mundial, foi ignorada e perseguida. Diante dessa situação adversa, a Igreja Católica foi o espaço social no qual os imigrantes italianos se organizaram e preservaram suas tradições e valores de modo autônomo.

O recorte temporal da pesquisa sobre a imigração italiana na Colônia de Antônio Prado, abrange o período entre 1885 e 1945 para possibilitar a compreensão das permanências e das rupturas nas relações de poder ao longo do tempo entre imigrantes, Igreja e Estado. Além disso, a pesquisa também não se concentrará apenas em um único fato ou evento, mas em alguns momentos de maior tensão na disputa pelo poder, num período relativamente longo para permitir o entendimento de como o poder se constitui nos espaços, nos lugares e no tempo.

O estudo da Colônia num período de tempo prolongado só foi possível porque toda a documentação que se refere à ocupação geográfica e social de seu território está concentrada na própria Colônia. O estudo dos tempos na Colônia de Antônio Prado pode ser dividido em três períodos: criação da Colônia e do Município (1885-1899); desenvolvimento do comércio (1900-1936); estagnação da Colônia devido ao isolamento geográfico (1937-1980). Para nosso trabalho estudaremos o primeiro e o segundo período em seus aspectos sociais, econômicos, políticos e religiosos para analisar a evolução dos conflitos e acordos na construção das relações de poder e sociabilidade entre os imigrantes, a Igreja e o Estado no decorrer do tempo. Os acontecimentos mais significativos analisados para perceber as relações de poder entre imigrantes, Igreja e Estado ao longo do tempo são: o conflito da nomeação dos lugares entre nomes brasileiros e nomes italianos, a delimitação dos espaços das capelas e a designação de

seus respectivos padroeiros, a Maldição do Padre, a Revolta dos Colonos e a Educação na Colônia com suas tradições e valores.

As fontes analisadas sobre a Colônia de Antônio Prado são as transcrições impressas pela Editora EST do Arquivo da Comissão de Terras de Antônio Prado e de Porto Alegre, das atas, crônicas e ofícios do Arquivo Histórico Municipal de Antônio Prado e da Delegacia de Polícia de Antônio Prado, dos livros tombo e das crônicas das Paróquias Sagrado Coração de Jesus de Antônio Prado e São Pedro e São Paulo de Nova Roma do Sul. A maioria das citações das páginas das fontes segue a numeração dos documentos impressos e não dos documentos originais, salvo em alguns casos nos quais são citadas as próprias páginas referentes aos documentos originais.

O trabalho analisa as obras *Antônio Prado e sua história* com 288 páginas do pesquisador Fidélis Dalcin Barbosa publicada em 1980 que contém documentos relativos à criação da Colônia de Antônio Prado, *Povoadores de Antônio Prado* com 1103 páginas de Rovílio Costa publicada em 2007, da qual analisamos “Começos de Antônio Prado e os pioneiros”, “Antônio Prado: data, efemérides e eventos” e “Antônio Prado: vultos e fatos”. Os documentos impressos em *Povoadores de Antônio Prado* são transcrições extraídas por Frei Rovílio Costa do Arquivo da Prefeitura Municipal de Antônio Prado, dos livros tombo das Paróquias Sagrado Coração de Jesus de Antônio Prado e São Pedro e São Paulo de Nova Roma do Sul, e das seguintes obras: *História de Antônio Prado* de João Spadari Adami, *As velhas ruas de Antônio Prado contam sua História* de Benito José Fattori de 1965, *Un viaggio a Rio Grande del Sud* de Vittorio Buccelli de 1904, *Antropologia visual da imigração italiana* de Rovílio Costa de 1976, *Anuário Brasileiro de Imigração e Colonização* de 1962 e *Revista de Antônio Prado – 76 anos* de 1972. Da obra *Raízes de Antônio Prado* com 896 páginas de 2008 organizada por Dirce Brambatti Guzzo, Onira Baccarin e Véra Lucia Maciel Barroso, examinamos uma série de 125 depoimentos que versam sobre a história, a política, a educação e a religião na Colônia. Da obra *Raízes de Antônio Prado* utilizamos os seguintes artigos: “Os intendentes municipais de Antônio Prado e o Presidente Borges de Medeiros”, “A maldição do padre” de Vitor Grazziotin e “O episódio de 25 de maio” de Valdemir Guzzo. Todas as obras são publicadas pela Editora EST dos Freis Capuchinhos do Rio Grande do Sul. A pesquisa sobre “O episódio de 25 de maio” também tem como fonte o relato do jornal *Correio do Povo*, edição de 28/05/1936, publicado em *Povoadores de Antônio Prado*, além dos jornais *Panorama Pradense*, *Jornal de Antônio Prado* de 1974 a 1976, *Diário do Nordeste*, *A época*, *Jornal do Dia*, *Diário de Notícias*, *Pioneiro* e *Correio Riograndense*.

O capítulo I trata dos aspectos geográficos da Colônia de Antônio Prado relacionados à ocupação dos espaços e dos lugares, da fundação da Colônia pelo Estado Brasileiro e da formação do *Talian* como língua comum de identificação e integração entre os imigrantes. A Colônia de Antônio Prado foi criada em 1885 pelo Governo Brasileiro antes de existir qualquer núcleo habitado, em uma área montanhosa e de difícil acesso entre o Rio das Antas e o Rio da Prata no Nordeste do Rio Grande do Sul. Por isso, o processo de fundação e reconhecimento da Colônia percorreu caminho inverso à formação de muitos outros núcleos habitados do Sul do Brasil, que foram reconhecidos como colônia, vila, cidade ou município muito tempo depois de seu povoamento.

O capítulo II discute as relações de poder e os conflitos existentes entre imigrantes, Igreja e Estado, tendo como temas os “Pioneiros da Colônia”, a “Maldição do Padre” e a “Revolta dos Colonos”. Os imigrantes italianos entraram em conflito entre si e com os padres para definir o local da construção das capelas e o nome dos padroeiros. Na revolta dos colonos de 1936, os imigrantes entram em conflito com a administração municipal do Prefeito Oscar Hampe, devido a mudança do sistema de cobrança de impostos, que deixou de incidir sobre o lote para incidir sobre a produção agrícola.

No capítulo III abordaremos a expressão da identidade e da italianidade do imigrante na Colônia de Antônio Prado através da religião católica como fator de identidade cultural e social entre os imigrantes, pois a religião foi o meio pelo qual os imigrantes puderam construir e manifestar sua identidade étnica e cultural. Ainda, discutiremos a apropriação do espaço sagrado como espaço de sociabilidade nas Sociedades da Capela, o surgimento da figura do Padre Leigo e a organização da educação na Colônia com suas tradições e valores.

CAPÍTULO I

A COLÔNIA ITALIANA DE ANTÔNIO PRADO

1 Aspectos geográficos: ocupação de espaços e lugares

A colônia italiana de Antônio Prado⁵⁴ está situada no Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul na região serrana a 770 metros de altitude, entre o Rio das Antas e o Rio da Prata, distando 184 km da capital, Porto Alegre. A Colônia é formada por uma península cercada pelo Rio das Antas a oeste e sul, e pelo Rio da Prata a leste, tendo saída por terra somente ao norte. Atualmente, Antônio Prado é limitado ao norte pelo município de Ipê; a leste, pelos municípios de Vacaria e São Marcos; a oeste por Veranópolis, Vila Flores e Nova Prata e, ao sul, pelos municípios de Nova Roma do Sul, Nova Pádua e Flores da Cunha.

Segundo os primeiros imigrantes italianos, que chegaram na Colônia de Antônio Prado, na região só haviam alguns “bugres”, como eram denominados os indígenas pelos imigrantes no final do século XIX no Sul do Brasil. Ainda, segundo a tradição oral, os imigrantes italianos relatam que desde 1880 já haviam alguns poloneses e suecos na região, mas que devido a chegada dos italianos, mudaram-se para o Alto Uruguai, situado no Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. A vila de Nova Roma⁵⁵ foi o berço do povoamento do município de Antônio Prado com a chegada de duzentas famílias polonesas, cinquenta suecas e algumas russas que se estabeleceram nas Linhas Gustavo Vasa, Castro Alves, Fagundes Varela, Carlos Leopoldo e 10 de Julho, na época, todas pertencentes ao município de Vacaria. Segundo Stawinski, os

⁵⁴ Fidélis Dalcin Barbosa em *Antônio Prado e sua história*, à página 14, (1980) registra que um dos primeiros documentos relativos à criação do núcleo colonial data de 29 de abril de 1885. Nesse documento, o engenheiro Manuel Barata Góis envia, envia do Campo dos Bugres à Porto Alegre, o orçamento da medição das terras da nova Colônia.

⁵⁵ “A data da fundação de Nova Roma, conforme registro do Pe. José Ben no livro do tombo da paróquia, é seis de janeiro de 1899, festa dos Santos Reis, dia em que o Pe. Alexandre Pellegrini celebrou aqui a primeira missa.” BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980, p. 233.

poloneses se fixaram “à margem esquerda do Rio da Prata e nas Linhas Castro Alves e Silva Tavares, nas cercanias de Nova Roma e Nova Treviso. Os lotes coloniais, destinados aos imigrantes poloneses, situavam-se em zona montanhosa e pedreguenta. As 200 famílias polonesas tiveram assistência espiritual do Pe. Josué Bardin durante o ano de 1896.”⁵⁶

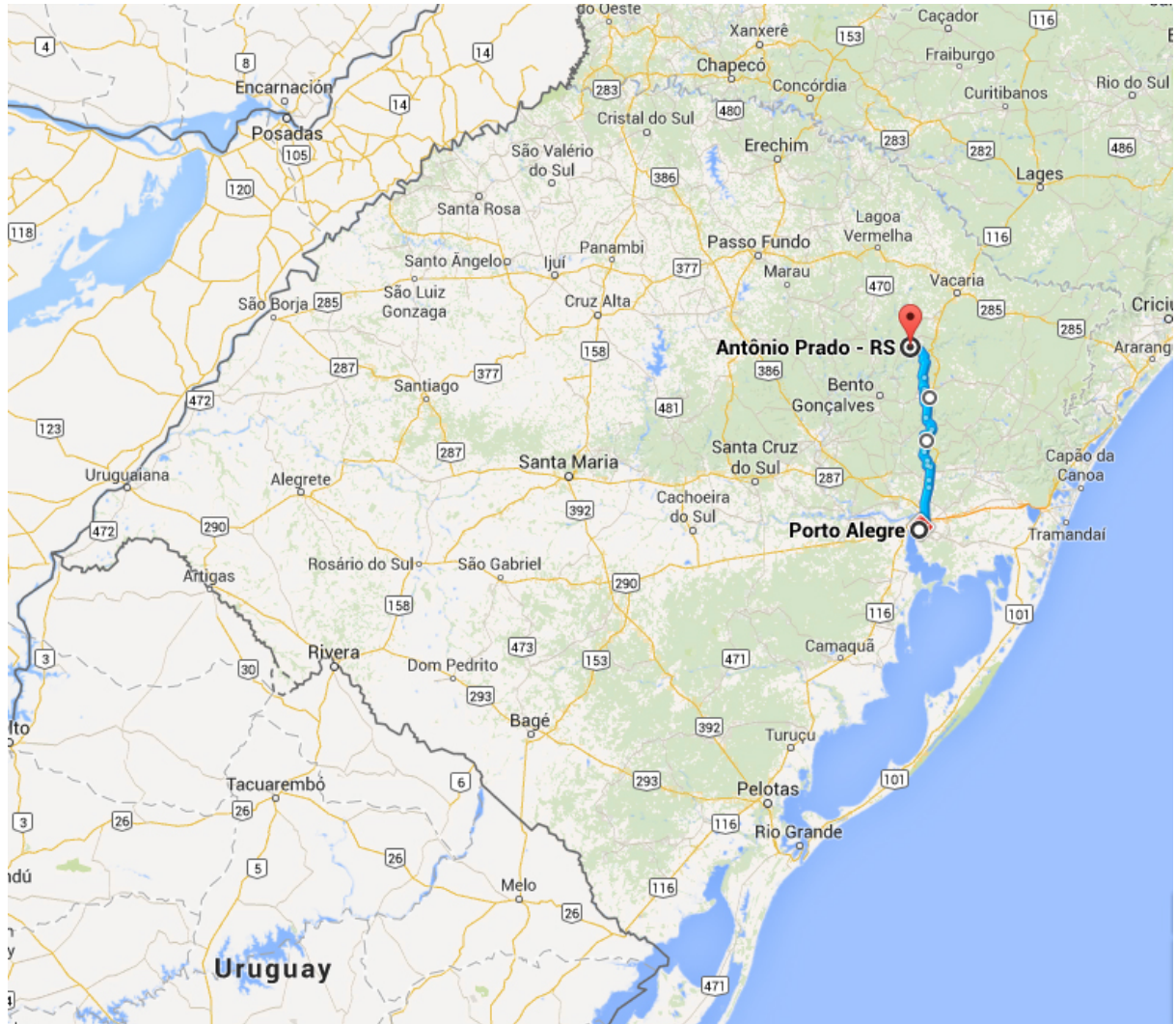


IMAGEM 1 – Mapa do Rio Grande do Sul. Em azul, trajeto de 180 km de Porto Alegre até Antônio Prado via Caxias do Sul. Fonte: Google Maps. Acesso em: 22 de out. 2014.

⁵⁶ STAWINSKI, Alberto Victor. *Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul (1875-1975)*. Porto Alegre: EST/UCS: Caxias do Sul, 1976, p. 54.

Em 1886 os espaços montanhosos da Colônia de Antônio Prado eram cobertos por matas nativas cortadas por rios e pequenos córregos. Os espaços eram ocupados somente por alguns indígenas que andavam pela região para caçar e pescar e por animais selvagens. Para a fundação da Colônia os imigrantes italianos tiveram que abrir picadas e clareiras na mata, transformando os espaços em lugares⁵⁷ favoráveis para habitar e trabalhar. Para os imigrantes, a derrubada da mata, a abertura de estradas e a construção das primeiras casas de madeira visava ocupar o território para recriar as condições de vida trazidas da Itália e iniciar uma nova “civilização”. Segundo Zanini, o imigrante italiano concebia as terras da Colônia “... como espaço vazio, à espera da domesticação civilizadora, e do ambicioso imigrante, apto a dela extrair riqueza.”⁵⁸

Em 1886, o Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, forneceu as balsas⁵⁹ e as ferramentas para os colonos derrubarem a mata e abrirem as estradas, mas não disponibilizou mão de obra especializada para a execução das obras, sendo que estas tiveram que ser feitas pelos próprios imigrantes.

Stawinski explica que a partir de 1900, depois da chegada dos primeiros imigrantes italianos em Antônio Prado, oriundos das províncias de Belluno, Treviso e Vicenza, os poloneses pioneiros, suecos e russos começaram a migrar para novas áreas de colonização, como Nova Prata, Getúlio Vargas, Erechim e para os municípios do Alto Uruguai no Noroeste do Rio Grande do Sul: “Cercados de todos os lados por italianos e não tendo possibilidade de expansão, os imigrantes poloneses não acharam outra solução, a não ser abandonar essas terras acidentadas.”⁶⁰

O acesso à sede da Colônia de Antônio Prado foi realizado pelo Passo do Simão no Rio do Inferno, um afluente do Rio das Antas, situado em região montanhosa entre as colônias de Nova Trento (Flores da Cunha) e Antônio Prado. Marcílio Casarotto, da Congregação dos

⁵⁷ O homem (fator geográfico de primeira ordem) domina a natureza e é dominado por ela. Existe uma luta entre o homem e a natureza, esta possuindo uma dinâmica própria que influencia aquele. A Terra seria palco da ação do homem, mas dotada de vida. A ação do homem seria contingente, ou seja, ele escolheria onde, quando e como agir e possuiria várias possibilidades. A Geografia compreende o conjunto da Terra. BRAGA, Rhalf Magalhães. *O espaço geográfico: um esforço de definição*. In: GEOUSP: Espaço e Tempo, São Paulo, n.º 22, 2007, p. 66.

⁵⁸ ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Fé, trabalho e família: a construção das memórias entre descendentes de imigrantes italianos*. Revista USP. 2007. São Paulo, v. 72, p. 162.

⁵⁹ “1886 – A MUDANÇA (bagagens e pessoas) foi custeada pelo Governo, que contratou o transporte das bagagens dos imigrantes, com Dallagiovanni Agostino (1886), um ano depois com João Luciano (João gringo) (1890) e com Antonio Fernandes de Lima (1891). O Governo custeou as despesas com a abertura da estrada Caxias/Passo do Simão, passando pelas Léguas IX, X, XVI e Linha Acioli e construiu a primeira balsa provisória (17/12/1887) administrada por Manuel João Maria, em cima de três canoas, 7 barrotes e pranchões.” DURANTE, Salvador; APPIO, Jorge; APPIO, Francisco (Orgs.). *Família Appio: De piombino Dese a Nova Treviso*. Nova Roma do Sul: 2010, p. 7.

⁶⁰ STAWINSKI, op. cit., p. 55.

Irmãos Maristas, na obra *Povoadores de Antônio Prado*, relata como foi a ocupação das terras acidentadas da Colônia de Antônio Prado pelos seus pais:

No final do século XIX, nas duas margens do Rio das Antas, sobram áreas íngremes e pedregosas, tão acidentadas que foram postas à venda pelo governo na base de 100 metros quadrados por cem réis ou 1.000 metros por um fiorin; umas constituíam o Mato Perso, lado de Caxias, outras formavam o Mato Particular nas barrancas dos rios Prata, Segredo, Turvo e Antas. Muitos casais novos de Flores da Cunha, Garibaldi, Otávio Rocha... aceitaram o desafio e foram batalhar naquelas perambeiras em que se carregavam nas costas os cestos com o milho até onde se encontrava algum cargueiro para continuar o transporte. Assim iniciaram meus pais, nas canchadas do Segredo e do Turvo.⁶¹

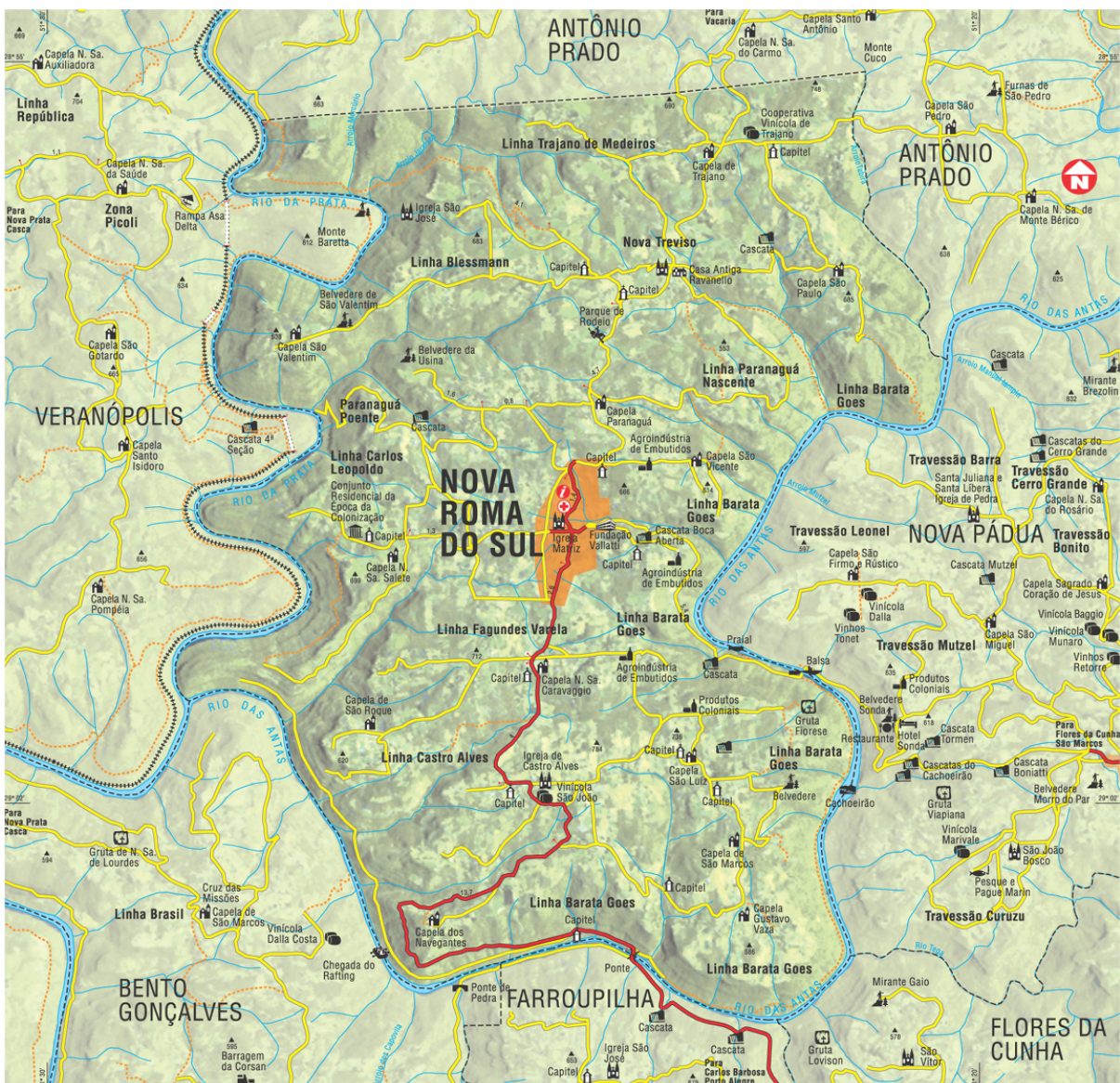


IMAGEM 8 – Mapa do relevo e da hidrografia do município de Nova Roma do Sul, 2º distrito de Antônio Prado criado a 19 de janeiro de 1923, situado entre os rios das Antas e da Prata. Disponível em: http://www.serragaucha.comploadpage_filenoaroma. Acesso: 22 out. 2014.

⁶¹ COSTA, Rovílio. *Povoadores de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2007, p. 280.

Frei Costa, em sua obra *Povoadores de Antônio Prado*, também menciona a presença de poloneses na região:

Já em 1880, poloneses e suecos se encontravam no território de Nova Roma, seis anos antes da fundação da Colônia. Eles transpunham o Rio das Antas, através dos municípios de Farroupilha e Bento Gonçalves, conforme atesta o Pe. José Ben, o primeiro a proceder ampla pesquisa entre os primeiros colonizadores do território da sua paróquia de Nova Roma. – Os atuais moradores afirmam que seus avós italianos, ao chegarem aqui, encontraram lotes ocupados por poloneses e suecos, nas Linhas Gustavo Vasa, Castro Alves, Fagundes Varela, Carlos Leopoldo, 10 de Julho...⁶²

José Gelain, em suas memórias de 1942, narra como foi sua chegada na Colônia de Antônio Prado em 1889, descrevendo o caminho íngreme que percorreu:

No dia seguinte, continuamos a viagem. Entramos por estreitas picadas e subíamos agarrando-nos em cipós, atalhando, a fim de chegarmos depressa ao Paese Novo. O caminho era difícil e tivemos de trepar por enormes paredões de pedra. Ao meio-dia chegamos. No Barracão dos Imigrantes comemos, graças a Deus. Naquele tempo, no *Paese Novo*, além do Barracão, só havia duas casas. De tarde começamos a trabalhar. O bom trabalhador ganhava dois mil-réis por dia e o mais fraco, mil e quinhentos. Labutamos durante quinze dias. Depois cedemos o lugar a outros Imigrantes que precisavam também ganhar o alimento. Pagávamos a comida e sobrava-nos um mil-réis por dia. Nos 15 dias de serviço, eu e o tio Prosdócimo ganhamos 25 mil-réis. Comíamos mal e dormíamos ainda pior. A comida consistia em polenta e açúcar. Ao meio-dia, toicinho assado ao fogo.⁶³

Os lotes eram cobertos de florestas, as quais, posteriormente, foram derrubadas para permitir o plantio de cereais e a criação de animais. Esse modelo de loteamento agrário só foi possível porque na Colônia de Antônio Prado ainda não havia moradores assentados pelo Governo, apenas alguns poloneses que permaneceram temporariamente na região, conforme consta no relatório do Escritório da Comissão de Terras de Antônio Prado de 26/05/1891, feito por Sérgio Nogueira, ajudante de escriturário, publicado à página 17 da obra *Povoadores de Antônio Prado* de Frei Rovílio Costa:

Escritório da Comissão de Terras em Antônio Prado, 26 de maio de 1891: Comunico-vos que se retiraram hoje desta Colônia 24 famílias de polacos-russos por não quererem se estabelecer.

Procurei por todos os meios ao meu alcance para colocá-los; ofereci-lhes lotes todos unidos e em linha onde só tivessem polacos; prometi dar o intérprete José Harmenski para os acompanhar e ajudá-los no que fosse possível e tudo foi baldado, declararam que queriam só trabalhão de estrada e que depois se retiravam para Porto Alegre. É bem

⁶² COSTA, Op. cit., p. 12-13.

⁶³ BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Semblantes de pioneiros: vultos e fatos da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Livraria Sulina: Porto Alegre, 1961, p. 30.

possível que visando especulação vão a esse escritório dizer o contrário, entretanto aqui está o intérprete que pode afirmar o que avanço.
 Estas famílias já se acham bastante tempo no barracão e nunca quiseram lotes e nem mesmo ir vê-los.
 Ao cidadão Ricardo Joaquim, M D. Ajudante da Comissão em Caxias.
 Sérgio Nogueira – Ajudante de Escriturário.⁶⁴

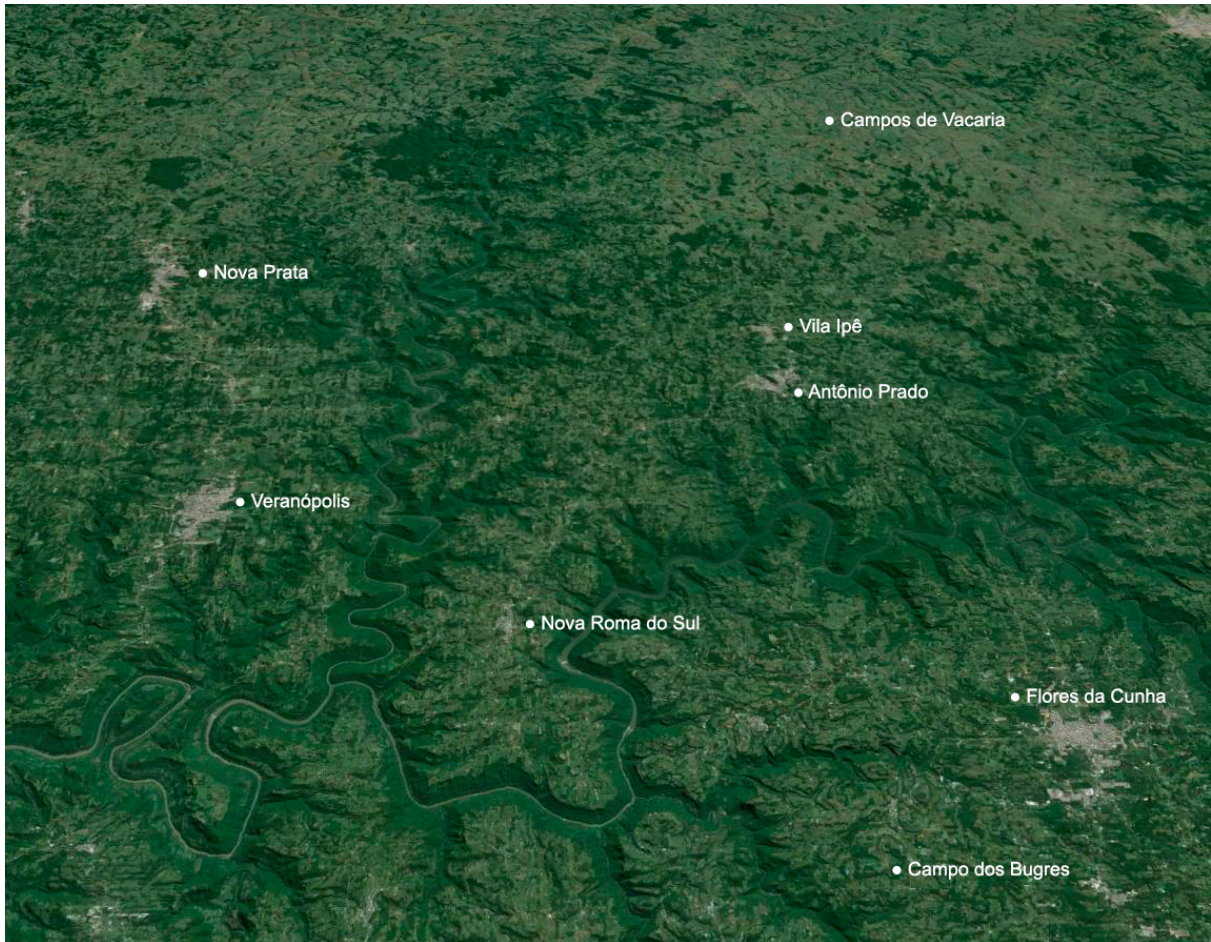


IMAGEM 2 – Relevo da Colônia de Antônio Prado e das regiões limítrofes com Vacaria, Caxias do Sul, Flores da Cunha e Veranópolis no Nordeste do Rio Grande do Sul. Fonte: Google Maps.

Segundo dados da obra *Antônio Prado e sua história*⁶⁵, a 20/05/1891 o engenheiro chefe, Dr. José Montauray, de Alfredo Chaves, hoje, Veranópolis, informou ao Escritório da Comissão de Terras de Porto Alegre que os imigrantes suecos de Antônio Prado e Castro Alves se transferiram para a colônia de Lucena no Alto Uruguai. E a 18/10/1891, comunicou-se que José Marchi vendeu o lote número 27 da Linha 10 de Julho para André Bellini. Ainda, a 20/02/1892 o comerciante Antonio Sfogleia, da Linha Castro Alves, solicitou pagamento de 300\$000 por gêneros fornecidos aos poloneses por ordem do fiscal José Harmenski. Por último,

⁶⁴ COSTA, op. cit., p. 17.

⁶⁵ Cf. BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980, p. 22-23

a 18/03/1892 comunicou-se a retirada de imigrantes poloneses da Linha Castro Alves que retornaram para Porto Alegre em busca de trabalho. No período de 1891 a 1893 o fiscal de terras na Comissão de Terras de Antônio Prado era Mateus Roman; o auxiliar de escrita era Vitor Bersani.

Contrariando o relatório de Sérgio Nogueira, o relatório da Comissão de Terras de 14/02/1891 sobre Antônio Prado faz referência a 14 famílias de poloneses instaladas na Linha Carlos Leopoldo que estavam sem alimentos: “Em 14.2.1891, o ajudante do escritório da Comissão de Terras em Antônio Prado solicita providências junto ao fiscal Amâncio da Rosa em favor de 14 famílias polonesas da Linha Carlos Leopoldo, que se achavam sem alimento de espécie alguma.”⁶⁶ O problema ainda persistia a 03/03/1891, quando o funcionário da Comissão de Terras, Romano Martini, foi inspecionar as linhas onde estavam instalados os imigrantes poloneses:

Em 3-3-1891, da Comissão de Terras de Alfredo Chaves, o engenheiro chefe, Dr. José Montaury, diz que o empregado Romano Martini, inspecionando as Linhas Castro Alves, Fagundes Varela, Carlos Leopoldo, Gustavo Vasa, encontrou os *imigrantes poloneses revoltados* e prontos a seguir para Caxias, desfeitos pela miséria em que se achavam. Para acalmá-los, foi necessário dar vales a todos, porquanto a triste situação dos colonos resultava da falta de cumprimento do dever do fiscal Amâncio.⁶⁷

Os relatos escritos e orais da Colônia de Antônio Prado sobre os imigrantes poloneses demonstram que os mesmos foram forçados a voltar para os centros de distribuição de imigrantes em Caxias do Sul e Porto Alegre por falta de assistência. O Estado Brasileiro e seus representantes não deram atenção aos poloneses em Antônio Prado porque está colônia era destinada aos imigrantes italianos e os poloneses representavam um grupo minoritário. Segundo Costa, Pe. José Ben, chegado em janeiro de 1914 na Vila de Nova Roma, elevada à condição de Distrito de Antônio Prado a 19/01/1923, foi o primeiro a pesquisar sobre as famílias polonesas e suecas instaladas em sua paróquia nesse curato:

A primeira capela de Santa Ana (Santa Ana Velha) foi fundada por imigrantes poloneses, todos católicos. A imagem da padroeira foi trazida da Polônia e ainda hoje se venera na nova capela de Santa Ana. Eram duas centenas de famílias, muitas delas chegadas depois da fundação da Colônia de Antônio Prado. Cada uma ocupava meio lote. Com a vinda de imigrantes italianos, a partir de 1888, os poloneses e suecos principiaram a reemigrar para a região do Alto Uruguai, em nosso Estado.⁶⁸

⁶⁶ BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980, p. 20.

⁶⁷ COSTA, op. cit., p. 18, grifo do autor.

⁶⁸ BARBOSA, op. cit., p. 14.



IMAGEM 7 – Mapa do relevo e da hidrografia da Colônia de Antônio Prado no Nordeste do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.serragaucha.com/upload/page_file/antoniop.jpg. Acesso em: 22 out. 2014

Na Colônia, para os imigrantes italianos, o espaço compreendeu toda a região geográfica delimitada pelo Governo para recebê-los, e os lugares abrangeram as linhas e travessões, nas quais estão as casas dos colonos e as Sociedades da Capela com seus salões de festa e os cemitérios. Segundo Mello,

os lugares são repletos de símbolos. Assim defendem os geógrafos do horizonte humanístico. A simbologia não se restringe aos centros de bem querência, afetividade, despojamento experiência. Os espaços – vastos, estranhos, desconhecidos e “distantes” – bem como os “deslugares” – monótonos e repetitivos – reúnem igualmente símbolos de grandezas variadas. No âmbito de tal complexidade, o texto almeja estabelecer distinção e unidade aos conceitos de símbolos, lugares, espaços e “deslugares”.⁶⁹

Para os imigrantes italianos, que saíram da Itália e se dirigiram para a colônia italiana de Antônio Prado, a ocupação dos espaços e dos lugares da Colônia significava “fazer a América”, ou seja, ser proprietário de seu próprio lote de terra. Os imigrantes procuraram transformar os espaços da Colônia, formados por matas e rios, em lugares adaptados as suas necessidades, tendo como modelo os vilarejos de origem na Itália. Segundo Saquet⁷⁰, “o território é apropriado e construído socialmente, resultado e condição do processo de territorialização; é produto do processo de apropriação e domínio social, cotidianamente, inscrevendo-se num *campo de poder*, de relações socioespaciais, nas quais, a natureza exterior ao homem está presente de diferentes maneiras, como mencionamos em Saquet (2003/2001 e 2004).”⁷¹

Inicialmente, os espaços e os lugares da Colônia foram ocupados pelos barracões, pelas casas dos imigrantes italianos construídas próximas às estradas, pelos galpões para guardar cereais, pelas estrebarias para abrigar os animais e pelas capelas destinadas às orações. As primeiras habitações construídas nas linhas e travessões foram feitas de pranchões de madeira e cobertas com tabuinhas de cedro, pinheiro e cabreúva. Os objetos usados pelos imigrantes eram poucos, somente algumas ferramentas e alguns móveis feitos de madeira pelos próprios imigrantes: mesa, banco, cama e baú para guardar as roupas.

⁶⁹ MELLO, João Baptista Ferreira. *Símbolos dos lugares, dos espaços e dos “deslugares”*. Espaço e Cultura. UERJ, RJ, mai. 2013, p. 167.

⁷⁰ “Nesse sentido, o espaço geográfico é por nós entendido como um produto da dinâmica socioespacial, ou seja, das relações sociais que os homens mantêm entre si, com a natureza nata (meio natural, sua natureza exterior) e consigo mesmo, com sua natureza interior. Este espaço é dia-a-dia re-produzido através do trabalho e demais atividades do homem e revela as contradições e desigualdades sociais.” SAQUET, Marcos Aurelio. *Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS)*. Porto Alegre: EST, 2003, p. 21.

⁷¹ SAQUET, Marcos Aurelio. *As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade*. Gerosul, Florianópolis, v. 22, n. 43, jan./jun. 2007, p. 58, grifo do autor.

Somente mais tarde, a partir de 1900, que se começou a construir casas com porão de pedra e o primeiro andar em madeira beneficiada. A cozinha era construída a alguns metros da casa de dormir para evitar incêndios, pois o *fogolaro*, espécie de fogão para cozinhar os alimentos, ficava aceso o dia todo. Em muitas casas, a linha para fazer roupa era feita pelos próprios moradores com lã de ovelha. Poucas coisas eram compradas: no máximo querosene e tecido em rolo para fazer roupa. Por isso, era comum ver famílias vestidas com roupas feitas com tecido da mesma cor, dando a impressão de estarem uniformizadas.

Os imigrantes recebiam do governo sementes, ferramentas e mantimentos para abrir as linhas e travessões, desmatar o lote e construir uma casa. Durante o primeiro ano, cada imigrante também tinha o direito de ser empregado três vezes por semana como assalariado em obras públicas, geralmente na abertura de estradas e na edificação de pontes, para garantir a sobrevivência do imigrante italiano até a primeira colheita. As madeiras para a construção de casas, galpões e cercas eram rachadas manualmente; as ferramentas, como pregos, dobradiças e trincos, eram fornecidas gratuitamente pela Comissão de Terras: “21.7.1891, de Alfredo Chaves informa-se que seguiram para Antônio Prado: 400 pacotes de pregos, 50 fechaduras, 150 pares de dobradiças, 25 facões, 15 quilos de pólvora e 100 metros de estopim.”⁷² Na época da fundação da Colônia, a agricultura desenvolvida era a familiar e voltada para o consumo próprio.

A moradora de Antônio Prado, Ain Zara Calliari, em entrevista concedida a Paula Giroto em 1980 sobre Antônio Prado, relata que “as moradias eram feitas pelos imigrantes. E tudo feito de madeira. Até os pregos eram de madeira. Eles faziam com angico, uma madeira dura. Assim foi no ano que o pai chegou, em 1885, e a mãe foi em 1898. A cozinha era sempre um ranchinho um pouco afastado da casa, por medo de incêndio, porque o fogo sempre sai da cozinha, então faziam a cozinha uns 15 a 20 metros longe da casa.”⁷³

Os imigrantes se relacionavam apenas entre os moradores da mesma linha, pois não haviam estradas que ligassem uma linha a outra em meio à mata. No centro da linha era construída a capela, local de convivência dos moradores da linha, que organizou a vida religiosa e social dos imigrantes segundo o modelo dos vilarejos de origem na Itália. Vendrame e Zanini em seu artigo “Imigrantes italianos no Brasil meridional: práticas sociais e culturais na conformação das comunidades coloniais” esclarece que

⁷² BARBOSA, op. cit., p. 23.

⁷³ GIROTTO, Paula. *Antônio Prado por Ain Zara Calliari*. Entrevista, Antônio Prado, 1980. In: COSTA, Rovílio. *Povoadores de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2007, p. 296.

nas regiões de colonização italiana no Rio Grande do Sul, os imigrantes foram se organizando a partir da mobilização em construir capelas, escolher os santos padroeiros, garantir a assistência de um sacerdote, fundar associações e reforçar laços, colocando os indivíduos em relações de reciprocidades. Tudo isso foi permitindo a formação da localidade enquanto um espaço de práticas sociais e culturais corporativas e compartilhadas. É também das tensões internas entre os grupos que habitam em determinado núcleos que nasce a necessidade de fundar locais de culto e sociabilidade, legitimando, muitas vezes, através de confrontos com outros o direito que possuem sobre um território.

Geralmente, próximos aos edifícios religiosos surgiram casas de comércio, locais em que a população promovia pequenos bailes e outros divertimentos, revivendo as antigas tradições e estabelecendo formas de sociabilidade.⁷⁴

Nos centros das linhas e travessões foram construídas as capelas, ao lado das quais surgiu o comércio da Colônia que vendia produtos industrializados para os colonos e comprava sua produção agrícola, como explica Zagonel:

Fosse em madeira ou em alvenaria, a capela era sempre uma obra da comunidade, lugar de culto e centro social, centro comercial e sinal de progresso e prestígio da região. A seu redor a vida se desenvolvia, desde o comércio até a escola. O culto motivava os encontros e os encontros promoviam o grupo social. A vida convergia para o centro religioso, fosse ele um centro de vila ou de cidade, ou fosse ele um simples centro de linha perdida entre as montanhas.⁷⁵

Na Itália, os emigrados viviam, em sua maioria, nos *Borghi*⁷⁶, isto é, na vila, trabalhando durante o dia em seus próprios campos ou dos donos da terra, e retornando à noite para pernoitar no *Borgo*. Diferentemente da Itália, onde os camponeses trabalhavam na lavoura durante o dia e à noite retornavam para a cidade, na Colônia de Antônio Prado os imigrantes viviam isolados em seus lotes, onde moravam e trabalhavam, convivendo somente em família durante a semana. A vida social dos imigrantes acontecia nos domingos na Sociedades da Capela, quando se encontravam para rezar o terço. Em torno da Capela se formava uma comunidade de convivência para rezar, trabalhar e se divertir:

Na Itália, o colono vivia em pequenos povoados, onde o contato e as trocas sociais faziam parte do cotidiano. A forma de organização do território das Colônias no Brasil favoreceu o isolamento dos moradores. Assim, reduziram-se de modo considerável os

⁷⁴ VENDRAME, Maíra Ines; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Imigrantes italianos no Brasil meridional: práticas sociais e culturais na conformação das comunidades coloniais*. Estudos Ibero-Americanos: PUCRS, v. 40, n. 1, jan.-jun., 2014, p. 146.

⁷⁵ ZAGONEL, Carlos Albino. *Igreja e imigração: capuchinhos de Sabóia e seu contributo à Igreja do Rio Grande do Sul (1895-1915)*. 1975. Dissertação (Mestrado em História) PUC-RS. Porto Alegre. p. 53.

⁷⁶ Na Itália, surgido na Idade Média, o *Borgo* é uma vila comercial cercada de regiões agrícolas, no qual os trabalhadores da cidade e do campo vivem em sua periferia. STAWINSKI, Alberto Vitor. *Dicionário – Dizionario: Vêneto-Português-Italiano*. Treviso: Utrim, 1995, p. 53.

contatos e a convivência em grupos. Os principais locais de encontro acabaram sendo os pontos de comércio, os moinhos e as capelas.⁷⁷

De Boni, em seu artigo “O catolicismo da imigração: do triunfo à crise”, publicado na obra *RS: Imigração e colonização*, esclarece o modo como as colônias eram organizadas:

O sistema de colonização, adotado no sul do Brasil, distribuía os colonos por lotes rurais, ao invés de aglomerá-los em pequenas aldeias, como na Europa. Eram traçadas, ao mesmo tempo, uma ou mais vilas, que deveriam servir como centro econômico-social da Colônia. Embora estes centros se tenham desenvolvido, foi, no entanto, o travessão – ou linha – o local de encontro dos imigrantes, o lugar em que se reestabeleceram e desenvolveram contatos primários entre os indivíduos, possibilitando-lhes a reconstrução do mundo cultural.⁷⁸

No Brasil, nas colônias italianas, cada imigrante recebeu seu lote de terra sobre o qual também residia, indo no vilarejo da Colônia apenas para participar da missa ou comprar mantimentos e ferramentas. Segundo De Boni, a religião católica, trazida do Norte da Itália para o Sul do Brasil, contribuiu para a reconstrução do mundo cultural do imigrante italiano em torno das capelas:

O sistema de colonização empregado pelo governo brasileiro colocava os imigrantes em lotes rurais, e não em pequenos povoados, como na Itália. Cada Colônia, assim estava previsto, contava com um ou mais vilarejos, que deveriam ser o centro socioeconômico. A realidade, porém, seguiu um rumo algo diverso. Os centros haveriam de desenvolver-se, mas o polo imediato de convergências, a nível de relações primárias, haveria de ser o travessão – ou linha, com a vida social girando ao redor da capela.⁷⁹

As relações de sociabilidade nos espaços e lugares da Colônia de Antônio Prado eram relações primárias formadas por pequenos grupos de convivência. Não havia contato direto entre os moradores de cada linha, pois as linhas ficavam isoladas umas das outras, sendo que a sociabilidade dos colonos acontecia esporadicamente, quando iam à sede da linha ou da colônia, pois durante a semana os colonos mantinham contato apenas com os próprios familiares durante a convivência em família e no trabalho da lavoura. A sociabilidade acontecia aos domingos quando os colonos se encontravam para rezar na capela, na qual tentavam reproduzir a tradição religiosa trazida da Itália com suas orações, devoções e costumes.

⁷⁷ IPHAN. *Memória e preservação: Antônio Prado*. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2009. (Preservação e Desenvolvimento; 16), p. 45.

⁷⁸ DE BONI, Luis Alberto. *O catolicismo da imigração: do triunfo à crise*. In: LANDO, Aldair Marli; DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: Imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 235.

⁷⁹ Idem; COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2011, p. 137.

1.2 Criação da Colônia pelo Estado Brasileiro

Em 1870 foram criadas pelo Governo Imperial de Dom Pedro II as colônias⁸⁰ Dona Isabel e Conde D'Eu no Rio Grande do Sul e o Governo Provincial enviou engenheiros para fazer o loteamento, a medição das terras e a aberturas de estradas nas novas colônias do Sul do Brasil, as quais foram divididas em glebas, linhas e travessões com lotes rurais numerados e de mesmo tamanho. Porém, inicialmente, esse empreendimento não prosperou e só começou a se desenvolver a partir de 1875 com a chegada dos imigrantes italianos, quando a administração das colônias passou do Governo Federal para a administração provincial.

Em 1875⁸¹ foi criada a colônia de Caxias do Sul, e em 1885, a Colônia de Antônio Prado. Os imigrantes que se dirigiam a Colônia de Antônio Prado, desembarcavam no Porto de Rio Grande e seguiam viagem até a colônia de Caxias do Sul, de onde, via Flores da Cunha, atravessavam o Rio das Antas com a balsa e a mudança no lombo do cavalo. Em 1886 a ocupação dos lotes na Colônia era dificultada pelo terreno montanhoso, a mata cerrada e a falta de ferramentas para abrir as linhas e os travessões.

A vinda dos imigrantes italianos para o Brasil a partir de 1875 foi estimulada por razões internas e externas. Na Itália, havia falta de trabalho e possibilidade de trabalhar nas fazendas de café do Brasil para substituir a mão de obra escrava ou adquirir um lote de terra no Sul do país; no Brasil, as colônias oficiais do Império do Brasil tinham por objetivo importar mão de obra europeia, vender terras devolutas, aumentar a população e a produção agrícola para abastecer as cidades com alimentos.

⁸⁰ No Rio Grande do Sul, a imigração italiana ganhou força a partir de 1875 com o povoamento das duas primeiras Colônias: Conde D'Eu, hoje Garibaldi, e Dona Isabel, hoje Bento Gonçalves. Os primeiros imigrantes italianos chegaram a Nova Milano, hoje distrito de Farroupilha, em 1875, mas o centro da colonização italiana passou a ser o Campo dos Bugres, na região onde hoje está a cidade de Caxias do Sul. As primeiras áreas colonizadas foram então as de Caxias do Sul, Conde D'Eu e Dona Isabel. Caxias do Sul foi o centro da imigração e irradiação italiana no estado do Rio Grande do Sul. Em 1898, a cidade tinha 25 mil habitantes, 23 mil dos quais eram italianos. A maioria dos colonos italianos do Rio Grande do Sul, cerca de 95% do total de imigrantes, permaneceu no campo até a II Guerra Mundial. A imigração em massa, iniciada em 1875, terminou entre 1891 e 1892, período de maior emigração de italianos para o Brasil, fomentada pelos subsídios que o governo brasileiro cedeu às companhias de imigração. Cf. TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana*. Trad. Maria Rosária Fabris e Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988, pp. 77-98.

⁸¹ “De 1875 a 1914, o Rio Grande do Sul recebeu oitenta mil imigrantes, expulsos sobretudo da Lombardia, do Vêneto e do Tirol pela miséria e atraídos ao Novo Mundo pelo sonho da terra. Oito mil quilômetros quadrados de semidesabitada encosta superior do nordeste gaúcho, inservíveis à produção pastoril, foram parcelados e destinados à colonização. Conde D'Eu (Garibaldi), Dona Isabel (Bento Gonçalves) e Caxias foram as três primeiras colônias italianas. Em 1877, uma quarta, Silveira Martins, foi organizada, também em região florestal, em terras mais baixas e próximas a Santa Maria, no oeste do Rio Grande do Sul.” MAESTRI, Mário (Coord.). *Nós, os ítalo-gaúchos*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. p. 5.

Constantino Ianni, em sua obra *Homens sem paz* de 1972, defende que os emigrantes foram forçados a deixar a Itália, não porque a Itália era pobre como ideologicamente divulgava o Governo, mas principalmente porque no século XIX, na Itália, o Governo não fez a Reforma Agrária: “O regime de propriedade da terra, e a política econômica e financeira dos governos italianos de 1860 em diante, atuaram de vários modos como um processo social, econômico e político de fabricação de emigrantes.”⁸² Assim, a maioria das terras estava concentrada nas mãos de fazendeiros, restando aos *Contadini* trabalhar como meeiros, alugar terras para plantar ou trabalhar como diaristas, o que inviabilizava a sobrevivência forçando a emigração dos italianos para outros países.

Franzina também defende que a emigração dos camponeses da Itália para outros países não foi motivada pelo excesso de população na Itália, mas sim, pela má distribuição das propriedades e os baixos salários: “... o êxodo camponês da Itália não era ‘quase nunca determinado pelo excesso de população, mas quase sempre por causas econômicas e sociais, como a má distribuição da propriedade e o baixo nível dos salários.’”⁸³ Quanto às classes que emigraram, Franzina ressalta que “são os pequenos proprietários e meeiros que partem primeiro, sofrendo os efeitos de um processo de expulsão-atração ainda não bem articulado e distinto.”⁸⁴

Scalabrini, bispo de Piacenza, que estudou e auxiliou a emigração italiana em sua época, constatou que a imigração ocorria por uma necessidade de sobrevivência: “É fácil, portanto, responder aos que, impressionados com os males causados pela imigração, perguntam ingenuamente: ‘Então, por que tanta gente emigra?’ A emigração, na quase totalidade dos casos, não é um prazer, mas uma necessidade inevitável.”⁸⁵ Scalabrini entendia que a emigração era um direito humano dos que querem e precisam emigrar por necessidade de sobrevivência, quando não há outro modo de sobreviver em sua pátria de origem. Mas por outro lado, também defendia que o Governo combatesse as causas da emigração, que era a fome e a falta de trabalho, para que as pessoas não precisassem abandonar sua terra e seus familiares.

Na Itália, a emigração dos italianos vênéticos para o Brasil esteve ligada à falta de terras para os camponeses, pois as poucas terras férteis que podiam ser cultivadas com trigo, milho e

⁸² IANNI, Constantino. *Homens sem paz: os conflitos e os bastidores da imigração italiana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 53.

⁸³ FRANZINA, Emílio. *A grande imigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Trad. Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006, p. 86.

⁸⁴ *Ibidem*. p. 36.

⁸⁵ SCALABRINI, João Batista. *A emigração italiana na América*. Trad. Redovino Rizzardo. Porto Alegre: EST/CEPAM/UCS, 1979, p. 46.

videiras, estavam em poder dos latifundiários que exploravam o trabalho braçal dos *mezzadri*⁸⁶. A sociedade italiana também sofria a falta de indústrias necessárias para empregar a mão de obra da população que crescia rapidamente. Havia apenas algumas minas, fundições e serrarias, no município de Sédico, na Província de Belluno, ao Norte da Itália. Os fatores externos estiveram ligados à propaganda positiva da América na Itália, a qual prometia trabalho e terra para quem quisesse ser proprietário de um lote. O Sul do Brasil era visto pelos emigrantes como a terra da *Cucagna*⁸⁷, isto é, da abundância, pois tinha terra e madeira à vontade para todos, bastando apenas se dedicar ao trabalho para obter êxito.

No Brasil, a imigração italiana não teve caráter temporário como acontecia com relação à emigração da Itália para os países europeus, que desde o início do século XIX se deslocava temporariamente para trabalhar nas estradas de ferro do Império Austro-Húngaro. “Os italianos que se deslocaram para o Rio Grande do Sul foram direcionados ao nordeste do estado, região serrana, coberta de matas subtropicais, onde as famílias compravam propriedades de 20 a 30 hectares, segundo termos estabelecidos em lei.”⁸⁸

No Rio Grande do Sul, o Governo Brasileiro adotou o sistema de loteamento de pequenas propriedades em regiões desabitadas para receber agricultores italianos oriundos da zona rural do Vêneto, região situada no Norte da Itália, com a finalidade de produzir alimentos para as cidades do Estado:

Com a fixação dos italianos no sul, através do sistema de pequena propriedade, o governo visava promover o abastecimento do mercado interno com produtos agrícolas, ao mesmo tempo em que essa experiência serviria como foco de atração de novos imigrantes ao país, já que muitos daqueles que pensavam se tornar pequenos proprietários no sul acabaram sendo desviados para o trabalho nas fazendas de café de São Paulo.⁸⁹

De 1875, ano oficial da grande emigração italiana para o Brasil, até 1914, aproximadamente 100 mil imigrantes italianos se estabeleceram no Rio Grande do Sul, principalmente no nordeste do Estado, em nove colônias italianas: Dona Isabel (Bento

⁸⁶ “A fazenda capitalista, de baixa tecnologia, concentrava-se no Norte, em geral, e na baixa Lombardia, em especial. Ela trabalhava em contexto parcialmente pré-capitalista, pagando parte da mão de obra em espécie. Através da Itália, praticavam-se diversas formas de *mezzadria*. Por um tempo variável, o mezzadro arrendava e trabalhava o lote, com desigual autonomia, dividindo com o proprietário os custos dos implementos agrícolas e entregando-lhe a metade da produção.” MAESTRI, Mário. *Os Senhores da serra: A Colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: UPF, 2000, p. 25.

⁸⁷ Cf. POZENATO, José Clemente. *A Cocanha*. Porto Alegre: Mercado aberto, 2000. 371 p.

⁸⁸ IPHAN. *Memória e preservação: Antônio Prado*. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2009, p. 42.

⁸⁹ POSSAMAI, Paulo César. “*Dall’Italia siamo partiti*”: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005, p. 52.

Gonçalves), Conde d'Eu (Garibaldi), Caxias do Sul, Nova Trento, Nova Vicenza, São Marcos, Alfredo Chaves (Veranópolis), Antônio Prado e Encantado. Esse contingente representou 45% dos imigrantes europeus que chegaram ao Estado nesses anos.

Para a instalação dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, o Governo Imperial do Brasil destinou duas zonas de povoamento: uma no Nordeste do Rio Grande do Sul, na região serrana, formada por matas nativas e cortada por rios com terras devolutas e despovoadas, e a outra, localizada no centro do Estado nas terras do município de Santa Maria, conhecida à época como Boca do Monte, onde foi fundada a colônia italiana de Silveira Martins. Cada região era dividida em glebas, cada gleba era fracionada em léguas e, por último, as léguas eram divididas em linhas e as linhas em travessões, nos quais os colonos foram assentados em lotes rurais de mesmo tamanho.

A Colônia, com sua sede já designada, era dividida em léguas quadradas e, cada légua, em linhas. A linha era um caminho muito estreito, traçado no meio da floresta virgem, através de todos os acidentes do terreno e que reunia uma montanha à outra, um rio a outro rio ou dois sinais quaisquer tomados como ponto de partida e como ponto de chegada. Tinha uma extensão de 6 a 7 km. À direita e à esquerda deste corredor, que era a linha, dividia-se o terreno em lotes coloniais numerados, de 22 a 25 hectares cada um. O lote tinha a forma de um retângulo alongado, medindo 200 a 250 metros de frente e 1.000 a 1.250 metros de profundidade. Em princípio, todos os lotes deviam ter água, e quando isso não era possível eram vendidos como “lotes secos”, mais baratos.⁹⁰

José Gelain⁹¹, vindo da Itália para a Colônia de Antônio Prado no Rio Grande do Sul em 20 de fevereiro de 1888, relata que quando chegou à Colônia escreveu cartas para a Itália pedindo que viessem ao Brasil somente as pessoas mais pobres, ou seja, as que não tinham propriedade ou que não tinham trabalho.

Eis que chegam mais cartas da Itália, dizendo que lá seríamos recebidos como filhos pródigos. Eu era quem respondia às cartas. Mandeí dizer de uma vez por todas que resolvemos ficar. Mas que, por amor de Deus, eles ficassem por lá. Só os miseráveis, os que não tivessem o que comer, poderiam vir para o Brasil. Porém os que vivem moderadamente, não venham, por favor.⁹²

Barbosa relata nas páginas 23, 24 e 25 de sua obra *Antônio Prado e sua história*, que não há registro sobre a escolha do local da construção da sede da Colônia nos arquivos da

⁹⁰ MANFROI, Olívio. *Italianos no Rio Grande do Sul*. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987, p. 183.

⁹¹ José Gelain nasceu em 1868 na cidade de Cittadella, Província de Pádua, Itália, e escreveu suas memórias em 1942, as quais foram publicadas na obra *Semblantes de Pioneiros* em 1961, organizada por Fidélis Dalcin Barbosa.

⁹² GELAIN, José. *A odisseia de um imigrante*. In: BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Semblantes de pioneiros: vultos e fatos da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 1961. p. 33-34.

Comissão de Terras e Colonização de Antônio Prado. Em suas pesquisas no Arquivo da Comissão de Terras e Colonização em Antônio Prado e Porto Alegre, cita que encontrou apenas uma referência de 17/03/1887, a qual registra que o pioneiro Camilo Marcantônio, considerado um dos fundadores, foi contratado para construir um barracão para os imigrantes no Passo do Simão⁹³ no Rio das Antas, local situado a 10 km ao sul da sede atual da Colônia.⁹⁴ Segundo Barbosa, há apenas a tradição oral que diz que a sede da Colônia era para ser criada onde hoje está a sede do município de Ipê:

Diz a tradição oral que o local escolhido primeiramente teria sido onde hoje se ergue a vila Ipê, por sua posição excelente em terreno plano, mais indicado que o da sede atual. Nesse local, entretanto, havia posses de fazendeiros dos campos de Vacaria, os quais reclamaram contra a ocupação de suas propriedades, obrigando os encarregados da formação da Colônia a recuar para onde hoje se encontra, entre montanhas, nas proximidades do rio Leão.⁹⁵

Os imigrantes italianos, que se instalaram no Sul do Brasil, emigraram motivados pela necessidade de sobrevivência e pela vontade de ser dono de seu próprio lote de terra, participando assim, de uma colonização de povoamento e não apenas de exploração, pois sua fixação nos lotes tinha caráter definitivo e a grande maioria dos italianos não intencionava voltar à Itália:

Outro tipo de imigração foi o destinado para a colonização na Região Sul, principalmente no Nordeste do Rio Grande do Sul. Esses imigrantes, diferentemente do operário, vieram para povoar novas áreas, para produzir gêneros alimentícios, para ocupar as terras devolutas do Império que foram destinadas à venda. Esses assentamentos chamavam-se 'Colônias' e baseavam-se na pequena propriedade adquirida pelos colonos, isto é, o colono do Sul tornou-se proprietário, identificado com a propriedade, com a terra.⁹⁶

⁹³ “Simão David de Oliveira foi o primeiro cidadão que, por volta de 1880, se estabeleceu na margem direita do rio das Antas, de frente do atual distrito florense de Nova Pádua. Viera a pé de São Paulo, penetrando no território gaúcho por Vacaria. A seguir, costeando o rio Vieira, desceu até o rio das Antas, donde prosseguiu caminho até encontrar um lugar aprazível para construir seu rancho. Era o único trato de terreno plano, junto à foz do rio Leão e do arroio Tigre. Solteiro, analfabeto, 43 anos, passou a morar aqui, junto com um agregado de nome Joaquim, casado, tendo um filho de poucos anos. Nessa terra fertilíssima, ao abrigo das geadas, Simão e seu companheiro derrubaram um eito de mato, construíram duas casas e fecharam com cerca de espinho um terreno de 330 metros de comprimento. Nele entraram a cultivar milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, pés de café, bananeiras, figueiras, ananazeiros...” BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980, p. 12-13.

⁹⁴ BARBOSA, op. cit., p. 23-25.

⁹⁵ Idem. Op. cit., p. 24.

⁹⁶ ROVEDA, Fernando. *Memória e Identidade: Antônio Prado, patrimônio histórico e artístico nacional*. Caxias do Sul: Lorigraf, 2003, p. 20.

A Colônia de Antônio Prado foi dividida em 20 Linhas e estas em 1291⁹⁷ lotes de 302.500 m², com 275 metros de altura por 1100 metros de base: “O orçamento da despesa com a medição dos lotes era feito sobre as seguintes bases: Cada lote com 302.500 m², ou 275x1.100 m; turma de trabalhadores composta de oito indivíduos; 25 dias de serviço por mês, cada agrimensor podia medir e demarcar mensalmente a extensão de 25.000 m.”⁹⁸ As linhas foram divididas em travessões e traçadas sobre mapas com divisas retas, paralelas e perpendiculares e, por isso, não respeitaram os acidentes geográficos do relevo.

Os primeiros barracões para receber os italianos e as primeiras igrejas foram construídas de madeira pelos próprios imigrantes italianos liderados pelo Pe. Alessandro Pellegrini⁹⁹, os quais doavam a madeira e também a mão de obra durante alguns dias da semana para construir os edifícios. De 17 de março de 1887, data da construção do primeiro barracão dos imigrantes no Passo do Simão¹⁰⁰, até 1899, ano da criação do município, praticamente todos os lotes da Colônia foram ocupados, nos quais eram construídos a casa do imigrante e um galpão com estábulo para guardar a produção agrícola, os animais e as ferramentas de trabalho. No ano de 1888, foram construídos 24 pequenos barracões nas linhas e travessões para a instalação provisória dos imigrantes, até que construíssem suas casas definitivas.

Os primeiros lotes adquiridos pelos imigrantes italianos em Antônio Prado foram pagos 50% à vista e o restante na construção da Estrada Júlio de Castilhos e da ponte para ligar os municípios de Farroupilha e Vila Ipê. Desse modo, os lotes adquiridos pelos imigrantes tiveram que ser pagos parte em dinheiro e parte com trabalhos em obras públicas, porque desde a Lei de Terras n.º 601 de 18 de setembro de 1850 proibia a concessão de títulos de terras públicas gratuitamente, conforme segue: “Art. 1º. Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Excetuam-se as terras situadas nos limites do Império

⁹⁷ Em 1904 o escritor italiano Vittorio Bucelli visitou Antônio Prado e relatou em seu livro *Un viaggio a Rio Grande del Sud* que Antônio Prado tinha nessa época 18 linhas com 1291 lotes agrícolas, dos quais 1163 eram habitados e cultivados por uma população de 10 mil habitantes, sendo 85% de italianos. BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980, p. 36.

⁹⁸ COSTA, op. cit., p. 14.

⁹⁹ “Nascido na diocese de Verona em 1829 e lá ordenado em 15.10.1854, o Pe. Pellegrini veio para o Brasil em 1883, já com 53 anos. A princípio atendeu os imigrantes na Linha Jansen (hoje município de Farroupilha), passando a capelão de Nova Trento (1885-1888). Em 3.10.1888 foi provisionado 1º cura da Colônia de Antônio Prado, onde celebrou a primeira missa no Barracão dos Imigrantes...” BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980, p. 39.

¹⁰⁰ Nos arquivos da Comissão de medição de lotes, encontra-se um contrato celebrado entre o engenheiro-chefe, Dr. Henrique Cristino da Silva Guerra e o sr. Camilo Marcantônio para construção de “um barracão de madeira à margem direita do rio das Antas, no passo denominado do Simão, tendo o mesmo barracão 20 metros por seis e altura de 2,50”. BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980, p. 16.

com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente.”¹⁰¹

Nas Colônias italianas, os lotes eram vendidos ou cedidos pelo governo para serem pagos em troca de trabalho em obras públicas, como na construção de estradas e pontes. Nos primeiros anos da chegada os imigrantes tinham que derrubar a mata toda e não tinham nenhuma infraestrutura, exceto, às vezes, um barracão de madeira. Cada família recebia entre 25 e 60 hectares, cujo pagamento devia começar a ser efetuado a partir do segundo ano após a primeira colheita. Em Antônio Prado os lotes foram pagos em 5 anos, contudo, os títulos definitivos dos lotes geralmente eram expedidos 10 anos após a aquisição dos mesmos, sendo que a maioria da documentação dos lotes foi emitida entre 1901 e 1903.

Antes da chegada dos primeiros imigrantes italianos, a ocupação da região da Colônia de Antônio Prado aconteceu por duas frentes. Na primeira, por volta de 1880, Simão David de Oliveira, com 43 anos de idade, veio de São Paulo juntamente com seu agregado Joaquim e se instalou à margem direita do Rio das Antas de frente para o município de Nova Pádua, próximo à Foz do Rio Leão, para plantar milho, feijão, mandioca, cana e bananeira. Na segunda frente, também no início da década de 1880, imigrantes poloneses e suecos atravessaram o Rio das Antas pelos atuais municípios de Farroupilha, Bento Gonçalves e Linha Gustavo Vasa em Nova Roma, se instalando entre os Rios das Antas e da Prata na região sul da futura Colônia de Antônio Prado.

Segundo dados da obra *Antônio Prado e sua história*¹⁰² do pesquisador Fidélis Dalcin Barbosa, as terras da Colônia de Antônio Prado no Nordeste do Rio Grande do Sul, que foram ocupadas pelos imigrantes italianos a partir de 1886, em 1809, em plena mata, pertenciam ao município de Santo Antônio da Patrulha, e do outro lado do Rio das Antas, faziam parte do município de Porto Alegre. A mesma divisa também consta no mapa do Rio Grande do Sul de 1822. Em 1890 a Colônia de Antônio Prado passou a fazer parte do Município de Vacaria e em 22 de outubro de 1892, pelo Ato 372, passou a constituir o 4.º Distrito de Vacaria. E em 26 de setembro de 1894, pelo Ato n.º 66, Antônio Prado passou a ser o 5.º Distrito de Vacaria.

A fundação e o loteamento da colônia italiana de Antônio Prado foi gestada e organizada pelo Estado em 1885, por ordem do Governo Imperial de Dom Pedro II¹⁰³, tendo como Ministro

¹⁰¹ IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS/Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 112.

¹⁰² BARBOSA, op. cit., p. 11-12.

¹⁰³ Ficou estabelecido em 1885 pelo Governo Imperial de D. Pedro II que durante o período de 1886/1887 seria criado um núcleo de colonização na margem direita do Rio das Antas. Nomeou então uma comissão para fazer o traçado, separando ao nordeste do Rio das Antas as chamadas “Terras Particulares”. Em princípios de 1886, o agricultor italiano Camilo Marcantônio, abriu um caminho no denominado “Passo do Simão”, na direção norte,

da Agricultura Antônio da Silva Prado, Inspetor Geral das Terras e Colonização, o Tenente Coronel Francisco de Barros e Acioli de Vasconcelos, e como engenheiro-chefe da Comissão de medição de lotes, o bacharel Manuel Barata Góis, que fez o traçado da Colônia e dos lotes entre os Rios das Antas e da Prata nas denominadas “Terras Particulares”. Barbosa, em sua obra *Antônio Prado e sua história*, relata: “Em 1885, sendo Imperador do Brasil D. Pedro II, Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul o Conselheiro Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, Inspetor Geral das Terras e Colonização o sr. Tenente Coronel Francisco de Barros e Acioli de Vasconcelos e engenheiro-chefe da Comissão de medição de lotes o bacharel Manuel Barata Góis, ficou estabelecido que, durante o exercício de 1886-1887, fosse criado um núcleo de colonização na margem direita do rio das Antas.”¹⁰⁴ Como o núcleo não tinha nome, o Engenheiro chefe Manoel Barata Góis sugeriu que a Colônia fosse chamada Antônio Prado:

Este núcleo não tinha nome, por isso, o Bacharel Manoel Barata Góis, engenheiro-chefe da Comissão de Medição de Lotes, sugeriu e solicitou que fosse dado à nova Colônia o nome de Antônio Prado, em homenagem a Antônio da Silva Prado, fazendeiro paulista, que como Ministro da Agricultura da época promoveu a vinda dos imigrantes italianos ao Brasil e instalou núcleos coloniais no Rio Grande do Sul. Foi feita logo a delimitação da área onde deveria surgir a nova Colônia italiana - hoje, o Município de Antônio Prado.¹⁰⁵

até atingir a atual linha Silva Tavares. Com o estabelecimento dos primeiros colonos, fundou-se a Colônia de Antônio Prado, nome dado em homenagem ao conselheiro paulista Antônio da Silva Prado. Em junho os irmãos Sisino e Anibale Kursel começaram o desmatamento, fazendo a primeira sementeira; em outubro, os irmãos Giacomo e Giovani Seben estabeleceram-se no interior da floresta - atualmente, Linha Almeida. Em 1887, como aumentasse a afluência de agricultores, com suas famílias, o governo fez construir um grande barracão, dando-lhe o nome de “Casa do Imigrante”. Com a queda do Partido Conservador, em setembro, o engenheiro Dr. Barata Góis, chefe da Comissão de Terras e Colonização, foi substituído pelo engenheiro Dr. Francisco Jasmin da Silva Guerra, que continuou, com especial interesse, os trabalhos de colonização. Às margens do Arroio do Inferno (nome que ainda hoje conserva devido a sua grande profundidade), Giovani D’Ambros inaugurou o primeiro moinho hidráulico. Diversas famílias de agricultores internadas na Linha Dez de Julho, construíram em 1888 uma capela; e Antonio Longo a primeira casa de moradia dentro dos limites urbanos. Logo chegou também o primeiro médico da nova Colônia, o Dr. Tedoldi Martinho. Em 1890 a Colônia de Antônio Prado passou a fazer parte do Município de Vacaria, permanecendo assim durante nove anos. A primeira Agência Postal foi criada no ano seguinte. Pelo Ato 372, de 22 de outubro de 1892, Antônio Prado passou a constituir o 4.º distrito de Vacaria. Em 26 de setembro do mesmo ano, pelo Ato n.º 66, Antônio Prado passou a ser o 5.º distrito de Vacaria. CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (IBGE). Antônio Prado: Rio Grande do Sul. n.º 203. 3ª Série, 1958, p. 3.

¹⁰⁴ BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980, p. 14.

¹⁰⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Antônio Prado: Rio Grande do Sul*. n.º 203. 3ª Série. 1958.

Conforme o mapa abaixo, a Colônia de Antônio Prado foi dividida em lotes quadrangulares, situados nos dois lados de cada linha com 6 a 7 km de comprimento. As linhas eram traçadas paralelamente de leste a oeste a cada 2 km. As moradias dos colonos foram construídas com madeiras serradas à mão nos dois lados de cada linha, localizadas umas de frente para as outras. Cada lote tinha em média 25 hectares com 200 metros de frente e 1000 metros de comprimento, tendo, ao fundo, o lote de outra linha. A integração social dos imigrantes acontecia nas Sociedades da Capela construídas nas linhas e nos lotes da Colônia, onde havia a troca de experiências sobre a convivência familiar e social, o trabalho e a religiosidade.

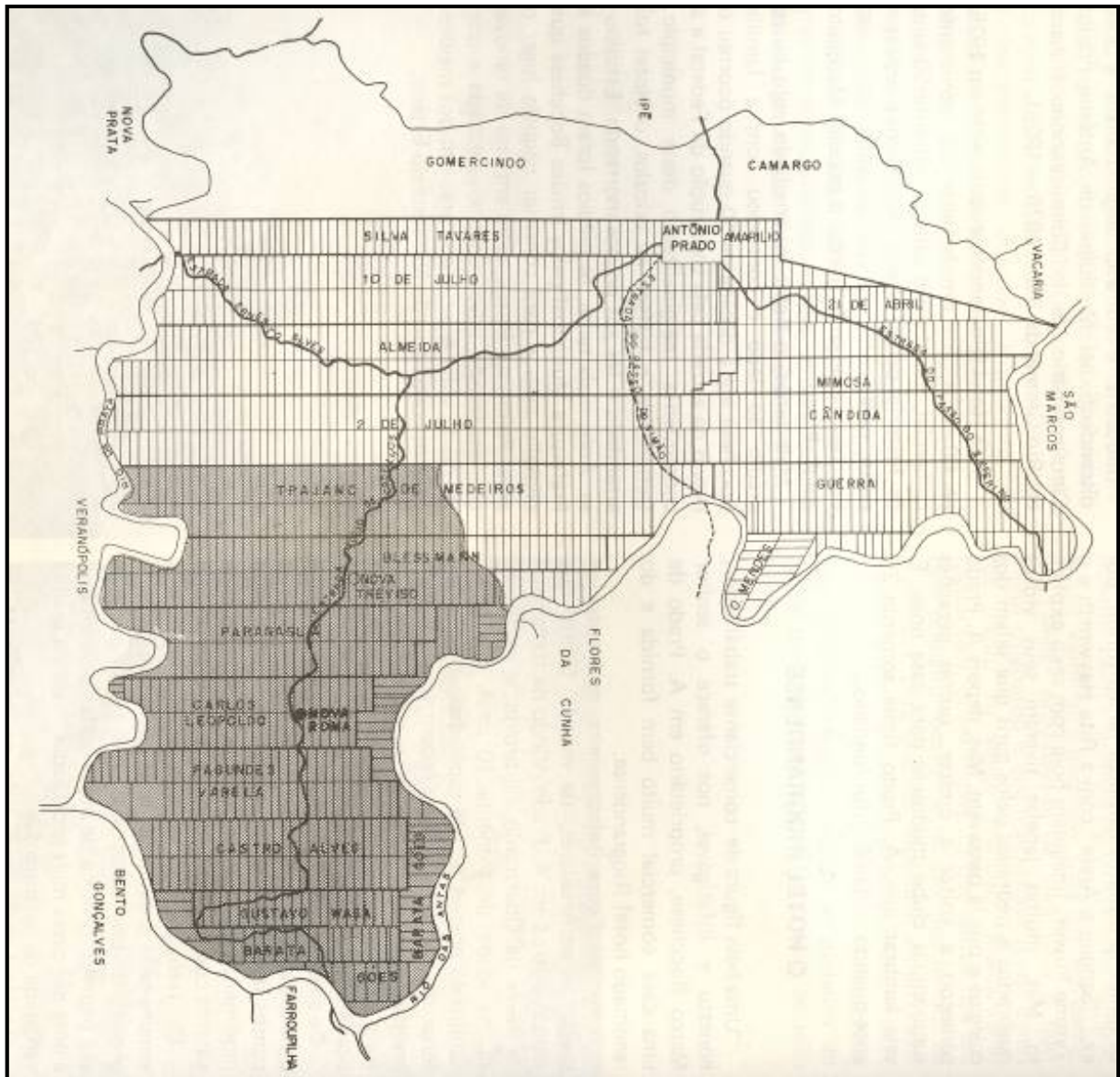


IMAGEM 5 – Mapa do território de Antônio Prado com as divisões das linhas, travessões e lotes feitos em 1885. Fonte: Arquivo da Prefeitura de Antônio Prado, RS.

Não há dados estatísticos sobre a presença indígena na região da Colônia de Antônio Prado, contudo é certo que a região também era frequentada por indígenas, conforme atestam os relatos orais dos imigrantes, mesmo que não houvessem aldeias: “Só o indígena, tape e coroados (caingangues), percorria as montanhosas paragens, cobertas de imensos pinhais, de cujo fruto se alimentava. De acordo com informações dos descendentes dos primeiros imigrantes, praticamente em todas as linhas foram encontrados vestígios indígenas: grandes covas afuniladas, pedaços de cerâmica e até panelas inteiras.”¹⁰⁶

Conforme relato da família Martello, moradora da Linha 10 de Julho na Colônia de Antônio Prado, por volta de 1888, ano em que a capela já estava construída, os coroados invadiram a Linha 10 de Julho, mas foram expulsos por um pelotão de imigrantes:

Apesar do último assalto dos índios caingangues aos fazendeiros de Vacaria haver ocorrido em 1851, na estância de João Mariano Pimentel, no atual distrito de André da Rocha, município de Lagoa Vermelha, segundo declarações dos mais antigos descendentes da família Martello, os coroados tinham aparecido um dia na Linha 10 de Julho, Capela de São Roque, sendo repelidos por um pelotão improvisado de imigrantes.¹⁰⁷

A passagem acima evidencia a presença de indígenas na região na época da chegada dos imigrantes europeus, mesmo que seja somente temporária. Os relatos de memorialistas e historiadores sobre a povoação da região de Caxias do Sul e Antônio Prado dão prioridade a imigração italiana, apesar de também existirem na região a presença de indígenas brasileiros, alemães, poloneses, russos, suecos e outras etnias oriundas da Europa. A região da Colônia de Antônio Prado, entre os Rios das Antas e da Prata, era de difícil acesso, porque é formada por montanhas cobertas por densas matas e cercadas por rios. Além disso, os indígenas procuravam as regiões mais planas para a formação de aldeias, como é o caso do Campo dos Bugres¹⁰⁸, onde hoje está situada a cidade de Caxias do Sul, do qual há relatos do Bandeirante Antônio Machado de Souza que em 1864 encontrou vestígios de uma aldeia nesta região.

Em 1886, Camilo Marcantônio e mais alguns imigrantes saíram de Caxias do Sul e, seguindo a encosta do Rio das Antas, chegaram até a atual Linha Silva Tavares. Na época, para diferenciar Antônio Prado da colônia de Caxias do Sul, situada no Campo dos Bugres, Antônio Prado era chamado de *Paese Novo*: “O pioneiro Camilo Marcantônio, que abriu a picada que se transformou na estrada do Passo do Simão, não seguiu a direção da futura sede da cidade.

¹⁰⁶ BARBOSA, op. cit., p. 11.

¹⁰⁷ Idem. Op. cit., p. 11.

¹⁰⁸ Cf. BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Campo dos bugres: a vida nos primórdios da imigração italiana*. Porto Alegre: EST/SULINA, 1975. 99 p.

Galgou a serra rumo do poente, atingindo a culminância precisamente no ponto onde hoje se ergue a capela de Nossa Senhora da Saúde, na Linha 2 de Julho. Daqui, pela cordilheira entre os rios Inferno e Leão, atingiu a zona da futura Linha Silva Tavares.”¹⁰⁹

A imigração também tinha por finalidade desenvolver a indústria e o comércio do Brasil a partir da mão de obra livre em substituição ao trabalho escravo. Posenato¹¹⁰, em sua obra “Antônio Prado: cidade histórica”, destaca que devido ao sucesso da colonização italiana no Campo dos Bugres, atualmente município de Caxias do Sul, em 1885, o governo imperial de Dom Pedro II resolveu fundar mais uma colônia italiana na região. Para tanto, foram escolhidas as terras ao nordeste do Rio das Antas, denominadas à época de terras particulares, pois seriam vendidas para os imigrantes italianos.

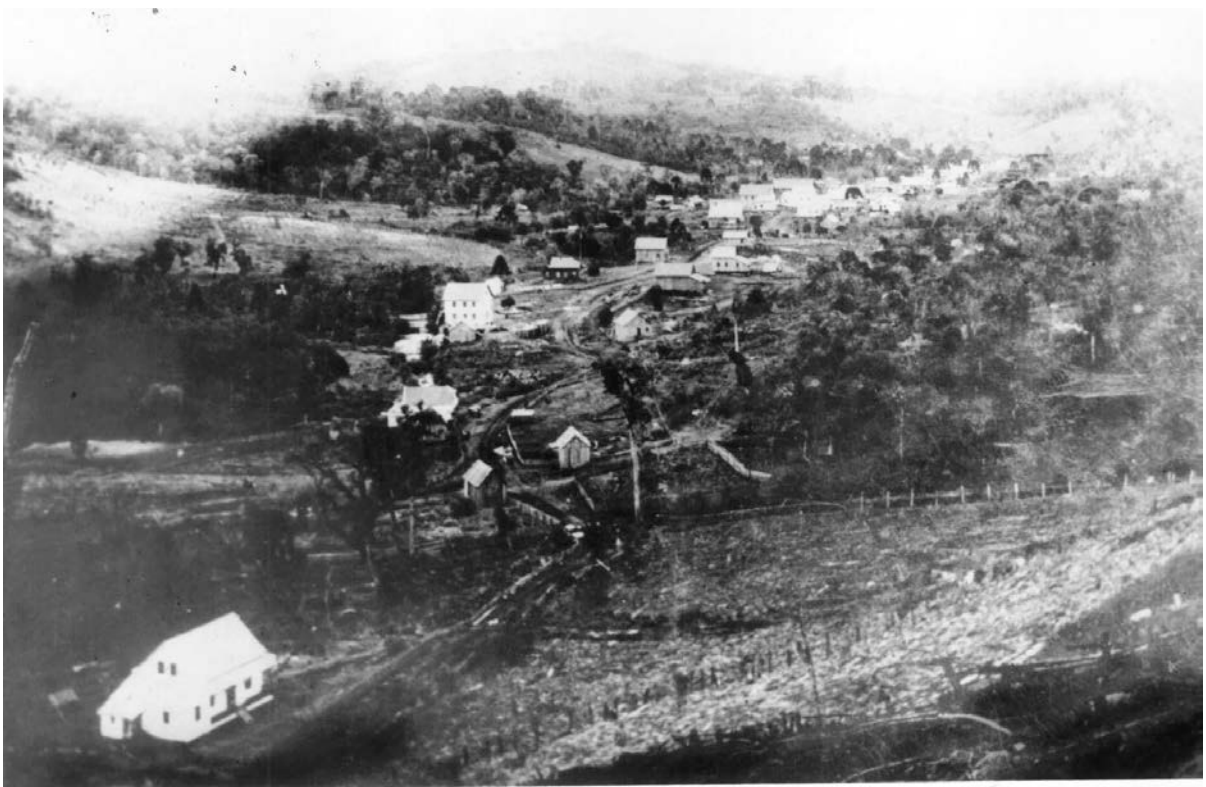


IMAGEM 3 – Primeira fotografia da Colônia de Antônio Prado do ano de 1890, mostrando as casas de madeira da sede da Colônia e parte da floresta derrubada. Acervo: Fernando Roveda. Fonte: Projeto Memória – CIBRAP.

¹⁰⁹ BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980, p. 24.

¹¹⁰ POSENATO, Júlio (Org.). *Antônio Prado: cidade histórica*. Porto Alegre: Arte e Cultura, 1989, p. 35.

A Colônia de Antônio Prado foi o primeiro município do Rio Grande do Sul criado pelo Presidente do Estado Borges de Medeiros através do Decreto n.º 220 de 11 de fevereiro de 1899¹¹¹. A 11 de março, foi nomeado como Juiz Distrital, Francisco Marcantonio e, a 13 de março, pelo Decreto n. 232, emitido pelo Governo do Estado, criou-se a Coletoria Estadual. Consta no texto do decreto:

O Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20 n.º 15 da Constituição e de conformidade com as disposições do Capítulo II, título preliminar na Lei n.º 10, de 16 de dezembro de 1895, considerando justa a aspiração dos habitantes da Colônia de Antônio Prado, atual 5.º distrito do município de Vacaria, decreta:

Art. 1.º - Fica elevada à categoria de Vila a Colônia de Antônio Prado.

Art. 2.º - Os limites do novo município serão os do atual 5.º distrito de Vacaria, a saber: Ao norte o município da Vacaria (4.º distrito municipal); ao sul e leste o rio das Antas, desde a barra do rio da Prata até a do São Marcos; a oeste os rios da Prata e Turvo.

Art. 3.º - O território deste município constitui parte integrante da Comarca da Vacaria.

Art. 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Porto Alegre, 11 de fevereiro de 1899.

Antônio Augusto Borges de Medeiros.

João Abbott¹¹²

A instalação da Intendência no município foi realizada a 25 de março de 1899, a qual ficou sob o comando do Coronel Inocêncio de Matos Miller de 1899 a 1923, consolidando o coronelismo em Antônio Prado. Abaixo citamos o teor da Ata de instalação da Intendência na Colônia de Antônio Prado:

Ata da instalação da Intendência da Vila de Antônio Prado, termo da Vacaria, Estado do Rio Grande do Sul. Aos 25.3.1899, na Vila de Antônio Prado, elevada a esta categoria pelo governo do Estado, em decreto n.º 220, de 11 de fevereiro do corrente ano: em uma das salas do próprio Nacional em que funciona o escritório da Comissão de Terras, presente o cidadão Inocêncio de Matos Miller, intendente nomeado pelo governo do Estado, funcionários públicos e grande número de munícipes, onde fui vindo a convite do cidadão Intendente a fim de ocupar o lugar de secretário que aceitei. Declarou o Sr. Intendente que autorizado pelo governo do Estado dava por instalada nesta data a Intendência desta Vila, conforme Decreto n.º 220, de 11.2.1899...¹¹³

¹¹¹ “Em 1899, a 11 de fevereiro, o Governador do Estado, Dr. Júlio Prates de Castilhos, separou Antônio Prado de Vacaria, constituindo-o em Município autônomo, sendo sua instalação em 25 de maio do mesmo ano. A 11 de março, foi nomeado Juiz Distrital o cidadão Francisco Marcantônio. A 13 de março, pelo Decreto n.º 232, do Governo do Estado, criou-se a Coletoria Estadual. Para administrar a nova comuna, foi nomeado o Coronel Inocêncio de Matos Miller. A 1.º de agosto verificaram-se as primeiras eleições municipais para Intendente e para o Conselho Municipal. Em 1944, pelo Decreto lei n.º 720, foi criada a Comarca de Antônio Prado, até então termo de Caxias do Sul. Segundo a Divisão Territorial do Brasil vigente em 31 de dezembro de 1958, o Município era formado de 2 distritos: Antônio Prado e Nova Roma. Atualmente o município conta com dois distritos: sede (Antônio Prado) e Santana.” INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Antônio Prado: Rio Grande do Sul*. n.º 203. 3ª Série. 1958. (Coleção de Monografias).

¹¹² BARBOSA, op. cit., p. 31

¹¹³ Idem. Op. cit., p. 31.

Na época, a elevação das colônias italianas à condição de vila equivalia também à condição de município, sendo que os municípios eram governados por interventores descendentes de portugueses e alemães nomeados pelo presidente da Província do Rio Grande do Sul. E nos primeiros anos da imigração italiana para o Brasil, a partir do ano de 1875, a organização das Colônias no Sul do Brasil foi feita pelo Império do Brasil com a nomeação de interventores no campo político pelo coronelismo e de sacerdotes para atender as colônias pelo padroado¹¹⁴.

Em Antônio Prado, desde a criação do município em 1899 até 1923, o município foi administrado pelo Tenente Coronel Inocêncio de Matos Miller da Guarda Nacional, nascido em 1865 em Passo Fundo, nomeado pelo Presidente do estado do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros¹¹⁵. Miller governava Antônio Prado como um interventor estadual a mando de Borges de Medeiros, o que ficou conhecido na história do Rio Grande do Sul como coronelismo¹¹⁶. Segundo Biavaschi,

o conceito de ‘coronel burocrata’, criado por Sérgio da Costa Franco em 1962, foi utilizado por Raymundo Faoro e Joseph Love para definir o coronelismo rio-grandense. O ‘coronel burocrata’ corresponde a uma figura que devia seu prestígio político ao investimento nele depositado pelo presidente estadual e chefe do PRR, Borges de Medeiros. Inicialmente alheio às pendengas locais, estava em uma posição estratégica, na qual pudesse obter informações confiáveis para Borges sobre as lutas políticas entre as facções do PRR.¹¹⁷

Uma das maneiras de se manter o coronelismo na Colônia de Antônio Prado governada por interventores, intendentess municipais e prefeitos de origem lusa e germânica, era

¹¹⁴ “Em 3-10-1888 veio residir no barracão dos imigrantes, na recém-criada Colônia Agrícola de Antônio Prado (1886), o italiano Pe. Alexandre Pellegrini, com nomeação oficial do Governo Imperial. Ele deixara a Itália com um grupo de imigrantes (1883).” COSTA, Rovílio. *Povoadores de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2007, p. 280.

¹¹⁵ “O primeiro município criado pelo Presidente Borges de Medeiros foi o de Antônio Prado, com o Decreto n.º 220 de 11.2.1899, elevando a Colônia à categoria de vila. Eis o texto deste decreto: ‘Decreto n.º 220, de 11.2.1899, eleva à categoria de vila a Colônia de Antônio Prado, atual 5.º distrito do município de Vacaria.’ BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980, p. 31.

¹¹⁶ “Natural de Passo Fundo, nascido em 1865, o Tenente Coronel da Guarda Nacional Inocêncio de Matos Miller foi nomeado pelo Presidente Borges de Medeiros primeiro Intendente de Antônio Prado, havendo assumido o governo do município em 25.3.1899. Nas primeiras eleições municipais, no dia 1º de agosto do mesmo ano, foi eleito, com 244 votos, sendo Vice-Intendente Firmino Luís Gomes de Abreu, eleito com 245 votos. No dia 21 do referido mês, os eleitos tomaram posse do cargo, juntamente com os Conselheiros Municipais, conforme vimos no capítulo anterior. Do partido Republicano Rio-grandense, foi sempre fiel ao Presidente Borges de Medeiros, que nunca perdeu eleições em Antônio Prado, até 25.11.1922, quando, pela primeira vez, o Dr. Assis Brasil o derrotou fragorosamente por 360 votos contra 77.” BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980, p. 34.

¹¹⁷ BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. *Relações de poder coronelistas na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928)*. 2011. Tese (Doutorado em História) PUCRS. Porto Alegre. p. 14.

denominando as linhas e travessões com nomes importantes do Império e da República do Brasil. O coronelismo e a nomeação dos espaços da colônia para transformá-los em lugares conhecidos e controláveis pelas autoridades municipais, tinha como finalidade manter os colonos sob o poder dos interventores, intendentos e prefeitos. No entanto, os imigrantes italianos ofereceram resistência a imposição e dominação das autoridades municipais, renomeando as linhas e travessões com nomes de suas vilas de origem ou de seus santos padroeiros: a Linha Carlos Leopoldo foi renomeada de Nova Roma, e a Linha Blessmann, de Nova Treviso.

Na fotografia abaixo, tirada na Praça Garibaldi em 1930, é possível ver ao fundo, atrás da Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus, uma das montanhas da Colônia parcialmente coberta pela mata.



IMAGEM 4 – Igreja Matriz da Paróquia Sagrado Coração de Jesus e Praça Garibaldi da Colônia de Antônio Prado. Fotografia de 1930. Acervo: Fernando Roveda. Fonte: Projeto Memória – CIBRAP.

O núcleo colonial que havia recebido o nome de Antônio Prado para homenagear Antônio da Silva Prado¹¹⁸, conselheiro do Império do Brasil, por sugestão do engenheiro Manuel Barata Góis, foi renomeado de *Paese Nuovo* pelos imigrantes:

Este núcleo não tinha nome. Por isso, o engenheiro-chefe Manuel Barata Góis sugeriu e solicitou que fosse dado à nova Colônia o nome do Conselheiro Antônio da Silva Prado, por ter no Parlamento pugnado a favor da emigração, conforme atesta o seguinte ofício:

Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Escritório do Engenheiro-chefe da Comissão de medição de lotes para estabelecimento de imigrantes em Santa Teresa de Caxias, 14.5.1886.

Exmo. Sr., tenho a honra de passar às mãos de V. Ex.^a o incluso orçamento provável das despesas a fazer com a Comissão de medição de lotes para estabelecimento de imigrantes na nova Colônia, que será fundada em terras à margem direita do rio das Antas, durante o exercício de 1886-87; e peço a V. Ex.^a que se digne tomar conhecimento do referido orçamento, e providenciar acerca da sua aprovação.

Outrossim rogo a V. Ex.^a que solicite de S. Ex.^a o sr. Ministro da Agricultura permissão para que seja denominada a nova Colônia “Conselheiro Antônio Prado”, por ter no Parlamento pugnado pelos meios de desenvolver a imigração para este País, que de S. Ex.^a ainda se espera em prol dos interesses da colonização.

A referida Colônia terá por limites: Ao norte, os campos de Vacaria; ao sul, o rio das Antas; a leste o rio Leão e a oeste, o rio da Prata até sua margem esquerda, visto como as terras da outra margem fazerem parte da Colônia novamente criada, e denominada “Conselheiro Alfredo Chaves”.

Deus guarde a v. Ex.^a Exmo. Sr. Tenente Coronel Francisco de Barros e Acioli de Vasconcelos, M.D. Inspetor Geral das Terras e Colonização (Ass.)

O Engenheiro-chefe da Comissão, Bacharel Manuel Barata Góis.¹¹⁹

Fernando Roveda, morador da Colônia, também esclarece que o nome Antônio Prado dado à Colônia pelos agentes do Governo foi mudado para *Paese Nuovo* pelos imigrantes italianos logo após sua chegada: “Embora a nova Colônia de Antônio Prado tenha sido criada oficialmente com o nome de Antônio Prado, os depoimentos de imigrantes e descendentes de italianos referem-se ao lugar, primeiramente como *Paese Nuovo*, a cidade nova que surgia à

¹¹⁸ O Conselheiro Antônio da Silva Prado, filho de Martinho da Silva Prado e de Veridiana da Silva Prado, nasceu em São Paulo a 25.2.1840 e faleceu no Rio de Janeiro em 23.4.1929. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1861 com 21 anos. Foi Delegado de Polícia de São Paulo em 1862. Vereador em 1865. Jornalista em 1866 “O País”. Agricultor e pecuarista a partir de 1866, na Fazenda Santa Veridiana, onde formou extensos cafezais e desenvolveu grandemente a criação de gado de raça. Em 1889, juntamente com seu pai e irmão Martinico, comprou a Fazenda São Martinho, transformando-a na maior plantação de café em só bloco existente no Brasil (3.300.000 cafeeiros). Foi Deputado Provincial em 1866-69. Ferroviário da Cia. Paulista de Estrada de Ferro, da qual foi presidente de 1892-1927. Deputado Geral de 1872-84. Presidente da Caixa Econômica Imperial em 1876. Presidente da Câmara Municipal de São Paulo em 1877. Jornalista em 1878 – “Diário de São Paulo”; em 1879, “Correio Paulistano”. Chefe do Partido Conservador em 1881. Diretor da Associação Comercial de São Paulo em 1884. Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1884-1920. Ministro de Estrangeiros em 1889. Senador do Império em 1887. Sociedade Promotora de Imigração, em 1887, com o irmão Martinico Prado e Visconde da Paraíba. Comerciante: Prado, Chaves & Cia em 1887. Banqueiro em 1889, Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, do qual foi presidente de 1889-1920. Superintendente do Serviço de Imigração da Europa, sendo por sua indicação substituído pelo Barão do Rio Branco. BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980, p. 15.

¹¹⁹ BARBOSA, op. cit., p. 14.

margem direita do Rio das Antas.”¹²⁰ A mudança do nome da Colônia de Antônio Prado para *Paese Nuovo* foi uma forma de os imigrantes tomarem posse dos espaços e dos lugares para demarcá-los como território social próprio, pois

O território envolve sempre, ao mesmo tempo mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais [...] e uma dimensão mais concreta, de caráter político disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos.¹²¹



IMAGEM 6 – Fotografia do centro da Colônia de Antônio Prado com casas construídas de madeira e a Igreja Matriz ao fundo, datada de setembro de 1896. Acervo de Fernando Roveda. Fonte: Projeto Memória – CIBRAP.

Além disso, quando os imigrantes italianos se referiam à Colônia de Antônio Prado, a adjetivavam de *Bel Paese*, que significa cidade bela, expressando sua afetividade por seu novo espaço de convivência.

O caráter particular deste tipo de colonização não encontra similar em outras regiões. A Colônia do Brasil Império é bastante diferente da adotada nos Estados Unidos, em 1787. Estas destinavam-se à expansão do povoamento realizado pelos americanos. No caso brasileiro, as Colônias destinavam-se a receber estrangeiros, ao menos

¹²⁰ ROVEDA, op. cit., p. 42.

¹²¹ HAESBAERT, Rogério. *Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão*. In: Castro, Iná et. al. *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 28.

preferencialmente. As Colônias norte-americanas, a médio prazo, transformar-se-iam em estados, no caso brasileiro, em municípios.¹²²

As Linhas de Antônio Prado foram nomeadas pelo Governo Estadual com nomes de políticos e funcionários do Império, a saber: Linha Barata Góes, Gustavo Vaz, Castro Alves, Fagundes Varela, Carlos Leopoldo, Paranaguá, Blessmann, Odorico Mendes e Silva Tavares. Contudo, as imposições do coronelismo e dos interventores não eram aceitas passivamente pelos colonos, pois haviam resistências. Galioto em seu artigo “O significado das capelas nas Colônias italianas do Rio Grande do Sul” publicado na obra *A presença italiana no Brasil* de 1987, elucida que “ao chegarem, os imigrantes eram assentados nas Linhas e Travessões, que em geral levavam o nome do agrimensor dos lotes rurais. Depois levaram o nome do Santo padroeiro da capela.”¹²³

O apego do imigrante a sua família, a seu lote e à Sociedade da Capela, deveu-se ao isolamento da sede da Colônia de Antônio Prado e das colônias vizinhas, agravado pelas grandes distâncias entre as principais vilas, linhas e travessões. Os imigrantes se sentem donos dos espaços religiosos e sociais com suas capelas, salões de festa, cancha de bocha, campo de futebol e cemitério, porque foram eles mesmos que os construíram e organizaram a partir de suas tradições e costumes.

O protagonismo político dos imigrantes italianos pode ser percebido na nomeação das localidades das colônias, pois, com a chegada dos primeiros imigrantes, as linhas e travessões que, apesar de já terem sido nomeadas pelas autoridades com nomes de políticos e engenheiros brasileiros, foram renomeadas pelos imigrantes com nomes italianos como uma forma de tomar posse de seu novo espaço social. As mudanças dos nomes dos lugares foi uma tentativa dos imigrantes se identificarem com o novo espaço geográfico, pois os sujeitos históricos e a historicização dos sujeitos não é estática e homogênea, mas dinâmica e heterogênea. Para os colonos, a ocupação simbólica dos lugares e dos espaços era tão importante quanto a ocupação física.

¹²² DACANAL, José Hildebrando; Sergius Gonzaga (Orgs.). *RS: Imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 64.

¹²³ GALIOTO, Antonio. *O significado das capelas nas Colônias italianas do Rio Grande do Sul*. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987, p. 305.

1.3 Talian: língua de identidade cultural

A partir de 1875, no Rio Grande do Sul, da fusão de alguns dialetos italianos como o lombardo, o tirolês e, principalmente, o vêneto com o Português Brasileiro, surgiu o Talian¹²⁴ que forneceu palavras e expressões para formar uma *coine*¹²⁵, isto é, uma língua comum a todas as colônias italianas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O *Talian* é originário dos dialetos falados pelos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, que num primeiro momento se formou oralmente e, num segundo momento, começou a ser escrito, não tendo influência direta do italiano oficial.

Primeiramente, o *Talian*¹²⁶ se caracterizou pela oralidade e, num segundo momento, pela formação de uma literatura escrita e também pelo seu uso na comunicação entre ítalo-brasileiros com o acréscimo de algumas palavras portuguesas para nomear objetos e ocorrências que não existiam na Itália. E, num terceiro momento, “este linguajar social foi evoluindo para um linguajar mais geral, que é o Vêneto Brasileiro, hoje falado e entendido por todos os descendentes, incorporando falas das três principais regiões que lhe dão origem – o Vêneto, a Lombardia e o Trentino Alto Adige.”¹²⁷ Contudo, a sistematização do *Talian* com vocabulário e gramática própria iniciou-se somente na década de 1970 por ocasião do Centenário da Imigração Italiana no Brasil.

¹²⁴ “Língua de imigrantes italianos, muito falada atualmente no Brasil (cf. Luzzatto, 1994). Os falantes do *Talian* se concentram na Região Sul, distribuindo-se em diferentes cidades de cada Estado, por exemplo: Caxias do Sul, Farroupilha, Garibaldi, Bento Gonçalves, Flores da Cunha, Veranópolis, Erechim, Carlos Barbosa - no Rio Grande do Sul; Joaçaba, Caçador, Chapecó, Concórdia – em Santa Catarina; Cascavel, Pato Branco, Francisco Beltrão, Medianeira, Toledo - no Paraná). É pela relação com o movimento de imigração de italianos para o Brasil no fim do século XIX e início do XX que podemos compreender a emergência do *Talian* como uma língua. Quando chegavam ao Brasil, os imigrantes eram conduzidos a fazendas ou a áreas ainda não habitadas nem cultivadas. Disso resultavam as Colônias de imigrantes, vinculadas ao processo de colonização dessas áreas. No caso da região sul, de modo geral, dividiam-se essas novas áreas em linhas e travessões e nelas se estabeleciam os imigrantes, aleatoriamente agrupados. Dos imigrantes italianos que se dirigiram ao Sul do país, em finais do século XIX, 95% eram provenientes do Vêneto e da Lombardia. Destes, 60% tinham língua e cultura vênetas, o que fez com que formas dessa língua predominassem nas situações de conversa entre eles, resultando no *talian*.” Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/elb/europeias/talian.htm>. Acesso: 22 out. 2015.

¹²⁵ Os escritores em Talian, após vários anos de pesquisas e encontros de estudos, definiram critérios para escrita unificada, e no ano de 1995 foi editada a cartilha para ensino nas escolas. CLEMENTE, Elvo. *Situação do dialeto vêneto no Rio Grand do Sul*. In: DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza Horn; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro (Orgs.) Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana: Anais do Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana e Anais do IX Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros. Caxias do Sul, 24-27 abr. 1996. Caxias do Sul: EDUCS, 1999. p. 270-271.)

¹²⁶ A primeira sistematização da gramática do Dialeto Vêneto aconteceu em 1987 com a publicação do Dicionário Vêneto Sul-rio-grandense de autoria de Alberto Vitor Stawinski com breves noções gramaticais. Em 1995, a UTRIM, União dos Trivênetos no Mundo, publica o “Dicionário Vêneto-Português-Italiano” baseado no dicionário de Stawinski com acréscimo da tradução do dicionário também para o italiano.

¹²⁷ LUZZATTO, Darcy Loss. *Talian (Vêneto Brasileiro): noções de gramática, história e cultura*. Porto Alegre: Sagra, 1994, p. 11.

Os documentos, livros, jornais, crônicas, atas e cartas escritos sobre os imigrantes que vieram da Itália para o Brasil foram escritos pelos órgãos oficiais do Estado e da Igreja Católica em Italiano, e não no dialeto de sua região de origem, pois os funcionários consulares da Itália e os religiosos que vieram ao Brasil para acompanhar os imigrantes, aprenderam o Italiano oficial da Itália unificada a 20 de setembro de 1870. Por isso, o italiano oficial, conhecido como italiano gramatical pelos falantes do *Talian*, não influenciou a constituição do vocabulário e da gramática elaborada para a normatização do *Talian*.

Segundo Silvio Paniz, “no início, cada grupo de imigrante e cada indivíduo falava a língua de sua terra natal, região ou cidade de origem. Como aqui no Brasil a instalação de imigrantes não foi de forma ordenada, as várias colônias que se formaram foram constituídas por imigrantes vindo de diferentes regiões e cidades italianas, caracterizando-se por serem colônias mistas do ponto de vista linguístico.”¹²⁸ O *Talian* serviu para a comunicação familiar e social e também para a manutenção das tradições trazidas da Itália pelos imigrantes e é usado ainda hoje como código de identificação familiar e social. Assim, a formação do dialeto geral Vêneto passou a ser designado como “O *Talian*”, o qual, junto com a religião católica, conservou uma identidade comum nas Colônias e fortaleceu o sentimento de pertença ao grupo.

O contato com a capital do Estado, Porto Alegre, onde existiam mais falantes do Português, era restrito devido à distância e a precariedade das estradas, o que favoreceu a permanência do *Talian* como língua de comunicação entre os colonos. O isolamento geográfico das colônias italianas criadas no Rio Grande do Sul perdurou por décadas, fazendo com que o *Talian* fosse falado também pelos filhos e netos dos imigrantes. Além disso, a comunicação externa às colônias, quando havia, também era feita com outras colônias de imigrantes italianos, favorecendo a manutenção e a regionalização desse dialeto vênето.

O *Talian* falado pelos imigrantes italianos nas colônias do Rio Grande do Sul tem origem nos dialetos vênетos falados no Norte da Itália no século XIX, contudo, não coincidem totalmente, pois no Rio Grande do Sul o dialeto adquire características próprias com a inclusão de novas palavras e sentidos.

Aqui chegados, foram instalados em ‘Linhas’ e ‘Travessões’ das Colônias, sem respeitar a origem de cada um. Assim, uma família trentina da Valsugana, por exemplo, passava a ser vizinha de uma friulana, de Pordenone, de um lado, e outra lombarda, de Bérgamo, do outro, com várias famílias vênетas ao seu redor. Evidentemente era preciso

¹²⁸ PANIZ, Silvio. *A fonologia do Talian, o Vêneto-rio-grandense falado na cidade de Nova Roma do Sul*. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) UCPel. Pelotas, p. 24.

entender-se. Daí resultou uma língua de comunicação, uma *koiné*, muito mais vêneta do que lombarda, ou friulana, ou trentina, pois vêneta era a maioria.¹²⁹

Aos fatores geográficos que impediam uma maior comunicação com comunidades de língua Portuguesa, somava-se a falta de escolas com professores de língua Portuguesa. Além disso, os primeiros professores, tanto particulares como religiosos, ensinavam em dialetos vênets. Com o passar do tempo os dialetos minoritários foram se fundindo e passaram a ser assimilados por um dialeto geral, que incorpora palavras de outros dialetos italianos minoritários e também do Português brasileiro. Do Português foram assimilados somente termos que não existiam nos idiomas de origem, como o nome de plantas, animais, usos e costumes.

Na Colônia italiana de Antônio Prado o *Talian* é usado tanto para a comunicação cotidiana, quanto para a comunicação escrita, televisiva e radiofônica. Por todo o sul do Brasil existem centenas de programas de rádio e televisão que semanalmente transmitem algumas horas de programação em *Talian* com entrevistas, filmes e músicas. É um idioma corrente usado em casa, no trabalho, no comércio e na escola entre os descendentes de italianos. Alguns poloneses, alemães e austríacos também aprenderam a falar o *Talian*.

Originalmente o dialeto vêneta sul-rio-grandense era falado nas 6 Colônias italianas oficiais: Dona Isabel (hoje Bento Gonçalves), Conde d'Eu (hoje Garibaldi), Caxias do Sul, Silveira Martins, Alfredo Chaves e Antônio Prado. A partir de 1900 começaram a ocorrer as migrações internas que fundaram novas Colônias praticamente em todo o Rio Grande do Sul e, posteriormente, também nos estados de Santa Catarina e Paraná.

Com a implantação do Estado Novo (1937), na Era Vargas (1930-1945), iniciou-se um processo de censura às línguas estrangeiras faladas no Brasil por imigrantes e descendentes de imigrantes: “A Campanha de Nacionalização instaurada pelo Estado Novo visava criar uma nação homogênea, com uma única língua e uma única cultura.”¹³⁰ O auge da proibição e da perseguição aos falantes de línguas estrangeiras se deu em 1942 com a proibição do uso do Italiano, do Alemão e do Japonês devido a II Guerra Mundial. Quem não falasse em português em locais públicos era preso.

¹²⁹ LUZZATTO, op. cit., p. 21.

¹³⁰ POSSAMAI, op. cit., p. 243.

Fernando Roveda, morador da Colônia, relata: “Dopo che é vegnesto a Lei de Getúlio Vargas, no se podea pi parlar a lengoa italiana, e tocava parlar el brasilian anca a casa.”¹³¹ Roveda, descendente vêneto que vive em Antônio Prado, lembra que seu avô e um amigo, em um domingo depois da missa, foram surpreendidos pela polícia falando em língua materna, a qual os prenderam na prefeitura por algum tempo. O mesmo acontecia aos imigrantes italianos que moravam no interior da Colônia, os quais, durante as compras na vila, tinham que gesticular o que queriam comprar para não serem presos, porque não sabiam falar Português, somente o *Talian*, o qual estava proibido.

Pelo Decreto-Lei nº 406 de 04 de maio de 1938¹³², o Presidente Getúlio Vargas proibiu o uso de línguas estrangeiras no ensino escolar e censurou a publicação de obras em línguas estrangeiras, como segue abaixo do artigo 85 a 87:

Art. 85. Em todas as escolas rurais do país, o ensino de qualquer matéria será ministrado em português, sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas.

§ 1º As escolas a que se refere este artigo serão sempre regidas por brasileiros natos.

§ 2º Nelas não se ensinará idioma estrangeiro a menores de quatorze (14) anos.

§ 3º Os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em língua portuguesa.

§ 4º Nos programas do curso primário e secundário é obrigatório o ensino da história e da geografia do Brasil.

§ 5º Nas escolas para estrangeiros adultos serão ensinadas noções sobre as instituições políticas do país.

Art. 86. Nas zonas rurais do país não será permitida a publicação de livros, revistas ou jornais em línguas estrangeira, sem permissão do Conselho de Imigração e Colonização.

Art. 87. A publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira fica sujeita à autorização e registro prévio no Ministério da Justiça.¹³³

A proibição de falar e ensinar em italiano durante o Governo da Era Vargas (1930-1945), instituída pelo Decreto-Lei nº 406 de 1938, que obrigava a alfabetização de crianças somente em Português, e a proibição de se falar em italiano em 1942 devido a II Guerra Mundial, forçou

¹³¹ Depois que veio a Lei de Getúlio Vargas, não se podia mais falar a língua italiana, precisando falar em brasileiro até em casa. MIAZZO, Giorgia. *Ma cos'elo el "talian"?* Bollettino Itals, Anno 11, numero 50, Settembre 2013, p. 90, tradução nossa.

¹³² A proibição de se falar e aprender em outras línguas, que não o Português, permaneceu até a Constituição de 1988 que estabeleceu, além do Português como língua oficial, o direito das comunidades indígenas de ensinar e aprender seus costumes e tradições também em suas próprias línguas maternas. Outros grupos de fala estrangeira também estão reivindicando o direito de aprender e ensinar em sua própria língua materna como é o caso dos falantes do *Talian*, baseados na Constituição Brasileira e na declaração de organismos internacionais que defendem a diversidade linguística e cultural.

¹³³ BRASIL. Decreto-lei n.º 406 de 4 de maio de 1938. *LEX: Coletânea de legislação com notas coordenadas e índices sistemáticos, organizada pelo plano de autoria do advogado Dr. Pedro Vicente Bobbio*. Legislação Federal. São Paulo: Lex Ltda. Editora. Ano II. p. 172., 1938. Seção 1.

os imigrantes e seus descendentes a aprenderem o Português, fazendo com que o italiano se restringisse somente ao espaço doméstico. Contudo, a celebração da missa e dos cultos em Latim não foram proibidos aos italianos, pois esta era a língua oficial da Igreja para a realização das cerimônias religiosas.

Pe. José Bem, primeiro Pároco de Nova Roma, 2º Distrito de Antônio Prado, registra a 27/11/1914 no Livro Tombo de Nova Roma que a homilia de Dom João Becker por ocasião do lançamento e benção da pedra fundamental da nova Igreja foi realizada em Latim: “Durante a missa, cantada pelo capuchinho Frei Luís de la Vernaz, pároco de Alfredo Chaves, D. João Backer fez um belo sermão, começando com estas palavras: *Quaerite primum regnum Dei.*”¹³⁴ Também registra no Livro Tombo da Paróquia de Nova Roma que em 19/04/1936 Dom José Barea visita a capela de Nova Treviso onde profere a homilia em italiano: “Em 19-4-1936 chega para sua primeira visita D. José Barea, acompanhado do Prefeito daquela cidade, Dante Marcucci. Em Nova Treviso é recebido com extraordinária solenidade. D. José profere belíssimo sermão em italiano.”¹³⁵ O Latim era aprendido pelos padres no seminário, o italiano era ensinado nas escolas particulares e o *Talian* era falado pelos colonos que não frequentavam a escola, mas estes também entendiam um pouco de Latim e Italiano que aprendiam com os padres nas homilias, na catequese e nas missões.

Em 01/01/1898 em Caxias do Sul, Pe. Pedro Nosadini lança o jornal *Il Colono Italiano* escrito em italiano oficial com informações sobre a Itália, a Igreja, a catequese e a agricultura. Os objetivos do periódico são escritos em italiano oficial:

Il Colono italiano sarà l'amico, il consigliere, la guida, l'avvocato dei cattolici italiani emigrati in Caxias e nelle colonie circunvicine e fornirà loro interessante notizie dela cara e bela Pátria. Il colono italiano non si occuperà di politica, tanto che già existe in Caxias un giornale, *O Caxiense*, ad hoc, al quale invio un cordiale e fraterno saluto.¹³⁶

Frozi e Mioranza explicam que a Igreja Católica e as congregações religiosas como a dos franciscanos foram fundamentais para o registro e sistematização do Talian: “Papel de relevância tiveram, nessa etapa, o sistema linguístico de comunicação e a religião católica. Esses dois fatores, aliados ao isolamento, determinaram a formação e a sobrevivência da Colônia

¹³⁴ BARBOSA, op. cit., 239.

¹³⁵ COSTA, op. cit., p. 135.

¹³⁶ O Colono Italiano será o amigo, o conselheiro, o guia, o advogado dos católicos italianos emigrados para Caxias e para as colônias circunvizinhas e fornecerá para eles notícias interessantes da querida e bela Pátria. O Colono Italiano não se ocupará de política, pois já existe em Caxias um jornal, O Caxiense, ad hoc, ao qual envio uma cordial e fraterna saudação. COSTA, Rovílio. *Padre Carmine Fasulo: comunicar para evangelizar*. In: BACCARIN, Onira; GUZZO, Dirce Brambatti; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Orgs.). *Raízes de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST Edições, 2008, p. 590, tradução nossa.

Italiana como um prolongamento do Vêneto, da Lombardia, Trentino e Friuli inseridos em área geográfica brasileira.”¹³⁷ A primeira obra em *Talian* foi *Nanetto Pippeta* escrita pelo Frei Aquiles Bernardi, narrando as aventuras dos pioneiros, publicada originalmente em forma de folhetim pelo jornal *Staffetta Riograndense* entre 23 de janeiro de 1924 e 18 de fevereiro de 1925. Desde sua fundação em 1909, o jornal *Staffetta Riograndense* dos Frades Capuchinhos, em 1941 alterado compulsoriamente para *Correio Riograndense* devido a II Guerra Mundial, favoreceu a divulgação, manutenção e aprendizado do *Talian* nas Colônias italianas.

Consta de um aparato escrito redigido na “Gramática do Dialeto Italiano Riograndense”, construída com base no livro de Nanetto Pipetta e mais tarde na “Gramática Morfológica do Dialeto Vêneto”. A primeira e fundamental redação de um vocabulário dos imigrados é a “Gramática e o Vocabulário do Dialeto Italiano Riograndense”, escrito por Alberto Vítor Stawinski, publicado em Porto Alegre, pela casa editora EST (Caxias do Sul, UCS), em 1977. Como sequência, deriva “O Dicionário do Dialeto Vêneto Sul-Rio-Grandense Português”. Em 1995, a UTRIM – sigla da “União dos Trivênetos no Mundo” – com o patrocínio da Região Vêneto, realiza uma magnífica obra: “O Dicionário Vêneto-Português-Italiano”. Trata-se de um volume baseado no dicionário de Stawinski, mas acrescentado da tradução italiana, dando origem a um sistema “trilinguístico”, com o objetivo de deixar uma marca vêneta no mundo.¹³⁸

Darcy Luzzatto explica em *Talian* sobre a proibição do uso de línguas estrangeiras devido à ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas e a II Guerra Mundial.

*Durante la ditadura Vargas (1937-1945) i ga proibio la importassion de libri stranieri, ben come l'insegnansa de léngue straniere a toseti e tosete con meno de 14 ani. De sto modo el talian l'è stà definitivamènte bandio dela scola. L'interessante l'è che l'italiano – capir toscano – che pena uno in mila, come go bel dito, saveva parlarlo, no l'è mia stà proibio! E gnanca el tedesco, solche el hunsrich, el dialeto tedesco local, che come el talian, con i trivèneto-lombardi, l'era diventà la léngua de comunicassion fra i dissidenti de tedeschi! Come se vede, no l'è mia fàssile capir un governo ditatorial, mia vera?*¹³⁹

Segundo Darcy Loss Luzzatto, nascido a 27 outubro de 1934 em Nova Pompéia, 3º distrito de Bento Gonçalves, atual Pinto Bandeira, RS, município vizinho à Antônio Prado, o

¹³⁷ FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento, 1975, p. 73.

¹³⁸ MIAZZO, Giorgia. *Afinal, o que o “Talian”?* Revista Italiana: UERJ, v. 2, n.º 1, p. 40.

¹³⁹ Com a implantação do Estado Novo (1937-45), foi proibida a importação de livros estrangeiros, bem como o ensino de línguas estrangeiras a menores de 14 anos. Dessa maneira o *talian* foi definitivamente banido da escola. O interessante é que o italiano – entenda-se toscano –, que apenas um por mil conhecia, como já disse, não o foi! Nem o alemão, apenas o *hunsrik* ou *hunsrikisch*, dialeto alemão local! Vá entender um governo ditatorial! Texto apresentado por Darcy Loss Luzzatto em Brasília no Seminário sobre a criação do Livro das Línguas no Plenário Florestan Fernandes na Câmara dos Deputados realizado de 7 a 9 de março de 2006, tradução do autor.

*Talian*¹⁴⁰, inicialmente, foi organizado por Achilles Bernardi em artigos publicados no Jornal Stafetta Riograndense em 1924 com as histórias de Nanetto Pipetta e, posteriormente, pelos Freis Capuchinhos que fizeram ampla divulgação do *Talian* em livros e revistas. Luzzatto é organizador do Dicionário “Talian Vêneto Brasileiro Português” e um dos maiores pesquisadores e divulgadores do *Talian* surgido nas colônias italianas do Rio Grande do Sul. O *Talian* tem origem nos dialetos Vênetos do Norte da Itália, contudo, adquiriu características próprias constituídas da mistura de dialetos italianos em contato com o Português do Brasil. O primeiro dicionário de *Talian* foi organizado por Alberto Vitor Stawinski (1909-1991) intitulado Dicionário Vêneto Sul-rio-grandense/Português foi escrito em 1977 com noções gramaticais e lexicais do idioma. Luzzatto esclarece que

os escrivães/notários que vieram da Itália e nasceram após 1866, quando o Vêneto passou a fazer parte da Itália, estudaram o italiano oficial da Itália unificada e não seus dialetos de origem. Lembro de uma reportagem sobre uma corrida a pé, que houve entre o 47 da Jansen e Nova Pompéia – hoje Pinto Bandeira – (um de meus livros traz a cópia desse documento), escrita por meu avô Cristóvão Luzzatto, foi escrita toda em italiano. Acho que no Brasil, quem escreveu pela primeira vez em *Talian*, o da época é claro, foi Achilles Bernardi no Stafetta Riograndense entre janeiro de 1924 e janeiro de 1925 – atual Correio Riograndense. Depois deles saíram outros escritos em *Talian*, vários livros, quase todos de autoria dos frades capuchinhos. Se alguém merece ser lembrado, quando se fala do reconhecimento do *Talian* como língua, são os capuchinhos. E eu também publiquei vários livros bilíngues talian/português, inclusive dois dicionários.¹⁴¹

Nomes de lugares ou edifícios com dizeres escritos em Vêneto também foram mudados para o Português. Durante o período da II Guerra Mundial, o Estado brasileiro substituiu muitos nomes de cidades caracteristicamente italianos por nomes brasileiros. Em 1940, a Vila de Nova Roma, antigo Distrito de Antônio Prado, foi renomeada de Guararapes, na tentativa de apagar qualquer identificação da Colônia com a Itália e a língua italiana. A Colônia de Antônio Prado não teve seu nome alterado, pois já tinha sido nomeada com um nome brasileiro, em homenagem ao Ministro da agricultura Antônio da Silva Prado. Em Antônio Prado, a *Società del Mutuo Soccorso Vittorio Emanuele III* teve que mudar seu nome para “Sociedade Pradense de Mútuo Socorro”.

¹⁴⁰ “Florence Carboni alerta que a literatura dialetal na Região Colonial Italiana não apareceu espontaneamente no seio da população, mas foi o meio utilizado pela Igreja, mais especialmente pelos capuchinhos, para propagar o catolicismo e consolidar a oposição ao Estado liberal italiano.” POSSAMAI, Paulo César. “*Dall’Italia siamo partiti*”: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005, p. 227.

¹⁴¹ Depoimento de Darcy Loss Luzzatto escrito a 06 de maio de 2015 em Pinto Bandeira, RS. Luzzatto é natural de Pinto Bandeira, RS, e autor das obras *El Nostro Parlar* de 1993, *Talian (Vêneto Brasileiro): Noções de Gramática, História e Cultura* de 1994 e do *Dissionário Talian Vêneto Brazilian* de 2013.

Devido a proibição de se falar em *Talian* em 1937, imposta pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, e em 1942, por causa da II Guerra Mundial, o *Talian* que era falado por todas as colônias italianas, tanto nas zonas urbanas quanto nas zonas rurais, ficou restrito às famílias e as zonas rurais, onde o *Talian* seguiu sendo a língua de comunicação comum sem interrupção. A partir da comemoração do Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul em 1975, o *Talian* começou a ser sistematizado com a organização de vocabulário e gramática própria, com o intuito de divulgar as contribuições culturais e a história das famílias de descendentes de italianos.

Em 1942, devido a II Guerra Mundial, o Delegado de Polícia da cidade, Valentin Moacyr de Castro, também divulga na Colônia o Edital¹⁴² de 29/01/1942 que proibia que se falasse o *Talian*, o qual ficou restrito ao convívio familiar e às zonas rurais. O Edital ameaça prender quem manifestasse simpatia pela causa do Eixo formado por Alemanha, Itália e Japão. Abaixo segue o teor do edital com as cláusulas proibitivas:

Por motivo do rompimento das Relações Diplomáticas do Brasil com os Países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), a Chefia de Polícia do Estado baixou as instruções contidas no presente Edital, que deverão ser rigorosamente observadas:

- I – Os estrangeiros nacionais da Alemanha, Itália e Japão devem comunicar à Autoridade Policial a sua residência dentro de quinze dias, a contar desta data (29/1/42).
- II – Aos estrangeiros não é permitido:
 - a) viajar de uma localidade para outra sem licença da polícia;
 - b) reunir-se, ainda que em casas particulares a título de comemorações privadas;
 - c) discutir ou trocar idéias em lugares públicos sobre a situação internacional;
 - d) mudar de residência sem a prévia comunicação à polícia;
 - e) viajar por via aérea, sem licença especial da polícia;
 - f) obter licença para andar armado e registrar armas;
 - g) obter licença para negociar armas;
- III – Fica proibido:
 - a) distribuir escritos em idioma das potências com as quais o Brasil rompeu relações;
 - b) cantar ou tocar hinos das referidas potências;
 - c) fazer saudações peculiares a estas potências;
 - d) usar o idioma das mesmas potências em conversações em lugares públicos;
 - e) exhibir retratos dos membros dos governos daquelas potências;
- IV – Devem ser detidos os que manifestam simpatias pela causa das referidas potências;
- V – Devem ser recolhidos todo o material de propaganda política existente em favor das mesmas;
- VI – Devem ser interditadas as estações de rádio amador dos súditos daquelas potências;
- VII – Devem ser interditados os aviões pertencentes aos súditos do Eixo;
- VIII – A polícia deve oferecer absoluta garantia à pessoa e aos bens dos súditos das potências do Eixo;
- IX – Estas instruções entram em vigor imediatamente

¹⁴² CHEFIA DE POLÍCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Edital proibitivo do uso do italiano de 29 de janeiro de 1942 emitido pelo delegado de polícia Moacyr Valentin de Castro da delegacia de polícia de Antônio Prado, RS.



EDITAL

Por motivo do rompimento das Relações Diplomáticas do Brasil com os Países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), a Chefia de Polícia do Estado baixou as instruções contidas no presente Edital, que deverão ser rigorosamente observadas.

SERÃO PRESOS OS QUE MANIFESTAREM SIMPATIA PELA CAUSA DO EIXO

I) - Os estrangeiros nacionais da Alemanha, Itália e Japão devem comunicar à Autoridade Policial a sua residência dentro de quinze dias, a contar desta data (29/1/42)

II) - Aos estrangeiros referidos no item anterior, não é permitido:

a) - Viajar, de uma localidade para outra, sem licença da Polícia (Salvo-conduto);

b) - Reunir-se, ainda que em casas particulares e a título de comemorações de caráter privado (aniversários, bailes, banquetes, etc.

c) - Discutir ou trocar idéias em lugar público, sobre a situação internacional;

d) - Mudar de residência sem prévia comunicação à Polícia (na Capital à Delegacia de Estrangeiros e no interior à Delegacia de Polícia local);

e) - Viajar, por via aérea sem licença especial da Polícia;

f) - Obter licença para andar armado e registrar armas, ficando, nesta data, cassados todos os registros e autorizações concedidos anteriormente para o porte de arma; devendo entregar suas armas, nesta Delegacia, dentro do prazo de 15 dias, a contar desta data (29/1/42).

g) - Obter licença para negociar com armas, munições ou materiais explosivos ou que possam ser utilizados na fabricação de explosivos ficando igualmente cassadas, nesta data todas as licenças anteriormente concedidas para esse fim.

III) - Fica proibido:

a) - Distribuir escritos em idioma das potências com as quais o Brasil rompeu relações;

b) - Cantar ou tocar hinos das referidas potências;

c) - Fazer saudações peculiares a essas potências;

d) - Usar o idioma das mesmas potências em conversações, em qualquer lugar público, inclusive Cafés, Bares, Restaurantes, Hotéis, Cinemas, Lojas, etc.

e) - Exibir, em lugar acessível ou exposto ao público, retratos dos membros dos governos daquelas potências.

IV) - Devem ser detidos aqueles que, ostensivamente, ou em lugar público, manifestem simpatia pela causa das referidas potências.

V - Devem ser arrecadados todos os livros e materiais de propaganda política em favor daquelas potências, existentes em livrarias, especialmente estrangeiras, ou casas particulares.

VI - Devem ser interditas as estações emissoras de radio-amadores e apreendidas aquelas que pertencerem a estrangeiros subditos daquelas potências.

VII - Devem ser interditados os aviões pertencentes a subditos pertencentes às potências do Eixo.

VIII - Finalmente, a Polícia deve oferecer absoluta garantia à pessoa e aos bens dos subditos das potências do Eixo e não permitir que a sua honra seja ultrajada. Outrossim, a população nacional brasileira, deve manter-se no mesmo espírito de ordem e perfeita disciplina com que vem até agora assistindo o desenrolar dos acontecimentos internacionais, não lhe sendo permitida atitude agressiva para com os subditos das nações adversárias residentes no território brasileiro.

IX - Estas instruções entram em vigor imediatamente.

DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO PRADO, 29 DE JANEIRO DE 1942.

Valentin Moacyr de Castro
DELEGADO DE POLÍCIA

O IPHAN, na série *Memória e preservação*, do Programa Monumenta de 2009, destaca que em 1987 quando foi feito o tombamento das casas de Antônio Prado, também encontraram preservados o patrimônio cultural da cidade através da língua¹⁴³ e da culinária: “Havia também um notável patrimônio imaterial representado pela culinária, pelo artesanato e por várias outras manifestações culturais. Sobretudo, o *Talian*, a língua dos colonos: mistura de dialetos, que inclui o vêneto, o milanês e o toscano, com empréstimos do alemão e do português.”¹⁴⁴

A proibição do uso do *Talian* inibiu a prática dessa língua que ficou restrita aos círculos familiares e às gerações mais antigas. O ato de proibir as pessoas de usarem sua própria língua materna, com a qual foram educadas e alfabetizadas, gera complexos de inferioridade e medo, fazendo com que os falantes da língua se sintam ignorantes e, conseqüentemente, psicologicamente inferiorizados. Antônia Nicolussi e Gelcy Citton, moradoras da Colônia, narram suas memórias sobre a proibição da língua italiana durante a II Guerra Mundial na Colônia:

Vivíamos no interior, depois saímos do interior e fomos nos instalar perto da ponte que vai à Caxias. Tínhamos uma pequena pensão, no casarão que fica perto do Rio Leão.

Na época que foi proibido de falar o italiano, os colonos vinham para a cidade e se dirigiam à casa para fazer as refeições.

Minha mãe falava o italiano com os fregueses e um hóspede denunciou que naquela pensão se falava em italiano.

Minha mãe foi intimada a comparecer à delegacia, sem ao menos saber do que se tratava.

Lá na delegacia, o delegado informou que minha mãe, d. Margarida, estava presa por falar em italiano com os hóspedes. Então ele disse – “A senhora terá que ficar aqui por um tempo, pois é proibido falar em italiano”. Minha mãe tinha vindo da Itália que não fazia muitos anos e só falava em italiano.

Nós, os filhos, estudávamos e sabíamos falar em português.

Lembro que naquela época as pessoas tinham muito medo e os colonos evitavam até de irem à missa. As compras eram feitas pelas pessoas mais jovens, por se defenderem melhor.

Eu tenho uma opinião que, após esse acontecimento, a língua italiana ficou mais distanciada pelo medo. Hoje em dia, mesmo no interior, todos sabem falar o português, mesmo as crianças hoje nem sabem o nome de certos objetos em italiano.

Ainda hoje eu falo o dialeto, principalmente quando encontro minhas amigas Lorena e Gelcy Citton (vizinhas) e antigamente com D. Pina Varaschin.

Meu pai veio da Itália com 32 anos e minha mãe com 27 anos. Meus pais vieram casados. Eu tenho uma ligação profunda com a Itália. Eu ainda hoje escrevo para a Itália, para corresponder-me com minha tia e uma cunhada.

¹⁴³ “Essa atitude teve seus primeiros passos ainda em 2002, com a promulgação do Decreto nº 3.551 de 2000, que cria o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. No Rio Grande do Sul, os falantes do *talian*, representados pela Federação das Associações Ítalo-Brasileiras do Rio Grande do Sul (FIBRA) encaminharam ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o pedido de registro da Língua *talian*.” ARMILIATO, Tales Giovanni. A comunicação no rádio e a preservação de uma identidade linguística regional: o *talian*. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) UCS. Caxias do Sul, p. 41.

¹⁴⁴ IPHAN. *Memória e preservação: Antônio Prado*. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2009. p. 20.

Através do italiano, quando falo, se recorda o passado, é mais fácil de se comunicar na língua que se foi criada (Antônia Nicolussi).¹⁴⁵

O tempo da guerra não se falava nem o italiano, nem o alemão.

Os policiais revistavam as casas que desconfiavam para ver se eles encontravam alguma coisa, se nada achavam, saíam sem nada falar.

Meu pai tinha muito medo, por isso queimou um quadro que tinha a família real italiana. A família de Vitor Emanuel.

Nós tínhamos também fotografias de revistas alemãs, com os nomes, eram fotografias lindas, por isso meu pai disse que não precisava rasgar era só riscar os nomes alemães.

As famílias do interior tinham medo de ir à cidade. Só vinham mesmo para fazer compras. As janelas eram fechadas e as pessoas ficavam dentro de casa (Gelcy Citton).¹⁴⁶

O Inventário Nacional da Diversidade Linguística foi instituído a 09 de dezembro 2010 pelo Presidente da República, Luiz Inácio da Silva, através do Decreto 7.387 2010¹⁴⁷: “Art. 1º Fica instituído o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, sob gestão do Ministério da Cultura, como instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Parágrafo único. O Inventário Nacional da Diversidade Linguística será dotado de sistema informatizado de documentação e informação gerenciado, mantido e atualizado pelo Ministério da Cultura, de acordo com as regras por ele disciplinadas.”¹⁴⁸ Com o reconhecimento da diversidade linguística foi possível encaminhar o pedido do *Talian* como língua de imigração brasileira.

O *Talian* foi a primeira língua a solicitar reconhecimento como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil junto ao IPHAN. O reconhecimento do *Talian* como língua brasileira foi solicitado em 2001 pela ASSODITA, formada pela associação dos apresentadores de programas de rádio feitos no dialeto dos imigrantes italianos do Rio Grande do Sul. Luzzatto defende a valorização do *Talian*, pois, segundo o autor, ainda existem muitos falantes e divulgadores dessa língua que apresentam programas de rádio, conforme explica em *Talian*:

¹⁴⁵ NICOLUSSI, Antônia. *A proibição do Talian*. Antônio Prado, agosto de 1989, n.º 180, p. 2. Entrevista concedida ao Jornal Panorama Pradense. Acervo: Biblioteca Municipal.

¹⁴⁶ CITTON, Gelcy. *A proibição do talian*. Antônio Prado, agosto de 1989, n. 180, p. 3. Entrevista concedida ao Jornal Panorama Pradense. Acervo: Biblioteca Municipal.

¹⁴⁷ Em 09 de setembro de 2014 a Ministra de Estado da Cultura, Marta Suplicy, assina o reconhecimento do *Talian* como referência cultural brasileira: “MINISTÉRIO DA CULTURA. A Ministra de Estado da Cultura, no uso de suas atribuições, de acordo com o artigo 3º do Decreto no 7.387, de 09 de dezembro de 2010, e em decorrência da inclusão no Inventário Nacional da Diversidade Linguística, em 09 de setembro de 2014, confere o título de Referência Cultural Brasileira à língua denominada *Talian*. Brasília, 10 de novembro de 2014. Marta Suplicy, MINISTÉRIO DE ESTADO DA CULTURA. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4873>. Acesso em: 08 abr. 2015.

¹⁴⁸ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos*. Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm. Acesso em: 11 out. 2014.

no ghe ze mia stadistiche che le se mèrite fedùcia sora quanti che i parla ancora el talian, ma sicuramente semo in pi de un milion solche ntel Rio Grande do Sul; squasi altro tanto a Santa Catarina e ntel Paranà. E quanti ghen saralo a San Paolo e ntei altri stati? In squasi 100 munissìpii dela Region Sud ghe ze programmi de ràdio in talian. Mi posso dirlo con sicurezza, parché go bel assistio e go fato anca conferense in tre riunion de radialisti taliani. Lori i se riune tuti i ani, ogni ano nte na sità difarente. Ghè gente che vien de posti che mi no saveva gnanca che ghe zera taliani lì. Parquela velo digo nantra volta: no se pol strassinàr na lèngua e na cultura che ancora tanta gente serca de mantégnarla viva!¹⁴⁹

O que determina um idioma¹⁵⁰ como língua ou dialeto não são as características fonéticas da fala ou morfológicas da escrita, mas as condições políticas e sociais que determinam o que é língua, considerada mais importante, e o que é dialeto, considerado inferior pelos que detêm o poder, apesar de não haver hierarquia entre ambos. A pesquisadora Marley Pertile, que fez o inventário do *Talian*¹⁵¹ juntamente com a Universidade de Caxias do Sul, afirma no documentário “Brasil Talian” que no Brasil são faladas 180 línguas indígenas e 30 línguas de imigração, sendo que os falantes do *Talian* superam em número os falantes das 180 línguas indígenas.

¹⁴⁹ Não existem estatísticas, que mereçam crédito, que nos informem quantos ainda falam o *talian*, mas seguramente somos mais de um milhão só no Rio Grande do Sul; quase outro tanto em Santa Catarina e no Paraná. E quantos ainda o falarão em São Paulo e nos demais estados da Federação? Em quase 100 municípios da Região Sul, existem programas de rádio em *talian*. Eu posso assegurá-lo, pois já estive presente, e pronunciei inclusive palestras, em várias reuniões de radialistas *taliani*. Eles se reúnem todos os anos, a cada ano numa cidade diferente. Alguns, inclusive, vêm de lugares que eu nem imaginava que ali houvesse gente que falasse o *talian*. Por isso, digo-lhes novamente: Não se pode destruir uma língua e uma cultura que tanta gente ainda procura manter viva! LUZZATTO, Darcy Loss. *Em defesa da língua materna*. Seminário sobre a criação do Livro das Línguas. Brasília: 7 a 9 de março de 2006, p. 4, tradução do autor.

¹⁵⁰ Foi através da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, lançada em Barcelona em junho de 1996, sob os auspícios da Unesco, que novas perspectivas em política linguística dirigidas a minorias vêm sendo estudadas e propostas. No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) vem, desde 1997, formulando instrumentos específicos para efetivar, no campo das políticas de patrimônio cultural, a concepção ampla de patrimônio expressa no artigo 216 da Constituição Federal. O decreto 3551, de 4 de agosto de 2000, que institui o ‘Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial’, abre espaço para o reconhecimento pelo Estado, como patrimônio cultural do Brasil, de bens de caráter processual e dinâmico, como as suas línguas. PERTILE, Marley Terezinha. *O talian entre o italiano-padrão e o português brasileiro: manutenção e substituição linguística no Alto Uruguai gaúcho*, 2009. Dissertação (Doutorado em Letras) UFRGS. Porto Alegre, p. 35.

¹⁵¹ PERTILE, Marley Terezinha. *Depoimento sobre o inventário do Talian*. In: BRASIL TALIAN. Direção: André Costantin. Produção: Fernando Roveda. Roteiro: André Costantin. Caxias do Sul: Transe, 2015. 1 DVD (1h5min), color, 13min-20min.



**Serviço Público Federal
Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**

CERTIDÃO

CERTIFICO que da Ata de Reunião da Comissão Técnica do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (CT-INDL), de nove de setembro de dois mil e catorze, consta o seguinte: *Foi deliberada a inclusão da língua **Talian** no Inventário Nacional da Diversidade Linguística, uma vez que todos os requisitos foram atendidos, como atesta o processo de n.º 01450.010077/2014-66 e dossiê correspondente, fazendo jus ao título de Referência Cultural Brasileira, conforme o Decreto 7.387, de 09 de dezembro de 2010.* **DESCRIÇÃO:** O Talian, conforme definição apresentada no Relatório Final (p.11-18), é uma das autodenominações para a língua de imigração falada no Brasil na região de ocupação italiana direta e seus desdobramentos desde 1875, em especial no nordeste do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Espírito Santo. Entre outras autodenominações, constam termos como língua dos nonos, dialeto vêneto, dialeto italiano. É uma “variedade suprarregional intracomunitária e intercomunidades (coine) do italiano como língua alóctone em contato com outras variedades do italiano com o português do Brasil, vinculada historicamente aos dialetos provenientes do norte da Itália, mas com características próprias, derivadas do contexto brasileiro que a diferem da matriz original e também de outras regiões brasileiras” (Relatório Final, 2010, p. 11). Sua origem linguística é o italiano e os dialetos falados, principalmente, na regiões do Vêneto, Trentino-Alto e Friuli-Veneza Giulia e Piemonte, Emilia-Romagna e Ligúria. Essa descrição corresponde à apresentada na Nota Técnica DPI n.º 40/2013, presente no processo administrativo n.º 01450.010077/2014-66 e Anexos, no qual se encontra reunido um amplo conhecimento sobre essa língua, contido em documentos textuais, bibliográficos e audiovisuais. Data da Inclusão: 09 de setembro de 2014. E por ser verdade, eu, Célia Maria Corsino, Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e coordenadora da Comissão Técnica do INDL lavrei a presente certidão que vai por mim datada e assinada. Brasília, Distrito Federal, 10 de novembro de 2014.

IMAGEM 10 – Certidão de reconhecimento do *Talian* como língua de imigração do Brasil concedida por Célia Maria Corsino, Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, lavrada a 10 de novembro de 2016 em Brasília. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Certidao_%20Talian.pdf. Acesso em: 11 abr. 2015.

Para os membros da ASSODITA, o *Talian* é uma língua “completa”, pois possui nomes, verbos, substantivos e adjetivos e serve a todas as necessidades da comunicação falada ou escrita:

De acordo com as informações que justificavam o pedido, o *talian* é considerado uma “verdadeira Língua, com estrutura gramatical própria e regras de ortografia e sintaxe” e formado pela união do falar dos diversos dialetos dos primeiros imigrantes italianos que vieram para o Brasil. Apresentando argumentos que atestavam a vitalidade e permanência do *talian*, o pedido assinalava que, depois do Português, ele seria o idioma mais falado e escrito no país, especialmente na região Sul, e que apresentaria uma literatura que inclui um acervo didático e cultural de expressiva relevância, com uma extensa obra relacionada à história da imigração e da colonização italiana no país.¹⁵²

O *Talian* é promovido pelos “Divulgadores do Talian” que são radialistas e escritores, os quais se reúnem uma vez ao ano em uma cidade diferente do Sul do Brasil para trocar experiências e planejar novas formas de divulgar a língua e a cultura dos descendentes de imigrantes italianos vindos da Itália para o Rio Grande do Sul a partir de 1875. Atualmente, também são realizados intercâmbios culturais com professores italianos que ministram aulas de Vêneto para as colônias italianas do Sul do Brasil.

Para o reconhecimento do *Talian* foi necessário apresentar ao Ministério da Cultura e ao IPHAN um inventário de dicionários, livros, revistas e falantes do *Talian* para que ele pudesse ser reconhecido como língua. O Inventário foi compilado pela UCS, Universidade de Caxias do Sul em parceria com a FIBRA, Federação das Associações Ítalo-Brasileiras do Rio Grande do Sul, o Instituto Vêneto, e com a ajuda de professores, alunos e membros da comunidade.

O *Talian* é utilizado pela maioria da população na comunicação social entre os colonos, tanto nas conversas familiares quanto nas conversas públicas, no trabalho, no comércio e no lazer. Segundo Ciane Fochesatto, funcionária da prefeitura de Antônio Prado, a maioria da população se comunica em *Talian* naturalmente nas conversas do dia a dia: “Ciane Fochesatto, diretora de cultura da prefeitura de Antônio Prado, crê que mais de 90% da população com mais de 30 anos fale o dialeto na região, que compreende dezenas de municípios e milhares de habitantes. Ela observa que, quando se trata de explicar alguma coisa, muitas das pessoas idosas preferem falar o dialeto.”¹⁵³

¹⁵² CARDOSO, Fabíola Nogueira da Gama. *Línguas como patrimônio imaterial: etnografia de um debate*. 2010. 129 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) UnB. Brasília, pp. 13-14.

¹⁵³ IPHAN, op. cit., p. 23.



MINISTÉRIO DA CULTURA

A Ministra de Estado da Cultura, no uso de suas atribuições, de acordo com o artigo 3º do Decreto nº 7.387, de 09 de dezembro de 2010, e em decorrência da inclusão no Inventário Nacional da Diversidade Linguística, em 09 de setembro de 2014, confere o título de *Referência Cultural Brasileira* à língua denominada **Talian**.

Brasília, 10 de novembro de 2014.

Assinatura manuscrita em azul da Ministra Marta Suplicy.

Marta Suplicy

Ministra de Estado da Cultura

O *Talian* se formou oralmente do contato de vários dialetos italianos trazidos da Itália pelos imigrantes em contato com o Português e, posteriormente, se consolidou através dos registros escritos da história das colônias e seus costumes. Além disso, ele é falado e compreendido por mais de um milhão de pessoas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Por isso, é considerado uma língua neolatina, como o italiano, o francês, o espanhol e o português. Segundo Miazza, “il *talian* costituisce la trama mai interrotta del proprio percorso di vita, diventando la lingua di comunicazione espressiva familiare e della forma di vita sociale primaria.”¹⁵⁴ O *Talian* é a expressão cultural da experiência de vida dos imigrantes italianos, formada a partir da convivência familiar e comunitária ligada a religiosidade vivida na Sociedade da Capela e ao trabalho no campo.

Para Roveda, memorialista da Colônia de Antônio Prado, o que foi censurado dos italianos durante a Primeira e Segunda Guerra Mundial, porque era visto como um perigo ao nacionalismo, é hoje conservado pela Colônia como um diferencial de tradições, costumes e valores para o Brasil através da língua, da culinária, do vestuário, da indústria e do comércio. Assim, o *Talian* é conservado como elemento de unidade dentro da comunidade Ítalo-brasileira, sendo que em 2010 foi reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial pelo Estado do Rio Grande do Sul, e em 2014, como Língua Brasileira de Imigração pelo Estado Brasileiro¹⁵⁵. Em muitos municípios do Rio Grande do Sul, como é o caso do município de Serafina Corrêa, o *Talian* é a segunda língua ensinada nas escolas depois do Português.

O *Talian*, juntamente com a religião católica, formou a base cultural dos imigrantes italianos, servindo como elemento de identificação e integração no interior de cada colônia e desta com as colônias vizinhas. É uma língua predominantemente originada no interior das colônias italianas que, posteriormente, também foi assumida pelos moradores das cidades das regiões de imigração italiana no Rio Grande do Sul. Apesar de ter sua origem nos dialetos vênets do Norte da Itália trazidos para o Brasil pelos imigrantes italianos, o *Talian* é uma língua de imigração própria do Brasil, porque se formou a partir do contato dos dialetos vênets com o Português Brasileiro, assumindo características locais independentemente de suas regiões de origem na Itália.

¹⁵⁴ O *Talian* constitui uma trama contínua do próprio percurso de vida, que se tornou a expressão linguística da comunicação familiar e de sua vida social primitiva.” MIAZZO, Giorgia. *Scoprendo il talian: viaggio di sola andata per la Mèrica*. Editrice Artistica Bassano: Bassano del Grappa, 2014, p. 36.

¹⁵⁵ A cerimônia do reconhecimento do *Talian* como Língua Brasileira de Imigração ocorreu no Seminário Ibero-Americano da Diversidade Linguística em Foz do Iguaçu, PR, entre os dias 17 e 20 de novembro de 2014, com a presença da Ministra da Cultura Marta Suplicy que entregou a FIBRA o Certificado de reconhecimento do *Talian*.

CAPÍTULO II

CONFLITOS ENTRE IMIGRANTES, IGREJA E ESTADO

2.1 Pioneiros da Colônia

Os imigrantes pioneiros que se instalaram na Colônia de Antônio Prado a partir de 1886, são originários das províncias de Beluno, Treviso, Veneza, Verona, Pádua e Vicenza e, num segundo momento, colonos vindos da Colônia italiana de Caxias do Sul fundada em 1876. Segundo Frei Rovílio Costa, não existem registros completos sobre a fundação da Colônia de Antônio Prado e dos imigrantes que nela se estabeleceram: “Não existe relação completa dos imigrantes que desde 1886 se estabeleceram em Antônio Prado. Pelos arquivos das Comissões de Terras e Colonização, da Prefeitura Municipal, das paróquias da sede e de Nova Roma, da relação de João Spadari Adami, chega-se a umas duas mil famílias italianas e umas 200 polonesas, suecas e francesas.”¹⁵⁶

Os imigrantes italianos que se deslocaram do Norte da Itália para o Sul do Brasil e se fixaram na Colônia de Antônio Prado, fundaram uma Colônia de povoamento, pois a instalação dos imigrantes era definitiva. Antes da chegada da Igreja, dos padres e dos religiosos, os imigrantes se adiantaram e fundaram suas próprias Sociedades da Capela e escolas particulares, entrando em conflito com as autoridades civis e eclesiásticas quando estas começaram a chegar e interferir na organização dos imigrantes. O Governo forneceu ferramentas para os imigrantes abrirem estradas, derrubarem a mata e construírem os primeiros barracões de madeira, porém, a educação e a organização social dos imigrantes e seus filhos foram administradas pela Igreja Católica e os institutos religiosos franceses dos Irmãos Marista e das Irmãs de São José, sob a liderança dos padres Alessandro Pellegrini (1888-1897), Carmine Fasulo (1898-1904) e José Benini¹⁵⁷ (1907-1937), os quais fundaram escolas, construíram um hospital e formaram novas comunidades no interior da Colônia.

¹⁵⁶ COSTA, Rovílio. *Povoadores de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2007. p. 21.

¹⁵⁷ Nascido na Itália (27.12.1863), diocese de Pádua, foi ordenado em Porto Alegre em 30.11.1899. Trabalhou em Nova Trento como último cura, Vigário de A. Prado (1904-1905), cura de Nova Roma, Vigário de Bento

No Rio Grande do Sul, o Estado Brasileiro dependia e solicitava a presença da Igreja para que os colonos permanecessem nas novas colônias. Apesar da colônia italiana de Antônio Prado ter sido criada no final do período imperial (1886), sua organização seguiu o sistema do padroado¹⁵⁸, ou seja, o Governo Imperial e Provincial influenciavam na organização da Igreja, nomeando párocos e vigários para assistir aos imigrantes nas colônias italianas. Frei Rovílio Costa em sua obra *Povoadores de Antônio Prado* menciona que “apesar do pedido de 4-5-1888 ao Imperador Dom Pedro II, feito pelo Pe. Luís Centin, ex-pároco de Santa Teresa de Caxias, para capelão e 1º cura da Colônia de Antônio Prado, foi nomeado o Pe. Alessandro Pellegrini, conforme solicitação anterior do engenheiro chefe Henrique Cristino da Silva Guerra, em 3-3-1888.” A troca de Pe. Luís Centin pelo Pe. Alessandro Pellegrini, demonstra a interferência do Império nas questões religiosas da Colônia que, posteriormente, continuará com o coronelismo¹⁵⁹ e a interferência de interventores estaduais no período republicano.

Em *Antônio¹⁶⁰ Prado e sua história*, à página 17, Barbosa relata que o engenheiro-chefe, Henrique Cristiano da Silva Guerra, indica Pe. Alexandre Pellegrini para capelão da Colônia:

Em 3-3-1888, o engenheiro chefe, Henrique Cristino da Silva Guerra, solicitava com a maior urgência a nomeação de um capelão para a nova Colônia de Antônio Prado, e indicava para ocupar o cargo o Pe. Alexandre Pellegrini, que se achava na sede de Nova Trento (Flores da Cunha). ‘Julgo desnecessário tratar das qualidades que recomendam esse padre’, diz no ofício.¹⁶¹

A crônica acima revela o sistema do padroado que consistiu na interferência do Estado na organização da Igreja Católica ainda vigente em 1888, modelo seguido também para a criação e organização das colônias italianas no sul do Brasil. O padroado terminou oficialmente em 1890, no fim do Império e o início da República com a publicação do Decreto 119-A de 7 de janeiro de 1890: “Art. 1º É proibido á autoridade federal, assim como á dos Estados

Gonçalves (1906-1907) coadjutor e Vigário de Caxias, S. Pedro de Caxias, Caravágio, Galópolis. Em 1928 recebeu o título de Cônego. Faleceu em Caxias a 6.8.1953 com 90 anos de idade. BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980. p. 42.

¹⁵⁸ Para melhor entendimento da história do padroado no Brasil conferir: GOMES, Edgar da Silva. *A dança dos poderes: uma história da separação Estado – Igreja no Brasil*. 1. ed. São Paulo: D’Escrever, 2009. 236 p.

¹⁵⁹ Sérgio da Costa Franco em seu artigo “Os intendentess municipais de Antônio Prado e o Presidente Borges de Medeiros” esclarece que o “coronel burocrata” é “um entidade política muito característica do castilhisismo-borgismo, - sem fortuna pessoal e sem vínculo com a comunidade local, Inocêncio de Mattos Miller era cioso de seus poderes de patrulhamento, instando frequentemente pelo afastamento ou demissão de funcionários públicos que pudessem prejudicar seus propósitos ou o desempenho eleitoral do Partido Republicano.” FRANCO, Sérgio da Costa. *Os intendentess municipais de Antônio Prado e o presidente Borges de Medeiros*. In: GUZZO, Dirce Brambatti; BACCARIN, Onira; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (Orgs.). *Raízes de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2008, p. 77.

¹⁶⁰ COSTA, op. cit., p. 52.

¹⁶¹ BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980, p. 17.

federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e crear diferenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados á custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas.”¹⁶² Tanto no período colonial quanto no período imperial no Brasil, bispos e padres eram indicados pelo Estado, modelo seguido também para a implantação das colônias formadas por imigrantes italianos no Rio Grande do Sul pelo Império do Brasil.

Na colônia italiana de Antônio Prado, os primeiros embates entre os imigrantes surgiram em torno da definição do local¹⁶³ da construção da capela e da nomeação do padroeiro, gerando conflitos entre os imigrantes e o padre, pois muitos colonos queriam que a capela fosse construída perto de sua casa com o intuito de abrir um comércio para vender mercadorias aos frequentadores da capela, ou tentar fazer com que sua “linha ou travessão”¹⁶⁴ se tornasse a sede da paróquia para que a localidade fosse escolhida para sede de distrito ou município. A maioria das fábricas, do comércio, dos distritos e das sedes das colônias e dos municípios, começou em torno de uma capela que depois foi elevada à condição de paróquia com o crescimento da vila.

As relações de poder e os conflitos ocorriam tanto no campo religioso com a Igreja Católica quanto no campo político com as autoridades municipais da Colônia. No distrito de Nova Roma havia desavenças entre os moradores da Linha Nova Treviso, situada ao norte de Nova Roma, e da Linha Castro Alves, situada ao sul de Nova Roma. As duas localidades queriam ser a sede da paróquia, pois os imigrantes entendiam que ter uma capela ou uma paróquia era um direito seu, conforme explica Vendrame: “A organização do espaço religioso – construção da igreja e presença do padre – era considerada fundamental no processo de constituição da localidade, sendo esse um direito que os imigrantes acreditavam possuir.”¹⁶⁵. Além disso, sabiam que onde se instalasse a paróquia teria mais possibilidade de se tornar município, porque concentraria a população e o comércio da região.

¹⁶² PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Decreto nº 119-a, de 7 de janeiro de 1890*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm. Acesso em: 31 mar. 2015.

¹⁶³ Pelo importante papel religioso-social que desempenhavam, o número de capelas proliferou vertiginosamente em toda a Região Colonial Italiana, pois a população de cada linha ou travessão não escondia o desejo de ver formada uma nova povoação nas suas proximidades a fim de reduzir o seu isolamento. POSSAMAI, Paulo César. *“Dall’Italia siamo partiti”: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945)*. Passo Fundo: UPF, 2005, p. 126.

¹⁶⁴ As colônias italianas do Sul do Brasil foram divididas em léguas, linhas, travessões e lotes. A Colônia de Antônio Prado fazia parte da Sétima Léngua de Caxias do Sul e foi dividida em linhas compostas por travessões, nos quais estavam situados os lotes destinados aos colonos. Na linha era construída a capela em torno da qual se formava a comunidade.

¹⁶⁵ VENDRAME, Maíra Ines; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Imigrantes italianos no Brasil meridional: práticas sociais e culturais na conformação das comunidades coloniais*. Estudos Ibero-Americanos: PUCRS, v. 40, n. 1, jan.-jun., 2014, p. 138.

Segundo o projeto inicial, a sede do Distrito de Nova Roma da Colônia de Antônio Prado era para ser erigida na localidade onde estava a Capela Nossa Senhora do Carmo na Linha Castro Alves, pois nessa localidade já havia uma colônia de poloneses com um padre estável. “A capela Castro Alves, colonizada inicialmente por poloneses, parecia tornar-se naturalmente sede da colônia. No entanto, em 1894 a Comissão de Demarcação de Terras decidiu que Nova Treviso, na Linha Blessmann, devia ser o centro da Colônia, originando, com isso, inúmeras rivalidades entre os dois povoados.”¹⁶⁶

As autoridades municipais e estaduais também se valiam da presença do padre para o desenvolvimento do comércio na região, pois eles sabiam que os colonos sempre se reuniam em maior número onde tivesse uma capela ou uma paróquia, em torna da qual se formava um centro de comercial de produtos agrícolas e industrializados. Em 1895, os moradores de Nova Treviso já haviam tentado conseguir um sacerdote estável para poder se tornar a sede da Colônia, mas não obtiveram êxito:

Em outubro de 1895, os fabriqueiros de Nova Treviso fizeram outra tentativa, no sentido de obter um capelão. Remeteram a D. Cláudio a quantia de 511\$270 para pagar a viagem e despesas do sacerdote. Sem esperar resposta, passado um mês, membros da família Confortin, Montagnini, Busato e outras mandaram publicar em jornal italiano ‘um artigo muito grosseiro e ofensivo a respeito de tal dinheiro’, conforme se expressou o Bispo em carta de próprio punho ao Pe. Alexandre Pellegrini (22.11.1895). E prosseguia D. Cláudio: “Não me procuraram nem pediram explicação nenhuma. Foram para o tal jornal insultar-me. Esse dinheiro está depositado no Banco da Província e a caderneta está em meu poder. Que venham os fabriqueiros receber o dinheiro e lhes asseguro que não darei mais um passo para lhes arranjar um sacerdote. Escrevi para a Itália, para pedir sacerdote. Porém dentro de um mês não era possível obter resposta, quanto mais a ter um sacerdote... Nosso Senhor lhes perdoe tão grande ofensa contra o seu Prelado.”¹⁶⁷

Barbosa relata que a 06/01/1899, para tentar pôr fim à rivalidade, Padre Alessandro Pellegrini se estabeleceu na Linha Carlos Leopoldo, entre Castro Alves e Nova Treviso, centro do território em disputa que estava dividido em oito linhas: “O Pe. Alexandre Pellegrini deixou a paróquia da sede em novembro de 1897, retirando-se para a região de Nova Treviso, Castro Alves e Linha Carlos Leopoldo, com a finalidade de fundar um curato no ponto central e acabar com a divergência entre a população de Castro Alves e Nova Treviso, ambas interessadas em ter um sacerdote estável.”¹⁶⁸ Devido à fixação do Padre Pellegrini na Linha Carlos Leopoldo, Castro Alves e Nova Treviso se voltaram contra os moradores da Linha Carlos Leopoldo, futura

¹⁶⁶ PANOZZO, João (Coord.). *Nova Roma do Sul: a construção social de um espaço*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996, p. 14.

¹⁶⁷ BARBOSA, op. cit., p. 232.

¹⁶⁸ Idem. Op. cit., p. 233.

sede do município de Nova Roma, pois sabiam que o local onde fosse instalada a sede da paróquia¹⁶⁹ teria mais probabilidade de se tornar município ou distrito.

É por todos sabido que os imigrantes europeus são excessivamente religiosos e não dispensam, de modo algum, o padre e a igreja. Quem conhece, sobretudo por observação própria, as Colônias do Império sabe perfeitamente que o padre é o mais poderoso elemento de ordem, moralidade e estabilidade para os colonos. Por este motivo, os chefes das comissões encarregadas de estabelecê-los aproveitam-se dele, como auxiliar indispensável para conseguir que os imigrantes recém-chegados povoem os núcleos novos, dediquem-se ao trabalho agrícola com perseverança, obedeçam às suas determinações e não abandonem os lotes.¹⁷⁰

Com a mudança de Pe. Alessandro Pellegrini para a Linha Carlos Leopoldo, posteriormente renomeada pelos imigrantes com o nome de Nova Roma, e a instalação da sede da Igreja, a localidade começou a crescer mais rapidamente e em pouco tempo se transformou em vila. A fixação do padre na Linha Carlos Leopoldo fez com que, mais tarde, em 1922, Nova Roma também se tornasse a sede da paróquia do município de Nova Roma do Sul. A mediação de Pe. Alessandro Pellegrini na disputa entre os imigrantes de Castro Alves e Nova Treviso para ser sede de paróquia foi interrompida a 19 de agosto de 1897 devido a sua morte repentina, fazendo com que surgisse um novo conflito:

Quando o Pe. Alexandre Pellegrini faleceu, quase repentinamente, em 19.8.1899, a população de Nova Treviso ameaçou impedir a passagem do cortejo fúnebre, que, a pé, transportava o corpo do venerando fundador de Nova Roma para o Cemitério de Antônio Prado. Todavia, os fiéis da Linha Carlos Leopoldo, cientes das ameaças, armaram-se, fazendo-se respeitar e passando desimpedidamente, chegando, à meia-noite, à sede do município. Foi sepultado numa capela funerária, mandada construir por ele mesmo. Hoje seus restos mortais repousam no mausoléu do clero, no novo cemitério. Contava 70 anos, havendo nascido em 12.11.1829.¹⁷¹

¹⁶⁹ “A fundação da paróquia e a vinda do padre sempre foram a máxima aspiração do nosso colono. Apenas construídas as primeiras casas nos centros coloniais iniciava-se entre eles uma luta renhida pela fixação da sede de um futuro curato. Quando, finalmente, as disputas eram resolvidas pela autoridade diocesana, o local que tivera a sorte de ser escolhido começava a desenvolver e a progredir. Pouco a pouco fundava-se a escola, o colégio, a beneficência, as associações, os corais, as bandas de música e o povoado tornava-se coisa viva e vital. Conhecemos povoados com apenas uma centena de famílias que estariam dispostas a subvencionar o sacerdote e o culto se o bispo pudesse ir ao encontro de suas aspirações.” BAREA, José. *A vida espiritual nas colônias italianas do Estado do Rio Grande do Sul*. In: CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUD. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925, 2 v, p. 60.

¹⁷⁰ CARVALHO, Delgado de. *O Brasil, colonização e imigração*. Porto Alegre: Moraes, 1875, p. 34. Apud MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: EST, 2001, p. 140.

¹⁷¹ BARBOSA, op. cit., p. 232-233.

Na fotografia abaixo, tirada na Linha Carlos Leopoldo no ano de 1906, pode-se ver ao centro o Pe. Antônio Pertile¹⁷², que substituiu Pe. Mariano Rossi, juntamente com seus fiéis em frente à Igreja Matriz São Pedro e São Paulo no dia da homenagem a Santo Antônio. Na fotografia também se destaca a predominância de crianças e jovens com relação ao número de adultos, pois os casais tinham muitos filhos devido à falta de métodos contraceptivos. Contudo, para os imigrantes, o grande número de filhos era entendido como benção de Deus, porque proporcionava mais mão de obra para o trabalho na lavoura e, conseqüentemente, aumento da produção agrícola. Ao fundo pode-se ver a igreja e a casa canônica de Pe. Alessandro Pellegrini construídas de madeira com o telhado bastante inclinado para evitar que quebrasse com o peso da neve no inverno.



IMAGEM 12 – Fotografia da celebração em homenagem a Santo Antônio na Linha Carlos Leopoldo, situada entre Castro Alves e Nova Treviso. Fotografia de 1906. Acervo: Prefeitura Municipal de Nova Roma do Sul.

¹⁷² No período do conflito entre as Linhas Castro Alves, Nova Treviso e Carlos Leopoldo, o curato de Nova Roma também foi atendido pelos padres Francisco Marottoli, Basílio Píria, Icídio Pampanelli, Salvador Zorgno, Angelo Donato, Antônio Rizzotto, Frei Teófilo e Frei Patrício.

Com a morte de Pe. Alessandro Pellegrini em 1899, Pe. Mariano Rossi é destinado para atender a Colônia:

Em substituição ao Pe. Alexandre Pellegrini, falecido em 1899, a capela de Nova Roma, a partir de fevereiro de 1900, foi atendida pelo Pe. Mariano Rossi, que construiu a primeira igreja. Era italiano da Província de Roma, onde estudou e foi ordenado em 19.12.1891, vindo para o Brasil em 1899, a convite de D. Cláudio Ponce de Leão. Permaneceu pouco tempo em Nova Roma, em virtude da perseguição dos moradores de Nova Treviso e Castro Alves.

Devido ao conflito entre as Linhas Castro Alves, Nova Treviso e Carlos Leopoldo, os padres residiam por pouco tempo no curato de Nova Roma e eram obrigados a se retirar por causa da perseguição dos moradores de Castro Alves e Nova Treviso aos padres e aos moradores da Linha Carlos Leopoldo.

O conflito iniciado em 1888 pela disputa entre os moradores das linhas Castro Alves e Nova Treviso para ser sede de curato, ainda se estendeu por um longo período após a morte de Pe. Alessandro Pellegrini. Em 1914 quando padre José Ben assumiu o curato de Nova Roma, as duas facções ainda rivalizavam entre si: “Ao Pe. Henrique Compagnoni sucedeu o Pe. José Beno em janeiro de 1914. Era o 14º sacerdote a exercer o ministério em Nova Roma. [...] Diz ele no livro do Tombo da Paróquia de Nova Roma; ‘Quando aqui cheguei ainda subsistiam os partidos de Castro Alves e Nova Treviso, que ainda aspiravam um cura próprio. A velha igreja, construída pelo Pe. Mariano Rossi, estava em mau estado. Havia um carrilhão de 4 sinos, vindos de Savóia, pelo preço de 18\$000.’”¹⁷³ Apesar da disputa entre Castro Alves e Nova Treviso para ser sede da paróquia, nem uma das duas localidades obteve êxito e a Linha Carlos Leopoldo passou a ser a sede do Curato em 1902 e da Paróquia São Pedro e São Paulo em 1922, recebendo o nome de Nova Roma em 1923, quando se tornou 2º Distrito de Antônio Prado.

Na Colônia, o poder religioso interferia no campo do poder civil, pois os imigrantes italianos confiavam mais na autoridade do sacerdote para redimir seus conflitos sociais do que nas autoridades municipais, por compartilharem dos mesmos códigos sociais, religiosos linguísticos e culturais. Segundo Bourdieu¹⁷⁴,

¹⁷³ BARBOSA, op. cit., p. 238.

¹⁷⁴ Segundo Bourdieu, os conflitos sociais ocorrem dentro dos campos e dos subcampos, dentro dos quais se relacionam pessoas com o mesmo *habitus* formado pelo compartilhamento dos mesmos códigos éticos, morais e linguísticos, os quais excluem e desprezam pessoas pertencentes a outros campos de convivência. Cada campo tem um vocabulário próprio e uma maneira de falar considerada correta. Dentro dos campos também existem posições e funções sociais disputadas pelos agentes dominantes e dominados, sendo que neles o capital cultural e econômico é desigualmente distribuído, pois, geralmente, os dominadores são conservadores porque tentam manter seu poder, e os dominados tendem à subversão para tomar o poder. Assim, as pessoas transitam dentro dos campos conforme o conhecimento que tem deles e se identificam em subgrupos por afinidade de ideias, objetivos

o efeito de campo exerce-se em parte por meio do confronto com as tomadas de posição de todos ou de parcela daqueles que também estão engajados no campo (e são outras encarnações distintas, e antagônicas, da relação entre um *habitus* e um campo): o espaço dos possíveis realiza-se nos indivíduos que exercem uma ‘atração’ ou uma ‘repulsão’, a qual depende do ‘peso’ deles no campo, isto é, de sua visibilidade, e da maior ou menor afinidade dos *habitus* que leva a achar ‘simpáticos’ ou ‘antipáticos’ seu pensamento e sua ação.¹⁷⁵

Os imigrantes italianos exerciam suas relações políticas de poder através da Igreja Católica e do padre, seu principal representante, exigindo que o mesmo reconhecesse a escolha do local da capela ou do santo padroeiro feita pelos próprios imigrantes. Os colonos precisavam do reconhecimento e da legitimação do padre e da Igreja para justificar suas ações diante do grupo, pois a legitimidade da Igreja e do padre era reconhecida por todos. Os imigrantes reconheciam a autoridade do padre, tanto de sua liderança religiosa quanto de sua liderança política, e sua decisão não era questionada depois de proferida, contudo, antes da decisão final, os imigrantes negociavam com o padre o atendimento de seus interesses, pois

a estrutura das relações entre o campo religioso e o campo do poder comanda, em cada conjuntura, a configuração da estrutura das relações constitutivas do campo religioso que cumpre uma função externa de legitimação da ordem estabelecida na medida em que a manutenção da ordem simbólica contribui diretamente para a manutenção da ordem política, ao passo que a subversão simbólica da ordem simbólica só consegue afetar a ordem política quando se faz acompanhar por uma subversão política desta ordem.¹⁷⁶

Os imigrantes reconheciam e aceitavam a assistência da Igreja e do Estado, mas também influenciavam o modo como eram assistidos, resistindo a imposições com as quais não concordavam e exigindo o atendimento de seus interesses. Segundo o conceito foucaultiano de poder, a solicitação de intervenção superior tem por finalidade colocar o poder dos que tem mais poder a serviço dos que tem menos poder. Desse modo, quem é comandado, quando age estrategicamente, também consegue comandar colocando o poder das autoridades constituídas

e inimigos comuns excluindo os demais. Para Bourdieu, os conhecimentos adquiridos dentro dos campos e dos subcampos formam o capital social acumulado pelos indivíduos e pelas famílias durante sua vida, como resultado de saberes obtidos de experiências diversas que permitem exercer o poder de modo mais eficiente. Contudo, Bourdieu alerta que os campos não são comunidades, pois apesar de haver identificação e semelhança de interesses entre os membros do mesmo campo, eles estão sempre disputando por mais espaço dentro do grupo. Cf. BOURDIEU, Pierre. *Esboço de auto-análise*. Trad. Sergio Miceli. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 140 p. Halbwachs em *A memória coletiva* também demonstra que “cada um é membro de diversos grupos, participa de diversos pensamentos sociais, seu olhar mergulha sucessivamente em vários pensamentos coletivos.” HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003. 153.

¹⁷⁵ BOURDIEU, Pierre. *Esboço de auto-análise*. Trad. Sergio Miceli. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 55.

¹⁷⁶ Idem. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013, 69.

a seu favor, porque o poder se encontra nas relações de sociabilidade e não nas estruturas formadas pelas instituições, as quais são apenas meios através dos quais os sujeitos exercem seu poder. O campo religioso e as práticas religiosas são constituídas por relações de poder porque comportam uma dimensão política que interfere tanto na organização da Igreja quanto na organização social de seus integrantes. Bourdieu também esclarece que isso acontece porque o campo de poder não é homogêneo, pois dentro do próprio campo há subcampos compostos por dominantes e dominados que negociam politicamente suas posições segundo o poder e o grau de influência social de cada um.

As autoridades religiosas tinham mais prestígio do que as autoridades civis perante os imigrantes, pois estes se identificavam mais com os padres italianos, por falarem a mesma língua e terem os mesmos costumes, do que com as autoridades municipais que eram de origem portuguesa e germânica. Os imigrantes não questionavam os dogmas de fé, o catecismo e a doutrina da Igreja, mas quanto à organização das capelas, das festas e dos espaços, havia negociações entre os membros da comunidade e destes com os padres.

2.2 A Maldição do Padre

No final do século XIX e início do XX, em apenas treze anos, em 1899, a Colônia de Antônio Prado¹⁷⁷ tinha chegado à condição de município e começava a se tornar um importante centro comercial dos Campos de Cima da Serra, na região de Vacaria, com a construção da Estrada Júlio de Castilhos inaugurada em 1902, a qual passava pelo centro da vila de Antônio Prado, fazendo a ligação de Porto Alegre com Vacaria. Mas a expulsão do Padre Carmine Fasulo, a mudança da ponte do Passo do Zeferino e o conflito de 1936, iriam influenciar negativamente o desenvolvimento econômico de Antônio Prado.

Na Colônia os conflitos religiosos e políticos aconteciam nos espaços religiosos através das relações de poder. Em seu livro, *Antônio Prado e sua história*, à página 41, o pesquisador Fidélis Dalcin Barbosa relata a existência de um grupo de carbonários na Colônia que fazia oposição política ao poder do Pe. Carmine Fasulo, que chegou a 18/11/1897 em Antônio Prado.

¹⁷⁷ “A nova Colônia de Antônio Prado, que se tornou município autônomo em 11 de fevereiro de 1899, ocupou posição estratégica. Pelo menos naquela época: a estrada Júlio de Castilhos, inaugurada em 1902, passava pelo centro da cidade e era a principal ligação entre diversos municípios da região, bem como do Rio Grande do Sul com os outros estados.” IPHAN. *Memória e preservação: Antônio Prado*. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2009, p. 16.

Carmine Fasulo era ultramontano, o que ocasionava fortes rivalidades com maçônicos e carbonários que eram contra os Estados Pontifícios e a favor da unificação da Itália, conforme fica claro nos objetivos do Jornal *La Libertà* que fundou a 13/02/1909 em Caxias do Sul:

Il nostro giornale sarà settimanale e d'indole prettamente ed essenzialmente cattolico, apostolico, romano: sarà papale nel più stretto senso della parola. Noi non sappiamo concepire un giornale cattolico, senza che sia papale. Per un vero cattolico, dopo Dio, il Papa è tutto. Ci si spezzi la penna fra le dita..., se un giorno dovessimo allontanarci di una linea da questo nobile e santo ideale.¹⁷⁸

Frei Rovílio Costa nascido a 20/08/1934 em Veranópolis, colônia vizinha a Antônio Prado, afirma que o Jornal *La Libertà* poderia ter sido fundado em Antônio Prado se Pe. Fasulo não tivesse entrado em atrito com maçônicos e carbonários por causa da defesa do ultramontanismo e da romanização de Antônio Prado. Também afirma que o jornal católico *La Libertà* foi perseguido por maçônicos e carbonários, porque era um dos poucos jornais que defendia o papa: “Hostilizado pela elite política italiana e não apoiado pelo clero, que via como inútil a continuação das polêmicas de origem política, afortunadamente o jornal passou às mãos do Pe. João Fronchetti, pároco de Garibaldi, que muda o nome, para – *Il Colono*.”¹⁷⁹ Segundo Frei Costa, o Jornal recebeu o nome “A liberdade” porque Pe. Fasulo era o único a defender o poder político do Papa através da imprensa, o que segundo Frei Costa, foi um equívoco, porque gerou muitas polêmicas.

Barbosa relata que o “atraso” da Colônia de Antônio Prado é atribuído pela população à maldição do Pe. Carmine Fasulo, que em 1903 amaldiçoou a Colônia por cem anos por ter sido perseguido por um grupo de carbonários. Nas colônias italianas os imigrantes acreditavam que o padre tinha a capacidade de abençoar e amaldiçoar pessoas, animais, lugares e objetos pela função sagrada que exercia. De Boni e Costa esclarecem

que o padre, entre os imigrantes, gozou de um status invejável, não tanto por sua pessoa – seguidamente alvo de duras críticas –, como pelo cargo ocupado. Nele encontravam-se conjugadas a maior cultura da localidade (muitas vezes o único indivíduo que possuía uma educação superior) e a auréola dos poderes sobrenaturais da religião; por isso, sua

¹⁷⁸ O nosso jornal será semanal e de índole pura e essencialmente católico, apostólico, romano: será papal no mais estrito sentido da palavra. Nós não sabemos conceber um jornal católico sem que seja papal. Para um verdadeiro católico, depois de Deus, o Papa é tudo. Que se quebre a pena entre as mãos..., se um dia tivermos que nos distanciar uma linha deste nobre e santo ideal. COSTA, Rovílio. *Padre Carmine Fasulo: comunicar para evangelizar*. In: BACCARIN, Onira; GUZZO, Dirce Brambatti; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Orgs.). Raízes de Antônio Prado. Porto Alegre: EST Edições, 2008, p. 591, tradução nossa.

¹⁷⁹ COSTA, Rovílio. *Padre Carmine Fasulo: comunicar para evangelizar*. In: BACCARIN, Onira; GUZZO, Dirce Brambatti; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Orgs.). Raízes de Antônio Prado. Porto Alegre: EST Edições, 2008, p. 592.

palavra, mesmo em assuntos profanos, tornava-se geralmente decisiva, e suas bênçãos e maldições ainda hoje são tidas como bênçãos e maldições proferidas por Deus.¹⁸⁰

Os imigrantes italianos nas colônias do Rio Grande do Sul reconheciam no padre um porta-voz da vontade de Deus, capaz de distinguir o certo do errado e com poderes para abençoar os bons e amaldiçoar os maus. Exercia o poder de mando e suas decisões eram aceitas e executadas pela comunidade, mesmo que os imigrantes se sentissem contrariados em seus interesses, que reconheciam a legitimidade do cargo que o padre ocupava, mas não suas atitudes autoritárias. Por isso, a notícia de que Pe. Fasulo amaldiçoou a Colônia por cem anos impactou negativamente a vida de toda a comunidade local a ponto de atribuir o atraso da Colônia e todos os seus males à Maldição do Padre.

Existem várias versões sobre o sequestro e a expulsão de Pe. Carmine Fasulo da Colônia de Antônio Prado. Barbosa em *Antônio Prado e sua história*, afirma que Pe. Fasulo foi perseguido e sequestrado por um grupo de carbonários anticlericais que queriam expulsá-lo da Colônia, mas alertado do plano pelos seus companheiros Pe. Icídio Pampanelli e José Dotti, conseguiu escapar dos sequestradores durante o caminho, fugindo para a casa dos Bortolotto. O fato ocorreu em 1903 quando Pe. Fasulo foi convidado pelos sequestradores para visitar um suposto moribundo à noite. Segundo Barbosa,

como sucedia nas Colônias italianas de Caxias e Bento Gonçalves, havia também em Antônio Prado um grupo de carbonários anticlericais. Eram imigrantes esclarecidos, velhos revoltados contra a Igreja e o clero em virtude dos Estados Pontifícios, que impediam a unificação da Itália. Vendo o crescente desenvolvimento católico impulsionado por D. Carmine Fasulo, estes maçons tramaram a expulsão do inteligente e dinâmico Vigário. Conseguiram aliciar alguns católicos e formaram uma escolta de umas 15 pessoas, entre elas: Vítor Fedumentí, João Miller, João Tonoli, José Agnini, Antônio Menegazzi, José Deluchi, Emílio Mondadori, Rômulo Mondadori, os Irmãos João, Domingos e José Fontana, conforme notícia do historiador João Adami. A fim de convencer os católicos da necessidade de expulsar o Vigário, os carbonários alegaram o pretexto da tentativa de D. Carmine contra a castidade de algumas Filha de Maria, ainda de acordo com a informação do referido historiador.¹⁸¹

Na passagem acima, o literato Barbosa denomina os carbonários de maçons, o que para o autor eram sinônimos. Tanto os carbonários quanto os maçons eram grupos de oposição à Igreja Católica, mas não tinham as mesmas motivações, pois nem todo carbonário era maçom como também nem todo maçom era carbonário.

¹⁸⁰ DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. 4. ed. rev. e atual. Porto Alegre: EST, 2011, p. 116.

¹⁸¹ BARBOSA, op. cit., p. 41.

Nério Letti também relata em seu artigo *Tropeirismo em Antonio Prado e Vacaria e nos Campos de Cima da Serra* que Pe. Carmine Fasulo foi sequestrado e expulso da Colônia:

Rômulo Mondadori [...] participou e teve atuação ativa no seqüestro do padre vigário de Antônio Prado, Dom Carmine Fasolo – e o amarraram no lombo de uma mula, num domingo após a missa e o levaram, tropeando, até o Passo do Simão e aí o expulsaram de Antonio Prado, numa grande luta política e divergência de Antônio Prado. Foi quando o padre Dom Carmine Fasolo, ao passar o rio das Antas teria rogado as famosas pragas contra Antonio Prado. O arcebispo mandou que o Padre Fasolo retornasse a assumir a paróquia de Antonio Prado só que devia fixar residência paroquial na vizinha Ipê e assim se cumpriu. A situação ficou insustentável com o que o padre Dom Carmine Fasolo retornou para a Itália, desgostoso, onde morreu.¹⁸²

A oposição e perseguição ao Pe. Carmine Fasulo era significativa, pois logo após o incidente do sequestro, Pe. Carmine mudou-se para Formiga, vila vizinha a Antônio Prado:

O lamentável episódio, que abalou profundamente toda a população, motivou a voluntária transferência do pároco, que em 21-12-1903 passou a residir por dois meses na capela de São Luís do Formigueiro, hoje Ipê, e fez de tudo para transladar a paróquia para o local de seu refúgio. [...] Até hoje se comenta que os perseguidores de Pe. Carmine não tiveram a benção de Deus, passando a viver sob atormentadora sina.¹⁸³

Segundo o maçom Vitor Grazziotin, um dos fundadores da loja maçônica *Paese Nuovo* de Antônio Prado, os carbonários tinham mais queixas da Igreja Católica do que a própria maçonaria, como lemos na sequência:

Não podemos esquecer que até 1848, o território italiano era uma colcha de retalhos. Existiam diversos reinos e repúblicas. Alguns como dominação estrangeira, como a Áustria e a França, outros como dominação interna, como Veneza, Trento, Piemonte. No meio do território italiano, os Estados Pontifícios, estes com domínio da Igreja e que praticamente repartiam a Itália em duas. Daí, o porquê dos Carbonários serem anticlericais.¹⁸⁴

Em seu artigo *A Maldição do Padre*, Grazziotin afirma que o grupo que expulsou o Padre Carmine Fasulo de Antônio Prado era formado por carbonários e não por maçons, pois, segundo o autor, não há registros de que em Antônio Prado existissem maçons. Também argumenta que não foram os maçons que expulsaram o Padre Fasulo de Antônio Prado porque, segundo Grazziotin, a “**Maçonaria** é uma Entidade discreta –, que **tem fins filosóficos**, cujas

¹⁸² LETTI, Nério. *Tropeirismo em Antonio Prado e Vacaria e nos Campos de Cima da Serra*. In: BACCARIN, Onira; GUZZO, Dirce Brambatti; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Orgs.). *Raízes de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST Edições, 2008, p. 73.

¹⁸³ COSTA, op. cit., p. 54.

¹⁸⁴ GRAZZIOTIN, Vitor. *A maldição do padre*. In: BACCARIN, Onira; GUZZO, Dirce Brambatti; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Orgs.). *Raízes de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST Edições, 2008, p. 92.

origens são muito antigas e teve sua consolidação a partir de 24 de junho de 1717, quando quatro Lojas Maçônicas de Londres se uniram e fundaram a Grande Loja da Inglaterra. Antes disso, seus usos e costumes eram transmitidos oralmente.”¹⁸⁵ Já os carbonários, também segundo Grazziotin, formam “uma sociedade secreta, que **tem fins políticos**. ‘Carbonismo: Palavra que vem do italiano ‘carbonaro’, que significa carvoeiro. Este nome foi atribuído, pela primeira vez na Itália, (século XV) a conspiradores guelfos, partidários da Igreja e da independência nacional, que, para enganar a vigilância dos gibelinos, partidários do domínio imperial e da hierarquia feudal, reuniam-se no meio dos bosques em cabanas de carvoeiros.’”¹⁸⁶

Pode-se perceber na argumentação de Grazziotin sobre a atuação da maçonaria, que seu discurso visa convencer o leitor de que a maçonaria não tem envolvimento com política e que as ações da irmandade também não influenciam politicamente a realidade. Por ser maçônico, Grazziotin também tenta desvincular a maçonaria do episódio da Maldição do Padre para não macular a imagem dos maçônicos. Na sequência, menciona que

há escritores que afirmam que muitos carbonari eram maçons. O que há, na verdade, é que, no que diz respeito à Itália, enquanto as *Lojas Maçônicas* fechavam suas portas, multiplicavam-se as *Vendas Carbonárias*. A maçonaria é escola, doutrina, culto, filosofia. O carbonarismo, desce da idéia à ação, do abstrato ao concreto, da enunciação dos princípios à sua aplicação na vida real. A Maçonaria tem um cunho doutrinário e constitui-se numa escolha de intelectuais e homens mais de pensamento do que de ação. O Carbonarismo, ao contrário, foi melhor entendido pelo povo, pelas massas. Em consequência, ele foi mais ativo, mais popular.¹⁸⁷

Para Grazziotin, no início do século XX em Antônio Prado não havia nenhuma loja maçônica, pois, segundo ele, não há registros sobre a fundação de uma loja maçônica em Antônio Prado ou da presença de algum maçônico ligado a outras lojas: “O único registro encontrado refere-se a um Triângulo Maçônico denominado ‘Rocha Negra’, isso na década de 1960, e que teve uma duração efêmera, pois era formado por funcionários públicos, para cá transferidos, e quando ocorreram suas transferências para outras cidades, o Triângulo extinguiu-se.”¹⁸⁸ Ainda, afirma: “Acho que, com esta explanação, fica claro o que é Maçonaria, o que são os Carbonários e porque eram anti-clericais. Que não existiam maçons em Antônio Prado e que os Carbonários ‘eram imigrantes esclarecidos, velhos revoltados contra a Igreja e o clero...’”¹⁸⁹ E quanto aos carbonários esclarece que “... tudo leva a crer que existiram em Antônio Prado.

¹⁸⁵ GRAZZIOTIN, op. cit., p. 90, grifos do autor.

¹⁸⁶ GRAZZIOTIN, op. cit., 91, grifo do autor.

¹⁸⁷ GRAZZIOTIN, op. cit., p. 91, grifos do autor.

¹⁸⁸ GRAZZIOTIN, op. cit., p. 91.

¹⁸⁹ GRAZZIOTIN, op. cit., p. 92.

Os imigrantes italianos receberam grande apoio das Sociedades Italianas de Mútuo Socorro. Essas sociedades facilitaram a vida dos imigrantes com a criação de albergues, escolas, casas de saúde e, através delas, a Itália enviava apoio material e cultural.”¹⁹⁰ Em Antônio Prado, a sociedade de mútuo socorro foi fundada a 22/11/1911 por um grupo de imigrantes italianos com o nome de *Società di Mutuo Soccorso* Vitorio Emanuele III com a finalidade de ministrar aulas de italiano para os filhos dos sócios.

Frei Rovílio Costa, que foi Vigário em Antônio Prado, contraria a explicação de Grazziotin sobre a existência de maçons na Colônia. Em *Povoadores de Antônio Prado*, à página 107, cita que no começo do século XX existiu na sede da Colônia uma loja maçônica com o nome de Triângulo, dirigida por Pasqual Mangieri e João Müller Carpes, os quais se reuniam com os demais maçons num local fora da vila denominado de Morro dos Magos.

No começo do século existia na sede do município a loja maçônica Triângulo, sob a orientação de Pasqual Mangieri e João Müller Carpes. Semanalmente, os maçons reuniam-se num local fora da vila, onde hoje se encontra o aeroporto, então conhecido por Morro dos Magos (Monte dei Maghi). O sr. Pasqual Mangieri era napolitano, partidário de José Garibaldi, do qual possuía exposta na sala-de-estar uma grande fotografia, ostentando barrete vermelho.”¹⁹¹

Grazziotin argumenta que os carbonários não admitiam a interferência da Igreja em questões políticas e sociais, pois eles próprios queriam promover o desenvolvimento social e econômico da Colônia para enfraquecer o controle da Igreja sobre os imigrantes. A disputa por espaços de poder no campo religioso entre eclesiásticos e leigos sempre foi uma constante na história da Igreja Católica, principalmente porque o controle do poder religioso¹⁹² também significa aumento de poder político sobre os indivíduos e a sociedade.

O fato de Grazziotin concluir que Pe. Fasulo não tenha amaldiçoado a Colônia, não quer dizer que os imigrantes não acreditassem que os padres pudessem amaldiçoar pessoas, lugares e objetos e, portanto, também poderiam acreditar que Fasulo realmente amaldiçoou a Colônia mesmo que não a tenha amaldiçoado. Merlotti, em suas entrevistas com imigrantes italianos e

¹⁹⁰ GRAZZIOTIN, op. cit., p. 92.

¹⁹¹ COSTA, op. cit., p. 107.

¹⁹² No campo político, diferentemente de Marx, Bourdieu entende que quem detém o capital cultural, mesmo sem ter capital econômico, também pode dominar a sociedade através do capital simbólico. Para Bourdieu, a religião reforça e legitima o poder político dos dominantes sobre os dominados, mas está nunca é legitimada pelo poder político. Tanto quanto o Estado, a Escola e o Exército, a Igreja Católica, através de seus representantes, valorizam e defendem práticas tais como a autoridade, a disciplina e a obediência. Pelo sistema de Patronato, no final do século XIX e início do século XX, Estado e Igreja se identificam nas formas de controle social, sendo que a Igreja se tornou um braço do Estado onde este não chegava, mas ambas instituições se beneficiavam dessa parceria.

seus descendentes na comunidade de Otávio Rocha da colônia italiana de Flores da Cunha, vizinha à Colônia de Antônio Prado, faz a seguinte observação:

Apesar de alguns indivíduos acreditarem que o sacerdote tem apenas o poder de abençoar (12%) pela justiça divina, (84%) os demais aceitam a idéia de que uma maldição acarreta sérias e graves consequências referentes não apenas a pessoas mas a locais, objetos de trabalho, alimentos e colheitas, etc., trazendo uma série de deficiências no desenrolar da vida comum do homem.¹⁹³

Outro conflito entre os carbonários e a Igreja estava ligado ao comércio, pois nos dias de festas do padroeiro da Igreja e das Capelas, os comerciantes, denominados de bodegueiros, eram obrigados pelos “fábriqueiros” a fechar seus estabelecimentos comerciais para que não houvesse concorrência com a bodega da Igreja, causando grande descontentamento entre os comerciantes. Na bodega da Igreja eram vendidos churrasco, massas, pães, *cucas*, bolos, sopa de *agnolini*, pudins, doces, vinho, *graspa* e suco de uva, sendo que os pratos eram preparados nas famílias e doados para a festa do padroeiro. Tedesco esclarece que

o espaço da sociedade da capela – igreja, salão, bodega, vendeiro, cemitério, escola, moradores em sua circunvizinhança, etc. – constitui um grande cenário de socialização, vigilância, moralidade coletiva e individual, solidariedade grupal, ordenamentos coletivos e obrigatoriedades individuais – como aquela do bodegueiro que tem de fechar a bodega no domingo para deixar que a *copa* do salão da capela funcione.¹⁹⁴

Os Freis Rovílio Costa e Arlindo Battistel, em sua obra *Assim vivem os italianos*, destaca que nas colônias italianas os carbonários eram formados por pequenos grupos de comerciantes e alguns agricultores: “A mentalidade carbonária que poderia embaraçar esta unidade de espíritos ligava-se apenas a um pequeno número de comerciantes que residiam nas sedes das colônias e, esporadicamente, a agricultores, como atesta a história de ‘Togno Brusafraati’, episódio carbonário que se passou na ex-Colônia Alfredo Chaves, relatado por Ricardo Domingos Liberali (1944).”¹⁹⁵ Desse modo, tanto a maçonaria quanto a carbonaria, não eram grupos grandes na Colônia, contudo eram grupos formados por pessoas mais abastadas e esclarecidas que controlavam o comércio e eram contrárias à influência dos padres sobre os colonos.

¹⁹³ MERLOTTI, Vania Beatriz Pisani. *O mito do padre entre descendentes italianos: a comunidade de Otávio Rocha*. 2. ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias, 1979, p. 81.

¹⁹⁴ TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural*. Passo Fundo: EDIUPF, 2001, p. 59.

¹⁹⁵ BATTISTEL, Arlindo Itacir; COSTA, Rovílio. *Assim vivem os italianos: vida, história, cantos, comidas e estórias*. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/EDUCS, 1982, 25.

Confrontando-se o depoimento de Grazziotin, que defende que não existiam maçons em Antônio Prado à época da expulsão de Pe. Carmine Fasulo, com o de Frei Rovílio Costa, pode-se concluir que não havia uma loja na Colônia, mas haviam maçons ou simpatizantes da maçonaria. Na colônia não é possível identificar grupos definidos de maçons ou carbonários, contudo existiam grupos e pessoas anticlericais em Antônio Prado que se opunham à atuação da Igreja junto aos colonos.

Grazziotin atribui a revolta dos carbonários contra a Igreja Católica à atuação política do Pe. Carmine Fasulo, que trouxe o desenvolvimento para a Colônia com a fundação de duas escolas e um hospital¹⁹⁶ na sede através dos Irmãos Maristas e das Irmãs de São José, se tornando um concorrente dos carbonários no campo político e educacional, como ressalta a seguir:

D. Carmine trabalhava, e trabalhava bem. Tinha realizado as reformas da Igreja Matriz, inaugurado oito capelas no interior, tinha conseguido a vinda das Irmãs de São José, tinha fundado a Pia União das Filhas de Maria e a Irmandade do Santíssimo Sacramento, tinha elevado o Curato a Paróquia, tinha criado o Curato de Nova Roma.¹⁹⁷

Com a explicação do que é a maçonaria e o carbonismo, Grazziotin defende que não existiram maçônicos em Antônio Prado à época do conflito, para tenta ligar a Maldição do Padre somente aos carbonários, desvinculando qualquer relação dos maçônicos com o conflito: “Estava armado o barraco: *Poder temporal da Igreja!* Ressurgia o fantasma vivido na velha pátria, as dificuldades impostas pelo papado para impedir a unificação da Itália, pela qual, muitos haviam lutado! O outro motivo, e este muito mais forte e sério, pois atingia a honra da maioria das moças pradenses: *Assédio sexual!*”¹⁹⁸

Existem muitos testemunhos sobre o comportamento de Pe. Fasulo que atestam sua impopularidade. Em seu artigo “Padre Cármine Fasulo: Comunicar para evangelizar”, Frei Rovílio Costa acena para o fato de que Fasulo era uma pessoa polêmica e entrava em atrito com todas as pessoas e grupos com os quais se envolvia: “Vários encontros entre ele e o Pe. Cármine Fasulo, de cujos frutos temos, por exemplo, a vinda das Irmãs de São José, em 1900, que estavam sob sua tutela, para Antônio Prado. Com elas, como com o povo de Antônio Prado, de

¹⁹⁶ “O farmacêutico Sr. Vicente Palombini instalou na localidade um hospital, obra eminentemente caridosa. Após resistências em aceitar o pedido, as Superiores acederam às insistentes solicitações e enviaram a Antônio Prado as irmãs Maria Júlia Colla e Anselmina Bertotto, para tomar a Direção do referido Hospital, em 1º de março de 1934. Atualmente, além do cuidado aos doentes, as irmãs se empenham na Pastoral Paroquial Rural e Social.” MORESCHI, Helena Itália; FAVERO, Maria Leônida. *Irmãs de São José no Rio Grande do Sul: resgatando aspectos da caminhada (1898-1964)*. Canoas: La Salle, 1998, p. 125.

¹⁹⁷ GRAZZIOTIN, op. cit., p. 93.

¹⁹⁸ GRAZZIOTIN, op. cit., p. 93, grifos do autor.

Caxias e das localidades por onde passou Pe. Cármine culminava com atritos.”¹⁹⁹. Segundo Frei Costa, a intempestividade temperamental e a ação dos anticlericais em Antônio Prado, forçaram Pe. Fasulo a transferir-se para Caxias do Sul em 1904.

Para Grazziotin, o atraso da cidade de Antônio Prado se deu na década de 1910, mas sem nenhuma relação com a Maldição do Padre, pois atribui o atraso da Colônia à incompetência dos políticos de Antônio Prado, que perderam para Caxias do Sul a construção da ponte sobre o Passo do Zeferino, transferida para o Passo do Korff no Rio das Antas, pois até então a Colônia era um centro comercial que atendia toda a região de Vacaria, com comércio²⁰⁰, escola e hospital, faltando apenas uma ponte sobre o Rio das Antas.

A travessia do rio era feita por uma balsa improvisada que em tempos de cheia não podia ser usada, atrasando a viagem de pessoas e mercadorias. Barbosa relata nas páginas 36 e 37 de seu livro *Antônio Prado e sua história* que

o maior problema a resolver foi sempre relacionado com o transporte, sendo o município cercado por rios, que durante as cheias transbordam e interrompem o serviço das balsas, deixando a comuna isolada durante semanas. Para resolver o grave problema, o Intendente conseguiu obter junto do governo do Estado uma ponte metálica, fabricada na Alemanha e destinada ao Passo do Zeferino. Como se sabe, políticos da Vacaria, que não viam com bons olhos o crescente progresso do vizinho município, seu antigo distrito, puderam modificar os planos governamentais do Estado, transferindo a ponte para o Passo do Korff, onde foi inaugurada em 15.2.1907. Era a primeira ponte sobre o rio das Antas, há muitos anos praticamente abandonada. Foi um dos grandes reveses sofridos por Antônio Prado.²⁰¹

Segundo o memorialista Benito José Fattori, a construção da ponte do Korff²⁰² começou a ser cogitada no Passo do Zeferino em 1900 pelos moradores da Colônia de Antônio Prado,

¹⁹⁹ COSTA, Rovílio. *Padre Cármine Fasulo: comunicar para evangelizar*. In: BACCARIN, Onira; GUZZO, Dirce Brambatti; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Orgs.). *Raízes de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST Edições, 2008, p. 590.

²⁰⁰ O escritor italiano Vittorio Bucelli relata em sua obra *Un viaggio a Rio Grande del Sud* publicado em Milão em 1905 que a Colônia de Antônio Prado possuía um centro comercial: “Possui um comércio florido, porque a maior parte dos habitantes de Vacaria, que representa um dos maiores centros da pecuária, vem aqui prover-se de todo gênero colonial, especiarias, tecidos e artigos agrícolas e domésticos.” BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980, p. 36.

²⁰¹ BARBOSA, op. cit., p. 36-37.

²⁰² “A ponte do Korff se localiza na antiga estrada provincial, a uma distância de 53 km da sede municipal de Caxias do Sul. Foi a primeira ponte a ser construída sobre o rio das Antas, ligando Caxias do Sul aos Campos de Cima da Serra, caminho utilizado pelos tropeiros, no início do século XX, para transportar mercadorias ao centro do Brasil. A construção da ponte teve início em 1904, tendo sido concluída em 1907. Foi inaugurada no dia 15 de fevereiro daquele ano. Sua estrutura de aço foi importada da Alemanha e trazida por navio até São Sebastião do Caí. A subida da Serra, entre o rio Caí e Criúva, foi realizada em carretas. A ponte foi rebitada. Ela tem um vão de 108m e uma altura de 19,6m. O assoalho é de madeira, e seus pilares, de pedra. Hoje a ponte está praticamente sem movimento. Antes dela, o difícil caminho entre as colônias e o norte do Estado era feito a vau (nos primeiros tempos) e, mais tarde, através de balsas, cujo controle era feito por um tipo de licitação, chamado “Contrato de Passagem”. Essa passagem para o norte era muito difícil.” GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto R.

mas foi transferida para o território de Caxias do Sul, onde começou a ser construída em 1904, sendo inaugurada a 15/02/1907 para o tráfego de tropeiros que transportavam mercadorias entre Vacaria e Caxias do Sul.

Conforme refere o historiador Benito José Fattori, já em 1900 surgia um movimento em prol da construção de uma ponte neste passo. A princípio, era apenas uma luta pradense. Depois todo o nordeste gaúcho peleava para a sua construção. O Governo do Estado atende, então, aos pedidos e autoriza a construção de uma ponte metálica sobre o rio das Antas. O Dr. Pereira Parobé, Secretário de Obras Públicas, percorre longo trecho do rio e escolhe o Passo do Zeferino para local da ponte.²⁰³

O acesso a Antônio Prado era realizado através de balsas sobre os rios das Antas e da Prata que tornavam o trânsito lento. Para melhorar a circulação de pessoas e mercadorias, o governo do Estado trouxe uma ponte metálica da Alemanha para ser construída no Passo do Zeferino, situado a 15 km de Antônio Prado, para ligar Caxias do Sul a Vacaria, passando por Antônio Prado. Contudo, a Associação dos Comerciantes da colônia de Caxias do Sul se reuniu para pedir ao Coronel Avelino Paim de Sousa do PRR, na época deputado estadual residente em Vacaria, que intercedesse junto ao governo do Estado para que a ponte, já destinada para o Passo do Zeferino, fosse transferida para o Distrito de Criúva de Caxias do Sul.

Mas eis que Caxias não aprova o local escolhido, e indica o Passo do Korf, por ser de maior trânsito, no entender da Associação dos Comerciantes. E a ponte decretada tem então sua execução suspensa. Trava-se a luta para a transferência do local, enquanto a ponte, encomendada na Alemanha, estava em viagem e entram em ação as vozes políticas. O Coronel Avelino Paim entra em cena e o seu prestígio é a solução para o caso, conseguindo que a ponte de Passo do Zeferino seja mesmo construída no Passo do Korf.²⁰⁴

Em Caxias do Sul a Associação dos Comerciantes se reuniu a 18/10/1904 na *Società Principe di Napoli* para tratar sobre a transferência da ponte do Passo do Zeferino para o Passo do Korff, mais próxima a nascente do Rio das Antas, a 30 km ao norte de Antônio Prado e não mais a 15 km como estava previsto no projeto inicial dos pradenses. A reunião foi registrada em ata:

Aberta a sessão pelo Presidente Sr. Hugo Ronca fez uma exposição do motivo da reunião que era de fazer todos os esforços junto ao Governo do Estado a fim de obter que a ponte do Korff seja concluída no lugar previamente estabelecido porque diversamente além de perder-se a grande quantia que alcança a cerca de 400 contos de

F. do. *Caxias e a disputa pela infraestrutura (1898-1941)*. MÉTIS: história e cultura: Caxias do Sul, v. 8, n. 15, jan./jun., 2009. p. 39.

²⁰³ BARBOSA, op. cit., p. 156.

²⁰⁴ Ibidem.

réis, vem prejudicar grandemente os interesses de Caxias, pois ficaria cortado fora do movimento comercial. Tomando em seguida a palavra o Sr. Italo Bersani propôs que a mesma Comissão incumbida de representar Caxias nas cerimônias em homenagem ao falecido Dr. Júlio de Castilhos que se realizam em Porto Alegre, composta do Sr. Dr. Ferreira Costa, Hugo Ronca e Joaquim Mascarello, fosse também encarregada de representar junto ao Governo do Estado sobre o assunto da Ponte...²⁰⁵



IMAGEM 13 – Ponte do Korff construída em 1904 na Estrada Rio Branco sobre o Rio das Antas no Distrito de Criúva em Caxias do Sul a 30 km de Antônio Prado, entre os municípios de Vacaria e Caxias do Sul no Nordeste do Rio Grande do Sul. Fotografia de 2010. Acervo: Fernando Roveda. Fonte: Projeto Memória – CIBRAP.

A Comissão retornou de Porto Alegre sem conseguir a mudança do local da construção da Ponte, porque Borges de Medeiros do PRR já havia decidido que a ponte seria construída no Passo do Zeferino, com o que a Associação Comercial de Caxias do Sul não concordava. Para tentar reverter a decisão, a Associação Comercial enviou ofício ao deputado Avelino Paim do PRR de Vacaria para que intercedesse junto a Borges de Medeiros, exigindo a mudança da construção da Ponte do Passo do Zeferino para o Passo do Korff, conforme consta em ata da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul:

Depois discussão sobre o assunto não tendo a comissão aludida podido obter do governo o nosso *desideratum*, a diretoria resolveu dirigir-se em ofício ao Sr. Cel. Avelino Paim para que juntamente ao nosso intendente municipal insista também junto ao Governo

²⁰⁵ GARDELIN, Mário. *Para a história da CICS: Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 1995, p. 16.

do Estado e que a nossa Associação está solidária em coadjuvá-lo em quanto está ao nosso alcance.²⁰⁶

O Coronel Avelino Paim usou seu prestígio político com Borges de Medeiros, por ser do mesmo partido, para que concordasse com a transferência da Ponte do Passo do Zeferino para o Passo do Korff: “Afirma o Sr. Waldemar Mansueto Grazziotin que sempre ouviu dizer que o Dr. Borges de Medeiros opunha-se à transferência do local da ponte, havendo-se então interposto o deputado estadual Coronel Avelino Paim de Sousa, declarando: Então o meu prestígio não vale uma ponte?”²⁰⁷

A ponte metálica do Korff foi reivindicada pelo Intendente Municipal Inocêncio de Mattos Miller, juntamente com a população de Antônio Prado, mas os comerciantes de Caxias do Sul e de Vacaria, apoiados pelo Coronel Avelino Paim de Vacaria, em troca de votos e uma homenagem da Associação Comercial de Caxias do Sul, exigiu que o Governador do Estado permitisse aos comerciantes de Caxias do Sul transportar o material da Ponte do Korff, que já estava no Passo do Zeferino, para o Distrito de Criúva. Em 1904, a Colônia de Caxias do Sul e a cidade de Vacaria tinham mais eleitores para deputado estadual do que a Colônia de Antônio Prado. Enquanto Caxias do Sul²⁰⁸ tinha 25 mil habitantes, Antônio Prado tinha 10 mil habitantes. Por isso, para Avelino Paim, era melhor conseguir o apoio político de Caxias do Sul para as eleições estaduais do que de Antônio Prado que contava com apenas 10 mil habitantes.

A homenagem da Associação dos Comerciantes de Caxias do Sul ao Deputado Avelino Paim foi registrada na Ata do dia 23/01/1905 na Sociedade *Principe di Napoli*: “E em seguida foi proposto e aceito como sócio honorário o Cel. Avelino Paim, pela vitória alcançada pela construção da Ponte do Passo do Korff.”²⁰⁹ Borges de Medeiros consentiu que a ponte fosse transferida, contudo, a Associação Comercial de Caxias do Sul deveria arcar com as despesas para transportar a ponte metálica, já depositada no Passo do Zeferino, para o Passo do Korff. Apesar do isolamento, Antônio Prado experimentou um grande desenvolvimento econômico nesse período com a instalação de um hospital fundado pelo farmacêutico italiano Vicente Palombini e de várias casas comerciais, passando a ser o centro comercial da Região Nordeste do Rio Grande do Sul.

²⁰⁶ GARDELIN, op. cit., p. 16.

²⁰⁷ BARBOSA, op. cit., 156.

²⁰⁸ Cf. TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana*. Trad. Maria Rosária Fabris e Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988, pp. 77-98.

²⁰⁹ GARDELIN, op. cit., p. 17.

Segundo Letti, o General Firmino Paim Filho, sobrinho de Avelino Paim, além de outros políticos do PRR de Vacaria, também influenciaram na mudança da construção da Ponte do Passo do Zeferino para o Passo do Korff:

O poderoso General Firmino Paim Filho, que junto com outros políticos de Vacaria conseguiram construir a Ponte do Passo do Korf – sobre o Rio das Antas, no distrito de Criúva – com grande prejuízo para Antônio Prado – pois assim tinham um passo garantido, inverno e verão, com rio cheio ou rio vazio, de suas tropas até as charqueadas – para abastecer de carne verde P. Alegre e adjacências, inclusive Caxias – tinham segurança para ultrapassar o Rio das Antas, pois a ponte lhes deu segurança de transporte de suas tropas.²¹⁰

A interferência de Avelino Paim junto ao governo do Estado evidencia a influência do coronelismo na política da Colônia, capaz de mudar decisões já firmadas pela administração municipal e pela população de Antônio Prado, bem como a existência de oligarquias poderosas formadas por famílias luso-brasileiras e germânicas, donas de grandes fazendas de gado no Rio Grande do Sul, que recebiam títulos de generais e coronéis sem ter feito carreira no exército, muitos dos quais administravam as colônias italianas como interventores estaduais e municipais.

O memorialista Fernando Roveda, em seu livro *Memória e Preservação: Antônio Prado*, relata que, devido à mudança da ponte de Antônio Prado para o Passo do Korff, a Colônia teve que esperar mais 60 anos para ter sua própria ponte: “... a estrutura acabou sendo montada em distrito de Caxias do Sul, em 1907, para imensa frustração dos pradenses, que tiveram de esperar 60 anos para ter sua ponte, finalmente inaugurada em junho de 1968.”²¹¹ Segundo Roveda, a falta de acesso à Colônia e de transporte, prejudicou a indústria e o comércio de Antônio Prado, atrasando seu desenvolvimento:

para piorar a situação, na década de 1930, Antônio Prado ficou à margem do traçado da BR-116, umas das principais vias de ligação do estado com o resto do país. Sem a ponte e longe da rodovia federal, entre outros fatores, os pradenses viram seu comércio entrar em decadência. Pequenas indústrias fecharam as portas, assim como os hotéis e outros estabelecimentos, e muitas famílias saíram do município condenado à estagnação.²¹²

Para Roveda, Grazziotin e Nodari, o atraso econômico de Antônio Prado ocorreu, não por causa da Maldição do Padre, mas devido à mudança da construção da ponte metálica do

²¹⁰ LETTI, Nério. *Tropeirismo em Antonio Prado e Vacaria e nos Campos de Cima da Serra*. In: BACCARIN, Onira; GUZZO, Dirce Brambatti; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Orgs.). *Raízes de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST Edições, 2008, p. 59.

²¹¹ IPHAN, op. cit., p. 17.

²¹² Ibidem.

Passo do Zeferino para o Passo do Korff, motivada pelas divergências de interesses políticos e comerciais de Antônio Prado com Caxias do Sul, que perdeu espaço comercial para Antônio Prado com a fundação desta Colônia.

Devido ao isolamento geográfico de Antônio Prado, pois a Colônia se situa entre dois rios, o Rio da Prata e o Rio das Antas, e a falta de apoio de Vacaria, que se tornou adversária política de Antônio Prado por causa da ponte do Korff, a Colônia perdeu espaço comercial para Caxias do Sul: “O desvio da ponte e da estrada culminou num golpe quase fatal para a cidade, que, em pouco tempo, já mostrava sinais de retração no comércio, com seus hotéis fechando e famílias inteiras deixando a comunidade, para fugir do isolamento que condenava o município à estagnação.”²¹³

Na introdução do livro *Memória e Preservação* do IPHAN sobre Antônio Prado, Luiz Fernando de Almeida, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ressalta que no final do século XIX e início do século XX, a Colônia teria se tornado um centro comercial da região se não tivesse sido isolada por falta de pontes nas estradas: “Mais tarde, contudo, Antônio Prado sofreu alguns revezes, como a construção da BR 116 longe dos limites do município. Isso fez com que a cidade permanecesse quase isolada até meados dos anos 1980.”²¹⁴ Entretanto, observa que o isolamento geográfico da Colônia foi benéfico para a manutenção das casas de madeira: “A madeira provinha principalmente da araucária – o pinheiro brasileiro, que existia em grandes quantidades na região. Entre outras, a cidade de Antônio Prado, centro importante de comércio entre fins do século 19 e começo do século 20, foi construída utilizando esses materiais.”²¹⁵

Para Grazziotin, a Maldição do Padre Fasulo foi inventada pela população, pois para ele Pe. Fasulo era uma pessoa culta e inteligente, e que por isso, não iria lançar maldição sobre toda a Colônia de Antônio Prado, ainda mais que ele sempre elogiou alguns benfeitores da Paróquia Sagrado Coração de Jesus de Antônio Prado, depois que retornou para a Itália em setembro de 1920. Ainda, Para Grazziotin, o motivo principal da expulsão do Padre Fasulo pelos Carbonários era o crescimento da Igreja Católica na Colônia e sua interferência na política, a qual os Carbonários eram contrários, porque eles mesmos queriam liderar a política local através da Sociedade de Mútuo Socorro, fundada para dar assistência educacional a seus membros e também a pessoas carentes da comunidade.

²¹³ ROVEDA, op. cit., p. 47.

²¹⁴ IPHAN, op. cit., p. 7.

²¹⁵ Ibidem.

À época dos acontecimentos que envolveram a Maldição do Padre, e ainda nos dias atuais, é comum a versão de muitos moradores e memorialistas de que o atraso econômico da Colônia se deve a Maldição do Padre e não a fatores geográficos e políticos. Alguns moradores da Colônia de Antônio Prado atribuem o atraso e o isolamento da Colônia à Maldição do Padre, outros, atribuem à perda da Ponte do Korff para a colônia de Caxias do Sul e a Revolta dos Colonos de 1936. Porém, todas as interpretações constataam que houve uma estagnação da Colônia no tempo, fazendo com que Antônio Prado assumisse características próprias, as quais conservaram sua arquitetura e homogeneidade de tradições e valores específicos da cidade.

2.3 A Revolta dos Colonos

A data fatídica de 25.5.1936 aparece gravada, perene e fria, em quatro placas de bronze. Uma junto à porta do edifício da Municipalidade, com o nome Delegado de Polícia Armindo Cesa, assassinado na flor da idade, com apenas 24 anos. As demais, em três túmulos enfileirados no cemitério da Capela de São Pedro da Linha Trajano, assinalando o nome de Pedro Pastore, Vitório Meneguzzi e Antônio Perosa.²¹⁶

Segundo Barbosa, antes de eclodir o conflito de 1936, há muito tempo reinava na Colônia um clima de inimizade entre as autoridades municipais e os colonos devido à falta de representatividade dos colonos na Prefeitura. As reclamações dos colonos raramente eram ouvidas, o que gerou sentimentos de revolta e vingança entre os colonos. Desde a elevação da Colônia à condição de município, a oposição nunca conseguira assumir a administração municipal. De 1899 a 1923 o município foi governado pelo coronelismo nas pessoas do Tenente Coronel da Guarda Nacional, Inocêncio de Matos Miller, nascido em Passo Fundo, e pelo capitão Cristiano Ziegler. Miller comandou a colônia de 1899 a 1923, se ausentando do cargo somente de 1907 a 1910, período em que deixou na administração da Colônia seu vice-intendente, o Capitão Cristiano Ziegler.

O Intendente Inocêncio de Mattos Miller era do PRR, sendo sempre fiel ao Presidente do Estado Borges de Medeiros, nunca perdeu eleições em Antônio Prado até 1922, o que gerava desconfiança de fraude eleitoral entre os colonos. As eleições eram ganhas com compra de votos em troca de cargos públicos para professores, escrivães, juizes, delegados e vereadores, e com perseguições aos adversários políticos, pois até 1935 o voto não era secreto, o que aumentava o controle da administração municipal sobre os colonos que não votavam em Miller.

²¹⁶ BARBOSA, Op. cit., p. 84.

Em 1922 a Assembleia Legislativa Estadual do Rio Grande do Sul anulou a vitória da oposição contra Borges de Medeiros que governava o Estado desde 1898, que em Antônio Prado era apoiado por Miller para o Governo do Estado. A oposição, representada por Assis Brasil do PRD, ganhou 327 votos, e a situação, representada por Borges de Medeiros do PRR, conseguiu apenas 76 votos. Para anular a eleição, a comissão apuradora, presidida pelo deputado estadual Getúlio Vargas, alegou que a eleição começou depois da hora estipulada por lei.

A comissão apuradora da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Getúlio Vargas, anulou a eleição do município, sob o especioso pretexto de haver sido iniciada depois da hora estipulada por lei. Porém o resultado da apuração local, informado ao próprio Dr. Borges de Medeiros e constante dos dados de seu arquivo, é de 327 sufrágios em favor de Assis Brasil, contra 76 dados ao candidato situacionista.

Esse resultado adverso fora, aliás, previsto dias antes, num telegrama reservado do vice-intendente Caetano Reginatto: “Fim declinar qualquer responsabilidade inevitável fracasso eleição 25, julgo meu dever qualidade secretário comitê vossa candidatura, informar eminente chefe situação partido aqui desesperadora motivo completo desprestígio intendente se acha ausente tratando próprios interesses, não tendo iniciado trabalho algum propaganda ficando correligionários péssima posição”.

De teor semelhante fora um telegrama passado a 11 de novembro pelo prócer José Victor de Castro ao presidente do Estado: “Intendente Miller desprestigiado consequência desleixo abandono quase completo deveres administrativos políticos, residindo Caxias, onde é negociante mais de ano, pleno exercício cargo. Consta querer imputar-me responsável fortíssima oposição eleição 25, contra que preventivamente protesto.”²¹⁷

Na Colônia de Antônio Prado, a oposição não conseguia chegar ao poder, tanto no âmbito municipal, governado por Miller, quanto no âmbito estadual, governado por Borges de Medeiros, ambos do PRR. Na eleição para deputados federais de 03/05/1924, Pe. José Ben registrou no Livro Tombo da Paróquia São Pedro e São Paulo de Nova Roma, folha 20, com o título “Vexações políticas”, que as autoridades municipais começaram a ameaçar e perseguir os colonos que votaram na oposição: “Aos 3 de Maio tiveram logar as votações para deputados federaes muito pleiteadas em as quaes constou a superioridade numérica dos opposicionistas, com grande pezar das autoridades municipaes. isto deu logar a inimizadas, calunias, perseguições sem fim por parte de quem devia zelar pela ordem e pela paz (sic).”²¹⁸ Logo a seguir continua:

²¹⁷ FRANCO, Sérgio da Costa. *Os intendentes municipais de Antônio Prado e o presidente Borges de Medeiros*. In: GUZZO, Dirce Brambatti; BACCARIN, Onira; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (Orgs.). *Raízes de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2008, p. 84.

²¹⁸ Livro Tombo da Paróquia São Pedro e São Paulo de Nova Roma do Sul, 1924, f. 20.

No dia 8 teve lugar uma festinha em honra de Nossa Senhora de Pompéia, antiga padroeira principal desta Paróquia, a 1ª Comunhão de 44 neo-comungandos. Nestes mesmo dias continuavam as provocações por parte dos provisórios da brigada incitados por seus superiores ameaçando o mesmo vigário e sacristão e fabriqueiros e ainda a gente da igreja ou amigos do vigário atribuindo aos padres, irmãos maristas e irmãs a culpa da derrota eleitoral, como se expressou comigo mesmo sem reboço o Intendente municipal Caetano Reginato, João Fontana, subintendente e Dr. Pereira no dia 4 corrente, na subintendência deste 2º. distrito. De noite queriam entrar na casa canônica para me arrastar, queriam eles, mas felizmente não o fizeram. Sem motivo algum e por vingança ficaram aqui os 7 provisórios até o dia 13 de junho aterrorizando as famílias, disparavam tiros por toda a parte assim que os colonos que estavam trabalhando na roça tiveram que fugir, outros que no caminho tiveram que deitar-se atrás de taipas para não serem atingidos pelas balas. Com o consentimento do famigerado Intendente Caetano Reginato, foi soltada a canoa nova do sr. Pedro Menegoa, por ordem de Napoleão Campagnoni e obra de seus piões, bem como foram lançadas duas bombas contra a casa do sr. Ângelo Barea (sic).²¹⁹

O desentendimento entre autoridades municipais e colonos era constante na Colônia, pois estes não se sentiam representados pelos intendentes, prefeitos e vereadores ou eram contrariados em seus interesses desde a elevação da Colônia de Antônio Prado à condição de município em 1899. As fraudes nas eleições e a intervenção na escolha de prefeitos, vereadores e professores incitava os colonos a reagir. O vice-prefeito, conhecido como vice-intendente, juiz, delegado e tabelião também eram nomeados pelo prefeito com o consentimento do governador do Estado pelo regime do coronelismo.

Segundo Guzzo, a perseguição da polícia e do Prefeito Caetano Reginato aos colonos da comunidade São Pedro, na Linha Trajano, já vinha ocorrendo desde 1923, quando Reginato assumiu a intendência do município. O auge da insatisfação dos colonos com a administração municipal aconteceu em 1936, quando um grupo de 300 colonos se organizou para protestar em frente à Prefeitura, devido às perseguições que vinham sofrendo das autoridades municipais e ao aumento na cobrança do imposto rural. Juntamente com os colonos da Linha Trajano, que fizeram à frente do conflito armado, também participaram alguns colonos das Linhas 2 de Julho e Guerra.

Em 25 de maio de 1936 eclodiu a Revolta dos Colonos contra a administração do prefeito Oscar Hampe que decretou o aumento da cobrança de impostos sobre a venda de produtos agrícolas e não mais sobre os lotes. Assim, quem produzisse mais pagaria mais imposto. O conflito aconteceu na praça central da cidade de Antônio Prado em frente à Prefeitura, causando a morte do delegado Armindo Cesa e dos colonos Antônio Perosa, Vitório Meneguzzi e Pedro Pastore, além de deixar 14 pessoas feridas.

²¹⁹ Livro Tombo da Paróquia São Pedro e São Paulo de Nova Roma do Sul, 1924, f. 21.

Introduziu o novo sistema tributário, pelo qual o imposto territorial de 44\$000 passou a ser uma tributação de rendas rurais, cobrada de um modo relativo à produção. Esta cobrança não agradou aos agricultores, alguns dos quais, pertencentes à Capela de São Pedro, se movimentaram, surgindo daí grave conflito, que constitui o mais dramático capítulo da História de Antônio Prado, alvo de estudo particular, que culminou com o assassinato do delegado Armindo Cesa.²²⁰

A Constituição Estadual de 1935 do Rio Grande do Sul determinava que o imposto rural deixasse de ser territorial para incidir sobre a produção. Grazziotin explica que o tumulto foi motivado pelo descontentamento geral dos colonos com relação à mudança na forma da cobrança do imposto territorial rural no município: “A Constituição Estadual de 1935 determinava a elaboração da lei orgânica municipal pela Câmara Municipal e promulgada pelo Prefeito. Para o exercício de 1936 é então assinada a lei de n. 43, que regulamentava a cobrança por percentuais a partir da renda bruta da propriedade rural.”²²¹ Desse modo, quem produzisse mais, pagaria mais imposto.

A Lei Orgânica do Município de Antônio Prado para o ano de 1936 cumpria o estatuído no Artigo 96 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul promulgada no ano de 1935, onde diz que a Lei Orgânica do Município será elaborada pela Câmara Municipal e promulgada pelo Prefeito. Assim, o prefeito Oscar Hampe, através da Lei nº 43 de 26 de fevereiro de 1936, promulgou a Lei Orgânica do Município de Antônio Prado, conforme segue:

Capítulo A - Receita Ordinária - Título VI:

1 – O imposto sobre a renda da propriedade rural será de 10% sobre a respectiva renda bruta.

2 - O lançamento terá por base a declaração do proprietário do imóvel, com fundamento:

a) Quanto aos imóveis arrendados, o imposto terá por base, para lançamento, o preço anual de arrendamento, comprovado mediante exibição do instrumento do respectivo contrato, e na falta deste, por outros documentos e verificações cabíveis.

b) Quanto aos imóveis, objecto de exploração, com escripta regular, o lançamento será feito com fundamento em dados da escripta. Não havendo escripta regular, o lançamento deverá repousar em meios idoneos de comprovação a juízo da Prefeitura.

c) Quanto aos imóveis, sobre os quaes não haja documento regular comprobatorio da renda, será esta calculada na base de 10% sobre o valor do imóvel. (sic)²²²

²²⁰ COSTA, op. cit., p. 33.

²²¹ GRAZZIOTIN, op. cit., p. 103.

²²² ANTÔNIO PRADO. Prefeitura Municipal. Lei orgânica do município de Antônio Prado. Antônio Prado: Typographia Cesa, 1935.

Barbosa, em *Antônio Prado e sua história*, afirma que a implantação do imposto sobre a produção dos lotes agrícolas não era vontade do prefeito municipal Oscar Hampe, mas apenas o cumprimento de uma determinação estadual que passou a vigorar em 1936, durante a gestão do Prefeito Oscar Hampe, o qual administrou o município de 15/07/1935 a 04/04/1937, período de maior conflito entre a administração municipal e os colonos.

Ao Prefeito Oscar Hampe coube a difícil tarefa de introduzir no município o novo sistema tributário, pelo qual o imposto territorial de 44\$000 passou a ser uma tributação de rendas rurais, cobrada de um modo relativo à produção. Esta cobrança não agradou aos agricultores, alguns dos quais, pertencentes à Capela de São Pedro, se movimentaram, surgindo daí grave conflito, que constitui o mais dramático capítulo da História de Antônio Prado.²²³

O prefeito Oscar Hampe não teve participação direta no aumento do imposto rural sobre a produção agrícola, mas seu irmão Oswaldo Hampe²²⁴ teve, pois foi eleito Deputado Estadual pelo PRL e fez parte da Constituinte convocada a 12/04/1935, a qual determinou o aumento na cobrança do imposto rural sobre a produção agrícola e não mais sobre os lotes, o que gerou forte oposição dos colonos à família Hampe em Antônio Prado. Oswaldo Hampe havia chegado em Antônio Prado em 1916 a convite do Intendente Inocêncio de Mattos Miller, os quais sofriam muita resistência da população devido a eleições fraudulentas e à perseguição dos opositores políticos. O aumento do imposto rural foi determinado pelo Governador Flores da Cunha, contudo, os colonos concluíram que o aumento do imposto também era de responsabilidade da família Hampe, acirrando ainda mais o descontentamento dos colonos com a administração municipal e estadual.

Oscar Hampe foi trazido para Antônio Prado em 1928 por seu irmão Oswaldo Hampe e antes de ser prefeito, assumindo o cargo de delegado de polícia de Antônio Prado de 21/08/1927 a 15/07/1935 na gestão de Francisco Marcantônio²²⁵, intendente e primeiro prefeito de Antônio

²²³ BARBOSA, op. cit., p. 59.

²²⁴ “Nascido em 28 de outubro de 1891, no interior do município de São Jerônimo, Oswaldo Hampe muda-se desde muito jovem para Porto Alegre. Filho do imigrante alemão Antonio Hampe e da brasileira, com ascendência germânica, Maria Helena Fischer Hampe, Oswaldo cursa Medicina em Porto Alegre, diplomando-se no final de 1914.” GUZZO, Valdemir. *Antônio Prado: religião, política e etnias no conflito de maio de 1936*. EDIPUCRS: Porto Alegre, 2013, Os irmãos Hampe, 1/8. p. 83.

²²⁵ “Francisco Marcantônio, nascido em Trento, na Itália, em 15.1.1870, filho de Camilo e Luísa Ducatti Marcantônio, veio para o Brasil em 1877, estabelecendo-se com os pais numa das ruas centrais de Caxias, com casa de comércio, e em seguida na 6ª Légua, com moinho hidráulico colonial. A família esteve ao depois em Buenos Aires, Montevidéu e São Paulo, durante dois anos. Retornando ao Rio Grande do Sul, Francisco, já com 16 anos, acompanhou o pai na abertura da primeira estrada da nova Colônia de Antônio Prado e na demarcação de lotes. Depois de residir por algum tempo no Passo do Simão, onde o pai se dedicava ao comércio e indústria, veio fixar-se definitivamente na sede da Colônia; em 1.8.1893 contraiu matrimônio com Angelina Grezzana, sobrinha do Pe. Alexandre Pellegrini, que presidiu a cerimônia do casamento. BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980, p. 56.

Prado. Durante esse período como delegado de polícia, Oscar Hampe entrou algumas vezes em atrito com os colonos da Capela São Pedro da Linhas Trajano por causa da política local, pois, até então, o voto era aberto, favorecendo a perseguição de opositores. Na delegacia de polícia de Antônio Prado se encontra o depoimento dos moradores da Capela São Pedro prestado a 11/04/1938 sobre o abuso de poder do delegado Oscar Hampe:

Mais tarde, trouxe para este município, seu irmão Oscar Hampe, que exerceu por algum tempo, o cargo de delegado de polícia desta vila, em cujo cargo, se revelou desde logo, autoridade arbitrária e perigosa, fato que muito contribuiu para que seu irmão, dr. Oswaldo Hampe, fosse gradativamente perdendo o prestígio que então desfrutava.²²⁶

O artigo “Família Hampe” de Magdolna Maria Vozári Hampe, casada com Oscar Geraldo Hampe, filho do Dr. Oswaldo Hampe, publicado em *Povoadores de Antônio Prado*, destaca que o conflito não foi inesperado, pois antes do conflito de 25/05/1936, o prefeito Oscar Hampe, irmão do Dr. Oswaldo Hampe, em sua administração, sofreu várias manifestações de colonos descontentes com o aumento de impostos: “Enfrentou como prefeito, mais de uma manifestação de colonos, protestando, principalmente, contra o aumento de impostos e de modificações na base da cobrança, determinada pelo Governo do Estado e que os municípios tinham que cobrar.”²²⁷ Magdolna prossegue relatando que uma das manifestações foi a tentativa por parte dos colonos de hastear uma bandeira da Itália no mastro da Prefeitura: “Numa dessas manifestações dos colonos, sobre a qual ninguém tece comentários, houve a tentativa do hasteamento da bandeira da Itália no mastro da Prefeitura, o que foi, energicamente, reprimido pelo Prefeito.”²²⁸ Guzzo também relata que

o movimento cresceu em todo o município envolvendo a cobrança de impostos. No domingo, dia 24 de maio na casa de pasto administrada por Olinto Buratto, localizada na rua da Paz, os colonos acertaram para a tarde do dia seguinte o encontro em frente ao prédio da prefeitura. Nascia ali, o maior e mais trágico movimento de protesto que Antônio Prado conheceria.²²⁹

²²⁶ ANTONIO PRADO. Delegacia de Polícia. Depoimento dos moradores da Capela São Pedro registrado na Delegacia de Polícia de Antônio Prado, 11 abr. 1934.

²²⁷ HAMPE, Magdolna Maria Vozári. *Família Hampe*. In: COSTA, Rovílio. *Povoadores de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2007, p. 255.

²²⁸ Ibidem.

²²⁹ GUZZO, Valdemir. *Antônio Prado: religião, política e etnias no conflito de maio de 1936*. EDIPUCRS: Porto Alegre, 2013. Pontos a examinar 6/13. p. 83.

As eleições de 1935 em Antônio Prado para Prefeito e vereadores foram as primeiras eleições com voto secreto²³⁰ estabelecido pelo Código Eleitoral de 1932, pois, antes disso, todos tinham que declarar publicamente seu voto, o que favorecia à perseguição aos opositores políticos. Nesse pleito Oscar Hampe concorre ao cargo de prefeito pelo PLR contra Calvino Palombini, filho do Farmacêutico Vicente Palombini, e se elege, assumindo o cargo a 15/07/1935, o que gerou descontentamento em seu opositor Calvino Palombini e na população, devido à compra de votos e a perseguição aos que votaram contra a situação.

Na gestão de Oscar Hampe, todos os vereadores eleitos também eram de seu partido, os quais foram Atílio Valiera, José Golin, João Letti, Horácio Letti, Pedro Mondadori, Danta Paganella e José Anghinoni. Além disso, eleito prefeito, a 20/04/1936 Oscar Hampe envia um telegrama ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, no qual pede que seu genro, Armindo Cesa, seja nomeado delegado de polícia, obtendo aprovação. Assim, a eleição de Oscar Hampe em 1935 causou grande contrariedade entre os colonos, pois, segundo o memorialista José Fatori, Hampe tinha conseguido se eleger comprando votos em troca de um quilo de café:

Corriam dias de murmúrio e horas de descontentamento contra arbitrariedades municipais, pelos mais variados recantos pradenses. As últimas eleições, onde quem votava ganhava um quilo de café, haviam dividido o município em duas fortes correntes. E haviam sido vencidas pelo sr. Oscar Hampe, elegendo-se Prefeito Municipal, sucedendo ao governo o sr. Major Francisco Marcantônio. A outra facção era liderada pelo sr. Calvino Palombini, que perdera, e iria colocar a sua indústria de álcool logo fora da cidade e dentro dos limites do município de Vacaria.²³¹

Rovílio Costa, na obra *Povoadores de Antônio Prado*, também relata que os colonos que votaram na oposição, ou se abstiveram de votar, foram perseguidos pelo prefeito Oscar Hampe, irmão do médico Oswaldo Hampe. As divergências com os colonos já haviam começado desde o tempo em que era delegado, devido a perseguições. Ainda, destaca que a oposição não tinha vez desde que o município foi criado e defende os colonos acusando os dirigentes municipais da situação de fascistas. Frei Costa, em *Povoadores de Antônio Prado*,

²³⁰ Para completar esta olhada de conjunto, diremos que todo sistema eleitoral moderno, mantendo o sufrágio universal como o elemento essencial político, procura cercá-lo de garantias, que evitem sua deturpação e extravasamento desordenado, o que se consegue, por um lado, pela combinação destas três molas reais – o voto absolutamente secreto, a distribuição dos lugares em proporção da votação, sem prejuízo do governo que deve caber à maioria, e a mais perfeita garantia dos direitos eleitorais, desde o alistamento até a apuração, mediante julgamento de todas as questões eleitorais por juizes e tribunais, embora de composição especial, mas sempre com os característicos da judicatura. CABRAL, João G. da Rocha. *Código Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio: Freitas Bastos, 1934. p. 18.

²³¹ BARBOSA, op. cit., p. 58.

cogita a possibilidade de que o delegado Armindo Cesa pode ter sido morto por tiros disparados pelos próprios policiais: “Ignora-se o autor do disparo que matou o delegado. Entretanto, há suspeitas de que poderia ter sido atingido por balas disparadas pelos próprios policiais.”²³²

O *Correio do Povo* de 28/05/1936 noticiou que o motivo do conflito foi a mudança na forma de pagamento do imposto territorial:

Os colonos pagavam, anualmente, a quantia de 44\$000, correspondente ao imposto territorial. Este sistema, agora, conforme fora aprovado pelo Tribunal de Contas, foi modificado. Assim, em vez de ser o imposto territorial, ficou sendo uma tributação de rendas rurais, cobrada de um modo relativo à produção. E isto não agradou aos colonos, que começaram a se movimentar no sentido de evitar que a nova medida fosse posta em prática, culminando essa atitude no dramático episódio de segunda-feira.²³³

O médico Oswaldo Hampe, eleito Deputado Estadual em 1934, em seu livro *Reminiscências da vida de um cirurgião*, à página 204, referindo-se ao conflito de 1935, defende seu irmão Oscar Hampe afirmando que sempre reinou uma relação amistosa no período em que foi prefeito de Antônio Prado, conforme segue: “Na fase política que precedeu este acontecimento, nenhum desmando, nenhuma desatenção havia sido possível verificar-se neste município, pois era hábito consagrado, a remoção pronta de qualquer estorvo ao suave e bom funcionamento dos dispositivos prepostos à administração.”²³⁴ Contudo, em sua obra *Antônio Prado e sua história*, à página 84, Barbosa contesta Oswaldo Hampe e elenca uma série de episódios nos quais houve conflitos, animosidade e desejo de vingança entre os colonos, a polícia e a administração municipal:

Calúnias, perseguições, ameaças estão sofrendo os que votaram na oposição ou se abstiveram de votar... Os que trabalhavam na roça tiveram que fugir. Assim aconteceu com as famílias Calábria e outras, que tiveram de se deitar atrás das taipas para não ser atingidas por balas... Foram maltratados e injuriados os que votaram com a oposição. Foram retirados os mestres do município que não acompanharam, os zeladores de estrada, empregados de exportação; moços ordeiros e pacíficos, que nada tinham a ver com a política, foram presos violenta e brutalmente, incorporados no corpo provisório e no Exército como “voluntários”, como Caetano Zanella, João Fiorese e Máximo Terribile. Requisitaram milho com promessa de pagar, 116 cavalos, arreios, capas, caminhões sem necessidade e nada restituíram nem pagaram... Multa de 500\$000 por fabricação de vinho, exigindo ainda de cada agricultor 40\$000... Invadiram casas de famílias, de noite, arrastando violentamente maridos e mulheres da cama, espancando, como aconteceu com as famílias Posser, Balestrin, Chiarentin e José De Bastiani, da Linha Trajano... Os colonos que não votaram a favor de Oscar Hampe, foram objeto de terrível vingança...²³⁵

²³² COSTA, op. cit., p. 125.

²³³ Idem. Op. cit., p. 121.

²³⁴ HAMPE, op. cit., p. 204.

²³⁵ BARBOSA, op. cit., p. 84.

Por ser sobrinha do Prefeito Oscar Hampe, Magdolna Hampe, em seu artigo intitulado *Família Hampe*, também defende seu tio Oscar Hampe e rebate as denúncias de perseguição de Oscar Hampe aos colonos que se revoltaram contra o aumento na cobrança de impostos e a compra de votos.

Tem sido vinculados por pessoas que se dizem historiadores, fatos como perseguições aos colonos, como consequência por não terem votado no Sr. Oscar Hampe para prefeito, com invasão de casas em noites e madrugadas, realizadas por autoridades policiais e tropas, como sendo o ambiente na época e anterior aos fatos havidos em maio de 1936. Na realidade, a revista de casas na cidade e nas Colônias foi realizada pelas tropas, após o tiroteio havido, e tinha por objetivo o desarmamento, com apreensão das armas de fogo possuídas pelos colonos e a prisão dos que teriam participado dos tristes acontecimentos.²³⁶

Devido aos perigos de ataques de índios, animais e a várias revoltas no Estado como a Revolução Federalista de 1893, a Revolução entre Chimangos e Maragatos em 1923, a Revolução de 1930 e 1932, a maioria dos colonos tinha o costume de ter pelo menos um revólver e uma espingarda em casa para se defender de eventuais ataques de revolucionários.

Valdemir Guzzo, em seu artigo intitulado “O episódio de 25 de maio de 1936” publicado na obra *Raízes de Antônio Prado* da página 96 a 107, esclarece que a mudança na lei não causou aumento de impostos para os pequenos agricultores, mas apenas para os agricultores que tinham uma produção maior. Contudo, revoltados contra o aumento nos impostos cobrados sobre suas rendas, os agricultores não entenderam dessa forma e se reuniram a 25 de maio de 1936 em frente à Prefeitura Municipal para protestar contra a cobrança do imposto extra e exigir a revogação da lei.

O Jornal *Correio do Povo* de 28/05/1936 dedicou duas páginas do jornal para o conflito com um artigo e vinte e quatro fotografias, no qual afirma que depois de uma investigação feita com a ajuda de fontes oficiais, conseguiu reconstituir os acontecimentos desde a fase inicial: “Logo depois do meio-dia de segunda-feira, na praça fronteira à Prefeitura, estavam reunidos cerca de 200 colonos das Linhas Trajano, Amarílio e Dois de Julho, a fim de tratar com o prefeito sobre o novo sistema de cobrança de imposto que iria ser aplicado de agora em diante.”²³⁷ Para o *Correio do Povo*, as informações obtidas nas fontes oficiais e entre os elementos acusados, são contraditórias. Enquanto os colonos afirmam que não foram

²³⁶ HAMPE, Magdolna Maria Vozári. *Família Hampe*. In: COSTA, Rovílio. *Povoadores de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2007, p. 255.

²³⁷ COSTA, op. cit., p. 123.

responsáveis pelo início do tiroteio, as autoridades dizem que se limitaram a reagir contra a agressão inesperada de duzentos homens armados.

Os colonos também estavam insatisfeitos com a atuação política dos padres e da Igreja na Colônia, como demonstra a carta do colono João Fontana dirigida ao Arcebispo de Porto Alegre, Dom João Becker. A insatisfação de alguns colonos com o envolvimento de Pe. José Benini na política do município já existia desde 1926, expressa numa carta do colono João Fontana endereçada ao bispo da Arquidiocese de Porto Alegre:

Em 1926 João Fontana escreveu ao Arcebispo D. João Becker, fazendo queixas contra D. José Benini. A pedido da Cúria Metropolitana, reuniram-se então na casa paroquial o Dr. Oswaldo Hampe, o Intendente Caetano Reginato e Vicente Palombini, Vice-Intendente, e formularam resposta ao prelado, declarando a carta caluniosa, pois o padre gozava da melhor fama.²³⁸

Em sua pesquisa sobre a Revolta dos Colonos intitulada “Antônio Prado: religião, política e etnias no conflito de maio de 1936”, Guzzo traça um perfil de Benini a partir dos relatos escritos e orais sobre seu comportamento antissocial:

Nos últimos anos de vida, Benini acompanhou de perto as divergências políticas na sua jurisdição. No episódio de maio de 1936 é acusado de ser um dos organizadores da marcha dos colonos para a sede. É acusado também de omissão por não ter tentado impedir, por sua influência junto aos interioranos, que o protesto se organizasse. Figura polêmica, o Padre Benini, nomeado mais tarde Cônego pelo Arcebispo de Porto Alegre, Dom João Becker, angariou simpatias muito mais pelo cargo que ocupava e as vestes que trajava do que por sua bondade e espiritualidade. Muitos dos que conviveram com o Cônego Benini, no início e meio da década de 1930, afirmam que ele era um homem de poucas palavras, de difícil trato, temperamental e extremamente impulsivo. [...] Um dos pesquisados relata: ‘Ele era um homem muito fechado, falava pouco. Com dezesseis anos, falei pela primeira vez com ele. Fiquei decepcionado.’²³⁹

As opiniões sobre a participação de Pe. José Benini no conflito são divergentes. Para o médico Oswaldo Hampe, o Cônego foi ludibriado por alguns colonos criminosos para apoiar o levante devido a sua ignorância:

José Benini, sacerdote de inteligência circunscrita aos contornos de um manual de catecismo, era um sacerdote bondoso, com uma terrível miopia intelectual, o que o impediu, em diversas ocasiões, de evitar veredas mais que inconvenientes, nas quais alguns espertalhões e sacripantas, fazendo valer seus pseudo-atributos de bons católicos, arrastavam-no perigosamente.²⁴⁰

²³⁸ BARBOSA, op. cit., p. 43.

²³⁹ GUZZO, op. cit., 8/9, p. 30.

²⁴⁰ HAMPE, Oswaldo. *Reminiscências da vida de um cirurgião*. Porto Alegre: Globo, 1974, p. 148.

Hampe, que era ateu, conforme declarou à página 29 do seu livro *Reminiscências da vida de um cirurgião*, dá sua versão do conflito atribuindo a culpa do desfecho da revolta somente ao Pe. José Benini e silencia com relação à ação dos colonos, omitindo-os como sujeitos históricos dotados de poder. Os padres, religiosos e muitos colonos não gostavam de Oswaldo Hampe, porque este não frequentava a Igreja e suas atividades, sendo, por isso, acusado de ateísmo pelos religiosos e pela população. Para Hampe, a maioria dos imigrantes italianos eram obedientes à Igreja Católica e, por isso, não tinham iniciativa própria:

A população da localidade em que trabalhava com denodo e afinco no meu dia a dia, era na sua quase totalidade obedientemente católica. Excetuados alguns poucos garibaldinos a revelarem grande caráter e que apesar das perseguições, mantinham-se serenos e impassíveis, o resto dos habitantes constituía-se numa massa amorfa, moldável pelos mentores de maneira e jeito que melhor lhes aprouvesse e da maneira mais lucrativa.²⁴¹

As divergências políticas, profissionais e religiosas entre o médico Oswaldo Hampe²⁴² e a Igreja Católica eram antigas e conflituosas. Na página 147 de *Reminiscências da vida de um cirurgião*, Hampe, ao falar de seu amigo Dr. Atílio Giuriollo, afirma que foram os únicos médicos que não se deixaram influenciar pela Igreja Católica e pelos padres: “... nós dois havíamos sido os únicos médicos desta vasta região que os santos padres da Igreja Católica Apostólica Romana não tinham conseguido dobrar aos seus desígnios e que jamais haveriam de reduzir à condição de submissos, fossem quais fossem os prejuízos advindos desta atitude.”²⁴³ Mais adiante prossegue: “... sem que tivéssemos tido qualquer atitude hostil à Igreja ou à pessoa de algum religioso ou religiosa, mostraram-se inimigos, adversários atuantes, fazendo contra nós todo o mal possível e admissível, dentro das premissas em que soem e costumam atuar, isto é, sub-repticiamente, arditamente, traiçoeiramente.”²⁴⁴

Em 1974, no *Jornal de Antônio Prado*, o médico Nicanor Letti, amigo de Oswaldo Hampe, em seu artigo intitulado “Fanatismo Religioso da Colônia Italiana nas Reminiscências de um Cirurgião”, descreve a personalidade de Hampe: “Em 1914, recém-formado, agnóstico, embebido da filosofia de Nietzsche e outros filósofos, dominando a técnica cirúrgica e a clínica,

²⁴¹ HAMPE, op. cit., p. 148-149.

²⁴² “Em 1916 chegava o Dr. Oswaldo Hampe, que, por mais de 60 anos, foi exímio cirurgião, que passou a absorver as atividades médicas do município e de toda região do Nordeste do Estado. Antônio Prado, a partir de então principiou a atrair as atenções, transformando a cidade em concorrido centro médico. Integrando-se na vida comunitária Pradense, como líder em diversos setores, chegou a eleger-se deputado estadual.” COSTA, Rovílio. *Povoadores de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2007, p. 85.

²⁴³ HAMPE, op. cit., p. 147.

²⁴⁴ *Ibidem*. p. 147-148.

estudioso e progressista, implanta seu campo de trabalho em um ambiente religioso semifanático.”²⁴⁵ Mais adiante escreve:

Em outras comunidades os médicos não religiosos ou acatólicos e que não se enquadravam no esquema sócio cultural da Igreja, não conseguiram sobreviver e eram forçados a abandonar suas posições. Hampe como um ‘brummer’, enfrentou galhardamente o ambiente e venceu. Não gerou ódios pessoais, a luta foi de princípios, ideológica. De um lado o agnóstico, que não fazia proselitismo, e não se preocupava com a religião; de outro o padre possesso ao ver que um homem daquela estirpe não era um crente e não se curvava ao seu mandonismo.²⁴⁶

O médico Oswaldo Hampe não especifica os motivos do descontentamento com relação à Igreja e as autoridades religiosas, mas é possível deduzir que se tratem de conflitos referentes à política e a prática da medicina na Colônia, pois muitos colonos trocavam a consulta com o médico por uma benção do padre para curar suas enfermidades. Em depoimento concedido a Paula Giroto em 1980, Ain Zara Calliari, filha dos pioneiros da Colônia, afirma que os padres Alessandro Pellegrini e Carmine Fasulo fizeram mais pelos colonos do que os médicos: “Olhe, mais que todos os médicos, quem fez aqui pelo povo foram os padres que chegaram aqui da Itália. [...] Que era o padre Alessandro Pellegrini e Carmine Fazulo, eram dois padres.”²⁴⁷ Segundo a depoente, os padres entendiam mais de medicina do que os médicos, porque seu pai cortou o dedo do pé com um facão, o qual contraiu tétano, mas foi curado com Erva-de-Santana receitada pelos padres.

Além dos conflitos profissionais entre médicos e padres em Antônio Prado, haviam também os conflitos morais. A paciente Maria teve complicações em sua gravidez e sofreu uma cirurgia para abortar a criança: “Adelar Arcádio Letti conta: [...] Certa vez, Dr. Hampe atendeu a paciente Maria e disse-lhe que seu estado era grave e devia sofrer uma operação para extirpar um tumor. Mas, o padre, na época, advertiu-a de que se fosse operada pelo ateu, Dr. Hampe, não receberia confissão e comunhão. [...] A paciente piorou e sofreu a operação. O médico guardou o tumor, em vidro e álcool. [...] Maria foi ter com o padre que se recusou a dar-lhe comunhão porque teria feito aborto. Ao ser informado, Hampe foi até a igreja e desafiou o padre...”²⁴⁸ Adelar Arcádio não cita o nome do referido padre envolvido no conflito com o

²⁴⁵ LETTI, Nicanor. *Fanatismo religioso da colônia italiana nas reminiscências de um cirurgião*. Jornal de Antônio Prado, Antônio Prado, out. 1974, p. 5.

²⁴⁶ Ibidem.

²⁴⁷ GIROTO, Paula. *Antônio Prado por Ain Zara Calliari*. Entrevista, Antônio Prado, 1980. In: COSTA, Rovílio. *Povoadores de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2007, p. 305.

²⁴⁸ KAUTZMAN, Maria Eunice Muller. *Raízes: Muller – Huyer – Hampe – Fischer*. Porto Alegre: Pallotti, 1998. p. 446

médico Oswaldo Hampe e nem o motivo pelo qual o padre era contra o aborto da paciente Maria, contudo, é possível deduzir que seja pelo fato de a Igreja ser contra qualquer tipo de aborto, mesmo com o risco de morte da mãe da criança, pois, segundo a Igreja Católica, todo ser humano tem direito ao nascimento: “A vida humana deve ser respeitada e protegida de maneira absoluta a partir do momento da concepção. Desde o primeiro momento de sua existência, o ser humano deve ver reconhecidos os seus direitos de pessoa, entre os quais o direito inviolável de todo ser inocente à vida.”²⁴⁹

Em 25/05/1936 Padre José Ben registra à folha 32 do Livro Tombo da Paróquia São Pedro e São Paulo de Nova Roma, 2º Distrito de Antônio Prado, que o médico Oswaldo Hampe matou dois colonos e que o Prefeito Oscar Hampe perseguiu e caluniou os colonos que não votaram nele, conforme segue:

Maio 25. Dia infeliz! Os colonos que por não terem favorecidos a eleição de Oscar Hampe para prefeito Municipal, porque indigno, foram objeto de terrível vingança. Com refinada e diabólica astúcia foram atraídos a A. Prado a reclamar contra o aumento ilegal de impostos (eu também fora convidado pelo sub-prefeito a comparecer, mas não fui, pois nada tinha com isto) e lá foram mortos a bala pelo doutor Oswaldo Hampe dois colonos e ferido uns 14. O irmão do doutor, Oscar, para alvejar uma das vítimas abraçada pelo Delegado Armindo Cesa, matou este último e acusou os colonos de assassinos, enquanto os colonos não dispararam!! Em seguida foi um terror selvagem e indescritível na villa e no município. Os embustes, mentiras, calúnias iníquas lançadas contra os pobres colonos indefesos só um Dia perante o Divino tribunal serão conhecidos (sic).²⁵⁰

A narrativa do episódio também foi feita por pessoas que não exerciam nenhum cargo oficial na administração municipal ou que estivessem diretamente ligados ao conflito. O depoimento do colono Adelar Arcádio Letti publicado na obra *Raízes: Muller – Huyer – Hampe – Fischer*, acusa o médico Oswaldo Hampe de ter matado dois colonos. É possível que o relato seja verdadeiro, pois ele foi publicado na obra acima por Maria Eunice Muller Kautzman, sobrinha do próprio Oswaldo Hampe, a qual não teria motivação para incriminar seu tio, caso não tivesse matado os dois colonos.

Assisti o levante dos colonos contra o Prefeito Municipal, Oscar Hampe, centro da cidade, havendo vítimas, o genro dele, Armindo Cesa, que caiu morto, após receber uma bala que fora dirigida ao edil. É que Oscar havia decretado uma taxa de impostos sobre a produção e houve revolta (1936), instigada pelo partido integralista e religiosos, na época do pároco Pe. José Benini. Houve, igualmente, a morte de dois colonos que saíram de uma venda na busca ao Prefeito Hampe. Foi quando voltaram do levante, já trazendo para o Hospital do Dr. Oswaldo Hampe (irmão do prefeito), o Armindo Cesa, recém fulminado, por um grupo de governistas, acompanhados pelo médico, este

²⁴⁹ CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Edição típica Vaticana, Loyola, 2000, p. 591

²⁵⁰ Livro Tombo da Paróquia São Pedro e São Paulo. Nova Roma, 25 maio de 1936, f. 32.

armado com dois revólveres. O médico, ao ver a posição dos colonos de pronto ataque, sacou do revólver e atingiu a dois colonos, matando-os. Não foi julgado, pois, o levante fora considerado maior. Armindo, que era transportado, em uma padiola, morria, inocente, deixando noiva, Izolda, filha do Prefeito Oscar Hampe.²⁵¹

Segundo o depoimento de Adelar Arcádio Letti, é possível constatar que como haviam pessoas importantes envolvidas nos crimes, como é o caso do médico Oswaldo Hampe, as autoridades logo trataram de culpar os responsáveis pela organização da revolta para encobrir os assassinos dos colonos. Por isso, o conflito que ocorreu em Antônio Prado no dia 25 de maio de 1936 às 14h30min gerou acusações recíprocas entre a Prefeitura e os colonos. Segundo o mesmo jornal, depois da realização de várias sindicâncias, o prefeito Oscar Hampe acusou Vicente Palombini, Luís Pastore e Luís Angelini, correspondente consular da Itália em Antônio Prado, como autores intelectuais do conflito. A acusação de Oscar Hampe a seus opositores políticos também consta no Ofício de 31/05/1936 enviado ao Governador Flores da Cunha:

Logo que se desenrolaram taes factos, elementos desta villa que se arvoram em mentores da colônia, encabeçados pelos estrangeiros Vicente Palombini, Antônio Bozzatto, Carlos Pastori e Luiz Angelini, este ultimo, agente consular italiano, começaram a incutir no animo dos colonos a necessidade de formularem também um protesto colectivo, não obstante ainda não ter sido feita a lotação do imposto sobre a Renda de Immoveis Ruraes, que era onde se allegava a grande majoração (sic).²⁵²

Albina Ferrarese, secretária do médico Oswaldo Hampe, em entrevista a Nilza Ely em julho de 2006, publicada no artigo “História e memória do cirurgião Doutor Oswaldo Hampe” da obra *Raízes de Antônio Prado*, também responsabiliza o adversário político de Oscar Hampe, o farmacêutico Vicente Palombini, pelas mortes ocorridas no conflito armado: “os descontentes, reunidos na Praça Garibaldi em frente ao Paço Municipal no dia 25 de maio de 1936, foram incitados por Vicente Palombini, dono de farmácia, a invadirem a Prefeitura Municipal, ocasião em que, em pleno exercício de sua função de delegado de polícia, Armindo Cesa foi mortalmente ferido por projéteis de armas de fogo disparados pelos colonos revoltosos.”

Apesar de Oswaldo Hampe ter trabalhado com Vicente Palombini, proprietário da primeira farmácia e do primeiro hospital de Antônio Prado, posteriormente, se separaram e se tornaram concorrentes, o que gerou muitos conflitos, tanto profissionais quanto políticos: “Em 1927, por questões pessoais e incentivadas por diferenças políticas, religiosas e culturais

²⁵¹ KAUTZMAN, op. cit., p. 446.

²⁵² Ofício do Prefeito Oscar Hampe ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul, General Flores da Cunha, de 31 de maio de 1936. Acervo: Arquivo Histórico Municipal de Antônio Prado.

rompem suas ligações dando origem a dois grupos: um liderado pelo médico Hampe que organiza seu próprio hospital e outro liderado por Palombini, que transforma sua casa de saúde em um amplo hospital.”²⁵³

No Hospital São José, Luís Angelini, internado devido aos ferimentos causados pelos tiros que recebeu, é interrogado pelo subchefe de polícia Olmiro Azevedo, ao qual disse que, apesar de ser alvejado pelos tiros de um dos representantes da situação, não estava envolvido no conflito, apenas passavam pela praça no momento do tiroteio. Ao final do conflito armado houve 4 mortos: o delegado Armindo Cesa, com 24 anos de idade, e os colonos Pedro Pastore, Vitório Meneguzzi e Antônio Perosa, além de 14 feridos, como é o caso do agricultor Angelo Borsoi de 25 anos de idade, casado, e de Angela Durante que levou um tiro no pé direito, porque estava passando na praça no momento que começou o tiroteio.

O médico Oswaldo Hampe, irmão do prefeito Oscar Hampe, em sua obra *Reminiscências da vida de um cirurgião*, acusa o Pe. José Benini de ter incitado os colonos contra a administração de seu irmão Oscar Hampe, prefeito da Colônia em 1936:

Para falarmos figuradamente, podemos dizer que nem bem haviam sido detonados os últimos cartuchos e já estávamos na Casa Canônica de Antônio Prado em conferência reservada com o Cônego Dom José Benini, cidadão distinto, de grande bondade pessoal, como já referi anteriormente nestas reminiscências, tendo entretanto pouca agudeza intelectual, deixando-se levar facilmente por qualquer espertalhão e pelos eternos fariseus que o tornavam instrumento de suas ambições pessoais e de suas frustrações a serem desencadeadas em quem estava a produzir, a realizar, a trabalhar todo o dia, às vezes noites e noites e que não tinham tempo e nem espaço mental para ocupar-se de vis intrigas de sacristia.²⁵⁴

Para pôr fim ao conflito iniciado em 1936 entre situação e oposição no Município, a 04/04/1938 o Interventor Federal do Rio Grande do Sul, Osvaldo Cordeiro de Farias, nomeia o Capitão Waldemar Alves de Miranda para prefeito de Antônio Prado em substituição a Oscar Hampe: “O Cap. Waldemar Alves de Miranda, mais tarde promovido a Major e reformado como Coronel da Brigada Militar, falecendo em 23.7.1971, foi nomeado Prefeito em abril de 1938, com a finalidade de pacificar a família pradense em face do lamentável episódio de 25.5.1936, permanecendo no cargo até maio de 1942.”²⁵⁵

A partir dos depoimentos sobre o conflito é possível concluir que Pe. José Benini sabia da insatisfação dos colonos com relação ao aumento do valor do imposto rural, pois visitava todas as capelas do interior da Colônia, mantendo contato direto com os moradores que

²⁵³ GUZZO, op. cit., 2/8, p. 33.

²⁵⁴ HAMPE, op. cit., p. 206.

²⁵⁵ BARBOSA, op. cit., p. 59.

reclamavam com o vigário da cobrança do imposto sobre a produção agrícola e pecuária. Contudo, a partir dos relatos das testemunhas sobre o confronto não é possível saber se Benini incitou a revolta ou apenas era simpatizante da causa dos colonos que se reuniram em frente à Prefeitura. Mas o desentendimento entre o médico Oswaldo Hampe e Pe. Benini, relacionado a questões religiosas e políticas, é uma forte evidência de que Benini tenha ficado do lado dos colonos no conflito e contra a família Hampe.

Como não é possível acessar a história diretamente no sentido rankiano, mas apenas através de interpretação de interpretações, no sentido nietzschiano, uma das hipóteses que podemos propor é a de que Benini teria apoiado o movimento dos colonos, mas não liderado diretamente. Contudo, como Hampe era opositor da Igreja, provavelmente quis imputar mais culpa ao padre Benini do que supostamente ele poderia ter, com a intenção de incriminar o vigário. Ainda, lança dúvidas sobre sua capacidade intelectual e política com o objetivo de desqualificá-lo, afirmando que o padre era enganado por muitos colonos: “Terrível miopia intelectual. [...] Tornou-se um gládio manejado por um grupo de indivíduos, quase todos eles de maus instintos, e alguns deles simples delinquentes condenados na Itália e até na Bolívia como criminosos comuns.”²⁵⁶

Hampe, à página 206 de sua obra *Reminiscências da vida de um cirurgião*, reproduzindo a fala do Pe. José Benini, acusa-o de ter incitado o conflito entre os colonos e a administração municipal: “Dr. Hampe, eu mandei os colonos e outros elementos da população virem até a Praça para uma manifestação pacífica e não com a finalidade de vos assassinar e destruir vidas, como de fato aconteceu.”²⁵⁷ Hampe atribui a eclosão do conflito ao Pe. José Benini, forçando uma interpretação dos fatos e o culpando pelas mortes, mesmo que não houvesse a intenção de matar ninguém. A argumentação de Hampe tem o intuito de fazer crer que Pe. Benini não tinha a intenção de matar ninguém, mas que foi responsável pelas mortes, porque incitou os colonos contra o Prefeito Oscar Hampe e as autoridades municipais, manipulado por um grupo que se aproveitou da ignorância do padre para usá-lo.

Ao tomar contato verbal com D. José Benini, sobre os acontecimentos verificados ou em possibilidade de virem a ser verificados, solicitando seu prestígio de velho e acatado sacerdote para auxiliar-nos na manutenção da ordem, mostrou-se grandemente deprimido, vencido e tremendo fortemente. [...] Chorando e totalmente deprimido, tremendo, prostrado repetia sempre que não intencionava mandar matar-nos, fato em que acreditamos plenamente e sem vacilação.²⁵⁸

²⁵⁶ HAMPE, op. cit., p. 148.

²⁵⁷ Idem. Op. cit., p. 206.

²⁵⁸ Idem. Op. cit., p. 205-206.

Hampe prossegue desqualificando Pe. Benini ao compará-lo com Dom Francisco de Paula Cantalupi: “Faltou entretanto ao bondoso pároco, naqueles dias difíceis, o assessoramento de um bom coadjutor, como o grande e ilustre sacerdote, Dom Francisco de Paula Cantalupi, a quem não faltavam dotes de inteligência, perspicácia e nem tão pouco bondade, para agir sabiamente naqueles momentos terríveis que se apresentaram em A. Prado...”²⁵⁹ Mas Barbosa contesta a versão de Hampe que afirma que o Pe. Giuseppe Benini teria incitado os colonos a atacar a Prefeitura:

É de se estranhar que o mesmo Dr. Oswaldo Hampe, em seu livro de memórias, tenha usado expressões e denúncias desairosas contra o Cônego José Benini, sobretudo com referência ao trágico acontecimento de 25.5.1936 em que perderam a vida o Delegado de Polícia, sr. Armindo Cesa, e colonos, chegando a responsabilizar o Vigário pela reunião dos paroquianos na qual ocorreu o conflito.²⁶⁰

Frei Costa ressalta que a atuação do Cônego José Benini no conflito se restringiu apenas à administração dos sacramentos aos moribundos. Além disso, também pode-se constatar que não houve concordância nas acusações dos irmãos Hampe contra os responsáveis pelo conflito e pelas mortes. Enquanto Oscar Hampe acusa seus opositores políticos pela revolta e pelos crimes, seu irmão, o médico Oscar Hampe, acusa o padre José Benini e a Igreja pelo motim.

Para Barbosa, José Benini não convocou os colonos para o protesto em frente à prefeitura, porque a maioria dos colonos que foram protestar era apenas da Capela São Pedro da Linha Trajano. Afirma que se Benini tivesse convocado os colonos, teria feito isso em todas as capelas e, portanto, também teriam colonos de outras capelas no protesto, o que não ocorreu.

Atente-se para o absurdo: Como poderia ele, sendo vigário de uma só paróquia, convocar os paroquianos de Nova Roma? Apesar do convite ser dirigido aos moradores de todas as Linhas, tomaram parte, quase exclusivamente, os da Capela de São Pedro, sendo dela as três vítimas. Então o apelo do Vigário teria apenas repercutido numa só capela? Os paroquianos tinham o seu vigário em alta estima, e uma ordem dele seria fielmente cumprida...²⁶¹

Sobre a estagnação de Antônio Prado, Frei Costa relata à página 126 de *Povoadores de Antônio Prado* que Pe. Ernesto Mânica registrou, posteriormente, o conflito de 1936 como uma das causas da estagnação e do retrocesso de Antônio Prado: “Muitos, para não viverem num

²⁵⁹ HAMPE, op. cit., p. 206.

²⁶⁰ BARBOSA, op. cit., p. 43.

²⁶¹ Idem. Op. cit., p. 91.

ambiente desses, acabaram mudando definitivamente de residência, sendo tudo isso para Antônio Prado uma das causas da sua estagnação e do seu retrocesso.”²⁶² Luiz Mario Nodari, morador da Colônia, em seu livro “Trabalhos, lutas e pioneirismo”, também comenta que

em 1935 eclodiu uma Revolta dos Colonos contra o Prefeito Oscar Hampe. Foi uma calamidade. Foram detonados Fuzis da sacada da prefeitura no meio do povo aglomerado, em frente. Alguns do povo responderam com tiros de revólveres também. Naquele entrevero foi atingido o filho de José Cesa, industrialista em Antônio Prado e mais três colonos que foram baleados e mortos. Aquela revolta ficou tudo no esquecimento, e quem morreu, morreu, e os outros que se danem. Na entrada da Comercial, de Chico Grazziotin, bem dentro da porta foram baleados e mortos mais dois irmãos.²⁶³

O médico Oswaldo Hampe, irmão do prefeito Oscar Hampe, também atribui a estagnação econômica da Colônia de Antônio Prado ao conflito de 1936 ocorrido entre os colonos e a Administração Municipal:

Nunca mais Antônio Prado foi o mesmo. Um véu de tristeza, de abatimento caiu sobre tudo e sobre todos. Famílias inteiras retiraram-se desta localidade a procurarem novos ares, novos estados, novas coisas. Os dias tornaram-se longos e tristes, as casas fechadas, o comércio estacionário, a Colônia decadente e o golpe de misericórdia veio com a inauguração da estrada federal em 1940, a chamada Estrada Getúlio Vargas, deixando este município longe, à margem de todo e qualquer movimento comercial.²⁶⁴

Luiz Nodari, um dos moradores da Colônia, também comenta em sua obra *Trabalhos, lutas e pioneirismo* que, devido ao conflito de 1936 entre os colonos e a municipalidade, “todo o comércio parou porque não havia mais serviço, e trabalhar com os meus primos, era difícil por serem eles de espírito dúbio. Resolvi safar-me de Antônio Prado. Os Nodari sempre tiveram pavor das guerras e revoluções, balbúrdias, e como sempre foram homens de paz queriam tão somente trabalhar, ter paz, ter a fé em Deus N. Senhor.”²⁶⁵

Em 1938, dois anos após a revolta dos colonos e uma semana após a substituição do Prefeito Oscar Hampe pelo Capitão Waldemar Alves de Miranda, as viúvas dos mortos no conflito e algumas vítimas da Sociedade da Capela São Pedro da Linha Trajano, resolveram registrar queixa na Delegacia de Polícia de Antônio Prado contra Oswaldo Hampe, seu irmão Oscar, Edoardo De Luchi, motorista de Oswaldo, e os Tenentes da Brigada Militar Hermeto Silveira e Aparício Borghetti, delegado de polícia de Nova Trento:

²⁶² COSTA, op. cit., p. 126.

²⁶³ NODARI, Luiz Mario B. *Trabalhos, lutas e pioneirismo*. Berthier: Passo Fundo, 1980, pp. 52-53.

²⁶⁴ HAMPE, op. cit., p. 206.

²⁶⁵ NODARI, op. cit., p. 53.

Precisamente a hora estipulada, cerca de 300 colonos estacionaram na praça referida, destacando-se para entender-se com as autoridades respectivas, os seguintes colonos: Carlos Pastori, Erminio Denale, Antonio Busetto, Romano Riva, Abramo Maschio e Pedro Forlin. Mal a comissão se aproximava da porta da prefeitura, o prefeito Oscar Hampe, exasperando-se, agride um dos presentes, de revolver em punho, dando com a coronha do revolver na cabeça de um dos colonos e, em seguida o delegado de polícia cidadão Armindo Cesa, que era genro do prefeito, sae precipitadamente do interior da prefeitura, acompanhado de praças do destacamento da Brigada, armados de fusil, ocasião em que cerrado tiroteio se fez sentir, do qual resultou na morte do malogrado delegado e do colono Antonio Perosa. [...] Quando procurava fugir da fusilaria irrompida da parte fronteira da Prefeitura, foi alvejado pelas costas, o Colono Ângelo Bolsoi, que tombou gravemente ferido. Pedro Pastore, maior, casado, juntamente com Vitório Meneguzzi, menor de 18 anos, procuravam amparar Bolsoi, quando deles se aproximou o Dr. Oswaldo Hampe, acompanhado de seu chofeur, Eduardo Deluchi, ambos de revolver em punho, tendo o dr. Oswaldo Hampe descarregado a sua arma contra o menor Meneguzzi [...] Concomitantemente, Eduardo Deluchi fuzila pelas costas ao colono Pedro Pastore, que tombou em plena rua. A seguir o dr. Oswaldo Hampe, não satisfeito, ataca e descarrega o seu revolver contra o agente consular Luiz Angelini, indefeço velhinho, desfechando-lhe quatro ou cinco balázios, dos quaes tres atingiram o alvo (sic)...²⁶⁶

O único registro feito da parte “perdedora” da revolta é o depoimento dos colonos da comunidade São Pedro da Linha Trajano prestado a 04/04/1938 na Delegacia de Polícia de Antônio Prado. O depoimento foi prestado logo após a deposição do Prefeito Oscar Hampe, o que evidencia que os colonos tinham medo de represálias das autoridades municipais caso os acusassem de praticarem algum crime durante o seu mandato. No depoimento de 1938, feito na delegacia de polícia de Antônio Prado, os agricultores da comunidade da Capela São Pedro também acusam o Prefeito Oscar Hampe de perseguições políticas conforme segue:

Verdadeira e intolerável pressão fez-se desde logo sentir sobre o eleitorado. Aqueles que não votassem com o candidato oficial, seriam severamente castigados. Apesar de tudo, o candidato oficial venceu por insignificante maioria, tudo isso, como já dissemos, graças à vergonhosa e criminosa pressão desenfreadamente exercida contra um eleitorado, por temperamento tímido. Eleito que foi o sr. Oscar Hampe, as perseguições, maus tratos e arbitrariedades, se fizeram sentir com maior intensidade, e os adversários políticos passaram a ser espezinhados. Os impostos redobram (sic).²⁶⁷

A maioria dos colonos estava descontente com o aumento da cobrança de impostos, contudo, nem todos estavam dispostos a protestar ou a participar de um conflito armado como explica um dos depoentes que não quis citar seu nome: “O pretexto desse imposto movimentou a colônia, noventa e nove por cento dos que estavam lá na praça, eu acredito que não sabiam

²⁶⁶ ANTONIO PRADO. Delegacia de Polícia. Depoimento dos moradores da Capela São Pedro registrado na Delegacia de Polícia de Antônio Prado, 11 abr. de 1934.

²⁶⁷ Ibid.

o que iriam fazer, a não ser reclamar dos impostos.”²⁶⁸ O motim da Revolta dos Colonos também foi usado para acerto de contas entre a administração municipal e seus opositores políticos, pois a maioria dos colonos era pacífica e não intencionava cometer qualquer tipo de crime.

A construção da memória em torno da Revolta dos Colonos por parte das autoridades municipais elegeu o delegado Armindo Cesa como herói e os colonos como criminosos, pois para as autoridades que controlavam as instituições na Colônia o protesto dos colonos contra o aumento da cobrança de impostos sobre a produção agrícola era ilegal e perturbador da ordem pública e não uma reivindicação de direitos. O Prefeito Oscar Hampe em Ofício a Flores da Cunha, Governador do Estado, defende Armindo Cesa afirmando: “Infelizmente, tombou em defesa dessa mesma ordem, lei e instituições, o Delegado de Polícia, senhor Armindo Cesa, moço brioso, cheio de vida e de qualidades Moraes (sic), que soube tão bem dignificar o cargo que exercia.”²⁶⁹

A placa em homenagem a Armindo Cesa encontra-se “junto à porta do edifício da Municipalidade, com o nome Delegado de Polícia Armindo Cesa” porque defendeu a ordem e as leis, enquanto a placa com os nomes dos colonos mortos encontra-se apenas na lápide do cemitério “em três túmulos enfileirados no cemitério da Capela de São Pedro da Linha Trajano, assinalando o nome de Pedro Pastore, Vitório Meneguzzi e Antônio Perosa.” Para os colonos que morreram e lutaram no conflito pela diminuição do valor do imposto cobrado sobre a produção, não foi prestada nenhuma homenagem por parte das autoridades municipais, porque não são reconhecidos como sujeitos históricos dotados de importância.

Os artigos de jornais, os relatos e as memórias sobre a Revolta dos Colonos deram voz aos agentes que influenciaram o surgimento do conflito, mas se calaram quanto ao protagonismo e a autonomia dos colonos como sujeitos de sua própria ação. Conforme os relatos, estavam presentes no protesto entre duzentos a trezentos colonos reunidos na praça em frente à Prefeitura, contudo os jornais deram mais espaço às autoridades municipais que aos colonos.

²⁶⁸ GUZZO, op. cit., 6/13. p. 84.

²⁶⁹ GUZZO, op. cit., 5/8. p. 69.

CAPÍTULO III

RELAÇÕES POLÍTICAS, SOCIAIS E RELIGIOSAS NA COLÔNIA

3.1 A religião católica como fator de identidade cultural

Um dos fatores que fez com que o Império Brasileiro promovesse a imigração italiana para o Brasil a partir de 1875 foi a identificação com a Igreja Católica, pois o catolicismo era a religião oficial do Império desde a outorga da Constituição de 1824 pelo Imperador Dom Pedro I até o início da República em 1889 e, portanto, fator de unidade e identidade comum entre italianos e brasileiros. Os imigrantes não se identificavam com o Brasil, nem tampouco com a Itália, sua pátria de origem, devido às várias divisões da Itália entre as províncias do Sul, dominadas pela França, os Estados Pontifícios, ao centro, e o Império Austro-Húngaro ao Norte. Por isso, as principais referências dos imigrantes italianos eram a família e a Igreja Católica, através da qual expressavam seus valores, comportamentos e religiosidade. Os imigrantes italianos que vieram para o Rio Grande do Sul eram do meio agrário e possuíam uma visão sacra do mundo.

Na Itália, os emigrantes se identificavam com sua vila e seu ramo familiar composto por famílias grandes formadas por várias gerações, todas convivendo na mesma residência devido à falta de recursos para construir novas moradias, o que estreitava ainda mais os laços familiares. Apesar de a maioria dos imigrantes serem oriundos da região do Vêneto, situado no Norte da Itália, a língua e os costumes trazidos pelos imigrantes para o Rio Grande do Sul eram diferentes, pois cada província da Itália tinha seu próprio dialeto e os imigrantes eram muito mais ligados ao seu *paese* de origem e sua família do que a sua própria pátria.

Nas colônias do Rio Grande do Sul a integração dos imigrantes aconteceu através da vivência da religião católica nas comunidades situadas no interior das colônias, pois todos tinham como laços identitários comuns a religião e a convivência nas suas paróquias de origem. Como os costumes e os dialetos dos diferentes grupos que vieram da Itália não tinham muitos elementos em comum, mas tão somente a religião católica e a prática de frequentar a paróquia, a religião se tornou o principal elo de identificação e socialização entre os imigrantes italianos.

A religião foi o meio pelo qual os imigrantes puderam se identificar cultural e socialmente no grupo, pois “foi através da Religião Católica que o imigrante italiano se encontrou consigo mesmo e com os outros, formando uma unidade que se exprimia na constituição destas comunidades de trabalho e de fé que foram as linhas coloniais.”²⁷⁰ O desenvolvimento religioso da localidade trazia consigo também o desenvolvimento econômico, pois onde eram construídas as capelas, surgiam a bodega e o comércio de cereais e ferramentas.

Em alguns casos, muitas famílias que vieram da Itália em grande número foram residir na mesma Colônia, linha ou travessão, mas a grande maioria era proveniente de províncias e cidades diferentes, não tendo muitos costumes e tradições em comum, pois cada *paese*, ou seja, cidade ou vila italiana, tinha padroeiros e festas próprios. Assim,

a religião atuou como elo de união entre eles: a quase totalidade confessava-se católica, e a fé católica forneceu-lhes os subsídios indispensáveis para reiniciar, individual e coletivamente a existência. A expressão religiosa, em suas manifestações cotidianas e festivas, era o sinal mais significativo do universo cultural dos imigrantes italianos. Era a referência primeira e indispensável de filiação ao grupo. [...] Foi através da religião católica que o imigrante italiano se encontrou consigo mesmo e com os outros.²⁷¹

A maioria dos imigrantes italianos se confessava católica e sua conduta pessoal, social e profissional era orientada pelos valores religiosos: “Em um meio de cristandade como o formado nas Colônias de imigrantes no Rio Grande do Sul, os valores religiosos tendiam a confundir-se com os valores sociais, atingindo a necessidade da profissão e da prática religiosa a toda a população.”²⁷² A religião dava sentido a todas as dimensões da vida humana: o culto e as orações tinham a função de salvar a alma dos que fizessem a vontade de Deus, mas também serviam para garantir o sucesso econômico e livrar as pessoas de doenças, perigos e das mais variadas formas de males.

O catolicismo dos imigrantes italianos era um catolicismo popular e não seguia a Doutrina Oficial da Igreja integralmente. O Código de Direito Canônico e o Catecismo da Igreja Católica impõem uma hegemonia da vontade dos clérigos sobre a vontade dos leigos, contudo, as comunidades não cumpriam todas as determinações da Igreja e, além disso, as determinações acatadas eram adaptadas à religiosidade popular do imigrante italiano que trazia uma experiência de vida particular independente da Igreja, mesmo sofrendo influência desta. “Trata-

²⁷⁰ MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: EST, 2001, p. 122.

²⁷¹ DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). RS: Imigração e colonização. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 235.

²⁷² ISAIA, Artur Cesar. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p. 121.

se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns.”²⁷³



IMAGEM 14 – Fotografia da festa realizada a 13 de agosto de 1906 em Antônio Prado, em homenagem a Santo Antônio de Pádua. Acervo: Fernando Roveda. Fonte: Projeto Memória – CIBRAP.

A primeira missa rezada na sede da Colônia de Antônio Prado foi realizada a 03/10/1888 no Barracão dos imigrantes, sendo celebrada pelo Pe. Alessandro Pellegrini, o qual, em 1891, iniciou a construção da Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus na sede da Colônia de Antônio Prado. A construção da Igreja Matriz foi idealizada pelo Pe. Alessandro Pellegrini, mas a construção das capelas no interior da Colônia foi feita pelos próprios imigrantes sem a interferência do padre. Na primeira missa em que rezou na Colônia, no Barracão dos Imigrantes, padre Alessandro Pellegrini proferiu a frase ainda hoje lembrada pela comunidade: “Homens livres do orbe! Eis aqui a terra de promessa. Só com os braços conquistareis o pão e a liberdade.”²⁷⁴

²⁷³ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 171.

²⁷⁴ BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980, p. 39.

A partir de 1888, com a chegada do primeiro cura, Pe. Alessandro Pellegrini, a liderança política da Colônia passou das mãos do imigrante italiano Camilo Marcantonio, um dos Pioneiros da Colônia de Antônio Prado, para o Pe. Alessandro Pellegrini, e a sede da Colônia começou a ter missa dominical, contudo, as comunidades mais distantes ainda continuaram sem o governo do padre. Com a chegada da Igreja e do padre, inicia-se também o processo de romanização da Colônia, na qual os padres leigos são proibidos pelo bispo de benzer²⁷⁵ a água, fazer batizados e casamentos, ficando somente com a direção do terço e do culto.

No início da fundação da Colônia, a Igreja Católica, liderada pelo padre, juntamente com seus símbolos e discursos²⁷⁶, serviu para a organização social dos imigrantes em torno das Sociedades da Capela. Para Fernando Roveda, morador da Colônia, a Igreja foi importante para manter os imigrantes unidos, os quais nomeavam as linhas e travessões com os nomes de seus santos padroeiros trazidos da Itália:

As comunidades de imigrantes italianos devem à religião seu modo de organização. Os povoados e vilas nasceram, quase sempre ao redor de uma capela, cuja construção foi umas das primeiras preocupações do imigrante. Essa era dedicada ao santo de devoção do idealizador ou da comunidade. Como consequência, o nome da localidade, na maioria das vezes, originava-se do nome do santo da capela. E a partir dela, como ponto de referência, é que a comunidade se organizava. À sua volta construíam um salão, uma escola, suas casas. Lá tinham seus encontros religiosos, sociais e de lazer.²⁷⁷

No período da fundação da Colônia italiana de Antônio Prado o imigrante italiano teve bastante autonomia tanto no campo religioso quanto no campo civil, devido à falta de uma maior presença de representantes da Igreja e do Estado. Se no campo religioso o catolicismo moldou em grande medida o comportamento do imigrante italiano, que assumiu os valores religiosos da Igreja Católica como valores pessoais e comunitários próprios, no campo político não houve a mesma conformação. Merlotti relata que “na formação dos primeiros núcleos

²⁷⁵ “No Rio Grande do Sul foi absolutamente a mesma coisa. Um ótimo vigário chegava um dia, pela primeira vez, a uma de suas capelas mais afastadas. Ao entrar percebe uma bacia cheia de água. ‘Que água é esta?’ pergunta. ‘É água benta, senhor vigário’. – ‘Quando foi benta?’ – ‘Recentemente. Nosso ‘padre’ benze seguido para que tenhamos sempre água benta limpa’. – ‘Qual é o padre?’ – ‘O padre leigo da Capela’. – Sem replicar o Vigário tomou da bacia e despejou a água pela janela, dizendo: ‘Tragam-me mais água. Benzê-la-ei, assim terão água benta mesmo’. A ordem foi executada, mas escandalizados, mandaram uma comissão com queixas ao bispo em visita na zona. ‘O novo vigário’, diziam, profanou coisa tão santa.” D’APREMONT, Bernardin; GILLONNAY, Bruno. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*. Trad. Maria Antonietta Baggio. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Universidade de Caxias do Sul, 1976, p. 109.

²⁷⁶ Segundo Foucault, o discurso não é o meio pelo qual se exerce o poder, mas o exercício de uma forma de poder: “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” Logo, tomar posse do discurso é também tomar posse do poder. FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2012, p. 10.

²⁷⁷ ROVEDA, Fernando. *Caminhos da fé*. 2. ed. Caxias do Sul: Lorigraf, 2010, p. 45.

coloniais, foi de primordial importância a escolha do local da capela, sinal de prestígio social e início de nova comunidade, pois em torno da capela sempre eram erguidas algumas casas como também a escola, o cemitério, ‘a bodega’ para o encontro após as férreas atividades agrícolas.”²⁷⁸ Por isso, a escolha da localização das capelas e o nome dos padroeiros foi motivo de disputa entre os imigrantes e destes com o padre.

O padre era o representante religioso e político da Igreja Católica Romana, mas longe das autoridades civis e eclesiásticas da Itália e do Brasil, se aproximou mais dos imigrantes italianos do que do Clero, se tornando porta voz de seus interesses políticos emancipatórios. Nesse contexto, a hierarquia eclesiástica tinha pouca influência e o exercício do poder entre Igreja e imigrantes era negociado através da liderança do padre, pois “rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona.”²⁷⁹ Os imigrantes não recebiam as instruções da Igreja de modo direto e passivo, pois se utilizavam de negociações e estratégias para colocar o poder do padre a favor de suas necessidades imediatas.

Apoiados no conceito foucaultiano de poder, podemos afirmar que a autoridade e a influência da Igreja Católica sobre os imigrantes não se exerceram somente por sua hierarquia e doutrina, mas também através de negociações e estratégias entre o padre, representante da Igreja, e os imigrantes que usavam o espaço religioso para alcançar objetivos políticos e econômicos. Para Foucault o poder não é somente hierárquico, mas principalmente diluído nas relações sociais, porque não existe um único centro de poder, mas vários centros de poder que não se encontram encarnados em instituições e indivíduos, mas nas relações sociais nas quais os indivíduos e as instituições estão envolvidos.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles.²⁸⁰

²⁷⁸ MERLOTTI, Vania Beatriz Pisani. *O mito do padre entre descendentes italianos: a comunidade de Otávio Rocha*. 2. ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias, 1979p. 47.

²⁷⁹ FOUCAULT, op. cit., p. XIV.

²⁸⁰ FOUCAULT, op. cit., p. 183.

A religiosidade²⁸¹ dos imigrantes também era marcada por uma simbologia espiritual: crença em Deus, nos santos, no céu e no inferno, como também pela simbologia material expressa na cruz, nas velas e nas imagens de santos. Bourdieu esclarece que o símbolo serve para o reconhecimento de si e a identificação com elementos externos ao indivíduo previamente internalizados, criando um *habitus* reconhecido por todo o grupo.

Para Bourdieu, a tradição religiosa forma um *habitus* que com o passar do tempo é assumido pelo grupo como natural e necessário e o descumprimento do *habitus* é considerado anormal e prejudicial à sociedade. “A força do pré-construído está em que, achando-se inscrito ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, ele se apresenta com as aparências da evidência, que passa despercebida porque é perfeitamente natural.”²⁸² O saber é substituído apenas pela crença e a ação do indivíduo é orientada pela ideia de que precisa respeitar o *habitus* para que mereça ser premiado por suas boas ações num futuro próximo ou numa vida pós-morte.

Para Bourdieu a religião é o resultado de um processo cultural humano sacralizado e tornado necessário, porque as religiões tendem mais à conservação de seus dogmas e ritos do que à mudança, que é sempre vista pelo clero e os fiéis como um desvio da “verdadeira fé”. Por isso, os imigrantes se identificavam com seus símbolos religiosos: imagens de santos, terços, orações, a capela e o padre como elementos de sua própria identidade e cultura, conforme esclarece Bourdieu:

Os «sistemas simbólicos», como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnosiológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, «uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências».²⁸³

²⁸¹ Bourdieu se fundamenta em Durkheim e Weber para desenvolver os conceitos de *habitus* e campos de poder. Tanto para Durkheim quanto para Weber a religião é mais um campo de sentido do que de razão, pois a religião gera verdades psicológicas e não ontológicas: “são antes construções históricas e não construções lógicas, ou até psicológicas, carentes de contradição” WEBER, Max. *Sociologia das religiões*. Trad. Cláudio J. A. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 2010, p. 36. Logo, a crença religiosa faz associação de sentidos, não de razão, gerando verdades baseadas em desejos e necessidades individuais e coletivas. Na introdução de sua obra *As formas elementares da vida religiosa*, Durkheim conclui: “No fundo, portanto, não há religiões falsas. Todas são verdadeiras a seu modo: todas correspondem, ainda que de maneiras diferentes, a condições dadas da existência humana. Certamente não é impossível dispô-las segundo uma ordem hierárquica. Umas podem ser superiores a outras, no sentido de empregarem funções mentais mais elevadas, de serem mais ricas em ideias e em sentimentos, de nelas haver mais conceitos, menos sensações e imagens, e de sua sistematização ser mais elaborada. Mas, por reais que sejam essa complexidade maior e essa mais alta idealidade, elas não são suficientes para classificar as religiões correspondentes em gêneros separados. Todas são igualmente religiões, como todos os seres vivos são igualmente vivos, dos mais humildes plásticos ao homem.” DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 7.

²⁸² BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 49.

²⁸³ Ibidem. p. 9.

Tanto quanto o poder profano, o poder religioso pode ser usado para dominar e submeter, pois, em sua maioria, as pessoas se submetem ao poder religioso não porque seja justo, mas porque entendem que é vontade de Deus e, portanto, verdadeiro e necessário. “Este acto de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um acto de conhecimento, o qual, por estar firmado, como todo o poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia.”²⁸⁴ Ainda, a submissão às práticas religiosas é entendida pelos fiéis como necessárias para sua salvação espiritual pós-morte e proteção contra os males do mundo: doenças, acidentes e tentações.

As instituições, tanto religiosas quanto laicas, com suas estruturas e normas, são homogêneas e tendem a manutenção do *status quo*, mas as pessoas que circulam no interior das instituições não estão pressas a ortodoxia e desenvolvem novas práticas sociais de sobrevivência. As instituições são modelos idealizados para serem “perfeitos” e coerentes segundo sua lógica de existência, que boa parte do grupo não intenciona ou não consegue cumprir.

Na Colônia de Antônio Prado, a italianidade e a catolicidade eram duas dimensões intrínsecas e inseparáveis da vida dos colonos, e a religião era fator de coesão para o grupo que se organizava tanto religiosa quanto socialmente em torno das capelas rurais e urbanas. A religião católica era a base de sustentação dos valores dos imigrantes italianos, orientando sua vida particular e social expressa através dos ritos religiosos, das orações e das festas. Os imigrantes entendiam sua vida como o cumprimento de uma vocação pessoal, que em tudo deveria cumprir a vontade de Deus para que merecessem a salvação de sua alma.

A religião católica estava no centro da vida do imigrante italiano e sua vida era entendida como uma vocação, um chamado divino para fazer a vontade de Deus através das orações, do trabalho e do lazer. A vida dos imigrantes italianos girou em torno da família, da religião, da Sociedade da Capela e do trabalho, sendo que a religiosidade perpassou todas as dimensões existenciais do imigrante, que concebia sua vida como uma vocação e uma missão destinadas a realizar a vontade de Deus. Por isso, todas as atividades pessoais, familiares, comunitárias e profissionais dos imigrantes eram orientadas pela moral cristã católica, que incutia nos imigrantes uma visão sacra do mundo, regida por um Deus que castigava os pecadores e premiava os virtuosos que faziam a vontade do padre, dos religiosos e da Igreja.

²⁸⁴ BOURDIEU, op. cit., p. 114.

3.2 Apropriação do espaço sagrado como espaço de sociabilidade

Na Itália, no final do século XIX, o sentimento de pertença dos imigrantes italianos à Itália recém unificada a 20 de setembro de 1870 não era significativo, pois se sentiam muito mais ligados à família e a sua vila²⁸⁵ do que à incipiente “nação italiana.”²⁸⁶ No Brasil, os imigrantes italianos também não almejavam se identificar com a nação brasileira, pois sua prioridade era a família, seu lote rural e a religião. Por isso, os conflitos entre imigrantes italianos, Igreja e Estado foram transpostos do Norte da Itália para as novas colônias criadas no estado do Rio Grande do Sul.

A formação da identidade da Colônia não foi uma transposição dos costumes trazidos da Itália para o Brasil, mas o surgimento de uma nova identidade cultural formada pela geografia local e o transcorrer do tempo:

O quadro sociocultural das Colônias italianas do Rio Grande do Sul não era um prolongamento da Itália, como o queriam os partidários da política expansionista italiana no fim do século XIX, como também não constituía um perigo político, um Estado dentro do Estado, como o afirmavam certos elementos partidários de uma assimilação pela força. Era simplesmente uma expressão natural, espontânea dos valores culturais dos imigrantes, favorecida pelo isolamento, sem nenhum apoio de escolas, sociedades, imprensa e centralizada em torno da religião católica.²⁸⁷

Na Itália, a paróquia estava no centro da cidade, em torno da qual se localizavam os prédios públicos e o comércio. Por isso, chegando no Brasil, era natural que os imigrantes italianos quisessem fundar primeiro a paróquia para que sua vila tivesse mais chances de se tornar município, como explicam Frosi e Mioranza: “Com efeito, em cada Linha ou Travessão conta-se pelo menos uma comunidade que se agrega em torno de uma capela. Esta, centro sócio-religioso da comunidade rural, precede, às vezes, a atividade sócio-econômica.”²⁸⁸

²⁸⁵ “Os costumes locais resistem às forças que tendem a transformá-los e essa resistência permite entender melhor a que ponto nesse tipo de grupo a memória coletiva se apoia nas imagens espaciais.” HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003. p. 162.

²⁸⁶ “Unia-os, não o sentimento de pátria, pois não eram nem brasileiros, nem italianos. Chegados há pouco, sentiam-se estrangeiros no Brasil. Mas também não eram italianos emocionalmente: o país de origem, recém-unificado, de forma anticatólica, atingira as convicções religiosas dos camponeses do norte italiano. Também não se agrupavam ao redor da língua, pois cada grupo falava seu dialeto, ignorando a língua oficial da pátria que acabava de surgir.” DE BONI, Luis Alberto. *O catolicismo da imigração: do triunfo à crise*. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: Imigração e colonização*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

²⁸⁷ MANFROI, op. cit., p. 121.

²⁸⁸ FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento, 1975, p. 61.

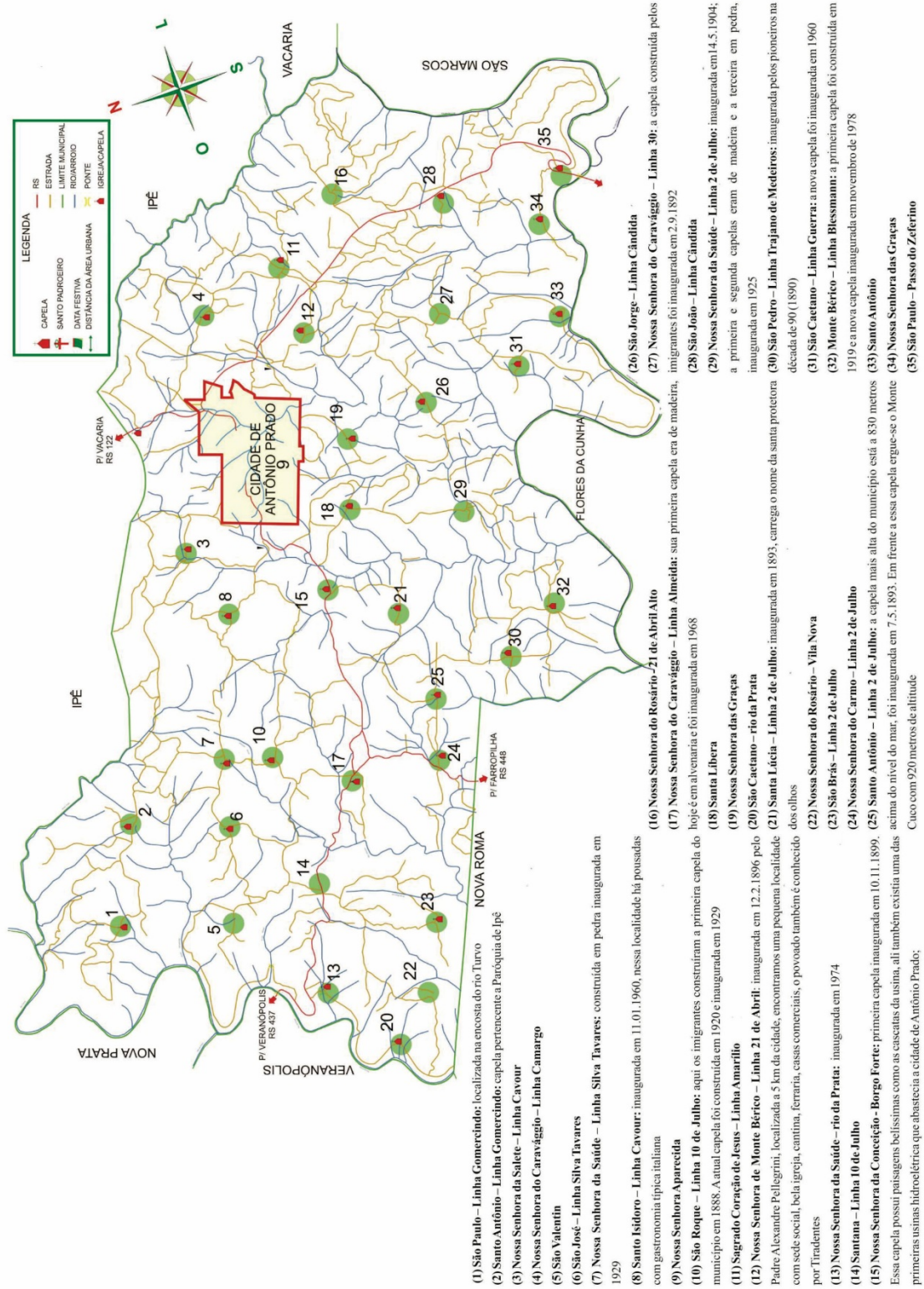


IMAGEM 15 – Distribuição das capelas na zona rural na Colônia de Antônio Prado, RS. Fonte: Secretaria do Planejamento, Prefeitura de Antônio Prado, RS.

Os imigrantes que se instalaram na Colônia de Antônio Prado provinham de diversas partes do Norte da Itália, de vilas, cidades e províncias diferentes, por isso, os conflitos aconteciam em torno da definição do local da construção da capela, da nomeação do padroeiro e da organização das funções comunitárias:

Se a construção da capela foi a expressão de um desejo comum e unânime, a escolha do lugar e do santo padroeiro foi, muitas vezes, motivo de discórdia e de sérias contendas. ‘Quase que não há lugar no Rio Grande do Sul em que, inicialmente, não tenha tido tais lutas’. Todos sabiam, com efeito, que a igreja tornar-se-ia o centro do núcleo, ao lado da qual surgiriam o armazém, o botequim e a escola.²⁸⁹

A religião católica e sua doutrina eram as principais referências dos imigrantes, tanto para a vida religiosa quanto para a vida profissional e social, contudo os valores religiosos católicos eram apropriados e traduzidos para a vivência de uma religiosidade popular adaptada ao meio rural. Armindo Zen, apresentador dos capitéis no documentário “Se milagres desejais”²⁹⁰, afirma que a religião independe da Igreja e dos padres, pois, segundo o mesmo, como afirma em suas próprias palavras, “fé e religião é uma coisa e padre é outra”. De sua afirmação é possível concluir que Armindo Zen entende que a fé e a religião podem existir sem a presença dos padres. Contudo, isso não quer dizer que não reconheça alguma importância na função exercida pelos padres.

Dentre os valores religiosos católicos, os imigrantes escolhiam aqueles que mais atendiam suas necessidades pessoais e familiares, pois havia uma luta pela definição de lugares, nomes, santos, símbolos e funções sociais nas Sociedades da Capela em busca de afirmação e reconhecimento, pois “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.”²⁹¹ A hierarquização da importância dos papéis e das funções sociais, tanto no campo social quanto no campo religioso, são definidas por quem detém mais poder, que define quem pode exercer os cargos e as funções mais importantes da comunidade.

A escolha do local da construção da capela era causa de disputas entre os imigrantes italianos, não somente por motivos religiosos, mas também por motivos econômicos e

²⁸⁹ MANFROI, op. cit., p. 126.

²⁹⁰ ZEN, Armindo. *Apresentação do documentário*. In: *Se milagres desejais*. Direção: André Costantin e Nivaldo Pereira. Produção: Fernando Roveda. Roteiro: Daniel Herrera. Música: Marcos De Ros. Caxias do Sul: Transe, 2011. 1 DVD (42min), color, 19min-20min.

²⁹¹ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002, p. 17.

comerciais, pois próximo à capela também surgia o comércio frequentado pelos moradores das linhas e travessões. Frosi e Mioranza, esclarecem que

a disseminação de capelas (em certas Linhas o número eleva-se a quatro ou mais) não se deve somente ao sentimento religioso do imigrante, e tão pouco ao anseio de poder encontrar-se em local determinado para uma vivência social, mas, especialmente, à possibilidade de poder transformar o pequeno núcleo inicial em aglomerado que, no futuro, poderia ser um centro sócio-econômico de projeção.²⁹²

No final do século XIX e começo do século XX, Frei Bernardin D'Apremont, em sua obra *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*, relata que a construção das capelas atendia aos interesses dos comerciantes da região, pois todos os imigrantes frequentavam as capelas assiduamente, onde, além de cumprir os ritos religiosos, vendiam sua produção agrícola e compravam produtos industrializados. Em torno das capelas também surgiram as “bodegas” e as cantinas, pequenos comércios nos quais eram vendidos utensílios para a casa, ferramentas para o trabalho e tecidos para a confecção de roupas:

O domingo não é apenas um dia de encontro religioso junto à paróquia, mas é uma espécie de mercado do qual os colonos aproveitam para seus negócios e compras. Daqui a luta e as insistências dos negociantes que oferecem terreno de graça e auxílio para a construção da capela nem sempre é movido por espírito religioso, mas em muitos casos é o desejo de promover maior movimento comercial em suas casas que os impulsiona.²⁹³

Os imigrantes reconheciam e aceitavam a assistência da Igreja e do Estado, mas também influenciavam o modo como eram assistidos, resistindo a imposições com as quais não concordavam. A legitimidade da autoridade da Igreja e de seus representantes não era questionada, mas isso não impedia que os colonos negociassem seus interesses com os religiosos e as autoridades municipais. Podemos perceber, desse modo, que há uma disputa por espaço, sentido de pertencimento e necessidade de reconhecimento diante da Igreja e da comunidade.

²⁹² FROSI, op. cit., p. 47.

²⁹³ D'APREMONT, Bernardin; GILLONNAY, Bruno. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*. Trad. Maria Antonieta Baggio. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Universidade de Caxias do Sul, 1976. p. 131-132.

3.3 Sociedades da Capela

A partir de 1886, na Colônia de Antônio Prado, os imigrantes italianos se organizaram em pequenas comunidades e construíram capelas sem a assistência da Igreja devido à ausência de sacerdotes e bispos. As Sociedades da Capela se diferenciavam da paróquia por dois principais fatores: a) a organização das capelas se diferenciava da paróquia tradicional, centrada no sacerdote e nos sacramentos, porque eram os próprios membros da comunidade que organizavam os cultos religiosos, as orações e as festas; b) no interior do Brasil as paróquias eram construídas na sede das fazendas e o salário dos sacerdotes eram pagos pelo Império do Brasil, já as Sociedades da Capelas eram construídas em terrenos doados pelos próprios sócios que realizavam trabalhos voluntários.

Os coordenadores das capelas eram chamados de Padres Leigos ou “Fabriqueiros”, os quais eram responsáveis pela reza do terço, pelos mutirões, pela manutenção da capela e pela organização das festas da comunidade. Os membros da comunidade que trabalhavam nas festas, preparando os alimentos e os jogos, eram denominados de “fabriqueiros” e os demais eram sócios-fundadores da comunidade. Não existia a figura de um coordenador ou presidente geral, pois a direção da capela era feita em equipe pelos fabriqueiros. As capelas eram espaços de convivência, tanto religiosa quanto social. Os coordenadores das comunidades geralmente eram professores, os quais também usavam o espaço da capela para ensinar as crianças a ler e escrever em italiano para que aprendessem a catequese. Ain Zara Calliari, em entrevista concedida a Paula Giroto em 1980, refere que nas capelas tinha aula de catequese nos domingos à tarde ministrada por moças: “Todos os domingos à tarde tinha aula de catecismo. Toda criançada, a uma hora da tarde, ouvia o sino tocar, todos se dirigiam à igreja para o catecismo. Quem fazia o catecismo eram as moças. Elas não faziam curso, porque iam de livro na mão. Eram perguntas e respostas.”²⁹⁴

As principais relações sociais aconteciam nas Sociedades da Capela que constituem uma experiência particular, pois, na Itália, todas as capelas são de propriedade da Igreja, e no Brasil, as capelas que não são paróquias ou propriedade da Igreja, estão localizadas em lotes de particulares nas cidades ou nas fazendas do interior, não existindo capelas comunitárias ou pertencentes a toda comunidade.

²⁹⁴ GIROTO, Paula. *Antônio Prado por Ain Zara Calliari*. Entrevista, Antônio Prado, 1980. In: COSTA, Rovílio. *Povoadores de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2007, p. 312.

A originalidade das capelas nas Colônias italianas do Rio Grande do Sul, consiste no fato de pertencerem a toda a sociedade da linha colonial. A capela não era paróquia, no sentido europeu, pois não havia padres. Não era propriedade de uma família, como acontecia nos domínios portugueses, pois nenhum deles tinha recursos suficientes para isso. Era de todos os habitantes do lugar: uma igreja da comunidade.²⁹⁵

Até a chegada dos imigrantes italianos no Brasil a partir de 1875, as capelas eram de propriedade da Igreja ou de particulares, nunca de vários sócios ao mesmo tempo, como passaram a ser nas colônias italianas no início das fundações. Dallabrida esclarece: “fruto do trabalho comunitário, construída num terreno doado para a comunidade e administrada pelos próprios colonizadores italianos num sistema cooperativo, as capelas eram propriedades comunitárias.”²⁹⁶ Assim, a capela era construída em mutirão num terreno doado por um dos colonos à comunidade, a qual passava a ser propriedade de todos.

Padre Antonio Galioto, pároco de Antônio Prado de 1958 a 1964, em seu artigo “Os significados das capelas nas Colônias italianas do Rio Grande do Sul”, publicado na obra *A presença italiana no Brasil*, à página 293, afirma que as capelas do interior das Colônias italianas são uma experiência sócio-religiosa única no mundo, pois eram organizadas pelos próprios colonos, sendo que a capela era de propriedade dos colonos e também não havia párocos que os governassem. Em seu artigo, Galioto define as capelas como “comunidades de leigos” por sugestão de D. Carlo Colombo, bispo de Milão que veio ao Brasil em 1966 para ministrar um curso para formadores no Seminário de Viamão, RS, e visitar a Diocese de Caxias do Sul da qual a Colônia de Antônio Prado também faz parte.

Segundo Galioto, os imigrantes italianos trouxeram da Itália uma religiosidade popular, mais esclarecida e consciente, pois, em sua maioria, os imigrantes eram analfabetos e não conheciam os documentos oficiais da Igreja, apenas alguns livros de orações em Latim:

Todos os imigrantes italianos eram católicos um tanto tradicionais e sem quase nenhuma cultura. Em grande parte eram analfabetos. Um forte culto aos santos, como protetores contra todos os males, proviessem das intempéries, da falta de saúde ou da sorte. Lá não perdiam a missa dominical, em geral pouco participativa, mas bonita nos paramentos, nos cantos, nos ritos e nos sinos que convidavam a todos. Estavam envolvidos numa atmosfera sacral e religiosa.²⁹⁷

²⁹⁵ MANFROI, op. cit., p. 127-128.

²⁹⁶ DALLABRIDA, Norberto. *Trentinos e italianos na Colônia Blumenau e a “Sociedade da Capela”*. In: PIAZZA, Walter F. (Org.). *Italianos em Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 2001. p. 113.

²⁹⁷ GALIOTO, Antonio. *O significado das capelas nas Colônias italianas do Rio Grande do Sul*. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987, p. 296.

A religiosidade dos imigrantes era expressa na construção das capelas e dos capitéis, dos quais os imigrantes eram proprietários. As capelas e os capitéis começaram a ser construídos logo que os primeiros imigrantes chegaram na Colônia de Antônio Prado, sendo que as capelas eram construídas nos centros das linhas e travessões e os capitéis em frente as casas ou encruzilhadas. As capelas foram construídas por motivações religiosas para a celebração do culto, mas também serviram como espaço de sociabilidade: “O grande número de capelas não respondia somente ao espírito religioso dos imigrantes, mas dava uma resposta aos anseios de comunicação social mais intensa e à esperança de formar um centro urbano ou econômico de importância.”²⁹⁸ Assim, a Igreja, através das sociedades da capela, se tornou a base da organização social e da reconstrução cultural dos vilarejos italianos no Brasil, adaptada à nova realidade das colônias no Sul do Brasil.

O movimento que fundou as Sociedades das Capelas não surgiu da intenção de se separar da religião católica oficial, fundando uma nova religião ou seita, mas devido à necessidade religiosa dos próprios imigrantes que se viram privados de paróquias e sacerdotes:

Esta organização autônoma das capelas não tinha um caráter contestatório de seita, nem foi o fruto da falta de instrução dos colonos. Ela nasceu espontaneamente da ansiedade de reproduzir, o mais fielmente possível, com os meios disponíveis, aquela vida que os colonos haviam conhecido em sua terra natal, onde a religião católica ocupava um lugar preponderante. As comunidades espontâneas, a construção da capela, o *Padre Leigo* e o exercício de seus poderes, foram os primeiros elementos indispensáveis desta reconstrução.²⁹⁹

A convivências dos imigrantes italianos se restringia à vida familiar e ao trabalho no campo, onde plantavam videiras, trigo e frutas. Somente os homens frequentavam a sede da colônia para fazer compras; mulheres, crianças e jovens frequentavam a vila somente para fazer algum documento ou por motivo de doença. Bernardin D`Apremont relata que “o colono tem uma vida social restringida ao círculo familiar e a única manifestação social, o único lugar de encontro é a igreja. Por ocasião das festas dos centros paroquiais, os colonos vêm a cavalo de lugares distantes – homens, senhoras, crianças... enchem as praças da Igreja, vestindo trajes tradicionais da Itália, a tal ponto que se tem a ilusão de estar numa vila vêneta.”³⁰⁰

Na imagem abaixo vemos a Capela São Jorge fundada em 1893 e reconstruída de madeira com fundação de pedra em 1945 na Linha Cândida da colônia Antônio Prado,

²⁹⁸ FROSI, op. cit., p. 73.

²⁹⁹ MANFROI, op. cit., p. 132-133.

³⁰⁰ D'APREMONT, op. cit., p. 131.

localizada a 14 km da sede da Colônia. Do lado direito da Capela está o campanário que abriga um sino de 80 kg, bento a 27 de abril de 1908 pelo Pe. José Benini.



IMAGEM 16 – Capela São Jorge na Linha Cândida, inaugurada em 1893 a 14 km da sede da Colônia de Antônio Prado. A capela atual, construída de madeira, data de 1945. Acervo. Fernando Roveda. Projeto CIBRAP.

Sobre a Sociedade da Capela, Guzzo explica que “a vida social do imigrante passa a girar em torno da capela, que, como centro social da linha, travessão, passou a ocupar seu lugar. A função social de congregar os imigrantes e serenar os momentos de nostalgia da pátria e de desânimo prova sua importância na fixação do colono.”³⁰¹ Apesar do objetivo comum dos imigrantes italianos ser o mesmo: construir a capela para rezar, segundo Galioto, houve divergências quanto à nomeação dos padroeiros e a localização das mesmas:

Durante a construção surgiam as primeiras divergências. Brigavam por causa do local da Igreja, por causa do padroeiro que cada qual queria que fosse o da sua devoção e de sua vila e paróquia lá da Itália. Depois de muitas discussões e brigas, chegavam a um acordo quanto ao local e quanto ao padroeiro, combinava-se salomonicamente um padroeiro principal e outros secundários.³⁰²

³⁰¹ GUZZO, Valdemir. *O episódio de 25 de maio de 1936*. In: GUZZO, Dirce Brambatti; BACCARIN, Onira; BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Raízes de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST Edições, 2008, p. 99.

³⁰² GALIOTO, op. cit., p. 297.

As capelas eram construídas no centro das linhas e travessões para a realização de cultos, batizados, a reza do terço e a catequese, na qual também eram realizadas reuniões sociais para organizar os mutirões e as festas do padroeiro. Nos primeiros tempos, antes da construção de escolas municipais pela Prefeitura, algumas capelas também eram usadas para ensinar as crianças a ler, escrever e fazer contas.

Outro acontecimento que fazia parte das relações sociais era o encontro das famílias pertencentes a uma mesma capela, nos fins de semana, geralmente aos domingos. Frequentar a Capela aos domingos era fazer parte da convivência daquele grupo de famílias que residiam próximas, sendo que, nessas capelas, aconteciam encontros religiosos, conversas, jogos. Era o momento também de estabelecer trocas, falar dos problemas do trabalho, buscar auxílio para mutirões, isto é, eram grupos de agricultores que residiam próximos e que colaboravam uns com os outros, para os trabalhos na agricultura, como organizar uma colheita, por exemplo.³⁰³

Nas linhas e travessões do interior da Colônia de Antônio Prado as Sociedades da Capela eram dirigidas pela figura do Padre Leigo, devido à ausência da presença institucional da Igreja Católica e do sacerdote. O Padre Leigo fazia a vez do sacerdote e dirigia os ritos religiosos com alguns arranjos: “Um desses ‘Padres’ leigos encontrou o meio de deixar a liturgia intata, sem usurpar os direitos do Diácono ou do Sacerdote, pois que somente eles, podem dizer: ‘*Dominus vobiscum!*’ e ele cantava: ‘*Dominus nobiscum.*’”³⁰⁴ Quando a Colônia contava com a presença do sacerdote, este ficava residindo na sede da colônia, frequentando as capelas situadas nas linhas e travessões somente por ocasião da festa do padroeiro, casamentos ou batizados. O primeiro religioso a mencionar a existência do Padre Leigo foi Frei Bernardin D’Apremont, designado pelo termo “capelão leigo”:

Quanto aos chamados capelães leigos, nossa pesquisa constatou a sua existência, não, porém, a coincidência dos capelães leigos com os líderes de comunidade, como fala BERNARDIN D’APREMONT. Eventualmente, o capelão leigo era, também, o líder social. Este exercia suas tarefas por tempo determinado, enquanto aquele permanecia indefinidamente no cargo, especialmente quando, em determinada comunidade, não havia outro elemento com suficiente prática e conhecimentos religiosos.³⁰⁵

Os padres leigos eram responsáveis pelos ritos religiosos realizados na capela, os quais consistiam na celebração da palavra, no terço, nos batizados, nos casamentos e funerais:

³⁰³ STIMAMIGLIO, Neuza Maria Roveda. *Lembranças de infâncias: narrativas entrelaçando espaços-tempos na cidade de Antônio Prado*. Dissertação (Mestrado em Educação) UFRGS. Porto Alegre, 2005. p. 148.

³⁰⁴ D’APREMONT, op. cit., p. 99.

³⁰⁵ COSTA, Rovílio; COSTELLA, Irineu; SALAME, Pedro A.; SALAME, Paulo J. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições*. 2 impr. rev. Porto Alegre: Edições EST/Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul (EDUCS), 1986. p. 95.

“Costumeiramente cabia a ele a direção das funções religiosas da capela, como a explicação do catecismo às crianças e, principalmente, o terço dominical, recitado à tarde, findo o qual davam-se os avisos concernentes ao funcionamento normal da vida religiosa.”³⁰⁶ O líder da comunidade era conhecido como “Fabriqueiro”, o qual dirigia a comunidade juntamente com outros sócios, também conhecidos como fabriqueiros, e era responsável pela manutenção da capela, do salão de festas e do cemitério. Desse modo, o Padre Leigo cuidava da vida espiritual da comunidade e o Fabriqueiro cuidava da economia, da manutenção das benfeitorias e da realização das festas para arrecadar dinheiro.

De 1886, época da fundação da Colônia, até a criação da Paróquia em 1900, algumas comunidades ainda não tinham capela, apenas um capitel onde os imigrantes se reuniam para rezar o terço. A tradição de construir capitéis foi trazida da Itália, da região de Campofontana, Província de Verona, na divisa com a Província de Vicenza, e continuou sendo prática na Colônia de Antônio Prado.

Os capitéis eram construídos por particulares em frente as suas casas e na beira das estradas por variados motivos: pagamento de promessas por cura de doenças, evitar pragas, tempestades e ataque de animais. Os capitéis eram pequenos oratórios construídos em forma de capela na beira das estradas por particulares para pagamento de promessas ou em agradecimento a graças alcançadas, os quais também eram usados pelos viajantes que paravam em frente ao capitel para um momento de oração.

Também chamados oratórios ou ermidas, são marcos de fé e religiosidade representados por pequenas construções à beira de estradas, que abrigam imagens de santos. São erigidos com a finalidade de homenagear um ou mais santos, escolhidos pelo grupo da localidade ou por pessoas que queira agradecer alguma conquista espiritual ou material. A maioria dos capitéis representa o cumprimento de uma promessa por uma graça alcançada.³⁰⁷

Os santos mais venerados nas capelas são Santo Antônio, para conseguir casamento ou encontrar objetos perdidos, Santa Bárbara, para evitar tempestades, São Paulo, para evitar picadas de cobra, Santa Líbera, para proteger os partos, e Nossa Senhora da Saúde para curar pessoas doentes. No documentário “Se milagres desejais”³⁰⁸, Roveda exhibe o capitel de Santo Antônio e o depoimento de Valdomiro Fantin, que construiu o capitel em sua propriedade na

³⁰⁶ DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. 4. ed. rev. e atual. Porto Alegre: EST, 2011, p. 140.

³⁰⁷ ROVEDA, op. cit., p. 219.

³⁰⁸ FANTIN, Valdomiro. *Milagre de Santo Antônio*. In: *Se milagres desejais*. Direção: André Costantin e Nivaldo Pereira. Produção: Fernando Roveda. Roteiro: Daniel Herrera. Música: Marcos De Ros. Caxias do Sul: Transe, 2011. 1 DVD (42min), color, 19min-20min.

Capela São Valentin, a 18 km da sede de Antônio Prado, como agradecimento a Santo Antônio por ter curado a hérnia de sua coluna, causada pelo trabalho pesado realizado na lavoura quando criança.

No Rio Grande do Sul, no interior do estado, até a chegada dos imigrantes italianos, as Igrejas eram construídas nas campanhas, sustentadas por um estancieiro que pagava um sacerdote para rezar missa para si, seus empregados e vizinhos, já as Sociedades da Capela, por sua vez, surgiram espontaneamente por iniciativa dos próprios colonos, construídas em terrenos doados por membros da comunidade. O material usado para a construção da capela também era doado pelos sócios que a construíam em mutirão com trabalho voluntário. Os sócios doavam tábuas, ripas, caibros, ferramentas e pregos para a construção das capelas, que na maioria das vezes, eram feitas nos locais mais altos para que o sino da capela pudesse ser ouvido por todos na linha ou travessão.

Na visão dos colonos, a doação de lotes para a construção de capelas era uma oferta gratuita feita a Deus, mas na visão de religiosos, como a de Frei Rovílio Costa, essas doações também visavam a interesses econômicos: “Se a decisão de ter a própria capela unia os habitantes da linha, os passos posteriores provocavam cisões, coroadas por vezes pela violência. A primeira questão a ser resolvida era a do local da construção, que se tornaria automaticamente o ponto central da linha. Várias eram as ofertas de um pequeno terreno para tal fim, encobrendo o desejo de prestígio do oferente, quando não o interesse comercial do bodegueiro.”³⁰⁹

Nas bênçãos de inauguração das capelas do ano de 1902, feitas pelo Pe. Carmine Fasulo, consta uma lista significativa de terrenos doados às capelas:

Procedeu à bênção inaugural das capelas: São João da Linha Trajano (1898), em terreno doado por Mateus Gerolimeto; Nossa Senhora da Conceição (10.11.1899), na Linha Dez de Julho (Borgo Forte), em terreno doado por Giacomo Dambrós; São José da Linha Tavares (27.5.1899), terreno doado por Valentim Cervelin, São José da Linha Trajano (12.2.1899) terreno doado por Pedro Triches; São Luís de França (Vila Ipê) 3.1.1900, terreno doado pela viúva de Luís Augusto de Medeiros Branco; São Valentim (12.6.1902); São Roque (8.4.1902); Santo Antônio da Linha Odorico Mendes (1.6.1900) e outras.

Os materiais e o trabalho para a construção das capelas eram doados pelos sócios da capela. Na linha Trajano de Medeiros, a 18 km da sede da Colônia, foi construída a Capela São Pedro, datada de 1890, com tijolos de barro fabricados pelos próprios sócios: “Os tijolos para a construção da igreja foram feitos pelos sócios da capela. No início existia apenas a capela; só

³⁰⁹ DE BONI, op. cit., p. 138.

muito mais tarde é que foi erguido um pequeno salão de festas de madeira.”³¹⁰ Na Linha Silva Tavares, distando 15 km da sede da Colônia, está a Capela São José fundada em 1899. “A primeira capela foi construída de madeira, a 2 km do local onde está hoje situada. As madeiras da primeira construção foram reutilizadas para erguer a nova capela, feita com paredes duplas em terreno doado por Valentin Servalin, imigrante italiano falecido em 1902. No terreno estão também o campanário da capela e o cemitério da comunidade.”³¹¹

A origem do sentido de pertencimento das Sociedades da Capela ao imigrante italiano, vem do fato de que foram os próprios imigrantes italianos que construíram suas capelas comunitárias para vivenciar sua religiosidade e se socializar com as famílias da linha ou do travessão nos quais residiam. Como sócio e construtor da capela em que participava, o imigrante também se sentia “dono” da capela, atribuindo a si mesmo o direito de decidir sobre a organização do espaço religioso e social da Sociedade da Capela, formada em seu conjunto pela capela, o salão de festas, a cancha de bocha, o campo de futebol e o cemitério.

Na Linha Dez de Julho, na Colônia de Antônio Prado, em 1888, foi construída a primeira capela da Colônia denominada Capela São Roque. No histórico dessa capela, publicado por Frei Rovílio Costa em *Povoadores de Antônio Prado* à página 73, consta que os padres só frequentavam a capela duas ou três vezes ao ano, sendo que Domingos Canalle puxava o terço e fazia os enterros nos outros dias:

Aqui os imigrantes construíram a primeira capela do município, em 1888, no cemitério, no meio do qual se erguia um alto pinheiro, a cuja sombra se reuniam para rezar o terço e cantar as ladainhas. Depois construíram uma capela maior; uma estampa de São Roque que o velho Birti trouxe da Itália. A seguir os escultores Nodari fizeram uma imagem, que foi trazida a pé desde a sede da Colônia por oito homens. Domingos Canalle puxava o terço, fazia os enterros, pois o padre só vinha duas ou três vezes ao ano.³¹²

A Capela Nossa Senhora do Rosário foi construída na Linha 21 de Abril Alto a 12 km da sede da Colônia em terreno doado por Pedro Zen: “Em 1894 foi erguida a primeira capela de madeira em terreno doado por Pedro Zen, e Quintilia Filipini doou um quadro de Nossa Senhora do Rosário (que havia trazido da Itália) para colocar no altar.”³¹³

Na Linha 21 de Abril, terceiro Distrito de Antônio Prado, a 5 km da sede da Colônia, foi construída a Capela Nossa Senhora de Monte Bérico na propriedade dos Pascoal, perto da qual também surgiu uma bodega onde eram realizados bailes para dança: “A primeira capela

³¹⁰ ROVEDA, op. cit., p. 150.

³¹¹ Ibidem. p. 188.

³¹² COSTA, Rovílio. *Povoadores de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2007, p. 73.

³¹³ ROVEDA, op. cit., p. 62.

foi ali construída em 1896, de madeira, a 1 km da atual, na propriedade dos Pascoal. Perto da capela havia a bodega do Fontana (gaiteiro) muito frequentada pelos fiéis que iam rezar na capela. Aos sábados, eram realizados bailes para a comunidade.”³¹⁴

Na Zona Túrmina, conhecida como Terra Magra, distando 5 km da sede da Colônia, está a Capela Nossa Senhora das Graças. Segundo Roveda, a primeira capela foi feita de madeira por volta de 1938, no tempo do Pe. Henrique Gelain: “A atual Igreja foi construída em 1985, em terreno doado por Pedro Scapin, quando também construíram a escola e o salão de festas.”³¹⁵

Os sócios das capelas não tinham formação escolar ou acadêmica profissionalizante, mas eram práticos que sabiam desempenhar vários ofícios aprendidos com a família e os vizinhos tais como de agricultor, pedreiro, carpinteiro, moleiro, cozinheiro, açougueiro. As capelas também eram lugares para trocar informações, onde todos ficavam sabendo o que acontecia com os sócios das capelas para organizar mutirões nos lotes dos colonos que estavam impossibilitados de trabalhar por motivo de doença. Assim, as Sociedades das Capelas eram espaços de convivência e socialização do saber, nos quais cada colono partilhava suas experiências pessoais, familiares e profissionais. Segundo Merlotti, a comunidade italiana no Sul do Brasil se caracteriza:

... como um grupo espontâneo, dotado de uma cultura comum, no qual seus membros se definem pelo fato de viverem juntos, de modo íntimo, privado e exclusivo, segundo a concepção de Ferdinand Tönnies de comunidade (1947). A comunidade italiana, de tipo campesino, transplantou uma cultura de outra origem, com costumes próprios, tradições distintas, crenças, valores e técnicas para poder desenvolver sua vida comum. Localizadas no interior dos municípios, algumas dessas Colônias emanciparam-se, formando os municípios independentes do Estado. Entretanto, algumas não tiveram o mesmo progresso e permaneceram pequenos agrupamentos ligados a povoados maiores, aos municípios ou distritos situados ao seu redor. Composta de elementos homogêneos, desenvolve sua economia com bases agrícolas e tem sua organização social firmada em preceitos religiosos.³¹⁶

Na Colônia de Antônio Prado, a partir de 1886, os colonos instalados nas linhas e travessões competiam com as linhas vizinhas na construção da maior e melhor capela para que sua linha se tornasse o centro da Colônia ou ao menos um distrito, com o objetivo de atrair o comércio de mercadorias e a venda de produtos agrícolas: “As capelas passaram a agrupar

³¹⁴ ROVEDA, op. cit., p. 76.

³¹⁵ Idem. Op. cit., p. 120.

³¹⁶ MERLOTTI, op. cit., p. 18.

famílias, a possibilitar o comércio, a pequena indústria e, em consequência, um *modus vivendi*, em grandes linhas, auto-suficientes.”³¹⁷

Para o imigrante italiano, fundar uma comunidade significava construir uma capela na qual se organizavam as orações, o comércio e as festas religiosas e profanas. Segundo Fernando Roveda, morador de Antônio Prado, “os costumes religiosos representavam e representam, sem dúvida, os elementos culturais de maior expressão em toda a Região de Colonização Italiana. Tão logo aqui chegaram, os nossos ancestrais erigiram igrejas, capelas e capitéis, escolhendo o santo padroeiro para a nascente comunidade.”³¹⁸

Na Linha Almeida, em Borgo Forte, entre Antônio Prado e Nova Roma do Sul, em 1895, o imigrante italiano Meneguzzi construiu o Capitel de Santa Líbera, protetora das gestantes, em agradecimento pelo bom parto de sua esposa realizado naquela localidade a caminho do hospital em Antônio Prado, como relata Roveda: “Passado alguns meses, Meneguzzi procurou Giovanni Ballen e pediu ajuda para construir um capitel em honra à Santa Líbera protetora das gestantes, em agradecimento ao bom parto que teve a sua esposa.”³¹⁹

Na Linha Silva Tavares, na Capela São José, o Capitel de Santo Antônio data de 1906, o qual abrigava apenas uma estampa de Santo Antônio. Em 1943, a filha de Antônio Servelin, Irma Maria, machucou seu pé, o qual infeccionou. Para a recuperação da saúde de sua filha Irma Maria, Antônio prometeu doar uma imagem de Santo Antônio ao capitel: “Seu pai fez uma promessa para obter a cura da filha ofertando uma imagem de Santo Antônio para colocar no capitel e substituir a estampa antiga. Após dois meses de cuidados especiais, Irma recuperou a saúde e, em 1943, Antônio Servelin doou uma imagem de Santo Antônio em razão da recuperação de sua filha.”

No capitel de Santo Antônio, na imagem abaixo, podemos ver ao centro a imagem de Santo Antônio segurando o Menino Jesus e algumas flores postas em homenagem ao santo. Os imigrantes italianos que se instalaram na Colônia não eram totalmente doutrinados pela Igreja, pois possuíam dialetos, costumes e religiosidades próprias que se diferenciavam da doutrina oficial da Igreja. Há uma diversidade de sujeitos que assimilam e adaptam a doutrina da Igreja a sua realidade, formando assim, uma maneira particular de vivenciar a religiosidade católica diferente da exigida pela Igreja. As normas são reconhecidas e respeitadas pelos imigrantes, mas elas são assimiladas e reelaboradas segundo a interpretação e as necessidades locais.

³¹⁷ FROSI, op. cit., p. 74.

³¹⁸ ROVEDA, op. cit., p. 45.

³¹⁹ Idem. Op. cit., p. 302.



IMAGEM 18 – Capitel Santo Antônio situado na Linha 2 de Julho no município de Antônio Prado. Acervo: Fernando Roveda.

Na Linha 10 de julho, na Capela São Roque, fundada em 1888 e localizada a 15 km da sede da Colônia, está o Capitel de Nossa Senhora de Lourdes, construído pelos pais de Domingos Martini Spagnolo para pagar promessa pela recuperação da visão do filho: “O Capitel Nossa Senhora de Lourdes foi construído logo no início da chegada dos imigrantes que entraram por Nova Roma do Sul, por volta de 1880. Inicialmente foi feito de madeira tosca e, 34 anos mais tarde (1914), reconstruído de alvenaria, cumprindo uma promessa dos pais de Domingos Martini Spagnolo conhecido popularmente por Menego.”³²⁰

³²⁰ ROVEDA, op. cit., p. 232.



IMAGEM 17 – Capitel Nossa Senhora de Lourdes construído em 1914 na Linha 10 de julho na Capela São Roque em Antônio Prado, RS. Na fachada do capitel vemos a inscrição em italiano “LA MADONA DI LOURDES” com a data “1883 a 1983” pintada com tinta branca, fazendo referência ao Centenário do Capitel. Acervo: Fernando Roveda.

Ain Zara Calliari, em entrevista concedida a Claudia Giroto em 1980, afirma que em Antônio Prado havia o Capotravessão, conhecido como Padre Leigo, que era responsável pelas orações na capela:

Em todas as capelas havia o Capotravessão, que dirigia todo o movimento e dava parte ao pároco de tudo o que era feito na capela. E havia rosário todos os domingos de tarde, dirigido por esses capotravessão. Eles puxavam o terço e todo mundo acompanhava, depois do terço era aquela reunião na pequena praça na frente das capelas e o povo se divertia contar seus afazeres, o que acontecia durante a semana. Não havia brigas. Era um povo pacífico, bom, unido e ordeiro. Que saía alguma briga era nas ditas carreiradas, quando vinha o pessoal do campo, era um pessoal mais quente, mais brigalhão.³²¹

Mais tarde, outros autores, como Rovílio Costa e Arlindo Battistel, também designariam o capelão da comunidade como Padre Leigo: “Pelas referências em livros, artigos e anais, o termo ‘Padre Leigo’ passou a significar a pessoa ou pessoas que presidiam as orações e incentivavam tudo o que se refere à religião nas Sociedades das capelas entre imigrantes e descendentes italianos no Rio Grande do Sul.”³²²

O Padre Leigo não era indicado pelo bispo, mas espontaneamente eleito pela própria comunidade por possuir alguns atributos pessoais e algumas habilidades e competências, como saber ler e conhecer a liturgia católica. “A característica principal que define o Padre Leigo, no início, é que ele exercia certas funções religiosas, coordenava encontros comunitários como ministro autônomo e não como dependente, ajudante ou executor das determinações dos padres.”³²³ Alguns professores também exerceram a função de Padre Leigo, como atesta Frei Arlindo Battistel: “Alguns dos primeiros professores eram Padres Leigos e ensinavam particularmente o catecismo e a ‘responder’ a missa em latim.”³²⁴

Apesar da contribuição do Padre Leigo para as comunidades católicas, na falta do sacerdote, os Freis Bernardin D’Apremont e Bruno de Gillonnay, na obra *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*, criticam sua atuação desqualificando-o: “E na ingenuidade de sua fé, esses colonos se entregavam a práticas que davam dó. Escolhiam o mais douto do lugar (precisava que soubesse ler) para exercer as funções de ‘padre’ da capela, conforme sua expressão. Assim as funções se realizavam regularmente: procissões, bênção das velas, bênção dos ramos, missa cantada...”³²⁵ A passagem acima

³²¹ GIROTTO, op. cit., p. 311.

³²² BATTISTEL, Arlindo Itacir. *Colônia italiana: religião e costumes*. Porto Alegre: EST, 1981, p. 69.

³²³ Ibidem. p. 73.

³²⁴ Ibidem. p. 36.

³²⁵ D’APREMONT, op. cit., p. 99.

apresenta um trecho da carta dos freis escrita em 1900 por ocasião das missões de reconhecimento realizadas nas colônias do Rio Grande do Sul e expressa a mentalidade ultramontana³²⁶ dos missionários que tinha o objetivo de romanizar a liturgia e os sacramentos para afastar os leigos da liturgia e aplicar os ritos oficiais da Igreja Católica.

Com a chegada dos representantes oficiais da Igreja Católica, estes extinguiram a figura do Padre Leigo, minimizando sua importância e o desvinculando da autoridade do padre ordenado sacerdote pelo bispo. Os padres leigos são impedidos de exercitar os discursos e ritos mais complexos da religião católica para não serem confundidos com os padres ordenados, pois, segundo Bourdieu,

mediante os refinamentos e as complicações com que contribui para o fundo cultural primário, a sistematização sacerdotal tem por efeito manter os leigos à distância (esta é uma das funções de toda *teologia esotérica*), convencê-los de que esta atividade requer uma ‘qualificação’ especial, ‘um dom de graça’, inacessível ao comum dos homens, e persuadi-los a desistir da gestão de seus negócios religiosos em favor da casta dirigente, a única em condições de adquirir a competência necessária para tonar-se um *teórico religioso*.³²⁷

A importância do Padre Leigo tem diferentes significados: os imigrantes das capelas reconheciam a legitimidade e sacralidade do Padre Leigo porque ele fazia batizados, abençoava casamentos, realizava funerais e dirigia o terço: “No dia do falecimento, o Padre Leigo fazia as orações. No dia do enterro, com o auxílio dos cantores, os Padres Leigos realizavam todas as cerimônias religiosas, como se fosse o padre.”³²⁸ Por sua vez, a Igreja e os sacerdotes procuravam diminuir a importância do Padre Leigo, explicando aos fiéis que o Padre Leigo era apenas um “leigo comum” que fazia o que qualquer outro leigo poderia fazer, sem nenhuma nomeação especial da Igreja. Quando os sócios de uma das capelas foram reclamar com o bispo que o vigário havia jogado fora a água benzida pelo Padre Leigo, o bispo retrucou dizendo: “Queridos filhos, queixam-se do vigário porque jogou pela janela aquilo que vocês chamam de água benta. Estivesse eu em seu lugar teria jogado também a bacia”. Explicou depois as prerrogativas sacerdotais e os limites dos poderes dos ‘padres leigos’.³²⁹ O fato aconteceu

³²⁶ “A reação ultramontana da Igreja Católica caracterizou-se por uma oposição condenativa ao mundo moderno. Tinha como tendência reconhecer o Papa como uma autoridade total e infalível, culminando com a proclamação do dogma de infalibilidade pontifícia no Primeiro Concílio Vaticano. Caracterizou-se também pela extrema centralização das decisões na Santa Sé e a difusão do catolicismo romanizado com ênfase à ortodoxia católica e suas verdades incontestáveis.” MARIN, Jéri Roberto. *Ora et labora: o projeto de restauração Católica na ex-Colônia Silveira Martins*. 1993. Dissertação (Mestrado em História). UFRGS. Porto Alegre, p. 13.

³²⁷ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013, p. 69, grifos do autor.

³²⁸ BATTISTEL, op. cit., p. 67.

³²⁹ D’APREMONT, op. cit., 109.

porque os bispos e os padres ordenados acreditavam que só eles tinham o poder de abençoar a água através de oração própria para esse fim.

Padre João Panazzolo, um dos Párocos de Antônio Prado, ao se referir à existência das Sociedades da Capela suprime o termo “sociedades da capela” substituindo-o por “Comunidades-Igreja” para desvincular qualquer sentido de pertença das capelas a seus sócios:

Estas capelas tornaram-se centros propulsores e integradores da vida religiosa, social, educativa, recreativa e humanitária. Junto à capela criaram-se imediatamente, **cemitérios, escolas, centros de vida social e recreativa**. Tanto ontem, como hoje, o povo, crianças, jovens, adultos, homens e mulheres reúnem-se para a oração, as celebrações de missas, de cultos e as festas conhecidas como “La Sagra”. A catequese, os velórios, a educação, o lazer e muitas outras finalidades desenvolviam-se nas Comunidades-Igreja, as capelas.³³⁰

Panazzolo reconhece que as capelas foram criadas pelos imigrantes por iniciativa própria sem o consentimento das autoridades eclesiásticas: “A história registra como uma das primeiras iniciativas comunitárias dos núcleos dos imigrantes a **organização da capela e a escolha do padroeiro**. Tudo acontecia antes mesmo de ter a licença da autoridade eclesiástica, que na época, se fazia necessária.”³³¹ Como os bispos e os padres encontraram as capelas já organizadas, restou aos mesmos tão somente reconhecer as escolhas feitas pelos sócios da capela³³²: o local de construção da capela, o nome do padroeiro, do padre leigo e dos “fábriqueiros”. As dificuldades causadas pelo isolamento, pelo trabalho na mata e pelas doenças, fizeram com que os imigrantes construíssem muitas capelas nas linhas e nos travessões para buscar consolo de seus sofrimentos na religião através das orações.

Na Sociedade da Capela também havia a organização de uma hierarquia, contudo, menos acentuada do que a hierarquia dos bispos e dos padres na Igreja Católica com relação aos leigos católicos. O cargo de Padre Leigo, fábriqueiros e catequistas eram cargos de maior destaque na comunidade com relação aos demais sócios que frequentavam a capela, sendo muito respeitados por todos. Geralmente, os principais cargos da Sociedade da Capela eram ocupados por professores, comerciantes e alguns agricultores, acumulando prestígio religioso e social perante a comunidade.

³³⁰ PANAZZOLO, João. *Religiosidade dos imigrantes italianos*. In: GUZZO, Dirce Brambatti; BACCARIN, Onira; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (Orgs.). *Raízes de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2008, p. 577, grifo do autor.

³³¹ *Ibidem*. p. 578, grifo do autor.

³³² O um dos regulamentos criados posteriormente para as Sociedades da Capela pode ser encontrado na obra *Colônia italiana: religião e costumes* de Frei Battistel páginas 11 a 14. Cf. BATTISTEL, Arlindo Itacir. *Colônia italiana: religião e costumes*. Porto Alegre: EST, 1981. 112 p.

Os Freis Capuchinhos Rovílio Costa e Arlindo Battistel, em seus escritos sobre o assunto, procuram destacar as diferenças entre o Padre Leigo e o Padre Sacerdote ordenado pelo bispo. Segundo Frei Battistel, o Padre Leigo não usurpava as funções do sacerdote, mas apenas exercia um trabalho de liderança: “Seu papel não era substitutivo do trabalho ministerial do padre e, sim, o de coordenação, de liderança e execução de tarefas religiosas próprias de qualquer cristão.”³³³ Battistel, para evitar conflitos, não desqualifica a figura do Padre Leigo, mas, por outro lado, também afirma que o Padre Leigo não exercia nenhum ministério especial dentro da Igreja, sendo “apenas” um coordenador ou líder. Frei Costa afirma ainda: “Os padres leigos eram respeitados não porque recebessem ou se lhe atribuisse poder especial, mas porque costumavam usar os ritos sagrados, próprios dos sacerdotes.”³³⁴

Merlotti, por sua vez, em *O mito do padre*, defende uma equiparação da função e dignidade do Padre Leigo com o Padre ordenado pelo bispo, porque aquele exercia os mesmos ministérios que o padre-sacerdote ordenado:

Logo após a construção das capelas, a função do Padre Leigo foi se ampliando e pouca diferença existia entre os padres ministeriais, pois o Padre Leigo passou a promover batizados e celebrar a liturgia da missa, omitindo apenas a consagração. Cantavam os cânticos das ladainhas e da Salve Rainha como também encomendavam os defuntos. O coral da capela cantava o Ofício dos defuntos e o Padre Leigo fazia as orações finais. Além de suas funções religiosas, o Padre Leigo era encarregado de administrar a capela e providenciar a catequese para as crianças e jovens.”³³⁵

Para o imigrante italiano, independentemente da Igreja, sua religiosidade comportava tradições e práticas particulares e o poder de abençoar não era restrito ao sacerdote, pois o Padre Leigo, o pai e a mãe de família também tinham o poder de abençoar e benzer³³⁶ filhos, lugares, objetos e tempestades. Para a religiosidade popular dos imigrantes, a única diferença da benção do padre para com as demais bênçãos, era tão somente de grau, pois a benção do padre era considerada mais forte do que a de outras pessoas que também tinham o poder de abençoar. Ain Zara Calliari, em seu depoimento concedido a Paula Giroto em 1980, descreve que havia benzedeiras em Antônio Prado:

³³³ BATTISTEL, op. cit., p. 8.

³³⁴ COSTA, Rovílio. *Valores da Imigração italiana cem anos após*. In: INSTITUTO SUPERIOR BRASILEIRO-ITALIANO DE ESTUDOS E PESQUISA. *Imigração italiana: estudos*. Anais do I e do II Fórum de estudos ítalo-brasileiros. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1979, p. 206.

³³⁵ MERLOTTI, op. cit., 56.

³³⁶ A benção tem a função de manter o que as pessoas já possuem: saúde, paz, fé, legitimidade, aceitação, já o benzimento tem a função de curar doenças, evitar acidentes e intempéries.

Havia as benzedoras. Ultimamente é que apareceram também benzedores. Naquelas épocas eram as benzedoras, vinham do campo aí de Vacaria. Tinha uma velha preta, gorda. Todo mundo chamava, conheciam ela por tia Rita e tia Maria. Tinha duas dessas gordonas assim. Tipo daquelas baianas com lenço branco na cabeça. Mas elas benziavam que vou te contar. E acreditavam nelas.³³⁷

As benzedoras benziavam cobreiros, verrugas e quebrantos e, em caso de necessidade, faziam chás curativos, realizavam partos e arrumavam ossos quebrados. Não há dados estatísticos sobre o assunto, mas muitos colonos também eram supersticiosos e acreditavam em mau-olhado. Quando alguém ia mal na lavoura, nos negócios ou no casamento, os colonos atribuíam o seu insucesso a algum trabalho de feitiçaria realizado por algum vizinho ou inimigo por inveja. O sortilégio era realizado para que a pessoa fosse mal nos negócios ou nos relacionamentos amorosos.

A falta de médicos, professores e escolas aliada à religiosidade dos colonos, deixava como única alternativa buscar no sobrenatural a solução para seus problemas pessoais, familiares e profissionais. Os colonos consideravam que as rezas e as benzeduras serviam para curar diversos males, tanto do corpo como da alma, porque entendiam que o mundo material era governado pelo mundo espiritual e, por isso, entendiam que precisavam da ajuda do sobrenatural para viver.

A ausência de sacerdotes nas Sociedades da Capela gerou uma dessacralização da figura dos padres e dos religiosos e uma valorização dos ritos religiosos, da fé comunitária e das benzedoras, pois eram os próprios leigos que realizavam as cerimônias religiosas. Quando os padres ordenados e os religiosos começaram a chegar na Colônia, os Padres Leigos e os “Fabriqueiros” não desconsideraram o poder e a legitimidade da figura do padre, mas por outro lado, também não aceitaram de imediato a interferência do padre na economia e na organização social da capela, abrindo assim, um campo de negociação para ajustar as relações entre o Sacerdote e o Padre Leigo.

³³⁷ GIROTTO, op. cit., p. 305.

3.4 A Educação na Colônia: tradições e valores

Os principais valores dos imigrantes italianos eram a religião³³⁸, a obediência ao *pater familias*³³⁹, o trabalho manual, a posse da terra e a independência econômica. A educação através da tradição e dos valores constituem um conjunto de crenças e princípios que valorizam algumas atitudes humanas e aspectos da realidade em detrimento de outros valores e tradições não reconhecidos pelo grupo como legítimos.

Segundo Costa, nas colônias italianas a família era patrilinear, pois “as atividades agrícolas exigiam grande dispêndio de forças físicas e motivaram a continuidade de uma tradição familiar – decisória centrada na autoridade paterna. A administração das terras, a determinação dos plantios, a atuação em contratos e negócios foram atividades próprias do homem.”³⁴⁰ Por isso, a sociedade dos imigrantes italianos era patriarcal, pois cabia ao pai de família tomar as decisões em casa e na Sociedade da Capela, à mãe, cabia o papel de criar e educar os filhos para que obedecessem as ordens do pai, formando uma tradição familiar reforçada pela Igreja como a identificou Weber³⁴¹. Os homens e as mulheres recebiam o

³³⁸ Para Bourdieu, o poder religioso serve para reforçar o poder profano, mas dificilmente o poder profano reforça o poder religioso: “A Igreja contribuiu para a manutenção da ordem política, ou melhor, para o reforço simbólico das divisões desta ordem, pela consecução de sua função específica, qual seja a de contribuir para a manutenção da ordem simbólica.” BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013, p. 70. Ambos poderes primam pela ordem, pelo controle e pela manutenção do *habitus*, visando manter a hierarquia previamente instituída dos que tem mais poder sobre os que tem menos poder. Certeau concorda com Bourdieu quando diz que a religião reforça o poder político, porque a religião também é uma forma de poder que implica relações políticas: “As instituições políticas utilizam as instituições religiosas, infiltram nelas seus critérios, dominam-nas com sua proteção, destinam-nas aos seus objetivos.” CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 164, grifos do autor. Assim, a religião também é uma forma de poder que interfere politicamente nos campos de poder.

³³⁹ A tradição, identificada por Weber, legitimou a dominação masculina através do patriarcalismo: “O patriarcalismo é o exemplo mais notório do tipo de doação com uma legitimidade fundada na tradição. Patriarcalismo referia-se à autoridade do pai, do esposo, do mais velho da casa, do mais velho da estirpe, sobre os membros do lugar e da estirpe...” WEBER, Max. *Sociologia das religiões*. Trad. Cláudio J. A. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 2010, p. 41. (Coleção Fundamentos da Filosofia).

³⁴⁰ COSTA, Rovílio. *Valores da Imigração italiana cem anos após*. In: INSTITUTO SUPERIOR BRASILEIRO-ITALIANO DE ESTUDOS E PESQUISA. *Imigração italiana: estudos*. Anais do I e do II Fórum de estudos ítalo-brasileiros. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1979, p. 204.

³⁴¹ Weber identifica três tipos de dominação: Legal, Tradicional e Carismática. A dominação pode ser tanto material quanto espiritual, tanto voluntária quanto forçada: “Por dominação entende-se a oportunidade de ter um comando de um dado conteúdo específico, obedecido por um dado grupo de pessoas.” WEBER, Max. *Conceitos básicos de sociologia*. Trad. Rubens Eduardo Ferreira Frias e Gerard Georges Delaunay. São Paulo: Centauro, 2002, p. 97. Durkheim demonstra que os ritos e os dogmas religiosos podem ser simples ou complexos, mas as motivações que levam o ser humano a vivenciar sua religiosidade se assemelham. A explicação sobre a origem do mundo, o sentido da vida e seu fim são respostas que as pessoas buscam na religião. Além dos grandes sentidos, a religião responde a necessidades de sobrevivência, proteção e justificação da moral social que orienta a conduta individual e coletiva, separando o sagrado do profano e estabelecendo limites entre o certo e o errado. DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: O sistema totêmico na Austrália*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

sobrenome de família somente por parte do pai e do avô. As mulheres quando casavam não tinham direito à terra, somente os filhos do sexo masculino, cabendo às mulheres somente um enxoval composto por roupas de cama e banho e alguns objetos para a cozinha.

Segundo o conceito de capital social de Bourdieu, podemos afirmar que o capital social dos imigrantes italianos, tanto na Itália quanto no Brasil, era formado pela educação familiar e os princípios religiosos, considerando que a educação formal do Estado não era presente na formação humana e profissional dos imigrantes italianos. Capital social é

o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis.³⁴²

O capital social dos imigrantes italianos formado por suas tradições e valores, estava centrado na religião e no trabalho, sendo que os estudos e o lazer eram entendidos pelos colonos como desperdício de tempo e, por isso, deviam ser evitados. O único momento de lazer comunitário era o da festa do padroeiro, porque os padres proibiam a realização de bailes nos salões de festa das capelas, pois os consideravam pecaminosos.

Associado à valorização do trabalho manual, como forma de superar a pobreza, também estava a vida frugal que o imigrante cultivava, economizando recursos financeiros com o objetivo de comprar mais lotes de terra para seus filhos.

Mandar os filhos à escola era um peso para a economia da família. Em primeiro lugar, era necessário comprar o material escolar, o vestuário que representava elevada despesa, visto as poucas fontes de renda. Muitos pagavam os estudos com produtos da lavoura: arroz, batata, feijão... A perda da mão de obra era outra razão que impedia os pais de enviarem os filhos à escola. A experiência ensinava que a vida era possível, mesmo sem estudo. Compreende-se o pouco apreço pelo estudo que não se apresentava como instrumento de solução imediata de problemas; nem como meio para um futuro feliz da família dos imigrantes. A autêntica segurança era a terra, pois dela, podia-se obter a produção necessária à própria sobrevivência.³⁴³

Também se destacam os espíritos comunitário e associativista, haja vista o grande número de associações e entidades como a Sociedade de Mútuo Socorro, as cooperativas e os

³⁴² BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (Orgs.). 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 67.

³⁴³ COSTA, Rovílio; COSTELLA, Irineu; SALAME, Pedro A.; SALAME, Paulo J. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições*. 2 impr. rev. Porto Alegre: Edições EST/Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul (EDUCS), 1986. p. 76.

clubes fundados pelos imigrantes italianos, que se reuniam em mutirão para construir as capelas, os salões de festas, cemitérios, estradas e quando alguém da comunidade ficava doente, os vizinhos se reuniam para cuidar da propriedade do enfermo com plantios, cultivos e colheitas.

Em 1886, o engenheiro Manoel Maria de Carvalho, funcionário da Inspetoria Geral das Terras e Colonização, anotou em seu relatório que “a escola e o professor não são exigidos pelos colonos italianos, assim como exigem o padre e a Igreja”³⁴⁴, pois os imigrantes italianos e seus descendentes valorizavam mais a Igreja e o padre do que a escola e o professor. Na maioria das vezes, os estudos e o trabalho intelectual não eram valorizados pelos imigrantes italianos, porque eram vistos como meios para desviar-se do trabalho e a pessoa que fosse estudar era considerada preguiçosa.

As primeiras escolas que surgiram em Antônio Prado tinham cunho religioso. Escolas particulares surgiram durante a implantação da Colônia. Em 1890 começou a funcionar na sede da Colônia a primeira escola pública. A escola Sagrado Coração de Jesus (1919), dirigida pelos Irmãos Maristas, atendia meninos e mantinham regime de internato em algumas situações. A Escola São José (1900), das Irmãs, ocupava-se da educação das meninas. Por isso, no currículo, uma parte relevante era dedicada aos trabalhos manuais. Nos uniformes exigidos pelas escolas, percebe-se a diferença na vestimenta de meninos e meninas. As meninas usavam jardineiras, guarda-pós, saias, o que dificultava qualquer brincadeira corporal. Mesmo os meninos que usavam calças compridas faziam uso de uniforme “quase militar”, como relata um depoente, o que também inibia o corpo de movimentos mais descontraídos.³⁴⁵

Para os imigrantes italianos e seus descendentes, a educação formal ou informal lhe era indiferente, pois para eles o que importava era que seus filhos aprendessem apenas o necessário para trabalhar na lavoura. De Boni e Costa esclarecem: “... em parte a escola, na vida colonial, era praticamente desnecessária: não era meio de ascensão social e não se fazia necessária como transmissora de conhecimentos práticos, pois estes passavam de uma geração à outra, como técnica rudimentar, no convívio da vida agrícola. Ler e escrever não era relevante naquela sociedade.”³⁴⁶ O estudo não era valorizado porque não era uma atividade lucrativa e, além disso, para os colonos, deixar de trabalhar para estudar era considerado prejuízo econômico, pois diminuía a produtividade agrícola da família. Além disso, Zagonel, em sua obra *Igreja e*

³⁴⁴ CARVALHO, Manoel Maria de. *Relatório apresentado ao Império*. Rio de Janeiro, 1886, p.21-2;10; 1;12; 14; 19; 21. Apud COSTA, Rovílio; COSTELLA, Irineu; SALAME, Pedro A.; SALAME, Paulo J. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições*. 2 impr. rev. Porto Alegre: Edições EST/Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul (EDUCS), 1986, p. 76.

³⁴⁵ STIMAMIGLIO, Neuza Maria Roveda. *Lembranças de infâncias: narrativas entrelaçando espaços-tempos na cidade de Antônio Prado*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). UFRGS. Porto Alegre, p. 110.

³⁴⁶ DE BONI, op. cit., pp. 55-56.

imigração italiana, explica que “à omissão do Governo se aliava o desinteresse do próprio colono italiano: ele reclamava a falta de Igrejas e de sacerdotes e não sentia a falta de escolas... As escolas particulares, estimuladas pela Igreja, cobriam toda a área da Colônia Alemã, mas continuaram escasseando na Colônia Italiana.”³⁴⁷

No período da fundação das colônias italianas no Rio Grande do Sul no final do século XIX, a educação não era homogênea e estava sujeita a diferentes iniciativas. Existiam escolas municipais, particulares e religiosas e os professores ensinavam em Português, Alemão, Francês e Italiano e, em alguns casos, também ensinavam tanto em Português quanto em Italiano. Em casa as crianças aprendiam e falavam no dialeto de sua região de origem na Itália, eram alfabetizadas em italiano e no comércio se comunicavam em Português. As crianças aprendiam as primeiras letras e a catequese com os pais em casa, as quais, muitas vezes, iam na escola apenas para complementar o que aprendiam com a família. No ensino formal das escolas particulares e pública as classes eram divididas por sexo. No *Álbum do cinquentenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul*³⁴⁸, à página 406, consta que em Antônio Prado existiam três escolas estaduais e cinco particulares. Dentre as escolas particulares estavam o Colégio São José das Irmãs de São José, chegadas em Antônio Prado em 1900, e o Colégio Sagrado Coração de Jesus dos Irmãos Maristas fundado em 1920.

As primeiras escolas criadas na sede da Colônia de Antônio Prado ficaram a cargo de professores particulares. A primeira professora particular da Colônia, Genoveva Denale Scotti, ainda lecionava em italiano para uma classe de meninas. Nas crônicas da Comissão de Terras e Colonização de Antônio Prado publicadas em *Povoadores de Antônio Prado* de Rovílio Costa, consta que no dia 3-7-1890 foram solicitados livros em italiano para a professora que lecionava na escola feminina da sede da Colônia, Genoveva Scotti³⁴⁹;

Nos primeiros anos, durante a implantação da Colônia, não havendo professores de língua portuguesa e nem escola pública, a professora Genoveva Denale Scotti, filha de João Denale, abriu uma pequena escola particular, em que ministrava aulas em língua italiana, recebendo livros e material da Inspeção de Imigração, inaugurando desta maneira o ensino em Antônio Prado.³⁵⁰

³⁴⁷ ZAGONEL, Carlos Albino. Igreja e imigração: capuchinhos de Sabóia e seu contributo à Igreja do Rio Grande do Sul (1895-1915). 1975. (Dissertação) PUC-RS. Porto Alegre, p. 169-170.

³⁴⁸ CROCCETA, Benedeto. *Vita coloniale: i datori di oro*. In: Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud. Porto Alegre: Globo, 1925, p. 406.

³⁴⁹ “No dia 3-7-1890, foram solicitados livros em italiano para a professora que lecionava na escola feminina da sede da Colônia, Genoveva Scotti.” COSTA, Rovílio. *Povoadores de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2007, p. 16.

³⁵⁰ BARBOSA, op. cit., p. 94.

Segundo a crônica de 08/08/1890, o primeiro professor da Colônia foi Sérgio Inácio de Oliveira conforme consta no requerimento de material escolar enviado pelo professor de Antônio Prado para a Diretoria Geral da Instrução Pública em Porto Alegre, juntamente com a lista de alunos matriculados em sua classe: “Em 20-8-1890, a fim de que a Diretoria Geral da Instrução Pública de Porto Alegre remeta o material para a escola da sede, foi enviada, a relação dos alunos que frequentavam a aula regida pelo Prof. Sérgio Inácio de Oliveira, primeiro professor de Antônio Prado.”³⁵¹ As primeiras escolas rurais públicas surgiram por solicitação das próprias comunidades a partir de 1903. Barbosa em sua obra *Antônio Prado e sua história*, relata que em 1903 começou a funcionar uma escola estadual, portanto, pública, somente para alunos do sexo masculino:

Em 1903 principiou a funcionar uma aula estadual regida pelo prof. José Vítor de Castro, para alunos do sexo masculino, em prédio no local onde existe hoje o café do sr. Ari Giroto. No mesmo ano havia uma aula estadual feminina sendo Madalena Meneguzzo uma de suas primeiras professoras. Outros professores pioneiros: Florêncio José da Silva, João Rosa e Castilhos, que foi assassinado.³⁵²

Padre Antônio Galioto, que foi nomeado pároco da Paróquia Sagrado Coração de Jesus em 1958, explica que “houve umas primeiras escolas nas vilas, organizadas e mantidas pelos pais dos alunos. Depois, nas capelas foram se multiplicando as escolas, construídas ao lado das Igrejas. Alguém, com algum conhecimento, bancava o professor e era pago com alimentos ou produtos agrícolas. A publicação: ‘História de Caxias do Sul’ (Educação) de João Spadari Adami, além de demonstrar inúmeras iniciativas particulares de escolas, nos dá a ideia também da organização destas escolinhas e de como lutavam estes imigrantes para obter professoras pagas pelo Estado, ou material escolar.”³⁵³ Ainda, esclarece que “em 1960, quando pároco em Antônio Prado, constatamos que existiam 24 escolinhas destas, cedidas gratuitamente ao município, mas de propriedade das capelas. Só na década de 1930 é que o Estado e os municípios foram assumindo as escolas, construindo novos prédios e nomeando e pagando as professoras. Mas antes disto tudo era iniciativa dos colonos.”³⁵⁴

³⁵¹ COSTA, op. cit., p. 16.

³⁵² BARBOSA, op. cit., p. 96.

³⁵³ GALIOTO, op. cit., p. 304.

³⁵⁴ Ibidem.

Na Colônia as escolas religiosas foram organizadas pelas Irmãs de São José³⁵⁵ e pelos Irmãos Maristas³⁵⁶, ambas congregações religiosas de origem francesa vindas para a Colônia a pedido do Pe. Carmine Fasulo. A Congregação das Irmãs de São José foi fundada a 15/10/1650 na França na cidade de Le-Puy-en-Velay pelo Pe. Jean Pierre Médaille para cuidar de moças e viúvas pobres vítimas da guerra civil francesa. A Congregação dos Irmãos Maristas foi fundada a 02/01/1817 na França na cidade de La Valla pelo Pe. Marcelino Champagnat para educar crianças, adolescentes e jovens.

As Irmãs de São José chegaram em Antônio Prado a 10/11/1900 vindas de Garibaldi, RS, para fundar na Colônia o Colégio São José para meninas de até 10 anos de idade, onde permaneceram até 2006: “No dia 8 de novembro de 1900, Madre Maria Azelia Diorcet, superiora, Irmã Joana Vitória Favre, as noviças Paula Pinter, Francisca Antoniazzi e duas postulantes guiadas por uma comitiva vinda de Antônio Prado para buscá-las, puseram-se a caminho.” O Colégio São José foi aberto em Antônio Prado a pedido de Pe. Carmine Fasulo, pároco da Colônia na época.

No início, as irmãs ficaram instaladas na antiga casa paroquial, enquanto aguardavam a construção da escola na qual foram residir quando ficou pronta. A escola, denominada Colégio São José³⁵⁷, foi feita de madeira com um andar na esquina da Avenida dos Imigrantes com a Avenida Dr. Oswaldo Hampe. Segundo Pesciolini, que visitou Antônio Prado em 1913, o Colégio São José iniciou suas atividades com 160 alunas e ensinava em Português e Italiano: “Em Antônio Prado as irmãs de São José ensinavam os dois primeiros anos em italiano e os seguintes em português.”³⁵⁸ As crianças que estudavam e conviviam na família, na escola e na Igreja, tinham contato com o dialeto de seus pais, o Português, o Italiano, o Latim e o Francês devido ao fato dos professores dos colégios religiosos São José e Sagrado Coração de Jesus serem franceses.

Em 07/09/1934 as Irmãs de São José aceitaram abrir uma escola paroquial também em Nova Roma, 2º Distrito de Antônio Prado. Para a construção do prédio da escola foi nomeada

³⁵⁵ MORESCHI, Helena Itália; FAVERO, Maria Leônida. *Irmãs de São José no Rio Grande do Sul: resgatando aspectos da caminhada (1898-1964)*. Canoas: La Salle, 1998, p. 51.

³⁵⁶ CASAROTTO, Cadorna Marcílio. *Antônio Prado: 50 anos de presença Marista*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1988, p. 18.

³⁵⁷ “A escola que até 1949, era uma escola primária que atendia meninas do 1º ao 5º ano, em 1950, teve autorizado o funcionamento do Curso Ginásial, passando a ser uma escola mista com o nome de Ginásio São José e, assim, inaugurando o Ensino Médio em Antônio Prado.” GUERRA, Rosa Maria. *Educação em Antônio Prado, 1886-2006*. In: BACCARIN, Onira; GUZZO, Dirce Brambatti; BARROSO, Vera Lucia Maciel (Orgs.). *Raízes de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST Edições, 2008, p. 395.

³⁵⁸ PESCIOLINI, Ranieri Venerosi. *Le colonie italiane nel Brasile meridionale: estati di Rio Grande do Sul - Santa Catarina - Paraná*. Torino: Fratelli Bocca, 1914, p. 60.

uma comissão: “Em 7.9.1934 as Irmãs de São José aceitam a direção da Escola Paroquial. Foi logo nomeada uma comissão para construção do prédio: Urbano Ferreira, escrivão distrital; José Mignoni, Cláudio Polesso, João Valiati, Ângelo Borella, Carlos Tocchetto e Ângelo Anghinoni. 30.2.1935 bênção da pedra fundamental.”³⁵⁹. A Escola Paroquial de Nova Roma começou a funcionar em maio de 1935 com o nome de Escola Pio X com 53 alunos matriculados.

No Colégio São José as irmãs aceitavam meninos como alunos só até a idade dos 10 anos, período em que recebiam a Primeira Comunhão. Depois disso, se quisessem continuar estudando, tinham que procurar outra escola fora de Antônio Prado. Por isso, algumas famílias formaram uma comissão organizada pelo comerciante Domingos Grazziotin para pedir ao Pe. José Benini que intercedesse na negociação com o Provincial dos maristas para abrir uma escola para meninos em Antônio Prado. O pedido para a abertura do Colégio Sagrado Coração de Jesus foi aprovado em 1919 e os primeiros irmãos maristas chegaram a Antônio Prado em 1920.

Durante seis anos, antes da vinda dos Irmãos Maristas para Antônio Prado, Pe. José Benini, apoiado pela população, já havia feito vários pedidos ao Provincial sem sucesso, contudo, devido a cheia do Rio das Antas, numa de suas viagens em 1919, o Provincial dos Irmãos Maristas ficou retido alguns dias em Antônio Prado, ocasião em que foi convencido pelos argumentos de Pe. Benini da necessidade de abrir uma escola marista na Colônia:

Durante seis anos a população pradense, encabeçada pelo Cônego José Benini, pleiteava em vão a vinda dos Irmãos Maristas, que fundassem uma escola de alto padrão educativo. Por fim, em 1919, quando o Ir. Livino, então Superior Provincial, se dirigia a Vacaria a fim de tratar da fundação de um colégio naquela vila, aconteceu um fato imprevisto e providencial, do qual resultou a decisão da aceitação do convite. Uma grande enchente levantou as águas do rio das Antas, interrompendo o tráfego no Passo do Zeferino, retendo o Provincial em Antônio Prado por oito dias, hospedado na Casa Paroquial, onde durante todo esse tempo escutou os argumentos e o apelo do Vigário, acabando por ceder.³⁶⁰

Os primeiros irmãos Maristas chegaram na Colônia de Antônio Prado no dia 13 de janeiro de 1920³⁶¹ e ficaram hospedados na Sociedade de Mútuo Socorro até o término da construção do prédio do Colégio Marista Sagrado Coração de Jesus. A primeira turma de 68 meninos formada pelos irmãos maristas teve como diretor Edmundo Ernesto e como professores Pedro Luís, Henrique Suso e Amâncio.

³⁵⁹ BARBOSA, op. cit., pp. 241-242.

³⁶⁰ Ibidem. p. 100.

³⁶¹ Os Irmãos Maristas chegaram a 13/01/1920 e permaneceram em Antônio Prado até 1975 deixando a Escola Irmão Irineu que passou para a administração do Estado.

As escolas religiosas³⁶² tinham por objetivo principal, além de alfabetizar e ensinar uma profissão, ensinar a catequese e conseguir vocações³⁶³ para a congregação dos irmãos maristas e das irmãs de São José. Devido ao surgimento das escolas religiosas, começou a existir concorrência entre estas e as escolas públicas e privadas por alunos. A educação ministrada nas escolas religiosas visava ensinar a fé católica às crianças para evitar que crescessem sem religião, pois entre os religiosos havia o medo de que a frequência das crianças nas escolas públicas as afastassem da fé católica aprendida na família. De 1900 até 2006, no Colégio São José, as Irmãs de São José conseguiram que mais de 80 meninas internas ingressassem em sua congregação e os irmãos maristas conseguiram 80 meninos para a vida religiosa no espaço de 50 anos, conforme explica Marcílio Casarotto na obra *Antônio Prado: 50 anos de presença marista*: “A Congregação Marista estará presente em Antônio Prado pelo espaço de 50 anos (1920/1970); nada menos de 80 Irmãos Maristas atuaram junto a milhares de jovens pradenses quer no antigo Colégio Sagrado Coração de Jesus, quer na atual escola IRMÃO IRINEU.”³⁶⁴ Segundo a listagem de Barbosa³⁶⁵, dos oitenta religiosos maristas que passaram pelo Colégio Sagrado Coração, sessenta e um eram naturais de Antônio Prado.

O ensino religioso era centrado na oração, no estudo e no trabalho manual, e os assuntos ligados à família, ao sexo e a reprodução eram evitados por serem considerados impróprios para menores. Na foto abaixo vemos os alunos do sexo masculino e feminino trabalhando na horta em frente à Escola Irmão Irineu:

³⁶² “Poderoso instrumento de aculturação, a escola paroquial ou comunitária distinguia-se, sobretudo, pela função religiosa que incorporava, ocupando espaço central no esquema de moralização cristã através de um sistema de educação formal ainda protegido da moral laica dominante nas escolas públicas. Situava-se geralmente ao lado da própria igreja (capela) e do salão paroquial, reservando-se um terreno com benfeitorias, nas proximidades, para a casa do professor paroquial e sua família, assegurados pelas comunidades locais. Sua concepção pedagógica seguia os princípios da *ratio studiorum* dos jesuítas, fundamentada em disciplina rígida e no respeito hierárquico, elementos básicos de um tipo de ensino calcado na repetição como principal meio de interiorização de comportamentos rituais ao estilo do catecismo.” SEIDL, Ernesto. *Escola, religião e comunidade: elementos para compreensão do “catolicismo imigrante”*. In: Pensamento Plural. Pelotas, Ano 2, n. 3, jul./dez., 2008, p. 82.

³⁶³ “Enquanto os seminários e noviciados procuravam futuros religiosos entre filhos de colonos italianos na zona rural, as congregações religiosas instalaram-se na zona urbana, servindo as camadas médias da população. Mantidas pelas mensalidades dos alunos foram responsáveis pela formação de mão de obra capacitada para a nova realidade econômica do Brasil.” GIRON, Loraine Slomp. *Colônia Italiana e Educação*. In: Revista História da Educação. Pelotas: UFPel, n.º 3, vol. 2, set. 1998, p. 92.

³⁶⁴ CASAROTTO, op. cit., p. 15.

³⁶⁵ Cf. BARBOSA, op. cit., p. 101



IMAGEM 20 - Alunos trabalhando na horta em frente à Escola Irmão Irineu dos Irmãos Maristas, antigo Colégio Sagrado Coração de Jesus. Foto da década de 1960. Acervo: Museu Municipal de Antônio Prado.

A moral ensinada nas escolas católicas era a cristã, baseada na obediência às ordens dos religiosos, da Igreja e da família. Para o colono italiano, que enviava seus filhos à escola, a educação³⁶⁶ se restringia a aprender a ler, escrever e fazer contas. Aprendia-se a ler para estudar a catequese na escola, na Igreja e em casa, e a fazer contas para comercializar produtos agrícolas e comprar mantimentos e ferramentas no comércio da sede da Colônia.

Ain Zara Calliari nascida em 1910 em Antônio Prado em entrevista concedida a Paula Giroto em 1980, descreve que as primeiras escolas da Colônia ensinavam as crianças em italiano:

A primeira escola pública foi a da minha mãe. Antes desse século ainda, em 1886. Nas capelas não havia escolas, eles aprendiam através dos pais o que tinham trazido da Itália. A cultura dos pais era passada para os filhos.

Depois é que houve escolas. Depois do prefeito, Cel. Inocêncio Miller, ele abriu escolas e pôs também essas escolas nos arredores, nas Colônias.

³⁶⁶ Nas escolas italianas o ensino era básico e limitava-se à aprendizagem pelo aluno da leitura, escrita, quatro operações matemáticas, porém, às vezes, limitava-se apenas à leitura e escrita. Mesmo não recebendo subvenção do governo italiano durante os seus primeiros anos de existência, logo essas escolas foram vistas pelos agentes consulares como instrumentos que podiam servir para a divulgação da política oficial de italianidade." POSSAMAI, Paulo César. *"Dall'Italia siamo partiti": a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945)*. Passo Fundo: UPF, 2005, p. 100.

O Colégio São José foi escola particular. A minha mãe não era paga pelo governo, era professora particular também, da primeira escola aqui, diziam escola italiana. Os professores ensinavam em italiano.³⁶⁷

Nas escolas particulares tanto de leigos quanto de religiosos, como nas escolas públicas, a educação era rígida e a indisciplina era punida com castigos físicos aplicados pelos professores aos alunos com a aprovação dos pais. Segundo Ain Zara Calliari, os alunos eram castigados fisicamente por indisciplina: “Tinha os castigos aos alunos. Quando chegaram as irmãs, eu fui no colégio das irmãs. Eu vi elas porem grãos de milho no chão e mandar as crianças ajoelhar em cima do milho, de castigo. A mim me castigaram uma vez, me trancaram dentro de um quartinho. Porque eu conversava com a vizinha, elas me botaram no castigo lá para eu parar de conversar.”³⁶⁸

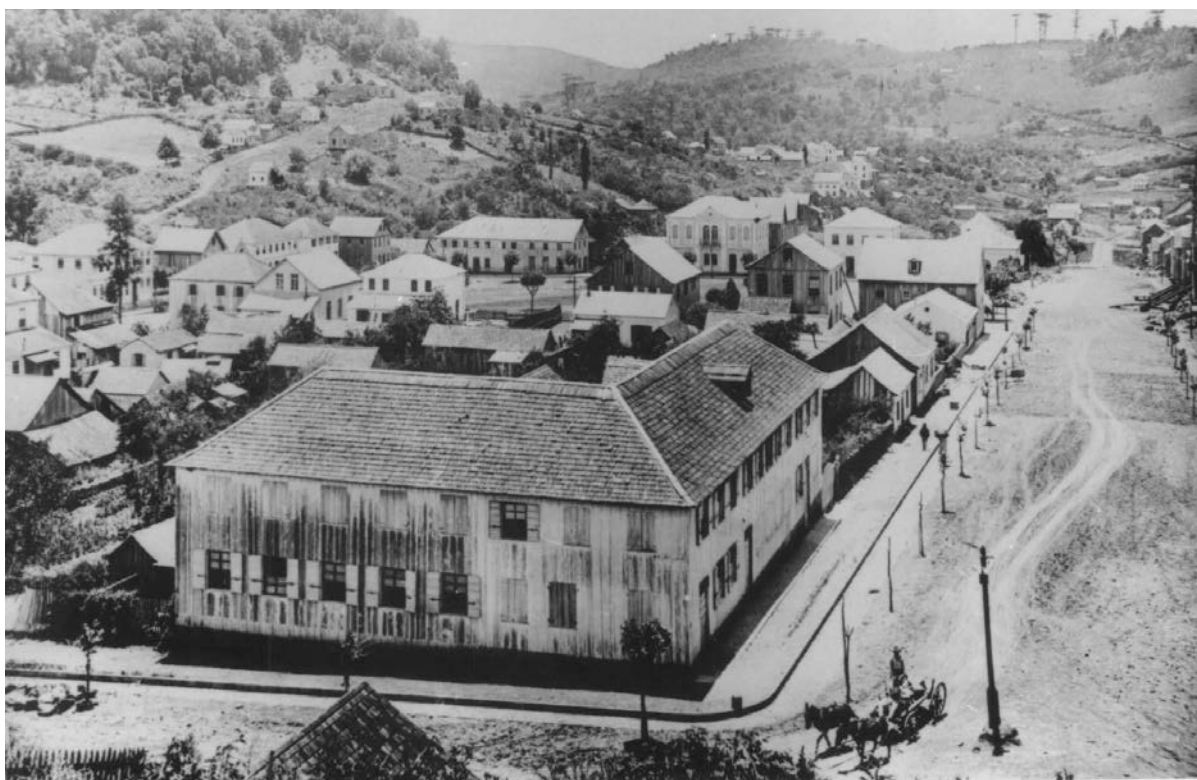


IMAGEM 19 – Vista do Colégio São José da Congregação das Irmãs de São José construído de madeira com um andar. Fotografia de 1926. Acervo: Fernando Roveda. Fonte: Projeto Memória – CIBRAP.

Em sua dissertação de Mestrado em Educação sobre Antônio Prado intitulada “Lembranças de infância: narrativas entrelaçando espaços-tempos na cidade de Antônio

³⁶⁷ GIROTTO, op. cit., p. 310.

³⁶⁸ Ibidem. p. 311.

Prado”, a partir de entrevistas que realizou com pessoas idosas que estudaram em escolas públicas e religiosas, Neusa Maria Roveda Stimamiglio concluiu que “nos relatos orais, ficaram evidentes os silêncios a que as infâncias, desta pesquisa, foram submetidas nas famílias, na igreja, na escola. Os depoentes relataram que a experiência escolar foi baseada no silêncio, como forma de disciplina; nos castigos, como forma de manter a autoridade do professor: uma educação calcada na repressão e no medo.”³⁶⁹ Stimamiglio também afirma que além dos relatos de castigos sofridos pelos depoentes, eles também presenciaram outras crianças sendo castigadas: “Muitos depoentes falaram dos castigos que sofreram ou que presenciaram com colegas, sendo que o uso da força física era aceito como uma forma de educar, tanto na família quanto na escola. Na Igreja Católica, a repressão vinha por conta do pecado, dos medos atribuídos ao ‘demônio’, figura usada pelos adultos para atemorizar as crianças, bem como um recurso disciplinar nas escolas religiosas cristãs.”³⁷⁰

Nos depoimentos colhidos sobre a educação na Colônia, Stimamiglio apresenta o depoimento de Vitor Grazziotin de sessenta anos de idade sobre o rígido sistema educacional na escola marista:

Olha, o Colégio Marista era fogo, era praticamente militar, a partir do uniforme que a gente era obrigado a usar, com cinturão de couro. Os Irmãos Maristas eram muito rígidos na disciplina, aquilo não podia nem olhar pro lado já tavam xingando a gente. Tinha bastante tarefas escolares. Nós tínhamos uma horta que era mantida pelos alunos e tinha aulas de técnicas agrícolas, que acho era de grande valor. Cada dois alunos tinha um canteiro e com vantagem de que tudo que a gente produzisse lá a gente podia levar para casa. Tinha bastante esporte, tanto assim que ali onde é hoje a AABB era a parte esportiva. Foi ali que aprendi a jogar futebol, salto em distância, salto em vara, barras paralelas, argolas.³⁷¹

O trabalho manual para crianças e adolescentes era bastante valorizado pela educação das escolas religiosas dos irmãos maristas e das irmãs de São José, tanto para os alunos quanto para os que aspiravam ser membros de suas congregações. Os Irmãos Maristas introduziram várias técnicas de trabalho na Colônia, ferramentas e um trator importado dos Estados Unidos para plantar trigo.

As escolas públicas e particulares alfabetizavam as crianças, contudo, a formação cultural foi dirigida pela Igreja Católica e as congregações religiosas através dos seminários, conventos, internatos e escolas. As famílias eram instruídas através de jornais, sermões,

³⁶⁹ STIMAMIGLIO, Neusa Maria Roveda. *Lembranças de infâncias: narrativas entrelaçando espaços-tempos na cidade de Antônio Prado*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). UFRGS. Porto Alegre, p. 205.

³⁷⁰ Ibidem.

³⁷¹ Ibidem. p. 212.

pregações e missões que orientavam sua visão religiosa, econômica, política e social. A Igreja e a Sociedade da Capela foram a base da formação cultural dos imigrantes e seus descendentes, constituindo não apenas o lugar do culto, mas também o espaço onde aconteciam as relações educativas para a convivência familiar e comunitária.

A educação familiar era orientada pelos valores da religião católica que ensinava as crianças através do medo de castigos físicos, castigos de Deus e do demônio. As tradições e os valores familiares eram transmitidos pelos pais e pelos irmãos mais velhos para as crianças, os adolescentes e os jovens. As crianças não eram tratadas com a mesma distinção que os adultos, e nas conversas familiares e comunitárias, precisavam pedir licença para poder falar, pois os mais velhos não consideravam crianças, adolescentes e jovens sujeitos autônomos com direito à individualidade e vontade própria.

CONCLUSÃO

Da análise da ocupação dos espaços e dos conflitos surgidos entre imigrantes e autoridades locais, é possível perceber que as relações de poder e sociabilidade na Colônia de Antônio Prado não obedeceram um único centro de poder, pois todos os sujeitos: autoridades municipais, padres, religiosos e colonos eram dotados de algum tipo de poder, sendo que cada sujeito histórico interferiu na realidade a partir da posição que ocupava no campo religioso, político e econômico. O poder foi exercido pelos imigrantes nas disputas pela definição do local de construção das capelas, na construção da Ponte do Korff, na Revolta dos Colonos e nas Sociedades da Capela, onde cada família ou grupo de famílias queriam construir a capela perto de sua casa para abrir um comércio ou dar o nome do padroeiro de sua capela de origem na Itália à nova capela construída na sua linha ou travessão.

Os conflitos surgidos em torno da localização das sedes da Colônia, da Maldição do Padre e da Revolta dos Colonos, também demonstram a influência de famílias poderosas nos destinos de Antônio Prado. Na esfera municipal, a Colônia era governada e controlada pela família Hampe nas pessoas dos irmãos Oswaldo Hampe e Oscar Hampe do PRL, juntamente com seus filhos e genros, e na esfera estadual, a política era controlada pela família Paim, representada por Avelino Paim e seu sobrinho Firmino Paim Filho do PRR. Os conflitos políticos ocorridos em Antônio Prado também comprovam a presença do coronelismo na Colônia, o distanciamento dos colonos da política institucionalizada e seu apego à família, ao lote e à Sociedade da Capela.

Devido à falta de identificação da maioria dos imigrantes italianos com o Estado Italiano e Brasileiro, a religião católica em sua expressão popular foi a base de sustentação da organização religiosa e social dos imigrantes na Colônia de Antônio Prado. As relações de poder aconteciam nas Sociedades da Capela, espaço de convivência religiosa e social, onde também se davam as relações políticas que determinavam a hierarquia social dos colonos, pois tanto no campo político quanto no campo religioso existem relações hierárquicas de poder. Contudo, a hierarquia das autoridades civis e religiosas não é absoluta, em alguns momentos e situações, quando grupos conseguem se organizar em torno de uma causa, os representantes da

hierarquia são forçados a negociar com pessoas e grupos subordinados às autoridades e com menos poder do que estas.

A integração dos imigrantes era feita pela religião católica e pelo *Talian*, língua falada nas colônias italianas do Rio Grande do Sul que se formou a partir do contato dos dialetos vênéticos com o Português Brasileiro. O *Talian* se tornou uma expressão cultural da relação do imigrante com seus vizinhos e sua Sociedade da Capela, servindo para integrar os grupos em torno da religião, da tradição e dos costumes trazidos da Itália para o Brasil. O *Talian* também foi elemento de identidade e distinção étnica e cultural, pois, no início da colonização, separou os ítalo-brasileiros do Sul do Brasil dos grupos nacionais.

A educação na Colônia de Antônio Prado se realizava através de relações primárias familiares e comunitárias, orientada pela moral cristã que ensinava a obediência aos pais, aos religiosos e aos professores. O ensino era baseado na memorização de conteúdos, na rigidez da disciplina e no medo de castigos físicos e morais e não na autonomia e criatividade dos alunos. O conteúdo era memorizado pelos estudantes sem que houvessem questionamentos com relação à sua origem e significado, e também não era permitido questionar as ordens recebidas dos pais e professores. O ensino, mesmo o laico ministrado nas escolas públicas, seguia os preceitos da moral cristã que formava uma consciência coletiva homogênea, forçando os que não seguiam a religião católica a se conformarem com a mesma para serem aceitos pelo grupo religioso.

Para os membros e os memorialistas da Colônia, suas práticas sociais e religiosas são iguais às vividas na *comuna* italiana de origem, não havendo quebra da tradição. Por isso, consideram que as tradições do presente são o próprio passado e não sua representação. Contudo, comparando as *comunas* italianas do século XIX com as colônias italianas do Sul do Brasil no final do século XIX e início do século XX, desde a fundação até a terceira geração, podemos observar que o deslocamento dos imigrantes e seus descendentes alterou significativamente suas identidades, pois foram marcadas por espaços e tempos diferentes.

A maioria dos documentos sobre a Colônia de Antônio Prado, que tratam do período de 1885 a 1945, foi produzida posteriormente pelos memorialistas, os quais, em suas memórias, histórias, artigos e depoimentos, reproduzem o presente como se fosse o próprio passado, pois segundo os mesmos, a Colônia é uma continuidade das tradições e valores trazidos da Itália para o Brasil. Os documentos, artigos e depoimentos produzidos pelas autoridades que exerciam cargos oficiais e pelos memorialistas sobre a organização dos espaços e dos lugares na Colônia, a Maldição do Padre, a Revolta dos Colonos, a vivência nas Sociedades da Capela e a educação a partir da tradição e dos valores religiosos dos imigrantes e seus descendentes, destacam apenas

o protagonismo das autoridades civis e religiosas, relegando a maioria da população ao esquecimento, apesar de esta ter significativa participação nos acontecimentos da comunidade local. A memória construída em torno da Revolta dos Colonos, transformou as autoridades municipais em heróis, porque estavam defendendo a lei e a ordem, mas os colonos que estavam lutando por seus direitos foram considerados criminosos ou foram esquecidos.

Na Colônia, as relações de poder não eram totalmente hierarquizadas, mas eram negociadas entre os imigrantes, a Igreja e o Estado, porque realizavam acordos tácitos, muitas vezes implícitos e informais, para que ambos os lados pudessem consentir em alguns aspectos, visando se beneficiar em outros. Independente dos méritos de cada grupo, religiosos e imigrantes italianos viviam em uma “harmonia negociada”, fazendo parcerias em várias iniciativas, as quais, muitas vezes, também resultavam em conflitos entre a população e as autoridades civis e eclesiásticas. Quando há conflitos entre a população e as autoridades constituídas, estas usam as instituições para tentar manter o controle sobre tudo e sobre todos e atribuem somente a si o direito de determinar o que é legal e o que é ilegal, impondo sua interpretação da realidade como sendo a única verdade possível. Contudo, sempre há resistências, pois nem todos se submetem às autoridades, às instituições e às leis quando estas não atendem suas reivindicações.

A cosmovisão dos imigrantes italianos era sacralizada e todas as suas atividades familiares, sociais e profissionais eram orientadas pelos valores religiosos católicos. Por isso, a vida dos imigrantes italianos girava em torno da religião, a qual perpassava todas as dimensões de sua vida individual e profissional, pois entendiam que a vida era uma vocação para cumprir a vontade de Deus visando a salvação de sua alma.

Na maioria das vezes os imigrantes seguiam a doutrina da Igreja Católica e o seu catecismo adaptando-os à sua religiosidade popular. Não havia dúvidas ou questionamentos com relação à doutrina e à legitimidade da autoridade da Igreja, dos bispos e dos padres no campo religioso, contudo, isso não impedia que usassem da religião e da autoridade do padre para favorecer seus interesses econômicos e políticos, pois o apoio da Igreja e do padre era fundamental para o reconhecimento de iniciativas individuais e coletivas diante da comunidade. Por isso, o campo religioso também comporta uma dimensão política, na qual, os dogmas e ritos não são questionados, mas há uma disputa em torno dos cargos, locais e horários da realização dos eventos religiosos e sociais.

A autonomia religiosa e política dos imigrantes italianos deveu-se, não à rejeição ou subversão à Igreja Católica, mas ao isolamento geográfico e à falta de sacerdotes na Colônia

para assistir aos imigrantes. Devido à ausência da Igreja, os imigrantes italianos leigos foram forçados a desenvolver sua autonomia religiosa nas Sociedades da Capela, porque entendiam que as práticas religiosas eram uma necessidade. Assim, a falta de sacerdotes fez com que os imigrantes elessem seus próprios representantes religiosos para rezar o culto, ministrar a catequese das crianças e promover as festas religiosas.

Por fim, apesar dos conflitos existentes entre os imigrantes italianos e a Igreja Católica, observamos que nas Sociedades da Capela haviam mais elementos em comum entre os colonos e a Igreja do que diferenças. A religião católica fornecia os valores morais e a educação fornecia os valores sociais à comunidade local, que eram cultivados pela família através da conservação da tradição, da língua e dos costumes dos antepassados.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I – FONTES

a) Fontes primárias

ANTÔNIO PRADO. Prefeitura Municipal. Lei orgânica do município de Antônio Prado. Antônio Prado: Typographia Cesa, 1935.

ANTONIO PRADO. Delegacia de Polícia. Depoimento dos moradores da Capela São Pedro registrado na Delegacia de Polícia de Antônio Prado, 11 abr. de 1934.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Ofício do Prefeito Oscar Hampe ao Governador do Estado do Rio Grande do Sul, General Flores da Cunha, de 31 de maio de 1936.

LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SÃO PEDRO E SÃO PAULO. Nova Roma do Sul, v. I, 1916.

b) Fontes primárias impressas

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Antônio Prado e sua história*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980. 288 p. (Coleção Imigração Italiana, 34)

_____. *Semblantes de pioneiros: vultos e fatos da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Livraria Sulina: Porto Alegre, 1961. 192 p.

BUCHEBUAN, Terezinha de Oliveira. *Os velhos casarões de Antônio Prado: processos culturais, patrimônio e conflito*. 2010. 181 p. Dissertação (Mestrado em Letras) UCS. Caxias do Sul.

CABRAL, Raquel Carpeggiani. *Desafios da preservação: o entorno dos bens tombados em Antônio Prado*, 2012. 204 p. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). IPHAN. Rio de Janeiro.

CITTON, Gelcy. *A proibição do talian*. Antônio Prado, agosto de 1989, n. 180, p. 3. Entrevista concedida ao Jornal Panorama Pradense. Acervo: Biblioteca Municipal.

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (IBGE). *Antônio Prado: Rio Grande do Sul*. n.º. 203. 3ª Série. 1958. 16 p. (Coleção de Monografias).

COSTA, Rovílio. *Povoadores de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2007. 1104 p.

_____. *Padre Cármine Fasulo: comunicar para evangelizar*. In: BACCARIN, Onira; GUZZO, Dirce Brambatti; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Orgs.). *Raízes de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST Edições, 2008, pp. 588-593.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Os intendentes municipais de Antônio Prado e o presidente Borges de Medeiros*. In: GUZZO, Dirce Brambatti; BACCARIN, Onira; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (Orgs.). *Raízes de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2008, p. 75-87.

GALIOTO, Antonio. *O significado das capelas nas Colônias italianas do Rio Grande do Sul*. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987. 536 p.

GARDELIN, Mário. *Para a história da CICS: Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 1995. 124 p.

GIROTTI, Paula. *Antônio Prado por Ain Zara Calliari*. Entrevista, Antônio Prado, 1980. In: COSTA, Rovílio. *Povoadores de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2007. pp. 295-313.

GUZZO, Dirce Brambatti; BACCARIN, Onira; BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Raízes de Antônio Prado: XVII Encontro dos Municípios originários de Santo Antônio da Patrulha*. Porto Alegre: EST Edições, 2008. 896 p.

GUZZO, Valdemir. *O episódio de 25 de maio de 1936*. In: GUZZO, Dirce Brambatti; BACCARIN, Onira; BARROSO, Véra Lucia Maciel. *Raízes de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST Edições, 2008. 896 p.

HAMPE, Oswaldo. *Reminiscências da vida de um cirurgião*. Porto Alegre: Globo, 1974. 220 p.

IPHAN. *Memória e preservação: Antônio Prado*. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2009. 88 p. (Preservação e Desenvolvimento; 16)

KAUTZMAN, Maria Eunice Muller. *Raízes: Muller – Huyer – Hampe – Fischer*. Porto Alegre: Pallotti, 1998. 586 p.

LETTI, Nicanor. *Fanatismo religioso da colônia italiana nas reminiscências de um cirurgião*. *Jornal de Antônio Prado*, Antônio Prado, out. 1974.

NICOLUSSI, Antônia. *A proibição do Talian*. *Antônio Prado*, agosto de 1989, n. 180, p. 2. Entrevista concedida ao *Jornal Panorama Pradense*. Acervo: Biblioteca Municipal.

NODARI, Luiz Mario B. *Trabalhos, lutas e pioneirismo*. Berthier: Passo Fundo, 1980. 142 p.

PANAZZOLO, João. *Religiosidade dos imigrantes italianos*. In: GUZZO, Dirce Brambatti; BACCARIN, Onira; BARROSO, Véra Lúcia Maciel (Orgs.). *Raízes de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2008, pp. 573-584.

PANOZZO, João (Coord.). *Nova Roma do Sul: a construção social de um espaço*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996. 96 p.

POSENATO, Júlio. *Antônio Prado: cidade histórica*. Porto Alegre: Arte e Cultura, 1989. 204 p.

ROVEDA, Fernando. *Memória e Identidade: Antônio Prado, patrimônio histórico e artístico nacional*. Caxias do Sul: Lorigraf, 2003. 436 p.

_____. *Caminhos da fé*. 2. ed. Caxias do Sul: Lorigraf, 2010. 366 p.

STIMAMIGLIO, Neuza Maria Roveda. *Lembranças de infâncias: narrativas entrelaçando espaços-tempos na cidade de Antônio Prado*. 2005. 241 p. Dissertação (Mestrado em Educação) UFRGS. Porto Alegre.

VALDUGA, Gustavo. *Paz, Itália, Jesus: uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal Correio Riograndense (1930-1945)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. 292 p.

II – BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Livros

ARMILIATO, Tales Giovani. *A comunicação no rádio e a preservação de uma identidade linguística regional: o talian*. 2010. 110 p. Dissertação (Mestrado em Letras) UCS. Caxias do Sul.

AZZI, Riolando. *A Igreja e os imigrantes: a imigração italiana e os primórdios da obra escalabriana no Brasil (1884-1904)*. São Paulo: Paulinas, 1987.

ÁVILA, Fernando Bastos de. *Igreja e Estado no Brasil: perspectivas e prospectivas*. São Paulo: Loyola, 1987.

BATTISTEL, Arlindo Itacir. *Colônia italiana: religião e costumes*. Porto Alegre: EST, 1981. 112 p.

BATTISTEL, Arlindo Itacir; COSTA, Rovílio. *Assim vivem os italianos: vida, história, cantos, comidas e estórias*. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/EDUCS, 1982. 592 p.

BAREA, José. *A vida espiritual nas colônias italianas do Estado do Rio Grande do Sul*. In: CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUD. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925, pp. 53-128.

BENEDUZI, Luiz Fernando. *Imigração italiana e catolicismo: entrecruzando olhares, discutindo mitos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. 122 P.

_____. *Os italianos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. 300 p.

BERGER, Peter L. *O Dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 1985. 195 p.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 322 p.

BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. 3. ed. Porto Alegre: Zouk, 2008. 224 p.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. Trad. Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2013. 362 p. (Coleção Estudos)

_____. *Escritos de Educação*. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (Orgs.). 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 252 p. (Ciências sociais da educação)

_____. *Esboço de auto-análise*. Trad. Sergio Miceli. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 140 p.

CABRAL, João G. da Rocha. Código Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio: Freitas Bastos, 1934. p. 18. Disponível em: [http://www.tse.jus.br/hotSites/Catalogo Publicacoes/pdf/codigo_eleitoral_1932.pdf](http://www.tse.jus.br/hotSites/Catalogo%20Publicacoes/pdf/codigo_eleitoral_1932.pdf). Acesso em: 05 jul. 2015

CARVALHO, Delgado de. *O Brasil, colonização e imigração*. Porto Alegre: Moraes, 1875. 454 p.

CARVALHO, Manoel Maria de. *Relatório apresentado ao Império*. Rio de Janeiro, 1886, p.21-2;10; 1;12; 14; 19; 21. Apud COSTA, Rovílio; COSTELLA, Irineu; SALAME, Pedro A.; SALAME, Paulo J. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições*. 2 impr. rev. Porto Alegre: Edições EST/Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul (EDUCS), 1986. 104 p.

CASAROTTO, Cadorna Marcílio. *Antônio Prado: 50 anos de presença Marista*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1988. 96 p.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Edição típica Vaticana, Loyola, 2000. 934 p.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. 386 p.

CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUD: 1875-1925, VOLUME I e II. 2. ed. Porto Alegre: Arte e Cultura, 2000, 949 p.

CLEMENTE, Elvo. *Situação do dialeto vênето no Rio Grande do Sul*. In: DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza Horn; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro (Orgs.) *Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana: Anais do Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana e Anais do IX Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros*. Caxias do Sul, 24-27 abr. 1996. Caxias do Sul: EDUCS, 1999. 500 p.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002. 245 p. (Coleção Memória e Sociedade)

COSTA, Rovílio; COSTELLA, Irineu; SALAME, Pedro A.; SALAME, Paulo J. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições*. 2 impr. rev. Porto Alegre: Edições EST/Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul (EDUCS), 1986. 104 p.

CROCCEA, Benedetto. *Vita coloniale: i datori di oro*. In: Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud. Porto Alegre: Globo, 1925.

DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: Imigração e colonização*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. 280 p. (Série Documenta, 4)

D'APREMONT, Bernardin; GILLONNAY, Bruno. *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*. Trad. Maria Antonieta Baggio. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Universidade de Caxias do Sul, 1976. 268 p.

DE BONI, Luis Alberto. *O catolicismo da imigração: do triunfo à crise*. In: LANDO, Aldair Marli; DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: Imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. 280 p.

_____. *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST. 1987. 536 p.

_____; COSTA, Rovílio. *Os italianos do Rio Grande do Sul*. 4. ed. rev. e atual. Porto Alegre: EST, 2011. 288 p.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: O sistema totêmico na Austrália*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 499 p.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o profano: a essência das religiões*. Trad. Rogério Fernandes. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 191 p.

FOCHESATTO, Iloni. *Descrição do culto aos mortos entre descendentes italianos no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EST, 1977, 59 p.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 238 p.

_____. *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. 74 p.

_____. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 296 p.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau, 2003. 160 p.

_____. *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Coleção Ditos e Escritos V)

FRANZINA, Emílio. *A grande imigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Trad. Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006. 480 p.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento, 1975. 84 p. (Documentos Brasileiros, 6).

GOOCH, John. *A unificação da Itália*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1991. 69 p.

GUERRA, Rosa Maria. *Educação em Antônio Prado, 1886-2006*. In: BACCARIN, Onira; GUZZO, Dirce Brambatti; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Orgs.). *Raízes de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST Edições, 2008, p. 395.

HAESBAERT, Rogério. *Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão*. In: Castro, Iná et. al. *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp. 165-206.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003. 224 p.

IANNI, Constantino. *Homens sem paz: os conflitos e os bastidores da emigração italiana*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1972. 248 p.

INSTITUTO SUPERIOR BRASILEIRO-ITALIANO DE ESTUDOS E PESQUISA. *Imigração italiana: estudos*. Anais do I e do II Fórum de estudos ítalo-brasileiros. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1979. 282 p. (Imigração italiana, 21)

ISAIA, Artur Cesar. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. 232 p.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução Política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*. Petrópolis: Vozes: 1979.

LUZZATTO, Darcy Loss. *Talian (Vêneto Brasileiro): noções de gramática, história e cultura*. Porto Alegre: Sagra, 1994. 126 p.

MAESTRI, Mário. *Os Senhores da serra: a colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: UPF, 2000. 110 p.

_____. *Nós, os ítalo-gaúchos*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. 222 p.

MANFROI, Olívio. *A Colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2001. 167 p.

MERLOTTI, Vania Beatriz Pisani. *O mito do padre entre descendentes italianos: a comunidade de Otávio Rocha*. 2. ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias, 1979. 104 p.

MIAZZO, Giorgia. *Scoprendo il talian: viaggio di sola andata per la Mèrica*. Editrice Artistica Bassano: Bassano del Grappa, 2014. 112 p.

MORESCHI, Helena Itália; FAVERO, Maria Leônida. *Irmãs de São José no Rio Grande do Sul: resgatando aspectos da caminhada (1898-1964)*. Canoas: La Salle, 1998. 230 p.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Martins. *Bourdieu e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OTO, Clarícia. *Catolicidades e Italianidades: tramas e poder em Santa Catarina (1875-1930)*. Florianópolis: Insular, 2006. 288 p.

PASUCH, Egidio. *Il fenomeno migratorio a Sedico*. In: ISTITUTO BELLUNESE DI RICERCHE SOCIALI E CULTURALI. *Ricordando: Storia e immagini del comune di Sedico*. Serie Quaderni n. 25, 1986. 328 p.

PERTILE, Marley Terezinha. *O talian entre o italiano-padrão e o português brasileiro: manutenção e substituição linguística no Alto Uruguai gaúcho*. 2009. 247 p. Dissertação (Doutorado em Letras) UFRGS. Porto Alegre.

PESCIOLINI, Ranieri Venerosi. *Le colonie italiane nel Brasile meridionale: estati di Rio Grande do Sul - Santa Catarina - Paraná*. Torino: Fratelli Bocca, 1914. 303 p.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos*. Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm. Acesso em: 14 mai. 2014.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 200 p.

SAQUET, Marcos Aurelio. *Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS)*. Porto Alegre: EST, 2003. 240 p.

SCALABRINI, João Batista. *A emigração italiana na América*. Trad. Redovino Rizzardo. Porto Alegre: EST/CEPAM/UCS, 1979. 232 p. (Coleção Imigração Italiana, 31)

SCARPARO, Paulo Sergio. *Imigrantes italianos na Serra do Nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST Edições, 2011. 272 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23 ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

STAWINSKI, Alberto Victor. *Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul (1875-1975)*. Porto Alegre: EST/UCS: Caxias do Sul, 1976. 256 p. (Coleção Imigração polonesa, 2)

_____. *Dicionário vêneto sul-rio-grandense-português: breves noções gramaticais do idioma vêneto sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: EDUCS, 1987. 352 p.

_____. *Gramática e vocabulário do dialeto italiano rio-grandense*. 4. ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1988. 124 p.

TEDESCO, João Carlos. *Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural*. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. 111 p.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana*. Trad. Maria Rosária Fabris e Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988. 574 p.

III – BIBLIOGRAFIA GERAL

a) Livros

ÁLBUM COMEMORATIVO DO 75º ANIVERSÁRIO DA COLONIZAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Globo, 1950. 522 p.

ALVIM, Zuleika. *Brava gente! Os italianos em São Paulo*. São Paulo. Brasiliense, 1986. 190 p.

ARAUJO, José Carlos S. *Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica*. São Paulo: Paulinas, 1986.

AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. São Paulo: Edições paulinas, 1992. 196 p. (História do pensamento católico no Brasil, v. 3)

BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Campo dos bugres: a vida nos primórdios da imigração italiana*. Porto Alegre: EST/SULINA, 1975. 99 p.

BUSATTA, Felix Fortunato; SATAWINSKI, Alberto Victor. *Luís de la Vernaz: a Igreja em colônias italianas*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1979. 220 p. (Coleção Imigração)

CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA. *La cooperazione degli italiani al progresso civile ed econômico del Rio Grande Del Sud (1875-1925)*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925. 456 p.

COSTA, Rovílio. *Antropologia visual da Imigração Italiana*. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1976. 222 p.

GOMES, Edgar da Silva. *A dança dos poderes: uma história da separação Estado – Igreja no Brasil*. 1. ed. São Paulo: D'Escrever, 2009. 236 p.

IANNI, Otávio. *Aspectos Políticos e Econômicos da Imigração Italiana*. In: *Trabalhos do I Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros*. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias: UCS 1987.

IOPP, Rafael. *Vicente Pallotti e sua obra*. Santa Maria: Gráfica Pallotti, 1936.

- IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS/Caxias do Sul: EDUCS, 2001. 864 p.
- LORENZATTO, Antônio Domingos. *Os Vênetos, nossos antepassados*. Porto Alegre: EST, 1998. 201 p.
- MANUEL, Ivan A. *O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1900)*. Maringá: Eduem, 2004. 158 p.
- NOGUEIRA, Arlindo Rocha; HUTTER, Lucy Maffei. *A colonização em São Pedro do Rio Grande do Sul durante o império (1824-1889)*. Porto Alegre: Garatuja, 1975. 162 p.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. *Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes: 1985.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio de Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984. 142 p.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1982. 90 p.
- POSSAMAI, Paulo César. *“Dall’Italia siamo partiti” : a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945)*. Passo Fundo: UPF, 2005. 268 p.
- POZENATO, José Clemente. *A Cocanha*. Porto Alegre: Mercado aberto, 2000. 371 p.
- RIBEIRO, Cleodes Maria Pizza Júlio; POZENATO, José Clemente (Org.). *Cultura, imigração e memória: percursos e horizontes: 25 anos do Ecirs*. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.
- RODRIGUES, Afonso. *Igreja e Estado*. São Paulo: Loyola, 1975. 126 p.
- SULIANI, Antônio (Org.). *Etnias e carisma: poliantéia em homenagem a Rovílio Costa*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. 1168 p.
- WEBER, Max. *A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 288 p.
- WEBER, Max. *Sociologia das religiões*. Trad. Cláudio J. A. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 2010. 112 p. (Coleção Fundamentos da Filosofia)
- _____. *Conceitos básicos de sociologia*. Trad. Rubens Eduardo Ferreira Frias e Gerard Georges Delaunay. São Paulo: Centauro, 2002. 104 p.
- VILLAÇA, Antônio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 336 p.
- ZILIO, Giovanni Meo (Org.). *Veneti in Rio Grande do Sul*. Venezia: Longo Editore, 2006. 142 p.

b) Teses, dissertações e monografias

BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. *Relações de poder coronelistas na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928)*. 2011. Tese (Doutorado em História) PUCRS. Porto Alegre.

CARDOSO, Fabíola Nogueira da Gama. *Línguas como patrimônio imaterial: etnografia de um debate*. 2010. 129 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) UnB. Brasília

DALLABRIDA, Norberto. *A sombra do campanário: o catolicismo romanizado na área de colonização italiana do Médio Vale do Itajaí Açu (1892-1918)*. 1993. 221 p. Dissertação (Mestrado em História) UFSC. Florianópolis.

FONTANA, Estela Maris Araldi. *A dominação ideológica da Igreja Católica oficial sobre a população urbana de Flores da Cunha*. 1986. 143 p. Dissertação (Mestrado em História) UFPR. Curitiba.

MARIN, Jérri Roberto. *Ora et labora: o projeto de restauração Católica na ex-Colônia Silveira Martins*. 1993. 211 p. Dissertação (Mestrado em História) UFRGS. Porto Alegre.

MIGLIORANZA, Suelen. *Arquitetura e paisagismo da imigração italiana na Zona Rural de Antônio Prado, RS*. 2011. 72 p. Monografia. (Arquitetura e Urbanismo). UCS. Caxias do Sul.

PANIZ, Silvio. *A fonologia do Talian, o Vêneto-rio-grandense falado na cidade de Nova Roma do Sul*. 2006. 130 p. Dissertação (Mestrado em Letras) UCPel. Pelotas.

VALDUGA, Gustavo. *Para além do coronelismo: italianos e descendentes na administração dos poderes executivos da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (1924-1945)*. 2012. 295 p. Tese (Doutorado em História) PUCRS. Porto Alegre.

ZAGONEL, Carlos Albino. *Igreja e imigração: capuchinhos de Sabóia e seu contributo à Igreja do Rio Grande do Sul (1895-1915)*. 1975. 288 p. Dissertação (Mestrado em História) PUC-RS. Porto Alegre.

c) Revistas

DURANTE, Salvador; APPIO, Jorge; APPIO, Francisco (Orgs.). *Família Appio: De piombino Dese a Nova Treviso*. Nova Roma do Sul: 2010. pp. 1-41.

DURANTE, Salvador. *Antônio Prado: 112 anos*. Antônio Prado: Edição do autor. Dez. 2010. pp. 1-58. (Edição especial da Família I Appio)

d) Artigos

BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. *Coronelismo na região colonial italiana: Antônio Prado (1903-1928)*. *Historiae: Rio Grande*, 2 (3): pp. 171-186. 2011. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/hist/article/view/2617/1428>. Acesso em: 28 out. 2014.

BRAGA, Rhalf Magalhães. O espaço geográfico: um esforço de definição. In: GEOUSP: Espaço e Tempo, São Paulo, N° 22, pp. 65-72, 2007. http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp22/Artigo_Rhalf.pdf. Acesso em: 25 jun. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Antônio Prado: Rio Grande do Sul*. n.º 203. 3ª Série. 1958. (Coleção de Monografias). Disponível em: http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?lang=_ES&codmun=430080&search=rio-grande-do-sul|antonio-prado|infograficos:-historico. Acesso: 20 mar. 2015.

GIRON, Loraine Slomp. *Colônia Italiana e Educação*. In: Revista História da Educação. Pelotas: UFPel, n.º 3, vol. 2, set. 1998.

_____. *A imigração italiana no Rio Grande do Sul: fatores determinantes*. In: DACANAL, José Hildebrando; Sergius Gonzaga (Orgs.). RS: imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. pp. 45-47.

GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto R. F. do. *Caxias e a disputa pela infraestrutura (1898-1941)*. MÉTIS: história e cultura: Caxias do Sul, v. 8, n. 15, p. 33-47, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/724/529>. Acesso em: 27 jun. 2015.

GRAZZIOTIN, Vitor. *A maldição do padre*. In: BACCARIN, Onira; GUZZO, Dirce Brambatti; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Orgs.). Raízes de Antônio Prado. Porto Alegre: EST Edições, 2008, pp. 87-95.

GUZZO, Valdemir. *O episódio de 25 de maio de 1936*. In: GUZZO, Dirce Brambatti; BACCARIN, Onira; BARROSO, Véra Lucia Maciel. Raízes de Antônio Prado. Porto Alegre: EST Edições, 2008, pp. 96-107.

HAMPE, Magdolna Maria Vozári. *Família Hampe*. In: COSTA, Rovílio. *Povoadores de Antônio Prado*. Porto Alegre: EST, 2007, pp. 252-256.

LEWGOY, Bernardo. *Do velho ao antigo: etnografia do surgimento de um patrimônio*. Cadernos de Campo (São Paulo, 1991), Brasil, v. 5, n. 5-6, p. 1-24, mar. 1996. ISSN 2316-9133. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/51655>. Acesso em: 24 fev. 2015.

LETTI, Nério. *Tropeirismo em Antonio Prado e Vacaria e nos Campos de Cima da Serra*. In: BACCARIN, Onira; GUZZO, Dirce Brambatti; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Orgs.). Raízes de Antônio Prado. Porto Alegre: EST Edições, 2008, pp. 47-75.

LUZZATTO, Darcy Loss. *Em defesa da língua materna*. Seminário sobre a criação do Livro das Línguas. Brasília: 7 a 9 de mar. de 2006. pp. 1-10.

MAESTRI, Mário. *A região colonial italiana do Rio Grande do Sul: a construção da memória*. In: TEDESCO, João Carlos; ZANINI, Maria Catarina Chitolina (Orgs.). Migrantes ao sul do Brasil. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010, pp. 85-118.

MELLO, João Baptista Ferreira. *Símbolos dos lugares, dos espaços e dos “deslugares”*. Espaço e Cultura. UERJ, RJ, pp. 167-174, mai. 2013. (Edição Comemorativa). <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/viewFile/6145/4417>

MIAZZO, Giorgia. *Afinal, o que o “Talian”?* Revista Italiana: UERJ, v. 2, n.º 1. pp. 33-45. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaitalianouerj/article/view/2121/1571>. Acesso em: 24 out. 2014.

_____. *Ma cos'elo el "talian"?* Bollettino Itals, Anno 11, numero 50, Settembre 2013, p. 90, tradução nossa. Disponível em: <http://www.italy.it/sites/default/files/pdf-bollettino/miazzo.pdf>. Acesso: 24 out. 2014.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: Projeto História. São Paulo, n.10, dez., 1993. pp.7-28.

POSSAMAI, Paulo César. *Igreja e italianidade: Rio Grande do Sul (1875-1945)*. Rev. hist., São Paulo, n. 141, dez. 1999. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0034-83091999000200005&script=sci_arttext. Acesso em: 25 ago. 2012.

SEIDL, Ernesto. *Escola, religião e comunidade: elementos para compreensão do "catolicismo imigrante"*. In: Pensamento Plural. Pelotas, Ano 2, n. 3, pp. 77-104, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/viewFile/3743/3031>. Acesso em: 17 jun. 2015.

SAQUET, Marcos Aurelio. *As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade*. Gerosul, Florianópolis, v. 22, n. 43, pp. 55-76, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12646/11806>. Acesso em: 19 jun. 2015.

SOUZA, José Otávio Catafesto. *O povoamento indígena na região de Antônio Prado*. SOUZA, José Otávio Catafesto. *O povoamento indígena na região de Antônio Prado*. In: BACCARIN, Onira; GUZZO, Dirce Brambatti; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Orgs.). Raízes de Antônio Prado. Porto Alegre: EST Edições, 2008, pp. 38-47.

VENDRAME, Maíra Ines; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Imigrantes italianos no Brasil meridional: práticas sociais e culturais na conformação das comunidades coloniais*. Estudos Ibero-Americanos: PUCRS, v. 40, n. 1, pp. 128-149, jan.-jun., 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/17268/12464>. Acesso: 15 mai. 2015.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana*. Mana, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, Oct. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132007000200009. Acesso em: 24 ago. 2012.

_____. *Fé, trabalho e família: a construção das memórias entre descendentes de imigrantes italianos*. Revista USP. São Paulo, v. 72, pp. 161-170, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/68487/71025>. Acesso em: 28 out. 2014.

e) Documentários em DVD

SE MILAGRES DESEJAIS. Direção: André Costantin e Nivaldo Pereira. Produção: Fernando Roveda. Roteiro: Daniel Herrera. Música: Marcos De Ros. Caxias do Sul: Transe, 2011. 1 DVD (42min), color.

BRASIL TALIAN. Direção: André Costantin. Produção: Fernando Roveda. Roteiro: André Costantin. Caxias do Sul: Transe, 2015. 1 DVD (1h5min), color.

f) Depoimento

LUZZATTO, Darcy Loss. *A origem do Talian*. Depoimento escrito a 06 de maio de 2015 em Pinto Bandeira, RS.

g) Ebook

GUZZO, Valdemir. *Antônio Prado: religião, política e etnias no conflito de maio de 1936*. EDIPUCRS: Porto Alegre, 2013, Ebook. 94 p.

h) Sites

<http://www.e-publicacoes.uerj.br>

<http://www.e-publicacoes.uerj.br>

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.itals.it>

<http://www.labeurb.unicamp.br>

<http://www.periodicos.ufsc.br>

<http://www.periodicos.ufpel.edu.br>

<http://www.planalto.gov.br>

<http://www.portal.iphan.gov.br>

<http://www.revistas.usp.br>

<http://www.revistasusp.sibi.usp.br>

<http://www.revistas.usp.br>

<http://www.revistaseletronicas.pucrs.br>

<http://www.scielo.br>

<http://www.seer.furg.br>

<http://www.tse.jus.br>